

*

Obra executada nas oficinas da

SÃO PAULO EDITORA S. A.

São Paulo 6, SP - Brasil

COCHRANES DO BRASIL

BRASILIANA

Volume 327

Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACÔMBE

AROLD DE AZEVEDO

COCHRANES DO BRASIL

A vida e a obra
de

THOMAS COCHRANE

e

IGNACIO COCHRANE

121
3723
7.527

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

BAIXA

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

n.º mat. 205305
cód. de acesso; 362044-40

DO MESMO AUTOR



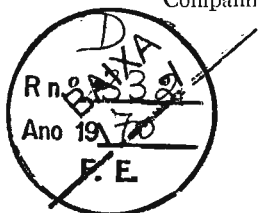
Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália
(O ocaso do Segundo Império, através de documentos inéditos) — Revista de História, n.º 10, São Paulo, 1952.

Doutor Rodrigues, Barão de Santa Eulália (A vida de um "Barão do café") — Revista de História, n.º 44, São Paulo, 1960.

Arnolfo Azevedo: infância e adolescência (1868-87), Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1962.

Arnolfo Azevedo, acadêmico de Direito (1887-91), Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963.

Arnolfo Azevedo: início da vida pública (1891-99), Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963.



Exemplar N.º 0165

Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo 2, SP

1965

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

AVIA
L

Para meus netos



S U M Á R I O

Explicação XI

I — *Introdução*

1. Os MacFarlane-Cochrane 3

II — *Dr. Thomas Cochrane*

2. Pioneiro das estradas de ferro 21
3. O criador das “maxambombas” 60
4. O médico homeopata 71
5. A vida em família 83
6. Quem era, afinal, o Dr. Thomas Cochrane? 103
Tábua cronológica 122

III — *Dr. Ignacio Cochrane*

7. Síntese de uma vida 129
8. As bases culturais 135
9. O engenheiro ferroviário 141
10. O político conservador 161
11. A serviço do bem público 193
12. A família Barbosa Cochrane 208
13. Na intimidade do lar 232
Tábua cronológica 276

IV — *Documentário* 281

Bibliografia 315

Índices 323

Explicação

UM MEMBRO da Família Cochrane existe que é bem conhecido de todo brasileiro de mediana cultura: *Lord Cochrane*, Marquês do Maranhão, primeiro Almirante da nossa Marinha de Guerra. Seu nome será referido, apenas de passagem, no presente ensaio.

Historiadores, economistas, sociólogos e geógrafos não podem ignorar o nome do Dr. *Thomas Cochrane*, nem que seja perfunctòriamente, por haver sido êle o pioneiro da idéia da introdução das vias férreas no Brasil, o criador da primeira linha de bondes na cidade do Rio de Janeiro e renomado médico homeopata. Sua vida e sua obra aparecem analisadas, nas páginas dêste trabalho, com a possível minúcia, antes de mais nada porque foi êle quem deixou, no Brasil, o nome de sua família. Procuramos reunir o material já publicado a respeito de sua marcante personalidade e acrescentamos-lhe o resultado de nossas pesquisas, do que redundou algo de nôvo, que sòmente agora vem a público.

No entanto, maior número de páginas dedicamos à vida e à obra do Dr. *Ignacio Wallace da Gama Cochrane*, enteado do Dr. Thomas Cochrane (de quem adotou o nome de família), engenheiro ferroviário, parlamentar do Império, Superintendente de Obras Públicas no Estado de São Paulo, um dos fundadores do Instituto Pasteur e seu primeiro presidente, chefe de família exemplar. É o menos conhecido dos três. Mas a êle se deve a perpetuação da Família Cochrane no Brasil e uma numerosa descendência, representada por cinco

famílias: os *Araujo Gondim Cochrane*, os *Cochrane Simonsen*, os *Cochrane Suplicy*, os *Cochrane de Azevedo* e os *Gonçalves Cochrane*.

Quis o destino que fôsemos os depositários de abundante documentação sôbre sua grande vida: diplomas, relatórios, discursos, cadernos íntimos, fotografias dêle e dos de sua família. Embora não o tivéssemos conhecido, pudemos reunir uma série valiosíssima de depoimentos de descendentes seus — o que nos permitiu tentar um retrato de sua personalidade na intimidade do lar.

O Dr. Ignacio Cochrane foi um homem íntegro, na mais exata acepção do têrmo. Na vida pública, como na vida particular. No campo da Engenharia, carreira que abraçou com sempre renovado entusiasmo, ou no terreno da Política, onde galgou importantes postos eletivos — Vereador Municipal, Deputado Provincial, Deputado Geral. No lar, foi o chefe incontestado de verdadeiro clã.

Bem sabemos que nos dias que correm reina uma inexplicável inversão de valores; e, sem nenhuma dúvida, maior interesse despertam as vidas em que a aventura ou o sexo, as tramóias bem urdidas e os golpes de audácia estejam presentes, com sua dose de malícia e seu desafio aos padrões morais que a tradição nos legou. Não reparamos, porém, enfrentar essa onda de negação dos valores reais, de desinteresse pelo que é limpo e de exaltação do que, embora sendo humano, é baixo e vulgar.

Não procuramos realizar nenhum panegírico e tudo fizemos por não nos deixar conduzir pela afetividade, já que descendemos do Dr. Ignacio Cochrane. Limitamo-nos rigorosamente aos fatos; utilizamos o material que nos foi possível recolher, o juízo de seus contemporâneos e o depoimento daqueles que o conheceram na intimidade. Reconhecemos que, por muitas vêzes, excedemo-nos nas transcrições. Se assim o fizemos foi para documentar afirmações nossas, suscetíveis de serem postas em dúvida.

*

Embora sem pretender realizar um estudo genealógico, acabamos por fornecer as bases para o melhor conhecimento de uma só e numerosa família brasileira — os *Cochranes do*

Brasil, cujas raízes remontam aos tempos coloniais e cujo nome procede da Escócia. Avô paterno do Marquês do Maranhão e do Dr. Thomas Cochrane era o Major *Thomas Cochrane*, Membro do Parlamento, 8.º Conde de Dundonald. Em terras da Grã-Bretanha, êsse ramo da família está ameaçado de desaparecimento, por falta de herdeiros varões; mas, embora por adoção, está bem vivo no Brasil, onde o patronímico Cochrane tende a perpetuar-se.

Ligados à família do Dr. Thomas Cochrane são os *Cochrane de Araujo Gondim*, os *Cochrane de Alencar*, os *Cochrane de Affonseca* e os *Cochrane Ewerton de Almeida*; é que foram seus genros o Barão de Araujo Gondim, o grande José de Alencar, o Comendador Léo de Affonseca e o Conselheiro José Ignacio Ewerton de Almeida. E daí resultou numerosa descendência, em que vamos encontrar: entre os netos — um diplomata, o Embaixador Augusto Cochrane de Alencar; um membro da Academia Brasileira de Letras, Mário de Alencar; um alto funcionário do Ministério da Fazenda, Léo de Affonseca Júnior; um oficial de nossa Marinha de Guerra, o Comandante Alcino Cochrane de Affonseca; e, entre os bisnetos — um outro diplomata, o Embaixador José Cochrane de Alencar, para citar uns poucos exemplos.

Dos dois filhos varões do Dr. Ignacio Cochrane, um dêles foi Ministro do Tribunal de Contas — o Dr. *Thomas Wallace Cochrane*; e outro foi Presidente da Câmara Municipal de Santos — *Oswaldo Cochrane*. Suas filhas uniram-se a homens de negócio, como *Sydney Simonsen* e *Luiz Suplicy*, e a um parlamentar e político da Velha República, *Arnolfo Azevedo*, Presidente da Câmara dos Deputados e Senador Federal. Dentre seus netos, nenhum conseguiu destacar-se tanto como *Roberto Cochrane Simonsen*, engenheiro, economista, homem de empresa, historiador, Senador da República e membro da Academia Brasileira de Letras.

Todos pertencentes a uma só e numerosa família — os *Cochrane* do Brasil.

*

Através da análise da vida e da obra de Thomas Cochrane e de Ignacio Cochrane fomos levados a estudar uma fase importante da evolução dos *transportes* no Brasil, particularmente

o período inicial e a idade áurea de nossas vias férreas. Também julgamos haver contribuído para um aspecto da história da *Medicina* brasileira, na parte que diz respeito à Homeopatia. E, de certa maneira, conseguimos coligir elementos para a reconstituição da *vida social* de nosso país, num período que se estende desde a década de 1860 até o início da década de 1910.

Caberá à crítica e aos especialistas dizerem se conseguimos atingir nossos objetivos. De ambos só esperamos receber ensinamentos, que haveremos de saber aproveitar para o futuro.

*

Não poderíamos encerrar estas linhas sem deixar externado, de público, nosso mais sincero agradecimento a todos quantos nos auxiliaram na preparação desta obra, fornecendo elementos guardados em suas recordações, reproduzindo acontecimentos a que não nos foi dado assistir, pondo à nossa disposição velhas fotografias, aconselhando-nos e, principalmente, estimulando-nos a prosseguir na tarefa encetada, por entre o indiferentismo ou o desinteresse de alguns. Em particular, este agradecimento é endereçado aos parentes mais próximos, irmãos e primos, que souberam compreender o alcance de nossas intenções.

Todavia, agradecimento caloroso e especial merece o Dr. *Lino Ewerton Martins*, bisneto do Dr. Thomas Cochrane, pelo carinho com que sempre acompanhou nosso trabalho: pôs à nossa disposição seu precioso arquivo de família; propiciou-nos o conhecimento das principais peças do processo de inventário do casal Thomas Cochrane; obteve e cedeu-nos uma fotocópia do testamento do "Honorable" Basil Cochrane, seu trisavô — documento da mais alta importância, até agora completamente inédito; e realizou, por iniciativa própria, pesquisas de grande valia para o presente ensaio.

AROLD DE AZEVEDO

São Paulo, outubro de 1964.
Rua Ferdinando Laboriau, 93

I

INTRODUÇÃO

1

Os MacFarlane-Cochrane

Dois escoceses no Brasil. Os MacFarlane. Dr. Robert Wallace MacFarlane. Dona Helena Augusta, da estirpe dos Bicudo. Os Nogueira, de Minas Gerais. Os Nogueira da Gama MacFarlane. Novas núpcias. Os MacFarlane-Cochrane.

Dois escoceses no Brasil

NA PRIMEIRA METADE do século XIX, ao iniciar-se a década de 1830-40, chegaram ao Brasil dois cidadãos britânicos: *Robert Wallace MacFarlane e Thomas Cochrane*.

Ignoramos se antes já se conheciam. O fato é que os destinos de ambos se cruzaram em nossa terra. Ou porque fôsem oriundos de velhas famílias da Escócia; ou porque a mesma profissão os tivesse aproximado — todos os dois eram médicos e seguiam a Homeopatia; ou, simplesmente, porque trouxessem nas veias o sangue escocês e a nostalgia da terra distante os houvesse unido — o que se sabe, de positivo, é que se tornaram grandes amigos, cabendo ao segundo acompanhar o primeiro na enfermidade que lhe haveria de roubar a vida.

No entanto, o verdadeiro traço de união que veio ligar a existência de um e de outro foi uma jovem senhora mineira, natural da então Vila Rica — *Dona Helena Augusta Velasco Nogueira da Gama*. Com ela casou-se, em primeiras núpcias, o Dr. Robert Wallace MacFarlane; a ela, em segundas núpcias, uniu-se pelo matrimônio o Dr. Thomas Cochrane.

Os MacFarlane

Sabe-se que o clã é uma criação dos Celtas. Daí sua existência na velha Escócia gaélica, onde o espírito tradicionalista procura mantê-lo e preservá-lo, até hoje, através dos padrões de tecidos (os *tartans*, tão lindos em suas côres e na imaginação de seus desenhos), de brasões, de gritos de guerra (*War-cries* ou *slogans*), de plantas simbólicas (*badges*) — cada qual exclusivo de determinado clã e das famílias a êle ligadas.

“The Clan — define Miss GRANT — was a hybrid institution, a mixture of tribal tradition clustering about the *ipso facto* landholder of the soil, whether he held possession by feudal charter, lease or feu, or mere sword-right and the chiefs, largely because of the inefficiency of the central authorities, continued to fulfil the functions of he tribal leader”⁽¹⁾.

Como bem observa Sir THOMAS INNES OF LEARNEY, o papel dessas autoridades centrais não teria sido apenas ineficiente, mas veio a tornar-se desastroso para a vida e os costumes locais; e, justamente porque o sistema feudo-céltico constituía a maneira ideal de perpetuar as funções dos líderes tribais e o “espírito” da tribo, foi que o regime dos clãs perdurou na Escócia, ao mesmo tempo que desaparecia noutras regiões⁽²⁾.

Por essa razão, nada menos do que uma centena de clãs subsiste, até hoje, em terras escocesas, se bem que representados apenas por aquêles símbolos, que a sólida tradição conseguiu resguardar.

Os *MacFarlane* figuram nessa centena. Também possuem seu *tartan*, em que listras verde-escuras e azuis entrecruzam-se sôbre fundo vermelho-vivo. Têm seu brasão, onde arqueiros

(1) GRANT, I. F. — *Lordship of the Isles*, p. 327.

(2) LEARNEY, Sir Thomas Innes of — *The Tartans of the Clans and Families of Scotland*, p. 3, 6.^a edição, W. & A. K. Johnston Ltd., Edinburgh, 1958. Sôbre o mesmo assunto, convém consultar, ainda: BAIN, Robert — *The Clans and Tartans of Scotland*, ed. Collins, London, 1948; e SEMPLE, William — *The Scottish Tartans (With historical sketches of the clans and families of Scotland — The badges and arms of the chiefs of the clans and families)*, W. & A. K. Johnston Ltd., Edinburgh.



Brasão dos MacFarlane

Como tenentes, Highlanders defendem, em atitude belicosa, a Cruz de Santo André, aspa ou santor do escudo do clã. O mote é *This I'll defend* (Isto eu defenderei). O grito de guerra é *Loch Sloy*, nome de pequeno lago situado no sopé do Monte Voirlich, Escócia. (Gravura reproduzida de LEARNEY, "The Tartans of the Clans and Families of Scotland").

montanhese da Escócia — *Highlanders* — aparecem em atitude belicosa, como tenentes, defendendo a aspa ou santor (Cruz de Santo André), escudo do clã, encimado por um homem seminu, a levar um feixe de flechas, na mão direita, e uma coroa real, na esquerda, sob o mote, que é um lema — *This I'll defend*. Sua divisa, seu "slogan" é — *Loch Sloy* ou, em gaélico — *Loch Slòigh*, nome que lembra pequeno lago ("loch") situado ao pé do Monte ("Ben") Voirlich. Suas plantas simbólicas são o arando ou mirtilo ("cranberry") e uma variedade de framboesa ("cloudberry").

As terras dos MacFarlane localizavam-se a oeste de um dos mais belos e famosos "lochs" da Escócia — o lago *Lomond*, nos limites meridionais das *Highlands* — as Terras-Altas desse país, ásperas paragens onde, no dizer de ROBERT BAIN, viveram vários clãs belicosos, embora "none more war-like than the MacFarlane", que afirmavam ser a Lua sua lanterna⁽³⁾.

(3) BAIN, ROBERT — obra cit., p. 204.

Suas origens remontam ao século XIII, quando Malduin ou Maldowen, 3.º Conde de Lennox, doou as terras de Arrochar a *Gilchrist* ou *Gillecriosd*, seu irmão mais moço (1230), doação confirmada, em 1280, ao filho e sucessor dêste — *Duncan* ou *Donnchadh MacGilchrist*. Todavia, o patronímico do clã deriva de um de seus netos — *Bartholomew*, 4.º Chefe, na língua gaélica chamado *Parlan*. Teria sido, de início, o clã de *MacParlan*, nome que, ao findar o século XIV, já aparecia na forma que até hoje conserva — *MacFarlane*.

Evidentemente, não cabe nos limites dêste ensaio fazer o histórico dos *MacFarlane*, de Arrochar; outros já o fizeram, com maior conhecimento do assunto⁽⁴⁾. Limitar-nos-emos a informar que, nos séculos XVI e XVII, o clã foi proscrito, despojado de suas terras e de seu nome, em consequência da guerra civil, ao tempo de Elizabeth e de Mary Tudor; e seus membros dispersados através do país e da Inglaterra, onde tomaram outros nomes⁽⁵⁾. No século XVIII, muitos dêles fixaram-se na Irlanda e, acredita-se, o derradeiro Chefe do clã teria passado a residir na América, juntamente com sua família. Em 1785, a mansão de Arrochar foi vendida, sendo hoje propriedade do Duque de Argyll⁽⁶⁾.

(4) Veja, entre outras obras: *MacFarlane's Genealogical Collections*, ed. Scottish History Society; LEARNEY, Sir Thomas Innes of — obra cit., p. 192; BAIN, Robert — obra cit., p. 204; SEMPLE, William — obra cit., p. 74.

(5) Ao clã dos *MacFarlane* pertencem, atualmente, nada menos do que 45 famílias, a saber: Allan, Allanson, Bartholomew, Caw, Galbraith, Griesck, Gruamach, Kinnieson, Lennox, MacAindra, MacAllan, MacCaa, MacCause, MacCaw, MacCondy, MacEoin, MacErracher, MacFarlan, MacFarlane, MacGaw, MacGeoch, MacGreusich, Macinstalker, Macloek, MacJones, Mackinlay, MacNair, MacNayer, MacNeur, MacNider, MacNiter, MacNuyer, MacRob, MacRobb, MacWalter, MacWilliam, Miller, Monach, Napier, Parlane, Robb, Stalker, Thomason, Weaver e Weir (cf. R. BAIN, p. 9-24; e W. SEMPLE, p. 10-22).

(6) Segundo LEARNEY, a linha masculina direta dos *MacFarlane* terminou em 1866, com a morte de *William MacFarlane*, 25.º chefe do clã. Não obstante, um de seus colaterais assumiu a direção do clã, sob o nome de *William MacFarlane*, de quem descende o atual 27.º Chefe (Cf. LEARNEY, obra cit., p. 192).

Dr. Robert Wallace MacFarlane

Na quarta e última página do "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, em sua edição de 10 de novembro de 1844, encontra-se o seguinte convite fúnebre:

The Friends of the late
DR. ROBERT WALLACE MACFARLANE
are requested to attend the interment of his remains at the Cemetery at Gambôa, this morning Sunday the 10th inst. at 9 o' clock.

De acôrdo com os dados constantes do Livro de Sepultamentos do *Cemitério dos Ingêleses*(⁷), ainda hoje existente na Gamboa (Vol. 3, p. 36, n.º 689), por ocasião de sua morte o Dr. MacFarlane residia à Praia Vermelha e tinha 47 anos de idade. E nada mais(⁸).

Em que data e onde nascera? Pertenceria à família do Chefe do clã, "alleged to have gone to America in the eighteenth century" — conforme as palavras de ROBERT BAIN, ou "supposed to have gone to America at the end of the eighteenth century" — segundo WILLIAM SEMPLE?

Não dispomos de elementos para responder a estas perguntas, de tão grande interêsse para o presente estudo.

(7) JAMES C. FLETCHER dedicou mais de duas páginas de seu livro ao Cemitério dos Ingêleses, inclusive ilustrando-as com uma gravura (cf. *O Brasil e os Brasileiros*, de D. P. KIDDER e J. C. FLETCHER, vol. I, pp. 228-230, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1941).

(8) De acôrdo com os dados constantes do livro de Sepultamentos do Cemitério dos Ingêleses, foram inumados na mesma sepultura n.º 75: Thomas H. Harper, em 5 de agosto de 1844; Dr. Robert Wallace MacFarlane, em 10 de novembro do mesmo ano; J. H. Harper, em 2 de agosto de 1845; Morgan F. MacFarlane, em 6 de abril de 1850; e Alfred C. Raulin, em 22 de fevereiro de 1873. Por outro lado, na sepultura n.º 79, foi inumado John Wallace MacFarlane, em 20 de janeiro de 1927. Seriam parentes do Dr. MacFarlane as pessoas citadas, particularmente Morgan e John Wallace? Não o sabemos.

Teria nascido por volta de 1797, se considerarmos válida a informação de seu registro mortuário. Seria filho de *Daniel* e *Elisa MacFarlane*, segundo consta do fichário do Colégio Brasileiro de Genealogia, do Rio de Janeiro. Era escocês ou, pelo menos, oriundo de velha família da Escócia, conforme bem denota seu sobrenome. Sem nenhuma dúvida, formara-se em Medicina e, dentro dela, dedicava-se à Homeopatia, tendo exercido, no Brasil, a sua profissão.

Teria vivido algum tempo e, provavelmente, clinicado na então vila de Valença, atual cidade de Marquês de Valença, em terras fluminenses. Sabe-se que ali contraiu matrimônio, por volta do ano de 1835, quando teria 38 anos de idade; na mesma vila nasceu, a 3 de outubro de 1836, seu filho primogênito.

Sua esposa tinha, ao casar-se, apenas 17 anos e descendia de tradicional família mineiro-paulista.

Dona Helena Augusta, da estirpe dos Bicudo

Chamava-se *Helena Augusta Velasco Nogueira da Gama* a esposa escolhida pelo Dr. MacFarlane. Não tinha apenas um nome, mas também um porte senhorial. As fotografias no-la mostram em épocas diferentes de sua vida, em plena maturidade e já quinquagenária, com seu rosto alongado, enérgico mas escondendo bondade, testa larga, olhos profundos, cabelos repartidos ao meio ou repuxados para o alto, as orelhas à mostra, de requintada distinção no trajar. Seu único filho varão deixou numerosas provas de que a amava entranhadamente, falando-nos de seu carinho, de sua ternura, modelo das Mães; e, certamente, tinha sinceras razões para fazê-lo, já que o testemunhou em documentos íntimos, que mais além haveremos de transcrever.

Pertencia à estirpe dos *Bicudo*, ilhéus da ilha de São Miguel, nos Açôres, estabelecidos em São Paulo no século XVI.

Seu mais remoto ancestral, dessa linhagem, foi *Antonio Bicudo Carneiro*, Ouvidor da Capitania de São Paulo, a quem coube mandar levantar o pelourinho da vila de São Paulo de Piratininga, em 1585. Foi casado com uma paulista — *Dona Isabel Rodrigues*.

O filho primogênito do casal — *Antonio Bicudo*, afazendou-se na região de Carapicuíba, de onde muitas vêzes saiu a prear índios e para explorar os depósitos auríferos do morro do Jaraguá. Casou-se com *Dona Maria de Britto*, da estirpe dos Pires, e veio a falecer em 1650.

Dêste matrimônio teve 10 filhos, um dos quais — *Francisco Bicudo de Britto*, falecido em 1654, foi casado com *Dona Thomazia Ribeiro de Alvarenga*, da estirpe dos Alvarenga.

A terceira filha do casal — *Dona Maria Leme Bicudo* veio a casar-se com um português (?) — *Cornélio da Rocha*, falecido na cidade de Taubaté, em 1699.

Nove filhos teve o casal, o primogênito dos quais foi *Antonio da Rocha Leme*, natural da vila de Parnaíba, atual Santana de Parnaíba, onde nasceu em 1667; e veio a casar-se com *Dona Antonia do Prado Leme*. Foram êstes, exatamente, os trisavós de *Dona Helena Augusta Velasco Nogueira da Gama*, cujos antepassados, como se verifica, pertencem a velhos troncos portugueses e paulistas⁽⁹⁾.

Os Nogueira, de Minas Gerais

Do casamento de *Antonio da Rocha Leme* com *Dona Antonia do Prado Leme* provieram nove filhos, um dos quais — *Dona Maria do Leme Prado* deu início ao ramo mineiro da família de *Dona Helena Augusta*, de quem aquela viria a ser uma das bisavós. É que se casou com *Thomé Rodrigues Nogueira do Ó*, cidadão português, natural da ilha da Madeira, chegado ao Brasil, provavelmente, ao iniciar-se o século XVIII e que, com sua família, passou a residir na então vila de Baependi, em Minas Gerais.

Nessa localidade mineira radicaram-se os bisavós paternos de *Dona Helena Augusta*. *Thomé Rodrigues Nogueira do Ó* conseguiu, sem demora, granjear justo prestígio, por ser “pessoa de grande respeito e autoridade”, “firmando o seu nome

(9) Cf. LEME, Pedro Taques de Almeida Paes — *Nobiliarquia Paulistana*, 3.^a edição, tomo III, pp. 171, 172, 177, 258 e 38, Livraria Martins, São Paulo, 1953; e LEME, Luiz Gonzaga da Silva — *Genealogia Paulistana*, vol. 6.^o pp. 296, 297, 298, 360 e 362, Duprat & Cia., São Paulo, 1905.



Dona Helena Augusta Nogueira da Gama

Descendente dos Nogueira, de Baependi (MG), casou-se em primeiras núpcias com o Dr. Robert Wallace MacFarlane (1835) e, em segundas, com o Dr. Thomas Cochrane (1845). (Desenho de Augustus com base em um daguerreótipo pertencente à família, provavelmente do início da década de 1860).

como senhor poderoso e abastado". Tornou-se, por isso mesmo, Capitão-Mor da vila e deixou, para sempre, seu nome ligado à construção da Capela de Nossa Senhora do Monte Serrate, hoje Matriz de Baependi, onde foi sepultado⁽¹⁰⁾.

(10) Cf. LEME, Silva — *obra cit.*, vol. 6.º, p. 362; FUPPO, Celso Maria de Melo — *Nogueiras de Baependi e o 1.º Bispo de São Paulo*, em "Quatrocentos Anos de Vida Bandeirante", volume especial da "Revista Genealógica Latina", 6.º, p. 67, São Paulo, 1954.

O primogênito dos nove filhos do casal foi o avô paterno de Dona Helena Augusta — o Alferes *Nicolau Antonio Nogueira*, nascido na vila de Baependi (onde ainda era solteiro por volta do ano de 1752), mas que acabou por fixar residência na então vila de São João del-Rei, ainda em terras mineiras. Ali exerceu o cargo de Alferes das Ordenanças, além de haver sido, também, Escrivão da Ouvidoria Geral, por volta de 1771. “Dotado de muitas prendas, tocava vários instrumentos e era instruído nas artes liberais”. Ali constituiu família, vindo a casar-se com Dona *Anna Joaquina de Almeida e Gama*, avó de Dona Helena Augusta, filha do Capitão *Manuel Gomes Villas Boas* (natural de Portugal, descendente de Dom Diogo Rodrigues, senhor de Villas Boas) e de Dona *Ignacia Quitéria da Gama*, natural de Vila Rica, neta materna do Capitão de Cavalaria Luiz de Almeida Ramos e de Dona Helena Josepha da Gama, natural da Colônia do Sacramento, e bisneta materna do Coronel Leonel da Gama Belles, fidalgo português, casado em 1680, na Colônia do Sacramento, com Dona Maria Josepha Correia⁽¹¹⁾.

O casal Nicolau Antonio Nogueira-Anna Joaquina de Almeida e Gama teve oito filhos. O último deles foi o pai de Dona Helena Augusta — o Coronel *Ignacio José Nogueira da Gama*, Coronel de Milícia, natural de São João del-Rei, onde nasceu em 1794, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, em 1834, com apenas 40 anos de idade. Foi um dos irmãos de Manuel Jacintho Nogueira da Gama (1765-1847), 1.º Visconde com grandeza, 1.º Conde e Marquês e Baependi⁽¹²⁾.

Sua espôsa chamou-se Dona *Maria Carolina Velasco de Mello* e, como êle, era natural de Minas Gerais.

Tiveram nove filhos, o sétimo dos quais foi Dona Helena Augusta, a escolhida pelo Dr. Robert Wallace MacFarlane.

(11) Cf. LEME, Silva — *obra cit.*, vol. 6.º p. 362.

(12) Veja, a propósito: Sisson, S. A. — *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, tomo I, pp. 157-168, 2.ª edição, Livraria Martins, São Paulo, 1948; e VASCONCELLOS, Barão de (e) VASCONCELLOS, Barão Smith de — *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, p. 68, Imp. La Concorde, Lausanne, 1918.

Os Nogueira da Gama MacFarlane

Dona Helena Augusta nasceu na atual cidade de Ouro Preto no dia 20 de junho de 1818. Quando tinha apenas 16 anos, viu morrer seu pai — o Coronel Ignacio José Nogueira da Gama. Teria este acontecimento precipitado seu casamento? É bem provável. De outra maneira seria difícil explicar que, logo no ano seguinte (1835), aos 17 anos, contraísse matrimônio com o Dr. MacFarlane, então com 38 anos. Teria sido um casamento de amor? Provavelmente não o foi, quer porque na época raramente cabia à mulher escolher o futuro marido, quer porque 21 anos os separavam, no tempo. Aos olhos de Dona Maria Carolina, sua progenitora, o escolhido como genro daria à filha adolescente a proteção, o amparo, o apoio, que já não podia ter do pai, recém-falecido. O Dr. MacFarlane seria muito mais do que um simples marido: seria um nôvo pai.

Dêsse consórcio nasceram apenas dois filhos. O primogênito veio ao mundo em 1836, quando Dona Helena Augusta já completara 18 anos de idade: chamou-se *Ignacio Wallace*, nome que lembra seu avô materno e, também, o próprio pai. Constitui o estudo de sua longa vida um dos objetivos deste ensaio, pois a Parte III lhe é inteiramente dedicada.

Em 1838, nasceu sua irmã — *Maria Carolina*, cujo nome representa uma homenagem à sua avó materna; entretanto, para os membros da família era, simplesmente — *Mary*. Trata-se da futura Baronesa de Araujo Gondim.

Ao que parece, os primeiros anos da década de 1840 foram cheios de dificuldades para a família do Dr. MacFarlane, cujas energias viram-se abaladas. O fato é que adoeceu gravemente, assistido pelo seu compatriota, grande amigo e colega de profissão — o Dr. Thomas Cochrane; e, na manhã do segundo domingo de novembro do ano de 1844, na idade de 47 anos, seu corpo baixou à sepultura no Cemitério dos Ingêses, na Gamboa, em presença de um grupo de amigos — os mesmos “friends” que publicaram o convite fúnebre no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro. Presidiu à cerimônia religiosa,

dentro do ritual anglicano, o Rev.^o T. Thornton Champness, B. A., Capelão inglês.

Dessa maneira, com apenas 9 anos de casada, Dona Helena Augusta tornou-se viúva, perdendo aquêles que teria sido, além de espôso, seu protetor. Tinha, então, 26 anos de idade e a responsabilidade de criar e educar seus dois filhos menores, com 8 e 6 anos, respectivamente.

Em versos singelos, escritos em 1873, o primogênito relata-nos êsse primeiro golpe, em sua longa vida:

“Era, então, bem pequenino
Quando meu Pai eu perdi;
Ainda em tão tenra idade,
Bem me lembro o que sofri!”

Mas,

“As provanças da orfandade
Por pouco tempo senti
Pois os prantos por sorrisos
Em breve trocar eu vi.”

Novas núpcias

É que sua jovem mãe, na precocidade de sua viuvez, sentiu necessidade de possuir um nôvo lar e, dentro dêle, quem pudesse proteger e amparar, a si e a seus dois filhinhos:

“Em novos laços prendeu-se
Minha Mãe — terna, querida;
Dêsse enlace tive um Pai,
Que me deu santa guarida.”

Desta vez, cabia-lhe escolher o nôvo espôso. E a escolha, ao que tudo indica, não apresentou dificuldades: de longa data conhecia o Dr. *Thomas Cochrane*, que — como já ficou dito — era compatriota, amigo e colega de seu falecido marido, a quem assistira, como clínico, em sua derradeira enfermidade. No dia 21 de abril de 1845, assinaram ambos o correspondente Contrato Nupcial, em que ficou previsto que o casamento se processaria “segundo o rito da Igreja Católica, Apostólica e

Romana” e com separação de bens. No dia 16 de maio do mesmo ano, data natalícia do noivo, casaram-se na cidade de Niterói, na Igreja de São João Batista do Icaraí.

Tinha Dona Helena Augusta, nessa época, 27 anos incompletos. O Dr. Thomas Cochrane completava naquele mesmo dia, 40. Treze anos os separavam, no tempo. Embora em circunstâncias menos discrepantes, os conselhos de Dona Maria Carolina Velasco Nogueira da Gama eram, ainda uma vez, seguidos: além de um espôso, encontrara um nôvo protetor.

Foi, assim, que veio a surgir no Brasil uma nova família — a *Família Cochrane*, cujas raízes podem ser encontradas no Velho e no Nôvo Mundo, em terras da Escócia medieval e do Portugal atlântico e, na América, em terras mineiras e paulistas.

Os MacFarlane-Cochrane

Ignacio Wallace e Maria Carolina, os dois únicos filhos de Dona Helena Augusta e do Dr. MacFarlane, teriam sido os representantes dos *MacFarlane* no Brasil não houvesse ela contraído novas núpcias com o Dr. Thomas Cochrane e, principalmente, se aquêles filhos do primeiro matrimônio, num gesto de gratidão, não houvessem adotado o sobrenome do padrasto.

Nos mesmos versos, escritos em 1873, o primogênito assim se refere ao Dr. Thomas Cochrane:

“Se a vida, o sêr lhe não devo,
Devo-lhe aquilo que sou
(Se algo sou neste mundo...)
Foi êle quem me adotou
Com paterno amor profundo,
Quem seu filho me chamou,
Sem distinção de seus filhos
Como tal sempre me amou.

Sob as asas protetoras
Dêsse Pai nôvo que achei,
E de uma Mãe carinhosa
Feliz cresci, me formei...”



Baronesa de Araujo Gondim

Dona Maria Carolina (*Mary*) Cochrane de Araujo Gondim, filha de Dona Helena Augusta e do Dr. Robert MacFarlane, adotou o sobrenome Cochrane como homenagem a seu padraсто, o Dr. Thomas Cochrane. Foi casada com o Dr. Antônio José Duarte de Araujo Gondim, Conselheiro do Império, diplomata e Barão de Araujo Gondim. (Fotografia tirada em Montevidéu, 1873).

Compreende-se perfeitamente êsse gesto, ditado por um coração afetuoso, que preferiu esquecer os laços do sangue e obedecer aos ditames da gratidão. Órfãos de pai ainda bem crianças, Ignacio Wallace e Maria Carolina, durante 28 anos, conviveram com o padraсто, foram por êle e pela mãe educados, "sem distinção de seus filhos" por êle foram amados como verdadeiros filhos e, assim, chamados. Não havia enteados no lar do Dr. Thomas Cochrane.

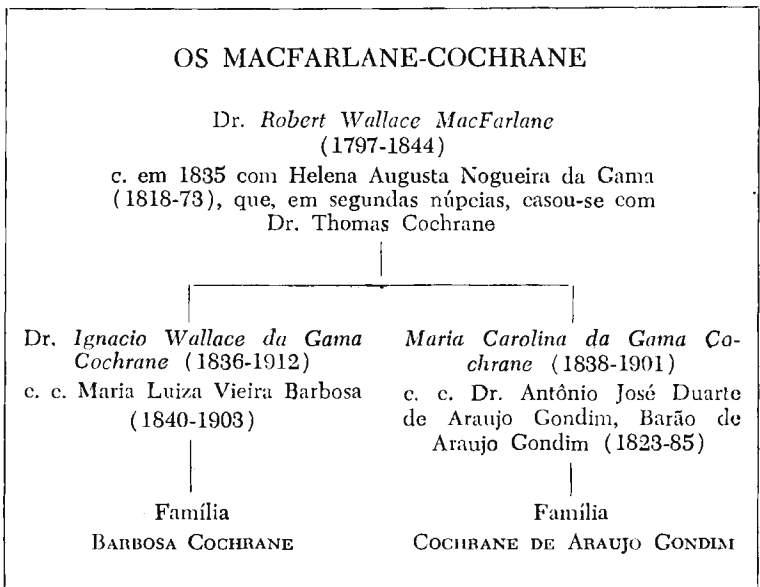
Em seu testamento, datado de 1866, escreveu o Dr. Thomas Cochrane:

“Sou casado com Dona Helena Augusta da Gama que, ao tempo de nosso casamento era viúva em primeiras núpcias de Robert Wallace MacFarlane, médico, tendo dêsse consórcio dois filhos — Ignacio Wallace da Gama e Dona Maria Carolina da Gama, e ambos tomaram meu nome de família (que é Cochrane)”.

Surgiram, pois, os que aqui chamamos de MACFARLANE-COCHRANE. Pelo sangue, são Nogueira da Gama MacFarlane; mas adotaram, com justificada razão, o nome de família do padraсто e, como *Gama Cochrane*, constituíram família e se perpetuaram através de numerosos descendentes.

Com efeito, dêsse ramo originaram-se duas famílias: os BARBOSA COCHRANE e os COCHRANE DE ARAUJO GONDIM.

O Dr. *Ignacio Wallace da Gama Cochrane* (1836-1912), engenheiro e parlamentar do Império, casou-se com Dona *Maria Luiza Vieira Barbosa*, filha de José Antonio Vieira Barbosa e de sua prima Dona Maria Luiza Vieira Barbosa. Dêsse casamento resultou a família BARBOSA COCHRANE, constituída por 12 filhos, dos quais cinco constituíram novas famílias: os Gondim Cochrane, os Cochrane Simonsen, os Cochrane Suplicy, os Cochrane de Azevedo e os Gonçalves Cochrane.



Por uma dessas curiosidades do Destino, por ter sido o Dr. Ignacio Cochrane o único filho varão de Dona Helena Augusta e por haver adotado o sobrenome Cochrane, todos os *Cochrane* existentes em nosso país dêle descendem e, através dos integrantes das famílias Gondim Cochrane e Gonçalves Cochrane, tendem a perpetuar no Brasil êsse nome de família, tal o número de netos, bisnetos e trinetos varões.

Dona *Maria Carolina (Mary) da Gama Cochrane* (1838-1901) veio a casar-se, em 1860, com o Dr. *Antonio José Duarte de Araujo Gondim*, Conselheiro do Império, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil nos Países da Prata (1873), Barão de Araujo Gondim (1876), dignitário da Imperial Ordem da Rosa, Comendador da Real Ordem de Carlos III, da Espanha, e Oficial da Águia Vermelha, da Prússia. Nasceu na cidade do Recife, Pernambuco, em 1823, e faleceu na cidade de Petrópolis, RJ, em 1885, aos 62 anos de idade. Era filho do Ouvidor Antonio José de Araujo Gondim, como êle também natural de Pernambuco⁽¹³⁾.

Dêsse casamento provieram apenas dois filhos: 1. Dona *Alice Cochrane de Araujo Gondim* (1861-1932), que se casou com seu primo-irmão Dr. Thomaz Wallace da Gama Cochrane (1861-1910), Ministro do Tribunal de Contas da União, primogênito do Dr. Ignacio Cochrane e de Dona Maria Luiza Vieira Barbosa, de quem teve três filhos, que constituem os GONDIM COCHRANE⁽¹⁴⁾; e 2. Dr. *Carlos (Carlito) Cochrane de Araujo Gondim* (1873-99), engenheiro, que se casou com Dona Maria da Gloria Sá (1874-1958), filha do Sr. Evaristo Juliano de Sá e de Dona Maria Adelaide Miranda, de quem teve três filhos, que constituem os SÁ DE ARAUJO GONDIM.

Ambas essas famílias correspondem aos COCHRANE DE ARAUJO GONDIM.

(13) Cf. VASCONCELLOS, Barão de (e) VASCONCELLOS, Barão Smith de — obra cit., p. 59; e MOYA, Salvador de — *Anuário Genealógico Brasileiro*, ano I, p. 79, São Paulo 1939.

(14) Veja o cap. 12.º desta obra.

II

Dr. THOMAS COCHRANE

Pioneiro das estradas de ferro

O Brasil ganha um médico escocês. "Stephenson's times". A Concessão Cochrane. Homem de visão e lutador. Fantasias de uma época. "Laissez faire, laissez passer"... Em busca de capitais ingleses. Compasso de espera. Ferido em seu amor próprio. A garantia de juros. Motivos de consolação. Derradeira tentativa. Vitória de um ideal. Incompreendido em seu tempo. Um nome que ficou na História.

O Brasil ganha um médico escocês

QUANDO TERIA CHEGADO ao Brasil o Dr. Thomas Cochrane? Ignoramos o dia e o mês, como também pormenores outros. Mas sabemos com segurança que o fato se deu no ano de 1829, de acôrdo com seu próprio testemunho em documento publicado na imprensa, 21 anos depois, ao defender-se contra um ataque à sua honorabilidade, e confirmado, em 1865, quando afirmou que estava "domiciliado há 36 anos no país e a elle prêso por laços de família"⁽¹⁾.

Não nos foi possível descobrir que motivos o teriam levado a dirigir-se da Inglaterra para o vacilante Império do Brasil. Apenas podemos afirmar que trazia consigo o diploma de médico e a garantia de rendimentos mais que suficientes para aqui viver sem maiores preocupações. Na verdade, ao completar 25 anos em maio de 1830, passara a dispor de uma

(1) Cf. *Carta-aberta* dirigida ao Dr. Justiniano José da Rocha, estampada no "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1850; e COCHRANE, Dr. Thomas — *Esboço historico sobre o primitivo projecto da Estrada de Ferro D. Pedro II*, datado de 2 de abril de 1865, Tip. Thevenet & Cia., Rua d'Ájuda, 16 — Rio de Janeiro, 1866.

renda anual de 3.000 libras esterlinas, que por disposição testamentária lhe deixara o pai — o “Honorable” Basil Cochrane, falecido em agosto de 1826⁽²⁾, quantia essa que, ao câmbio da época, assegurava-lhe uma renda mensal da ordem de 2 contos de réis, equivalente, em nosso atual poder aquisitivo, a mais de 2.500.000 cruzeiros.

Foi com essa base financeira que aqui desembarcou Thomas Cochrane, Bacharel em Letras pela Universidade de Paris e formado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Londres.

Do livro de sua autoria — *Medicina Doméstica Homeopática*, cuja primeira edição data de 1849⁽³⁾, constam seus principais títulos:

“Bacharel em Letras pela Universidade de França, formado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Londres, Membro fundador da Academia Médico-homeopática do Brasil, e um dos Médicos do Hospital estabelecido pela mesma Academia; Membro correspondente da Sociedade de Medicina Homeopática de Paris, e de várias Sociedades científicas.”

Nada sabemos a respeito dos primeiros anos de sua residência no Brasil. Seu nome aparece somente ao findar a década de 1830, quando Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, exercia o cargo de Regente do Império. Não como médico homeopata, mas como o homem que, primeiro, sonhou em dar uma estrada de ferro ao nosso país.

“Stephenson’s times”

A Grã-Bretanha que Thomas Cochrane, adolescente e mômço, conheceu, era um país já dominado pela Revolução Industrial; e, dentro dela, pela ânsia de melhor aproveitar os inventos de RICHARD TREVITHICK (1803) e de GEORGE STEPHENSON (1814), criadores das primeiras locomotivas a vapor.

(2) De acôrdo com o *testamento* datado de 7 de junho de 1824 e passado na cidade de Londres, cuja cópia autêntica possuímos, Basil Cochrane deixou, para cada um de seus filhos, “meninos ou meninas que completarem 25 anos de idade” a referida quantia de £ 3.000.

(3) Cf. SILVA, Innocencio Francisco da — *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo VI, p. 341, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862.



George Stephenson
(1781-1848)

Engenheiro inglês, inventor da locomotiva e pioneiro das estradas de ferro na Inglaterra. (Gravura de "L'illustration", Paris, 9 de setembro de 1848).

Com efeito, foi exatamente nessa fase de sua existência que vieram a surgir as *vias férreas* com as características gerais que hoje conhecemos. Basta lembrar que tinha Thomas Cochrane 20 anos quando, no mês de setembro de 1825, inaugurou-se a primeira estrada de ferro da Inglaterra e do Mundo, unindo Stockton a Darlington, nova vitória de Stephenson: a locomotiva por êste construída, sob os aplausos dos Inglêses, conseguiu vencer os 61 km que separam aquelas duas localidades da bacia carbonífera do Tees, arrastando 27 vagões repletos de carvão, a uma velocidade média de 10 km horários... E, em setembro de 1829, quando Cochrane já completara 24 anos, assistiu a população daquele país ao espetáculo sen-

sacional e inédito, que consistiu na competição entre cinco diferentes tipos de locomotivas e de que saiu vitoriosa, sòzinha, a "Rocket" de Stephenson, conduzindo um comboio de 13 toneladas e conseguindo o recorde de 17 km horários!

Foi nessa atmosfera de entusiasmo e de tensão que o jovem médico teria deixado a Inglaterra para fixar-se, em definitivo, no Brasil. E, aqui, não tardou a ver-se envolvido numa atmosfera comparável, embora menos excitante, uma vez que o assunto também passara a preocupar os responsáveis pelos destinos do país. A melhor prova disso temos no projeto de lei apresentado e discutido na Assembléia do Império em outubro de 1835 e, a 31 do mesmo mês, sancionado pelo então Regente — Padre Diogo Antônio Feijó, sob a forma do Decreto n.º 100, cujo artigo 1.º estabelecia o seguinte:

"Art. 1 — O Governo fica authorisado a conceder a huma ou mais Companhias, que fizerem huma estrada de ferro da Capital do Rio de Janeiro para as de Minas Geraes, Rio Grande do Sul, e Bahia, Carta de privilegio exclusivo por espaço de quarenta annos, para uso de carros para transporte de generos e passageiros"(2).

Foi com base nesse Decreto que o Dr. Thomas Cochrane, "un étranger entreprenant, domicilié au Brésil, où il a fait souche honorable et honorée"(3), deu início a uma ativa propaganda em favor das estradas de ferro e acabou por se transformar, por mais de uma década, em discutida personagem de nosso incipiente drama ferroviário.

A Concessão Cochrane

"Era natural — observa ALBERTO DE FARIA — que a um súdito inglês coubesse a iniciativa na realização dos caminhos de ferro, uma vez que o Govêrno não a tinha querido tomar a si. Era de louco supor que um brasileiro pudesse ser o iniciador de tal empreendimento. Não havia capitais, não havia homens, nem podia haver idéias num corpo comercial e indus-

(2) Cf. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil, desde a Independencia* — 1835, vol. VI, p. 412, Tip. De Silva, Ouro Preto, 1836.

(3) PINHEIRO, Fernandes — *Chemins de Fer*, cap. XIII da obra "Le Brésil en 1889", organizada por F.-J. de SANTA-ANNA NERY, p. 384, Lib. Charles Delagrave, Paris, 1889.

trial, cuja base de operações era a importação de escravos da costa da África“⁽⁴⁾.

Mas, deixemos que o próprio Dr. Thomas Cochrane relate-nos as circunstâncias que o levaram a conceber o audacioso plano. Vale a pena transcrever, na íntegra, o seu depoimento:

“Foi em 1838, por ocasião de uma excursão que fiz ao interior do Rio de Janeiro, que pela primeira vez tive a idéia de empreender a construção de uma estrada de ferro no Brasil.

O sistema de transportes, adotado no país, sistema que reunia os três maiores defeitos da condução — a carestia, a lentidão e risco, bastou para despertar esse pensamento, que a fertilidade do solo acoroçoava.

Era meu companheiro de jornada o Sr. Barão de Schnéeburg, hábil engenheiro e meu amigo. Auxiliado por êle, tratei logo de estudar a exequibilidade da idéia; examinando as condições topográficas e atendendo à população e cultura dos municípios. Quanto à parte técnica, preocupava-nos especialmente a possibilidade do trajeto da serra”⁽⁵⁾.

Não deixou êle de lembrar uma iniciativa anterior, embora inconsequente houvesse sido:

“Antes de mim, só houve a respeito de vias férreas no Brasil uma veleidade do Marquês de Barbacena, quando esteve em Londres. Não passou de uma aspiração vaga, como sem dúvida aparece por tôda a parte”...

Cada vez mais entusiasmado, logo que regressou à cidade do Rio de Janeiro e naquele mesmo ano de 1838, solicitou ao Governo Imperial a necessária concessão para construir uma estrada de ferro. Não levou em conta os têrmos estritos do art. 1.º do já citado Decreto n.º 100. Pretendia dar ao país uma via férrea que, partindo da Capital do Império, fôsse alcançar — note-se bem! — a Província de São Paulo.

A tramitação do requerimento foi lenta. Por isso mesmo, sòmente a 4 de novembro de 1840, por Decreto da lavra do Conselheiro Antônio Carlos, foi-lhe concedido, pelo prazo de 80 anos, privilégio exclusivo para, por si ou através de Companhia que viesse a organizar, construir um caminho de ferro que, partindo da Côrte, atravessasse a Serra do Mar no local mais conveniente e, depois de passar por Pirai, Barra Mansa, Rezende e Campo Belo, fôsse atingir a Província de São Paulo.

(4) FARIA, Alberto de — *Mauá* (Ireneu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, 1813-1889), 4.ª edição, p. 151, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1958.

(5) COCHRANE, Thomas — *Esboço historico...*, Rio de Janeiro, 1866.

Em sua edição de 11 de novembro de 1840, o "Jornal do Comércio" publicou a íntegra do ofício dirigido ao Dr. Thomas Cochrane, que é o seguinte:

"S. M. o Imperador manda remetter a Vm. para seu conhecimento a inclusa copia do decreto de 4 do corrente, pelo qual houve por bem conceder-lhe privilegio exclusivo pelo tempo de oitenta annos, para a construcção de hum caminho de ferro, que principie no Municipio da Côte e termine na provincia de S. Paulo; bem como a copia das condições a que o mesmo se refere.

Deos guarde á Vm.

Paço, em 5 de Novembro de 1840

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Sr. Thomas Cochrane."

Não havia tempo a perder. No dia 25 de novembro dêsse mesmo anno de 1840, lançou o Dr. Thomas Cochrane as bases da *Imperial Companhia da Estrada de Ferro*, com um capital de 8.000 contos de réis, dividido em 16.000 ações de 500\$000, cada uma. E, dois dias depois, publicou o "Jornal do Comércio" um *Prospecto*, verdadeiro Manifesto dirigido ao Povo brasileiro, annunciando o empreendimento, na esperança de obter o indispensável apoio financeiro.

O documento é dos mais interessantes. Nêle figuram os nomes que compunham a *Diretoria* provisória: Joaquim José Pereira de Faro, José Antonio de Oliveira Silva, Antonio da Cunha Barbosa Guimarães, Miguel Eugenio Monteiro de Barros e Thomas Cochrane; como também o *Tesoureiro* — João Pedro da Veiga, e o *Secretário* — Carlos Pentland, signatário do "Prospecto".

Lá estão os *objetivos* do empreendimento: "transportar, por máquinas locomotivas ou qualquer outro motor, posteriormente descoberto, não só tôdas as mercadorias e gêneros de Serra Acima, e vice-versa, como também passageiros, gado vacum, porcos, etc., madeiras, lenha e vários outros produtos que não podem descer pelo presente modo de transporte".

Lá figuram as *vantagens* oferecidas pelo nôvo meio de transporte, que o brasileiro só conhecia por notícias procedentes da Europa: "A grande vantagem resultante dêste nôvo sistema de itineracção não deve ser indifferente aos fazendeiros e negociantes residentes no interior do país, visto aumentar-lhes o valor dos seus terrenos e facilitar-lhes as comunicações mercantis", porque pretendia a empresa "construir armazéns

e depósitos em diversos pontos intermediários das ditas estradas, comunicando com todos os caminhos vicinais, laterais e travessos; nos lugares onde os fazendeiros escolherem para o cômodo geral e conveniência da Companhia". Além disso, chamavam os Diretores "a atenção do público sôbre a posição geográfica da estrada, que abrangerá todos os pontos de comunicações comerciais de Minas Gerais, S. Paulo, Goiás e Mato Grosso".

No gôzo de um privilégio de 80 anos, esperava a Companhia "grandes vantagens, resultantes do imenso comércio do interior com a Côrte". Na semana seguinte, teria início a subscrição das 16 mil ações, ficando as listas depositadas "na praça do Comércio" e no escritório da Companhia, à Rua do Ouvidor, n.º 66.

Tinha início, assim, a maior aventura da vida do Dr. Thomas Cochrane.

Homem de visão e lutador

Para que se possa bem avaliar o alcance da iniciativa, necessário se torna recordar que, por essa época, a cidade de São Paulo, meta natural da projetada estrada, não passava de um "burgo de estudantes" — na definição feliz de ERNANI SILVA BRUNO⁽⁶⁾, e sua população urbana não ultrapassaria 15.000 habitantes⁽⁷⁾, ao passo que Rio de Janeiro e Salvador possuíam mais de 100.000.

Teria o Dr. Cochrane, em visão profética, previsto a futura importância da Capital paulista, ou a grandeza econômica da então Província?

Esta última hipótese parece a mais aceitável, porque, exatamente nesse período, o café iniciava sua marcha através do Vale do Paraíba, no rumo de montante; em 1836, o trecho paulista produzia 86,5% do total da Província e o então muni-

(6) BRUNO, Ernani Silva — *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, vol. II, Liv. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1953; e, também: MATOS, Odilon Nogueira de — *São Paulo no século XIX*, em "A Cidade de São Paulo — Estudos de geografia urbana", vol. II, cap. II, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1958.

(7) De acôrdo com Daniel Pedro MÜLLER, em seu *Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de São Paulo* (Tip. Costa Silveira, São Paulo, 1838), no ano de 1836 o município de São Paulo não teria mais do que 21.933 hab., dos quais cêrca de 10.000 viveriam na área urbana.

cípio de Areias vinha à frente dos centros de produção, com mais de 102.000 arrôbas⁽⁸⁾.

Para um europeu de origem escocesa tais fatos teriam, certamente, importância enorme, porque não ignorava que os *fatôres econômicos* é que deveriam presidir à construção das vias férreas (o que está bem explícito no "Prospecto" dado a público) e, não, os *fatôres políticos*, conforme o texto do Decreto de 31 de outubro de 1835 parece claramente indicar. Na verdade, por que a referência ao Rio Grande do Sul, por exemplo, senão para atender à grave situação político-militar, criada com a eclosão da Guerra dos Farrapos, a 20 de setembro de 1835?

Tudo parece indicar que ALBERTO DE FARIA teve razão ao afirmar que "era de louco supor que um brasileiro pudesse ser o iniciador de tal empreendimento". Porque até mesmo aquêle "súdito de S. M. Britânica" sentiu-se esmagado pelas dificuldades de tôda ordem, que se antepunham à iniciativa. "Sem proteção especial, reduzido aos meus próprios recursos, foi necessário muita coragem de minha parte para encarar com a idéia grandiosa em cuja realização me empenhava" — confessou o próprio Dr. Cochrane⁽⁹⁾. Não obstante, dois motivos o impeliam para a luta: o privilégio que lhe fôra concedido pelo Govêrno Imperial e, mais que tudo, "uma confiança profunda no futuro dêste país" — de acôrdo com suas próprias palavras.

Surge, então, a figura do lutador. A partir de janeiro de 1841, percorreu o Dr. Thomas Cochrane os principais municípios das províncias de São Paulo e Minas Gerais, numa excursão que se prolongou por cinco meses e numa caminhada de 700 léguas, vale dizer, 4.200 km! No entanto, "a fadiga das jornadas na estação das chuvas, e por caminhos ásperos, foi bem compensada pelo acolhimento animador de todos os fazendeiros". Regressou à Côrte trazendo compromissos no valor de 3.000 contos de réis, "soma importante naquela época", "talvez de um valor triplo ao que teria 15 anos depois, porque a subsistência e o salário encareceram no país progressiva e rapidamente" — conforme êle mesmo observou⁽¹⁰⁾.

(8) Cf. MILLIET, Sergio — *Roteiro do Café e outros ensaios*, Departamento de Cultura, São Paulo, 1939; e MÜLLER, Daniel P. — *obra cit.*

(9) COCHRANE, Thomas — *Esboço histórico...*, *cit.*

(10) COCHRANE, Thomas — *obra cit.*

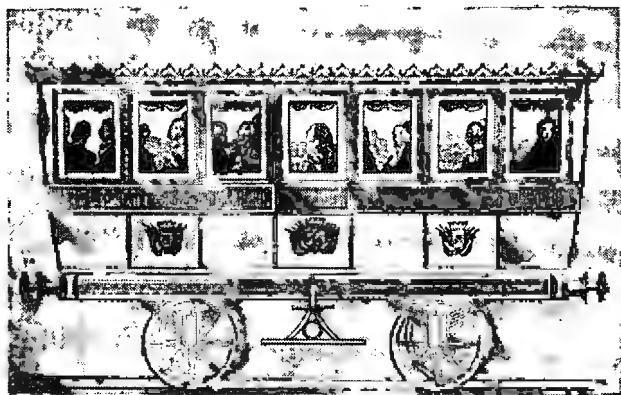
Fantasia de uma época

Apesar disso, suas palavras não tiveram o esperado êxito nos círculos políticos e financeiros mais poderosos da Côte e das maiores cidades.

Reinava no Brasil uma lastimável incompreensão acêrca do verdadeiro papel representado pelas estradas de ferro, particularmente entre os capitalistas "sem idéias", "cuja base de operações era a importação de escravos da costa d'África", de acôrdo com as palavras, já citadas, de ALBERTO DE FARIA.

Não era só isso. Tal como acontecia na própria Europa, havia os que, sinceramente, não acreditavam na eficácia do nôvo meio de transporte — dispendioso, incerto no funcionamento, sem que ainda oferecesse a desejada segurança. Da mesma maneira que havia os que o temiam, quer porque a locomotiva poderia explodir, e a fumaça seria nociva aos vegetais e acabaria por destruir as culturas, além de dar morte aos pássaros e fazer secar o leite das vacas — tudo isso sem falar na possibilidade de vir a Humanidade perecer, em massa, sufocada pelos gases acumulados na atmosfera... E as fagulhas, que as chaminés vomitavam sem cessar? Seriam a causa permanente de incêndios por sôbre incêndios.

Os que já leram algo sôbre o assunto sabem que não estamos imaginando argumentos. Limitamo-nos a reproduzir o que foi recolhido pelos que estudaram essa época, que chegam a citar a opinião de um homem culto — ARAGO, físico e astrônomo francês, que admitia a possibilidade da trepidação dos trens vir a ocasionar doenças nervosas; da rápida sucessão das imagens ser responsável pela inflamação da retina; da travessia dos túneis produzir defluxos ou fazer vítimas através da pleurisia; sem falar nos prejuízos que poderia ocasionar ao Exército francês, tornando efeminados os soldados, desde que lhes poupava as grandes marchas a pé. Ou de um historiador, do porte de MICHELET, que estaria convencido de que a rápida mudança de um clima para outro poderia produzir efeitos mortais nas vias respiratórias. Ou de um famoso estadista, como THIERS, que não via necessidade de construir em França mais



Um vagão de luxo — 1843

A adesão da aristocracia à estrada de ferro ocasionou a introdução de um luxo e conforto que os primeiros vagões não possuíam. A gravura, reproduzida de "L'Illustration" (Paris, 6 de maio de 1843), mostra o vagão destinado aos príncipes de França, por ocasião da inauguração da via férrea que ligou Paris a Orléans.

de 5 km por ano de novas vias férreas, porque receava que a linha de Paris a Bruxelas parasse em St. Quentin por falta do que transportar⁽¹¹⁾.

E havia mais. Da mesma maneira que, na Europa, os proprietários das *diligências* teriam feito uma guerra surda e tenaz contra o nôvo invento, na certeza (que se confirmou) de que viria prejudicar e dismantelar suas atividades, ocasionando-lhes incalculáveis prejuízos financeiros, deixando sem valor o capital empatado em veículos, animais e estalajens, ao mesmo tempo que fazendo cessar seus lucros e condenando ao desemprego um número substancial de pessoas, — algo de semelhante aconteceu no Brasil. Coube aos nossos *tropeiros*, cuja importância e poderio foram tão bem estudados por PANDIÁ CALÓGERAS⁽¹²⁾, solapar, de tôdas as maneiras, a cons-

(11) Sôbre o assunto, consultar: GINAT, M. (e) WEILER, A. — *Les Voyages, du coche à l'avion*, pp. 72-74, Bourtelier, Paris, 1935; FARIA, Alberto de, *obra cit.*, p. 150; e AZEVEDO, Aroldo de — *O avorecer das vias férreas*, Revista de Ciências Econômicas, II, n.º 5, São Paulo, setembro outubro de 1940.

(12) CALÓGERAS, J. Pandiá — *Estudos Históricas e Políticos*, 2.ª edição, pp. 578-592, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936.

trução das estradas de ferro e, em particular, o papel econômico que viriam a representar, na certeza de que seu advento ocasionaria o término do chamado *ciclo do muar* e, com êle, a importante função exercida pelas "tropas-de-burros", em suas andanças pelo país, a par da desvalorização do capital aplicado na manutenção desse sistema de transporte. Ao enumerar os diversos fatores que fizeram retardar a construção de vias férreas em nosso país, MORALES DE LOS RIOS FILHO não se esqueceu de pôr em realce, ao contrário de outros estudiosos do assunto, a "terrível oposição" que sempre lhes fez o nosso *tropeiro*, o dono das tropas de animais de carga. Porque,

"O tropeiro era *um tudo*: transportava mercadorias, materiais, produtos, valores, correspondência, dinheiro, jornais, encomendas e pessoas. Foi o transmissor de recados políticos, o *leva-e-traz* das cartinhas amorosas, o disseminador de notícias e boatos. Ouvia as coisas do sertão e as transportava para a Corte; trazia dela, para o interior, as *novidades*, às vezes bem velhas. O tropeiro, que monopolizava tudo isso, não podia aceitar o evento da estrada de ferro"⁽¹³⁾.

Como se tudo isso não bastasse, cumpre lembrar que o Brasil de então vivia dias intranquillos, tendo como Imperador um adolescente, a Guerra dos Farrapos ensanguentando o Sul (pois só teve fim em 1845), a Revolução Liberal pondo São Paulo e Minas Gerais em pé de guerra (1842), a Revolução Praieira convulsionando Pernambuco (1848).

É evidente que o Dr. Thomas Cochrane, empolgado pelo seu ideal, não soubera escolher o momento oportuno para levar avante o grande empreendimento. Daí as suas lutas. Daí o seu fracasso, afinal.

Por longos e atribulados doze anos (durante os quais constituiu família, através de seu casamento com Dona Helena Augusta), procurou, como um titã, tornar realidade a concessão que obtivera em novembro de 1840.

(13) RIOS FILHO, Adolfo Morales de los — *O Rio de Janeiro Imperial*, p. 122, ed. "A Noite", Rio de Janeiro, 1946. Sobre o assunto, consultar: GOULART, José Alípio — *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*, ed. Conquista, Rio de Janeiro, 1961; e SCHMIDT, Carlos Borges — *Tropas e tropeiros*, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 32, São Paulo, julho de 1959.



Dom Pedro II e Dona Tereza Cristina em 1843

As gravuras, reproduzidas de "L'illustration" (Paris, 24 de junho de 1843), mostram o Imperador e a Imperatriz na época de seu casamento.

“Laissez faire, laissez passer” . . .

Evidentemente, não bastavam os prometidos 3.000 contos, que os fazendeiros mineiros e paulistas haviam concordado em aplicar no empreendimento. O capital da Companhia a ser criado deveria ser de 8.000. Parecia ao Dr. Cochrane “indispensável levantar no Brasil maior soma, que animasse o capital estrangeiro”⁽¹⁴⁾.

Por isso mesmo, logo em setembro de 1841 apelou à Câmara dos Deputados do Império no sentido de que autorizasse o Governo a subscrever ações da *Imperial Companhia da Estrada de Ferro*, além da concessão de algumas outras vantagens. Seu apêlo obteve eco e, na sessão de 20 de outubro daquele ano, passou-se à discussão do seguinte Projeto de Lei, de autoria dos deputados Francisco Ramiro de Assis Coelho (da Bahia), Herculano Ferreira Penna (de Minas Gerais) e Bazilio Quaresma Torreão (do Rio Grande do Sul):

Art. 1.º — Fica o Governo autorizado a subscrever pelo valor de duas mil ações, como acionista da Companhia organizada por Tomás Cochrane, para construir uma estrada de ferro que comece no município da Côrte e acabe na Província de São Paulo, conforme o Decreto de 4 de novembro de 1840 e condições que o acompanham.

Art. 2.º — As máquinas, carros de vapor e instrumentos necessários importados, serão isentos dos direitos de importação por tempo de cinco anos.

Art. 3.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Câmara dos Deputados, 13 de setembro de 1841.”

Como observou o próprio Dr. Cochrane, “relevar notar que êsse subsídio era muito menor do que o posteriormente concedido de garantia de 7%”.

Os debates foram prolongados e acalorados, com opiniões favoráveis e contrárias, embora ninguém ousasse negar as vantagens das estradas de ferro. ALVARES MACHADO julgava “impossível estabelecer-se uma estrada de ferro para nela transitarem carros movidos a vapor, a vista de nossas montanhas, difíceis de cortar”, porque sempre ouvira dizer que “uma boa

(14) COCHRANE, Thomas — *Esboço histórico...*, cit.

estrada devia ser construída em plano paralelo ao horizonte"... THEOPHILO OTTONI pensava que era necessário garantir o dinheiro do Tesouro Imperial (o que o projeto não previra) e desejava que, se tal sacrifício financeiro viesse a ser feito, o fôsse em favor da empresa que maiores vantagens oferecesse. SOUZA MARTINS confessava, de público, que, em sua opinião, sobre o assunto a ignorância era geral...

Mesmo assim, foi o projeto aprovado e, a seguir, encaminhado ao Senado. Sobreveio, então, a Revolução Liberal de 1842, iniciada em Sorocaba a 17 de maio e em Barbacena a 10 de junho, o que ocasionou o esquecimento do assunto.

Sòmente na sessão de 3 de fevereiro de 1843 passou a ser discutido no Senado. Ali, COSTA FERREIRA pronunciou-se inteiramente a favor, porque "os vapores e as estradas de ferro são os verdadeiros laços que hão de unir o Brasil". Já HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO, futuro Marquês do Paraná, era de opinião que, "com 8.000 contos, quando muito se poderá fazer entre nós 8 léguas de estrada; entretanto, esta tem de percorrer, só até Rezende, 30 léguas". Outros alegaram que era necessário fazer economia, em virtude das perturbações causadas pela Revolução de 1842 sobre as finanças nacionais. Todavia, o argumento mais sério tinha caráter doutrinário: espelhando as idéias reinantes do liberalismo econômico, parecia a muitos inconcebível admitir-se um Estado industrial e nem mesmo que o Govêrno do Império viesse a fazer parte, como acionista, de uma empresa particular⁽¹⁵⁾. E o projeto acabou por ser rejeitado.

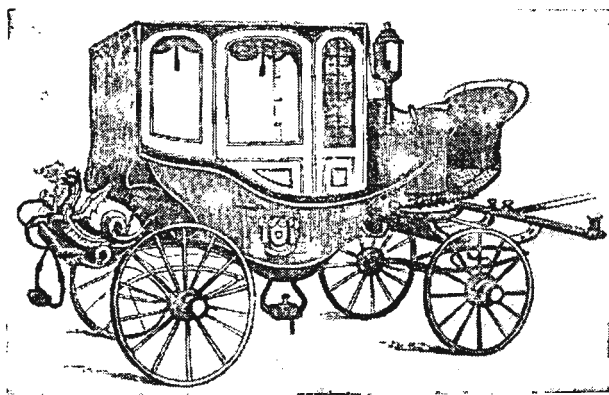
Em seu "Esbôço Histórico", o Dr. Cochrane assim registrou o fato, que tanto o vinha prejudicar:

"Na legislatura de 1843, tive a infelicidade de perder por um só voto a causa da prosperidade do Brasil, que eu pleiteava com todo o ardor ante seus representantes.

Não esmoreci, contudo. Tinha-me dedicado de corpo e alma a essa idéia, e ainda hoje (1865), à parte qualquer interesse pecuniário e o mínimo ressaibo de inveja, me dói, quando me lembro que a glória de a realizar me foi arrancada!

É verdade que para atribuí-la a quem mais a merecia."

(15) Cf. BRITO, José do Nascimento — *Bernardo Pereira de Vasconcellos e a verdadeira origem das estradas de ferro do Brasil*, "Revista do Clube de Engenharia", vol. XXII, n.º 166, pp. 163-164, Rio de Janeiro, junho de 1950.



Carruagem usada no casamento de Dom Pedro II

Foi construída nas oficinas de Mr. Palliser, em Londres. Notável por sua extrema leveza e grande solidez, pintada de verde e amarelo, e ornada com frisos de ouro e prata. O enquadramento das vidraças era de acaju. "O mecanismo das cortinas, nôvo e engenhoso, obedece aos menores movimentos e deixa penetrar, na exata proporção que se deseja, o ar e a luz". O interior era guarnecido de cetim branco e "tudo é disposto de maneira que tôdas as atitudes sejam fáceis e que se seja doce e levemente conduzido". A frente, duas plantas: o café e o tabaco, simbolizando riquezas do Brasil; atrás, figuras douradas representando serpentes e dragões. (Texto e gravura de "L'Illustration", Paris, 9 de setembro de 1843).

Pela mesma época, em França, THIERS prosseguia em sua campanha de desconfiança em relação às via férreas, duvidando que os operários viessem a utilizá-las como meio de transporte, ao mesmo tempo que protestava contra a dispersão dos recursos do Estado em matéria de serviços públicos. Mas, teve contra si a opinião dos saint-simonianos, de todos quantos regressavam, entusiasmados, da Inglaterra e, particularmente, dos capitalistas (como Pereire e Rothschild), criadores das primeiras linhas (Paris-Saint Germain, Paris-Lille), embora com êle concordassem em incentivar a iniciativa privada, apesar dos inegáveis êxitos registrados na Bélgica, a partir de 1834, pelo sistema do Estado industrial⁽¹⁶⁾.

Na Inglaterra, muito pelo contrário, continuava o extraordinário sucesso do nôvo invento, que passou a ser utilizado

(16) Cf. OTTONI, Christiano B. — *O futuro das estradas de ferro no Brasil*, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1859; e MORAZÉ, Charles — *Les Bourgeois Conquérants* (XIX.^o siècle), pp. 212-213, Lib. Armand Colin, Paris, 1957.

pela aristocracia (o que determinou a introdução de um conforto e de um luxo, antes desconhecido, quer nas estações ferroviárias como nos vagões de passageiros), ao mesmo tempo que o volume de mercadorias a transportar aumentou de maneira extraordinária, exigindo a rápida construção de vagões de carga. E uma nova clientela não tardou a surgir: a daqueles que antes muito pouco viajavam, os quais, saindo de sua imobilidade e levados por desejo incontido de conhecer os novos trens, passaram a entulhar os vagões de 3.^a classe⁽¹⁷⁾.

Por êsse motivo e, naturalmente, por ser um cidadão britânico, nada mais natural que o Dr. Cochrane, desencantado com os responsáveis pelos nossos destinos, viesse a apelar para o capitalismo inglês.

Em busca de capitais ingleses

Voltou-se — segundo suas próprias palavras — “para o capitalista universal, Londres, onde tôda a indústria séria acha animação”. Em fins de 1844, escreveu a seu irmão, George Cochrane, remetendo-lhe tôdas as informações necessárias. O sucesso da idéia parece ter excedido sua própria expectativa, porque, sem demora, conseguiu atrair um grupo de capitalistas “respeitável pela riqueza e posição comercial”.

Sobre o assunto, ouçamos o próprio Dr. Cochrane:

“Publicado o prospecto da projetada companhia, foi tal o entusiasmo e afluência de tomadores de ações, que sólidos capitalistas mal puderam obter um número restrito de ações, e já com ágio. Em poucos dias se inscreveu um capital de três milhões de libras esterlinas.”

Tudo isso aconteceu, apesar de não gosar a projetada empresa de nenhuma garantia de juros, contando, apenas, com o privilégio de zona (dentro de 5 léguas paralelas ao trilho), pelo prazo de 80 anos.

Todavia, quando tudo indicava que poderia cantar a vitória, novos entraves apareceram, como se o Destino teimasse em negar-lhe a merecida glória. É que o Decreto de novembro de 1840 estipulava que o concessionário deveria dar início à construção da estrada de ferro dentro do prazo de quatro anos, sob pena de ser considerado caduco o contrato, ou reno-

(17) Cf. MORAZÉ, Charles — obra cit., p. 211.

vado, se viesse a pagar a multa de 4 contos de réis. E os quatro anos haviam expirado.

O Ministro do Brasil em Londres⁽¹⁸⁾ não teve a menor contemplação, nem se deixou influenciar pelo sucesso obtido pelo empreendimento nos meios financeiros da Inglaterra: ordenou imediatamente a suspensão das providências encetadas e declarou caduco o privilégio. A notícia estourou como se fôra uma bomba. Mas, tamanha eram a fé e a confiança na empresa, que a Diretoria ofereceu-se, de imediato, a depositar dez vêzes o valor da multa (40 contos de réis), desde que o Ministro voltasse atrás em sua decisão, permitindo que a Companhia se organizasse, até decisão final do Govêrno do Império. No entanto, nosso representante diplomático recusou a proposta, permanecendo inabalável em sua decisão. Por que assim agiu? Não temos elementos para saber.

Conhecemos, apenas, o ponto de vista do Dr. Cochrane, exposto com muita clareza em seu "Esbôço histórico":

"Desde que o citado Decreto de 1840 estabelecia como condição para a renovação do contrato o pagamento da multa de 4:000\$, parece que satisfeita esta pelo empresário, até em décuplo, subsistia o privilégio. Faltava apenas a fórmula da aceitação por parte do Govêrno, fórmula que podia ser preenchida pelo seu agente.

Levado, porém, o rigor ao ponto de não querer o Ministro assumir tão pequena responsabilidade, restava o expediente proposto de consentir na instalação da Companhia e aguardar a decisão final do Govêrno; se este resolvesse contra, ficaria sem efeito a Companhia. Era impossível, porém, receiar a desaprovação de um ato que, sem o menor onus para o Brasil, o dotava de repente com uma estrada de ferro, no custo de 3 milhões de libras esterlinas!"

Mal recebeu êle, na Côrte, tão má notícia, requereu a revalidação do privilégio, na esperança de ser relevado da multa, face às poderosas e públicas razões que o haviam impedido de dar início à grande obra a que se propusera. Estava, porém, Dom Pedro II, neste exato momento, em viagem pela Província do Rio Grande do Sul, que acabava de ser pacificada, com o término da Revolução Farroupilha (1845), o que viria retardar o deferimento de sua petição. "Para ganhar tempo — esclarece o Dr. Cochrane — paguei a

(18) É possível que se tratasse do Conselheiro José Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (cf. *Folhinha Laemmerl*, 1845),



A Rainha Vitória e seus ministros

Em torno da figura da soberana da Inglaterra, aparecem, entre outros: Wellington, Gladstone, Peel e Aberdeen. (Gravura de "L'Illustration", Paris, 4 de julho de 1844).

multa e, restabelecido o privilégio, apresentei-o de novo em Londres".

Da Inglaterra, entretanto, as notícias que recebeu vieram pôr à prova, uma vez mais, a tenacidade do grande batalhador: registrara-se súbita mudança na mentalidade dos capitalistas londrinos, em virtude do exemplo dado pela Rússia, pela Prússia e pela França, que acabavam de oferecer uma

garantia de juros não inferior a 4%, além de outras vantagens, às empresas ferroviárias. Chegara a seu fim a política do "laissez faire" e os financistas de Londres passaram a reclamar, pelo menos para o caso brasileiro, uma garantia de juros de 5%.

Sem desanimar, expôs o Dr. Cochrane ao Governo Imperial os novos obstáculos. Mas, ao que parece, tudo corria com extraordinária lentidão, naquele tempo, como ainda hoje, até mesmo iniciativas como essa, de tão vital importância para o país. É bem verdade que a descrença de muitos prosseguia. O próprio BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS, um dos signatários do Projeto de Lei de 1835, teria dito, em 1849, a zombar das idéias do Dr. Cochrane: "Construam; os trens carregarão no primeiro dia do mês tudo que há no interior para transportar e ficarão ociosos por 29 dias"⁽¹⁹⁾; e HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO chegou a assim falar aos habitantes de Vassouras: "Caísse do céu, prontinha, a estrada que vocês desejam, e a renda não chegaria para conservá-la e custeá-la"⁽²⁰⁾.

Foi somente no Ministério conservador, presidido por José da Costa Carvalho, futuro Marquês de Monte Alegre (1848-52), "um dos mais prestantes cidadãos do Império, cuja memória honram quantos prezam o civismo e a virtude" (conforme as palavras do Dr. Cochrane), que o assunto ficou resolvido. "Sentindo a necessidade de dotar o país com uma via-férrea", reconheceu (o Presidente do Conselho) que, em concorrência com países mais adiantados, devia o Brasil, para chamar o capital estrangeiro, oferecer-lhe maiores vantagens"⁽²¹⁾.

Compasso de espera

Teve início, então, a fase final do verdadeiro drama em que o Dr. Cochrane vinha representando o principal papel.

Em 2 de janeiro de 1849, o Conselho de Estado, com anuência do Imperador, revalidou o privilégio concedido em 1840, com a garantia de juros de 5%, a isenção de direitos de importação para as máquinas e outras vantagens, "ad referendum" da Câmara dos Deputados, dissolvida no ano anterior.

(19) Cf. BRUTO, José do Nascimento — *obra cit.*, p. 161.

(20) OTTONI, Christiano B. — *obra cit.*

(21) COCHRANE, Thomas — *Esboço histórico...*, *cit.*

Mas todo o ano de 49 escoou-se sem que aquela Casa do Legislativo tomasse qualquer decisão sôbre o assunto. E o ano de 1850 foi tràgicamente marcado pelo aparecimento da *febre amarela*, perturbando a marcha normal dos negócios públicos. Os primeiros casos foram constatados, na cidade do Rio de Janeiro, em fins de dezembro de 1849, recrudescendo a epidemia entre janeiro e maio do ano seguinte, atingindo não apenas a gente do povo mas também “as classes mais cultas e elevadas”; dias houve, em que o número de óbitos registrados nas páginas do *Jornal do Comércio* atingiu a cifra de 200(22). O terror apoderou-se da população e o progresso do país sofreu sério retardamento, particularmente por haver paralisado a entrada de estrangeiros. No dia 3 de maio de 1850, ao declarar encerrada a primeira e aberta a segunda sessão da 8.^a legislatura da Assembléia Geral Legislativa, S. M. o Imperador pronunciou, de início, estas palavras:

“Algumas cidades do nosso litoral, e especialmente as da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, têm sido assaltadas nestes últimos meses de uma febre epidêmica. Os estragos da enfermidade, que aliás não estão em proporção com o terror que tem causado, afligem profundamente meu coração. Graças a Deus, vai diminuindo o mal e espero de Sua divina misericórdia que, ouvindo nossas preces, arrede para sempre do Brasil semelhante flagelo. O meu govêrno tem empregado todos os meios ao seu alcance para acudir aos enfermos necessitados. Este estado de coisas influiu no andamento dos trabalhos legislativos; certo estou, porém, que na presente sessão completareis as medidas que últimamente tive ocasião de lembrar-vos”(23).

Entre essas medidas figurava, embora em posição modestíssima, a solução do problema ferroviário brasileiro. Logo que a situação normalizou-se, retomou o Dr. Cochrane sua cruz. “Roubando à minha clínica horas que não me sobravam” — escreveu êle, “envidei de esforços”, porque “ninguém desconhece quanto é preciso, às vêzes, em bem de uma idéia, solicitar os indivíduos”.

(22) Cf. *Jornal do Comércio*, edição comemorativa do 1.^o centenário da independência do Brasil, p. 256, Rio de Janeiro, 1922; e *Folhinha Laemmert*, p. 153 e seguintes, Rio de Janeiro, 1851.

(23) Cf. *Folhinha Laemmert*, pp. 165-166, Rio de Janeiro, 1851. A respeito dessa primeira e terrível experiência sofrida pela população do Rio de Janeiro, flagelada pela febre amarela, convém consultar: SANTOS FILHO, Lycurgo — *História da Medicina no Brasil*, vol. II, pp. 76-77, Editora Brasiliense, São Paulo, 1947.



Elegantes de 1843

A gravura aparece na secção de Modas de "L'illustration"
(Paris, 17 de junho de 1843).

Ferido em seu amor próprio

Reaberto o debate no segundo semestre de 1850 e aprovada urgência para a solução do assunto, surgiu-lhe pela frente um sério opositor — JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA. Ocupando a tribuna da Câmara dos Deputados na sessão de 22 de agosto, assim se expressou o ilustre deputado por Minas Gerais:

“Um senhor muito amante de nossa terra, que nasceu na Inglaterra, que veio para o Brasil e que hoje exerce a profissão de médico homeopata (suponho que ele veio para o Brasil como Doutor em Medicina para exercer a profissão de seus estudos), propõe-se a construção de uma estrada de ferro. Mas, digo eu: fez este homem os trabalhos necessários sobre o terreno pelo qual tem de passar a sua estrada, para poder combinar um projeto exequível? Tem ele as habilitações necessárias para fazer esse projeto? Calculou ele a porção de gêneros que teria de passar por essa estrada projetada, para saber se dará ela o juro do capital empregado?”

Incumbiu-se o próprio orador de dar uma resposta dura e ferina às suas perguntas:

“Custa-me muito a acreditar, Senhor Presidente, que um médico homeopata possa improvisar um projeto de estradas, de que se devam ocupar pessoas sérias”⁽²⁴⁾.

Fácil é imaginar o quanto tais palavras, partidas de uma das mais ilustres figuras do Parlamento brasileiro feriram a sensibilidade do Dr. Thomas Cochrane. Não tanto a pecha de incompetente, mas principalmente a sinceridade de seus propósitos e sua própria honra pessoal.

Por isso mesmo, poucos dias após a divulgação desse discurso, recebeu o deputado mineiro uma resposta enérgica e altiva em carta-aberta estampada nos a-pedidos do “Jornal do Comércio”⁽²⁵⁾.

Pretendera acompanhar em silêncio o desenrolar dos debates, porque depositava ilimitada confiança “no patriotismo e luzes dos Srs. Deputados e Senadores”. Entretanto, mudara de atitude, porque Justiniano José da Rocha servira-se de “expressões que sobremaneira me ofendem, pinta-me um aventureiro, atirado às praias do Brasil, um especulador sem consciência, um homem, enfim, que só procura iludir o país que o recebeu de braços abertos”. Declara, com orgulho, que a pessoa a quem fora concedido o privilégio em discussão, era “filho de uma família distinta da Grã-Bretanha” e não um vulgar aventureiro.

Suas palavras demonstram com clareza a mágoa profunda que trazia no coração:

(24) Cf. “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1850.

(25) Cf. “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1850: *Estrada de Ferro — O Dr. Thomaz Cochrane ao Ilmo. Sr. Dr. Justiniano José da Rocha.*

"Ficará sabendo V. S. que o filho de uma família distinta da Inglaterra; depois de haver recebido a educação literária que mais em harmonia estava com o seu gênio, *não foi atrado às praias do Brasil*, mas veio ao Brasil para viajar, percorreu as províncias de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e no Brasil se conserva desde 1829, no Brasil é casado com uma brasileira, filha do falecido Coronel Inácio José Nogueira da Gama, irmão do falecido Marquês de Baependi.

Estou certo de que depois dessas informações, V. S. se há de convencer que êsse estrangeiro não é o aventureiro que V. S. supõe, até mesmo porque não há quem acredite que qualquer família distinta do Brasil tenha coragem de receber em seu seio especuladores ou aventureiros.

E, sabendo V. S. que êsse estrangeiro tem cinco filhos brasileiros, talvez queira acreditar que é o amor pela *Pátria de seus filhos* o que lhe tem dado ânimo para empregar todos os seus esforços e fazer sacrificios mesmo pecuniários, a fim de realizar uma empresa que sem dúvida alguma deve ser de imensa vantagem para o Brasil."

Sòmente depois dessas palavras repassadas de revolta é que o Dr. Cochrane aborda o segundo aspecto do discurso do deputado mineiro, convidando-o a ler uma segunda vez o Memorial e os documentos apresentados, na certeza de que haveria de concordar que o empreendimento não era apenas grandioso e brilhante, mas "também exequível e muito exequível".

Não negou a Justiniano da Rocha o direito de discordar do projeto, inclusive empregando "todo o seu reconhecido talento em combatê-lo". E terminou por reafirmar, com altivez:

"Mas não me insulte, não desacate a um estrangeiro que nem por isso há de esfriar nos seus desejos de ser útil à Pátria de seus filhos, nem por isso há de deixar de continuar a empregar todos os seus esforços para ver realizado seu pensamento e estabelecida no Brasil uma estrada de ferro, porque em summa êsse estrangeiro confia muito no provérbio — *Labor improbus omnia vincit* e não há de recuar."

A garantia de juros

O ano de 1850 chegou a seu fim sem que nenhuma decisão houvesse sido tomada.

Em contrapartida, segundo as palavras do próprio Dr. Cochrane, "o ano de 1851 marca uma época no Brasil; êle abriu a era dos melhoramentos materiais, em substituição das lutas políticas".

A Assembléa do Império, tendo concordado com nôvo pedido de urgência para o debate da questão das estradas de ferro, aprovou em primeira discussão, por voto quase unânime, os têrmos da decisão do Conselho de Estado, de 2 de janeiro de 1849. Tudo indicava que o Dr. Cochrane iria conseguir, sem mais tropeços, o que desejava para consumação de seu projeto. Todavia, neste exato momento, chegaram à Côrte os principais e mais ricos agricultores da cidade de Vassouras, que vinham pleitear a inclusão de seu município no trajeto da futura via férrea para São Paulo e, talvez — como admitiu o Dr. Cochrane, “traspassar a missão de realizar obras de tanto vulto, do obscuro estrangeiro a cidadãos brasileiros, respeitáveis por sua posição e riqueza”. De qualquer forma, “muda de repente o ânimo da Câmara e surge a idéia de uma medida geral a respeito da estrada de ferro”⁽²⁶⁾.

Existiriam, realmente, intenções ocultas nessa retomada de posição, por parte da Assembléa, após a chegada ao Rio de Janeiro daqueles “distintos cavalheiros” vassourenses?

Assim responde o Dr. Cochrane a essa pergunta:

“Houve quem entrevisse nessa mudança uma intenção de ilidir o privilégio que me fôra concedido. A fé e respeito, que me inspirava o Governo brasileiro, não deixaram que semelhante suspeita entrasse em meu espírito. Entretanto, os acontecimentos posteriores trouxeram-me uma decepção.”

Em consequência, foi rejeitado o nôvo contrato com o Dr. Thomas Cochrane, ficando seu privilégio caduco, a partir de 26 de agosto de 1851, ao mesmo tempo que a Assembléa do Império passava a discutir um Projeto de Lei de caráter geral.

Nem por isso esmoreceu o entusiasmo do lutador. Em outubro de 1851, seguiu para Londres o Dr. Cochrane e, lá, com o apoio financeiro da firma *Frceland Kerr Colings & Cia.*, conseguiu organizar um grupo de capitalistas, sob a presidência de Thomas Hope e constituído “de cavalheiros eminentes pela fortuna e caráter”, de tudo informando o Ministro Sérgio Teixeira de Macedo, nosso representante na capital britânica.

(26) Sobre o assunto, tôdas as citações textuais do Dr. Thomas COCHRANE foram extraídas do já tantas vêzes citado *Esboço historico sobre o primitivo projecto da Estrada de Ferro D. Pedro II*, Rio de Janeiro, 1866.

Os acontecimentos políticos registrados na França — o golpe de Estado de Luís Napoleão, que dissolveu a Assembléa (2 de dezembro de 1851), seguido do plebiscito popular que o tornou Presidente vitalício (20 de dezembro), atos preparatórios de sua aclamação como Imperador dos Franceses, sob o nome de Napoleão III (dezembro de 1852) — paralisaram, por algum tempo as negociações. No entanto, ao deixar a Inglaterra conseguiu o Dr. Cochrane organizar uma empresa sobre “bases sólidas”.

Nesse ínterim, prosseguira a Assembléa brasileira a discussão do Projeto de Lei referente às estradas de ferro, no qual era prevista a garantia de juros de 5% sobre o capital empatado pelas empresas ferroviárias, que viessem a ser organizadas. Debatido, substituído, modificado, transitou morosamente, mas acabou por se transformar no mais importante documento dessa fase pioneira da história de nossas vias férreas: o Decreto n.º 641, de 26 de junho de 1852, que passou a ser conhecido pelo nome de *Lei da Garantia de Juros*.

Em seu primeiro artigo, determinou:

“Art. 1.º — O Governo fica autorizado para conceder á huma ou mais Companhias a construcção total ou parcial de hum caminho de ferro que, partindo do Município da Côrte, vá terminar nos pontos das Províncias de Minas Geraes e S. Paulo, que mais convenientes forem. Esta concessão comprehenderá o privilegio do caminho de ferro por hum prazo que não excederá a noventa annos, contados da incorporação da Companhia, tendo-se em vista o plano e orçamento da obra projectada debaixo das condições seguintes.”

Seguem-se 14 parágrafos, nos quais são concedidas numerosas vantagens ao concessionário e asseguradas as necessárias garantias ao perfeito cumprimento do Decreto. Entre as vantagens, uma pelo menos merece ser posta em destaque:

“§ 6.º — O Governo garantirá á Companhia o juro até cinco por cento do capital empregado na construcção do caminho de ferro, ficando ao mesmo Governo faculdade de contractar o modo e tempo do pagamento d'este juro”(27).

(27) Cf. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1852*, tomo XIII, parte I, pp. 5-7, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1853.

Motivos de consolação

Os doze e trabalhosos anos de lutas do Dr. Thomas Cochrane não tinham sido vãos, embora estivesse despojado de seu privilégio.

Naquela lei estava definitivamente consagrada sua “descoberta” de 1839, com a referência expressa à Província de São Paulo, que o Decreto de outubro de 1835 havia ignorado, quando mais não seja de maneira explícita. E, notadamente, passava a figurar em texto legal o objetivo pelo qual, com tanta pertinácia, se batera: a garantia de juros.

Era um grande consôlo. Todavia, maior ainda foi o que teve, ao verificar que os Podêres constituídos do Império reconheciam, afinal, que os empecilhos por êle enfrentados tinham sido, realmente, insuperáveis. Na verdade, o artigo 3.º desse Decreto n.º 641 significava, não apenas uma reparação em dinheiro, mas a pública consagração de seus esforços sinceros e incansáveis:

“Art. 3.º — O Governo restituirá a Thomaz Cochrane a quantia de quatro contos de réis e o respectivo juro de seis por cento ao anno que pagou de multa pela falta de cumprimento do contracto para a construcção da estrada de ferro que foi reconhecida sem vigor.”

Derradeira tentativa

Ao retornar da Inglaterra, se teve o Dr. Cochrane tais motivos de consolação, desapontado ficou ao verificar que seu privilégio fôra definitivamente considerado sem vigor. Julgava-se com o direito de revalidá-lo e, sem mais delongas, o tentou. Com exceção de dois de seus membros, o Conselho de Estado decidiu que seu privilégio ainda estava em vigor e a êle deveriam ser concedidos os favores da lei. Mas o Imperador não julgou ser esta a melhor solução e, seguindo a opinião da minoria, houve por bem conceder ao Dr. Cochrane apenas preferência a quaisquer outros concorrentes, desde que, como êstes, se sujeitasse às condições estabelecidas pelo Go-



Dom Pedro II em 1852

Reproduzindo a gravura acima, "L'illustration" (Paris, 31 de janeiro de 1852) oferece a seus leitores longa notícia a respeito de nosso Imperador, terminando com as seguintes palavras: "Heureux monarque qui règne sur un tel pays! Heureux pays qui a la fortune de posséder un tel monarque!"

vêrno, além das constantes no texto do Decreto. Isto aconteceu em 22 de setembro de 1852⁽²⁸⁾.

Por edital datada de 4 de outubro de 1852, foi aberta concorrência pública para a construção da via férrea há tanto tempo sonhada. E o Dr. Cochrane lá apareceu, firme, entre os outros concorrentes⁽²⁹⁾: *João Baptista da Fonseca e Theo-*

(28) Cf. PINTO, Adolpho Augusto — *Historia da Viação Publica de São Paulo*, p. 29, Tip. Vanorden & Cia., São Paulo, 1903.

(29) Cf. Jesus, J. Falhano de — *Vias de comunicação*, cap. XXI do "Dicionário Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil", vol. I, p. 725, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1922.

philo Benedicto Ottoni, que dispensavam o favor da garantia de juros; o *Visconde de Barbacena*, que se contentava com a garantia de 4%; *Joaquim José Teixeira Leite*, *Caetano Furquim de Almeida* e *Carlos Teixeira Leite* (provavelmente os “distintos cavalheiros” de Vassouras), que pediam 4,5%. “Apresentei-me como concorrente, e em condições por tal modo vantajosas, que se tornou impossível adjudicar a outro a estrada” — declara êle próprio. De fato, tratava-se de uma cartada decisiva; não teve dúvidas, por isso mesmo, em prescindir da garantia de juros! Ficava, assim, em igualdade de condições com *Theophilo Ottoni*, o que significava ganhar a partida, desde que lhe fôra assegurada a preferência, se tal viesse a suceder.

Sendo Presidente do Conselho o Dr. *Joaquim José Rodrigues Torres*, futuro *Visconde de Itaboraí*, recebeu *Thomas Cochrane* o seguinte officio, assinado pelo então *Ministro do Império*:

“Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 12 de Novembro de 1852.

Foi presente a S. M. o Imperador a declaração que Vm. fez datada de 18 do mez proximo findo, como especie de proposta, em execução do edital de 4 do referido mez, que por ordem da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio fôra mandado repetir nos diversos jornais desta Côrte, no qual, abrindo-se concorrência para um novo contracto de estrada de ferro, de que fez objecto principal a lei de 26 de Junho do corrente anno, se declarou subsistente o contracto com Vm. celebrado em 2 de Janeiro de 1849, se se propuzesse a realizar a empresa que foi objecto d'elle, sem as duas condições alli estipuladas, que, dependendo da approvação do corpo legislativo, não lhe foram outorgados, e no caso contrario, entrado Vm. em concorrência para obter novos favores, e tendo sido examinada a sua dita declaração com a proposta a que ella se refere datada de 25 de Setembro ultimo, e verificando-se pela confrontação com as que apresentarão os cidadãos *Theophilo Benedicto Ottoni*, *Visconde de Barbacena*, *Joaquim José Teixeira Leite*, e outros, que fôra Vm. quem menos favoráveis condições offerecera, não está por esta razão nas circumstancias de ser preferido a qualquer dos concorrentes para o gozo das duas novas condições concedidas pela citada lei de 26 de junho do corrente anno.

Como, porém, concluisse Vm. a sua declaração, ainda que menos regularmente dizendo que estava disposto a continuar com o seu privilegio na forma do contracto, e a organizar, debaixo das condições nelle estipuladas, uma companhia para a realização da empresa contractada no caso que o governo achasse admissiveis outras propostas, que por mais favoráveis entende Vm. que tornarão impossivel a desejada empresa; dignou-se o mesmo *Augusto Senhor* resolver que subsis-

tindo o contrato de 2 de Janeiro de 1849, como já foi decidido, com excepção das ditas condições que não merecerão a approvação do corpo legislativo, e querendo Vm. dar-lhe execução se não tome conhecimento do merito das demais propostas; cumprindo, portanto, que Vm. leve a effeito a empresa que contractara executar dentro do prazo de que trata a condição 17.^a e sujeita ás multas ahi, tambem, mencionadas, e á caducidade do contracto virtualmente incluido. E mais foi resolvido por S. M. I. tendo em vista sómente os principios da equidade, que, conquanto deva finalizar o prazo da citada condição 17.^a em 2 de Janeiro proximo futuro, contudo não restando tempo sufficiente porque Vm. razoavelmente possa satisfazer ao que lhe é ahi imposto, se lhe conceda mais seis mezes de prazo para apresentar o plano do caminho de ferro na fórma da condição 1.^a e outros seis para dar principio á obra, na fórma da condição 2.^a. O que communico a Vm. para seu conhecimento.

Deos guarde a Vm.

(a) Francisco Gonçalves Martins

Sr. Thomaz Cochrane⁽³⁰⁾.

Documento longo, nada claro em virtude de sua redação má, mas digno de ser transcrito na íntegra. É que, nas suas entrelinhas, sente-se que o Dr. Cochrane começava a incomodar o Govêrno com sua pertinácia; ou, quem sabe, estava representando um verdadeiro estôrvo, uma pedra no caminho de algum interêsse oculto. Ele mesmo afirmou: "uma repentina desconfiança se manifestava a meu respeito"; e esclarece que "o Govêrno, coacto entre a necessidade de adjudicar-me a emprêsa e o desejo de não contrariar *outras vistas* (o grifo é nosso), procurou uma *evasiva* (idem) anulando sua anterior resolução, e declarando em vigor meu privilégio, mas sem os favores da nova lei de 26 de junho de 1852". E concluiu: "Era forçar-me a abrir mão de meus direitos", pois seria impossível levantar capitais estrangeiros sem as vantagens da Lei da Garantia de Juros.

Tendo reclamado contra a decisão do Govêrno, deliberou o Ministério entregar a solução do problema ao nosso representante diplomático em Londres. Surpreendido com essa inesperada solução dada ao caso, mal teve tempo o Dr. Cochrane de tomar o paquete e seguir para a Inglaterra, em fins de 1852. Se acreditarmos em suas palavras, o Ministro Sergio Teixeira de Macedo teria, em declaração de caráter pessoal,

(30) Cf. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1852.

reconhecido que o privilégio estava em vigor; todavia, “ou as intenções secretas do Governo, ou seu receio de lhe desagradar, o inibiram” de proclamar de público.

Nesse entretempo, em contradição com os termos do offício atrás transcrito, o Governo deliberou, por ato de 15 de janeiro de 1853, considerar definitivamente caduca a concessão Cochrane, por não ter o concessionário apresentado, em tempo hábil, os respectivos estudos. A pedra fôra retirada do caminho... Estava livre o trajeto da estrada de ferro que, deixando a Côrte, deveria alcançar o Vale do Paraíba, rumando daí para São Paulo e Minas Gerais.

Nem por isso, entretanto, o escocês teimoso desistiu de seu velho projeto. Tratou de levantar novos capitais, na esperança de organizar uma seguitada empresa. “Mas a boa fé e a lealdade da praça de Londres se opuseram a semelhante procedimento” — conta-nos êle, porque “existia já uma Companhia por mim organizada e à sua frente se achavam firmas respeitáveis no *Stock Exchange*”.

Que fêz, então? Desapropriou seu privilégio, para facilitar a organização da nova empresa — ato que lhe “valeu grande censura e animosidade”, porque os seus “censores” entendiam que deveria êle, generosamente ceder o seu direito em benefício da prosperidade do Brasil. Mas o Dr. Cochrane respondeu a essas críticas:

“Fá-lo-ia (refere-se à cessão gratuita), se me permitissem meus recursos; nem fôra êste o primeiro e último sacrifício meu que reverteu em favor do país. Mas, atenda-se ao desarranjo que me acarretaram doze anos de luta, as viagens à Inglaterra e a ausência de minha clínica.

Por ventura aquêles que exigiam de mim tal abnegação concorreram com seus capitais ou serviços gratuitamente para a realização da Estrada de Ferro Dom Pedro II?

Não, de certo; entenderam muito judiciosamente que se o homem se deve à Pátria e a seus semelhantes, deve-se também à família e à sua individualidade. Da mesma forma pensaram tantos empresários, cujos privilégios o Governo tem desapropriado, encampando as companhias.”

Com sua atitude, procurou facilitar a organização da nova empresa, que, por circunstâncias alheias à sua vontade, dependia daquela cessão de direitos. “Em vez de protelar a solução no interesse de obter maiores lucros, abreviei-a; ainda

mais: concorri com meus esforços particulares para mover, em favor da idéia, homens de posição elevada em Inglaterra". Seu ato visara ao bem público.

De nada adiantou, porém. A Guerra da Criméia, iniciada em fins de 1853, ocasionou a retração dos capitalistas ingleses.

Chegara ao fim a grande luta. O titã deixou-se vencer pelo cansaço e pelas desilusões.

Vitória de um ideal

Outros foram mais felizes. Entre êles, um de seus grandes amigos, que muito o admirava⁽³¹⁾: *Ireneu Evangelista de Souza*, mais tarde Barão e Visconde de Mauá, que teve a alegria de ver coroados seus esforços, quando, em abril de 1854, correu o primeiro trem de ferro em nosso país, vencendo, com galhardia, os escassos mas significativos 14,5 km da *Imperial Companhia de Estrada de Ferro de Petrópolis*, do pôrto de Mauá até a raiz da Serra da Estrêla.

Pelo menos por algum tempo, feliz deve ter-se considerado *Edward Price*, que em fevereiro de 1855 obteve a concessão para a *Estrada de Ferro Dom Pedro II*, cuja Companhia teve seus Estatutos aprovados em março do mesmo ano.

Felizes, principalmente, foram os que, em agôsto de 1855, viram-se eleitos para a primeira Diretoria da nova emprêsa: *Christiano Benedicto Ottoni*, *Roberto Jorge Haddock Lobo*, *Jeronymo José Teixeira* e *Alexandre Joaquim de Siqueira*⁽³²⁾.

Triste, mas também feliz deve ter-se sentido o Dr. Thomas Cochrane por haver presenciado a vitória de seu ideal: dar estradas de ferro ao Brasil. A glória de ter sido o primeiro a construir não lhe coube, por circunstâncias alheias à sua vontade; e isto feriu fundo sua alma de idealista, embora houvesse reconhecido com humildade, referindo-se ao Barão de Mauá: "É verdade que para atribuí-la a quem mais a merecia".

(31) Cf. FARIA, Alberto de - *Mauá*, p. 141.

(32) Teria sido mera coincidência o fato de haver sido um dos acionistas e recebido votos para a Diretoria o Sr. *Diogo Teixeira de Macedo*?... (Cf. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 de agôsto de 1855).



Visconde de Mauá

Tendo falecido a 21 de outubro de 1889, Ireneu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, mereceu de Angelo Agostini significativa homenagem na "Revista Ilustrada" (Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1889).

Incompreendido em seu tempo

O que desde logo ressalta da verdadeira odisséia vivida pelo Dr. Cochrane, durante tão longos anos, é a incompreensão de muitos de seus contemporâneos. Uns porque viam nêle um simples visionário. Outros por motivos de ordem técnica. Outros, até, porque puseram em dúvida sua sinceridade de propósitos e sua própria honestidade pessoal.

Em seu *Esbôço Histórico*, escreveu êle:

"Careço também de defender-me contra uma insinuação que tentou outrora macular meu caráter e que parece ter sido atualmente (1865) assanhada por maligno espírito. Não há muito, o Sr. Ministro

da Agricultura⁽³³⁾, rompendo com a gravidade de sua posição, disse-me cruamente: "que não era a primeira vez que eu tinha importunado o Governo".

Sem dúvida, referiu-se o Ministro da Agricultura, naquelas palavras, à tenacidade com que defendi doze anos o direito que me concedera a Nação Brasileira pelo órgão de seus representantes. Ainda quando, nessa lida afanosa, eu cuidasse unicamente do meu interesse e não do benefício do país, estava bem longe de acreditar que, em um Estado livre, fôsse pelo Governo tachado de importunação a defesa da propriedade individual.

É necessário, pois, que eu aproveite o ensejo de provar que não fui jamais um especulador, chegado de arribação a êste país para faltar-me em sua abundância. Adquiri pouco e à custa de um trabalho árduo; êsse pouco, mesmo, está outra vez restituído em obras ao solo que é a Pátria de meus filhos."

Todavia, quem mais o magoou parece haver sido o ilustre Conselheiro CHRISTIANO BENEDICTO OTTONI, outra glória de nossa evolução ferroviária. Magoou-o, certamente, ao escrever um trabalho intitulado *O futuro das estradas de ferro no Brasil*, vindo a lume em 1859, onde não existe uma só palavra a respeito da iniciativa pioneira do Dr. Cochrane. O silêncio também dói. Magoou-o direta e frontalmente, ao escrever uma série de artigos no *Jornal do Comércio*, no ano de 1865, quando deixou a Presidência da Diretoria da Companhia de Estrada de Ferro Dom Pedro II.

Exatamente para contestar algumas de suas afirmações foi que escreveu o Dr. Cochrane o folheto, que não pode deixar de ser considerado um dos mais valiosos documentos existentes a respeito da fase precursora de nossa história ferroviária e de que por tantas vêzes nos temos valido, no presente capítulo.

Num dos referidos artigos, afirmou CHRISTIANO OTTONI:

1) a Concessão Cochrane foi "um êrro que embaraçou o verdadeiro estudo da questão e, talvez, retardou o melhoramento";

2) o Dr. Cochrane, "que é um homem inteligente", "quis segurar para si a glória da iniciativa e as vantagens da concessão";

(33) Trata-se do Conselheiro ANTONIO FRANCISCO DE PAULA E SOUSA, Ministro da Agricultura no Conselho presidido por Pedro de Araujo Lima (1865-66), futuro Marquês de Olinda.

3) "sem a mínima intenção de ofender o Sr. Dr. Thomaz Cochrane, está na consciência pública que, com a concessão do privilégio que S. S. obteve, a idéia não ganhou terreno algum. O seu ponto de partida foi a Lei de 26 de junho de 1852".

Vamos tentar resumir as respostas dadas pelo Dr. Cochrane a essas três afirmativas.

(1)

Em sua opinião, se o Ministro brasileiro em Londres não houvesse impedido, em 1844, a organização da empresa com base em capitais ingleses, "teria o Brasil a estrada de ferro dez anos antes, e gratuitamente". Para êle, tendo a E. F. Dom Pedro II custado ao Governo, até 1865, 10.628:843\$021 de garantias de juros, ocasionou, ademais: a) a paralisação de capitais brasileiros, que poderiam ter tido outra aplicação, caso tivesse ficado a construção por conta de capitais estrangeiros; b) não carrcou para o Brasil, o que sua empresa esperava fazê-lo, o capital de 3 milhões de libras esterlinas, que chegou a ser subscrito em Londres; c) não se completou, segundo o plano inicial, ficando em meio e impossibilitada de continuar, até ser encampada (1858).

Por outro lado, houvesse vingado a empresa que, pela segunda vez, conseguiu organizar em Londres (1851), "teria o Brasil uma estrada de ferro com a garantia de 5%, em vez de 7%, que veio a pagar depois".

O erro não teria resultado da prioridade do seu privilégio, "mas da procrastinação e perplexidade, geralmente lastimadas pelos amigos do Brasil. São êstes dois defeitos que mais prejudicam os interesses e a reputação do Governo!"

Reconheceu que, na verdade, não fizera um levantamento prévio do trajeto da futura via férrea; "mas, percorrera com um hábil engenheiro o terreno, e as suas observações nos haviam convencido da praticabilidade de atravessar a serra na garganta de Cacaria. Que mais era necessário para projetar a obra, que oportunamente seria delineada pelos profissionais?"



Inauguração da E. F. Dom Pedro II

A 29 de março de 1858 foi entregue ao público o primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, atual E. F. Central do Brasil. As gravuras, baseadas em desenhos enviados para a França pelo Visconde de Canto, representam: no alto, a estação do Rio de Janeiro feericamente iluminada; em baixo, a chegada do comboio imperial à estação de Queimados. (De "L'Illustration", Paris, 29 de maio de 1858).

Acentuou que nenhum estudo precedeu a concessão Edward Price, nem tampouco a organização da Companhia da Estrada de Ferro Dom Pedro II. Não se sabia em que trecho viria a estrada escalar a Serra do Mar; "êste êrro custou enorme soma ao país; porém deu ao Sr. Conselheiro Ottoni a glória de ter seu nome gravado em um dos maiores túneis do mundo"... Só porque os homens poderosos de Vassouras desejavam vê-la servida pela via férrea e sem nenhum estudo prévio, nem cer-

teza da praticabilidade da obra, lançou-se o primeiro trecho da linha na direção de Belém, deixando para o futuro o prosseguimento do trajeto.

Concluiu, sôbre o assunto, com estas palavras:

“O Brasil não está, por enquanto, em condições de alardear obras monumentais e de luxo; carece mais do útil; do transporte barato para seus produtos. A linha planejada por mim devia custar muito menos do que a atual e estender-se mais longe. Além disso, não se matava uma segunda linha⁽³⁴⁾, que, bem ou mal planejada, já prestava e continua a prestar relevantes serviços.

Vassouras, que tanto concorreu para êste resultado, teve uma decepção: a via férrea, que ela esperou ver ao seu imediato serviço, deixou-a a uma légua de distância, ao abandono e em decadência.”

(2)

A afirmação do Dr. Christiano Ottoni que mais ofendeu ao Dr. Cochrane foi “a parte em que parece atribuir a minha dedicação pela emprêsa da estrada de ferro a mero interêsse pecuniário. Não só o diz expressamente, mas agrava êsse ato com algumas considerações relativas à especulação de privilégios”.

Sua resposta foi positiva:

“Enganou-se o illustre ex-Presidente na sua insinuação. Meu privilégio não foi obtido pelo modo que refere; e o empenho com que trabalhei para realizar atesta-o. Sem dúvida que não prescindí, na emprêsa, do meu interêsse privado, legítimo e honesto; se o fizesse, cometeria uma falta. Mas posso assegurar que não era êle o móvel principal do meu zêlo.

A minha clínica, por êsse tempo e especialmente nos anos de 1848 até 1855, era tal, que podia satisfazer as maiores ambições, se a quisesse aproveitar convenientemente. Para deixar uma avultada renda anual e prosseguir um pensamento, que as vicissitudes administrativas tornaram tão precário, devia eu ser impellido por algum motivo mais nobre que o lucro material.

Muitos são considerados beneméritos, que nem prescindiram de seus interêsses privados, nem renunciaram a uma profissão abastada. Entretanto, não lhes faltam honras e gratidão! Ninguém, através dos serviços prestados, procura um motivo interesseiro.”

(34) Refere-se à *Imperial Companhia de Estrada de Ferro de Petrópolis*, obra do Barão de Mauá.

(3)

Admitir-se a idéia de que a iniciativa da construção da desejada via férrea não dera um passo com o privilégio que lhe fôra concedido, seria supor — na palavra do Dr. Cochrane — “uma perversão da consciência pública”. E retruca, com certa veemência:

“As populações da Côrte e da Província do Rio de Janeiro, que tartas demonstrações de aprêço me deram como o promotor dêsse melhoramento, protestam! Ainda o Sr. Conselheiro Ottoni não sonhava gravar o seu nome no grande túnel da Serra, nem mesmo exercer os seus talentos neste objeto, que já eu suportava sacrifícios e amargores por uma obra a que me dedicara de coração.

Quem sofreu a mofa dos rotineiros e o desdém dos espíritos descrentes? Quem arrostou as primeiras e enôrmes dificuldades, que levantara a iniciativa da idéia? Quem destruiu, por seus esforços, a prevenção?

Não foi a Lei de 26 de junho de 1852, nem a influência política de Vassouras, que só appareceu em 1851.”

Dessa maneira falou ao Povo Brasileiro o Dr. Thomas Cochrane: com a justa revolta dos que são feridos e injustiçados, trazendo a alma nas mãos. Muito de propósito, limitamos a resumir ou a transcrever seus argumentos. Não nos cabe julgá-lo, nem teríamos o direito de fazê-lo. Que outros se encarreguem dessa tarefa.

O documento, assinado pelo Dr. Cochrane com a data de 2 de abril de 1865, mas só publicado no ano seguinte, assim termina, referindo-se ao Conselheiro Ottoni:

“Ao contrário de S. Exa., eu confesso seus relevantes serviços a favor dêsse importante melhoramento; e reconheço a glória a que tem direito pelas obras monumentais que fêz executar, vencendo opposição e obstáculos.

Não é a primeira vez, porém, que as glórias dos grandes cidadãos custam bem caro à sua Pátria”⁽³⁵⁾.

(35) Só nos foi dado compulsar êsse folheto, no original existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de que possuímos cópia. Entretanto, NORONHA SANTOS refere-se a um impresso, que classifica de raríssimo, publicado em 1852, sob o título — *O Dr. Cochrane ao respeitavel e sensato Povo Brasileiro — Breve Historico do Projecto da Imperial Companhia da Estrada de Ferro*, Tip. Villeneuve (cf. *Meios de Transporte do Rio de Janeiro*, vol. I, p. 237, nota 165); e INNOCENCIO refere-se a um trabalho, com idêntico título, 4.º de 8 pp., publicado em 1855 e impresso na Tip. de M. Barreto (cf. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo VI, p. 341). Não os conhecemos.

Um nome que ficou na História

Incompreendido pelos de seu tempo, nem por isso o nome do Dr. Thomas Cochrane caiu no olvido.

No passado, muito poucos compreenderam sua tenacidade e seu pioneirismo em relação às vias férreas. INNOCENCIO DA SILVA, escrevendo em 1862 e quando êle ainda vivia, ao traçar-lhe a biografia, fêz-lhe justiça, resumindo sua atuação com base no opúsculo que teria publicado em 1855; fala de seu trabalho incessante durante longos anos, “à custa de estudos e despesas, e vencendo muitas contrariedades”, e acentua que, por índole, não se deixava dobrar “aos revezes do destino contrário”⁽³⁶⁾. O VISCONDE DE TAUNAY, ao dedicar-lhe umas poucas linhas, incluindo-o entre os estrangeiros ilustres e prestimosos que prestaram serviços ao nosso país, não deixou de acentuar seu “excelente caráter”⁽³⁷⁾. FERNANDES PINHEIRO, como já vimos, considerou-o “um estrangeiro empreendedor”, que viveu no Brasil, onde deixou um nome “honrado e respeitado”⁽³⁸⁾.

Entretanto, mais significativos têm sido os testemunhos dos historiadores especializados, ao examinar a evolução de nossa vias férreas, decorrido um século e libertos de preconceitos ou das paixões do momento.

“Cochrane — justo é reconhecê-lo — empregou o melhor de seus esforços” — atesta o Deputado PRADO LOPES⁽³⁹⁾.

“Espírito empreendedor, de caráter forte e inabalável”, “considerava o Brasil sua segunda Pátria”, disse dando pleno testemunho pela “tenacidade e soma de esforços despendidos em favor do primeiro projeto de uma grande estrada de ferro no Brasil” — diz NORONHA SANTOS⁽⁴⁰⁾.

(36) SILVA, Innocencio — *obra cit.*, tomo VI, pp. 341-342.

(37) TAUNAY, Visconde de — *Estrangeiros illustres e prestimosos no Brasil*, p. 23, Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1932.

(38) PINHEIRO, Fernandes — *Chemins de Fer*, em “Le Brésil en 1889”, p. 384.

(39) LOPES, Prado — *Transporte Ferroviario e Rodoviario, 1828-1926*, no “Livro do Centenario da Camara dos Deputados”, vol. II, p. 318, Emp. Brasil Editora Ltda., Rio de Janeiro, 1926.

(40) SANTOS, Noronha — *Meios de Transporte no Rio de Janeiro* (Historia e legislação), vol. I, p. 237, Tip. do “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, 1934.

“Espírito progressista, que muito trabalhou por nós” — reconhecê ALBERTO DE FARIA⁽⁴¹⁾.

“Foi o pioneiro das estradas de ferro em nossa terra, pois, só, durante doze anos, lutou tenazmente, mantendo o assunto na Imprensa e no Parlamento”, e jamais “esmoreceu, continuando a trabalhar para o Brasil ter seu primeiro caminho de ferro”. “A semente que êle lançou, sob seus cuidados germinou, desenvolveu-se e floresceu”, e, “após tão longa e tenaz luta, perdeu seu privilégio, porém com a sua resolução e permanente campanha conseguiu despertar nos poderes públicos o interêsse pelo assunto”. Por tudo isso, “penso nada mais ser necessário acrescentar para mostrar que Thomaz Cochrane foi quem, só, durante longos anos, tudo fêz para que o Brasil tivesse suas primeiras estradas de ferro” — afirma, categoricamente e com autoridade, JOSÉ DO NASCIMENTO BRITO, em conferência proferida perante o Clube de Engenharia, do Rio de Janeiro⁽⁴²⁾.

Isto basta. O nome de Thomas Cochrane não pode deixar de figurar, em lugar de honra, nas páginas de nossa História.

(41) FARIA, Alberto de — *Mauá*, p. 140.

(42) BRITO, José do Nascimento — *Bernardo Pereira de Vasconcellos e a verdadeira origem das estradas de ferro do Brasil*, “Revista do Clube de Engenharia”, vol. XXII, n.º 166, pp. 162 e 164, Rio de Janeiro, junho de 1950.

3

O criador das “maxambombas”

Recompensa financeira. Uma linha de carris de ferro. Organiza-se a empresa. Experimenta-se a linha. A inauguração oficial. As “maxambombas”.

Recompensa financeira

OS LONGOS ANOS gastos na porfiada luta para dar ao Brasil uma estrada de ferro, as despesas realizadas em viagens dentro do país e para a Inglaterra, as inevitáveis interrupções em suas atividades de médico clínico, ocasionaram ao Dr. Thomas Cochrane, a par dos aborrecimentos e desenganos, graves prejuízos financeiros.

Todavia, ao organizar-se a *Companhia de Estrada de Ferro Dom Pedro II* (1855), o Governo Imperial deu público testemunho de que todo êsse admirável sacrifício visara, apenas, ao bem da coletividade; e concedeu-lhe uma indenização de 30.000 libras esterlinas, “compensação que lhe era inquestionavelmente devida — são palavras do VISCONDE DE MAUÁ — pela tenaz perseverança com que lutara durante longos anos pela realização dessa via férrea, incorrendo em dispêndios de maior ou menor vulto nesse empenho, embora o prazo do contrato se achasse vencido”⁽¹⁾. Ao câmbio da época, equivalia a 261 contos de réis — quantia substancial, que, de acôrdo com o valor aquisitivo de hoje (1964), corresponderia a cerca de 340 milhões de cruzeiros. “Para os governos honestos —

(1) MAUÁ, Visconde de — *Autobiografia*, p. 184, ed. prefaciada e anotada por Cláudio Ganns, ed. Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1942.

arrematou MAUÁ, a *equidade é sempre justiça*, e as £ 30.000 foram entregues ao lidador incansável”⁽²⁾.

Tão avultada soma foi depositada no Banco Mauá, McGregor & Cia., de seu amigo e admirador⁽³⁾.

Uma linha de carris de ferro

Tinha, então, Thomas Cochrane 50 anos de idade. Sentia-se ainda com forças para novos empreendimentos. Por uma questão de índole, não era homem para passar vegetando o resto da vida, no uso e gôso da fortuna que tinha a seu dispor. Desencantado com o que lhe sucedera no setor ferroviário, voltou-se para uma iniciativa bem mais modesta, embora também de interesse público; e passou a levar avante aquilo que viria a ser a *primeira linha de bondes* da cidade do Rio de Janeiro.

De fato, com data de 29 de março de 1856 e subscrito por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, futuro Visconde do Bom Retiro, então Ministro do Império (estava-se sob o chamado “Ministério de Conciliação”), o Decreto Imperial n.º 1.742 concedeu ao Dr. Thomas Cochrane a necessária autorização para

“organizar nesta Côrte uma Companhia para o fim de estabelecer e manter um serviço de transportes e conduções de gêneros por meio de carris de ferro em carros puxados por animais, desde o Largo do Rocio até o lugar denominado Boa Vista, na Tijuca”⁽⁴⁾.

O citado Decreto Imperial, através de suas minúcias, dá-nos uma idéia das características do empreendimento. Os *carris de ferro* (ou trilhos, como hoje dizemos) teriam cêrca de uma polegada de largura, separados por uma distância não superior a 5 pés e 6 polegadas (1,81), devendo ser assentados no centro das ruas (por forma a não prejudicar o trânsito de veículos) ou, quando impossível, no lado esquerdo. O *trajeto* a percorrer era o seguinte:

(2) MAUÁ, Visconde de — *obra cit.*, p. 184.

(3) MAUÁ, Visconde de — *obra cit.*, p. 184; e FARIA, Alberto de — *Mauá*, p. 141. NORONHA SANTOS, em *Meios de Transporte no Rio de Janeiro*, informa, porém, que a indenização montou a 35.000 libras esterlinas (vol. I, p. 237).

(4) Cf. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1856*, tomo XIX, parte II, p. 93, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1857.

"...seguirá do Largo do Rocio pela Rua dos Ciganos, e frente do Campo d'Aclamação até a Rua do Sabão; desta em direitura pela do mesmo nome da Cidade Nova em tôda sua extensão até a de São Cristóvão; e daí pela Nova do Imperador, ou pela do Engenho Velho, seguindo pela que se projecta com a denominação de Rua do Cabido, como fôr mais conveniente, e pela do Andaraí até o lugar denominado — Boa Vista, na Tijuca."

Duas seriam as principais *estações*: "uma no Largo do Rocio, canto da Rua dos Ciganos, e outra no lugar denominado Boa Vista, na Tijuca". Previa-se a existência de um número suficiente de *cantoneiros* ou *guardas dos carris*, colocados "nos pontos e em distâncias convenientes, não só para conservarem constantemente limpos os mesmos carris, como e principalmente para avisarem as pessoas que transitarem a pé e a cavalo, e os carros, da aproximação dos trens, a fim de se evitarem sinistros e desastres"... Além de outras medidas, autorizava-se a Companhia a estabelecer, dentro do prazo de 3 anos, um ramal, "partindo da Rua do Engenho Velho pela do Rio Comprido até onde fôr conveniente"⁽⁵⁾.

Em 28 de junho de 1856, pelo Decreto n.º 1.772, atendendo ao requerido pelo Dr. Cochrane e outros acionistas de sua empresa, houve por bem o Governo Imperial "que a dita Companhia de carris de ferro possa empregar nos mesmos, fora dos limites desta Cidade, qualquer motor além do proposto, como seja o vapor, ou outro que o iguale ou exceda"⁽⁶⁾.

Organiza-se a empresa

A 9 de julho de 1856, finalmente, o Decreto n.º 1.777 aprovou os Estatutos da *Companhia de Carris de Ferro da Cidade à Boa Vista, na Tijuca*. Seu objetivo consistia em "levar ao inteiro complemento e execução o contrato feito pelo Dr. Thomas Cochrane com o Governo" e, para êsse efeito, accitava "os encargos e condições estipuladas com o Empresário, Dr. Thomas Cochrane". O *capital* era de 1.500 contos, divididos em ações de 200\$000 cada uma, num total inicial de 6.500

(5) Cf. *Collecção de Leis, cit.*, pp. 93-97.

(6) Cf. *Collecção de Leis, cit.*, p. 292.

DUZENTOS MIL REIS

COMPANHIA DE CARRIS DE FERRO

da Cidade a Boa-Vista na Tijuca.

PRIVILEGIO EXCLUSIVO POR 20 ANOS.



CAPITAL DE 1:500 CONTOS DIVIDIDO EM 7.500 AÇÕES.

AÇÃO Nº 205000

Eu, proprietário desta ação, declaro que sou titular da Companhia de Carris de Ferro da Tijuca e de sua ação em conformidade das estatísticas.

Rio de Janeiro,

O Secular

O Transitante

J. J. de Azevedo

DUZENTOS MIL REIS

Ação da Companhia de Carris de Ferro da Tijuca

A gravura reproduz uma das ações subscritas, em 1857, pelo próprio Dr. Thomas Cochrane, cuja assinatura nela aparece. (Cf. C. J. DUNLOP, "Subsídios para a História do Rio de Janeiro", Rio, 1957).

ações, ficando as 1.000 restantes para quando a Companhia resolvesse construir os ramais da estrada. A direção geral da empresa cabia a um *Conselho de Direção*, composto de três membros, eleitos pela Assembléia Geral dos acionistas, competindo ao mais votado a Presidência. Já a administração ficava a cargo de um *Gerente*, nomeado pelo Empresário enquanto durassem os trabalhos de construção, “ad referendum” do Conselho; e, mais tarde, escolhido pelo Conselho, “ad referendum” da Assembléia Geral⁽⁷⁾.

Coube ao Dr. Thomas Cochrane subscrever as primeiras ações da Companhia; e nova aventura teve início. Dono de muito maior experiência em negócios e de mais agudo tino financeiro, MAUÁ não teve fé no resultado financeiro da empresa:

“Declarei, pois, ao Dr. Cochrane que não contasse comigo para nada; que apenas subscreveria algumas, porém *poucas ações*, para que se não dissesse que deixava aparecer meu nome em uma empresa útil (era ainda a época da dedicação sem limites aos melhoramentos materiais do país)”⁽⁸⁾.

De fato, subscreveu somente 44 ações, no valor de 8:800\$000, embora mais tarde viesse a investir, no empreendimento, 300 contos de réis⁽⁹⁾.

O “lidador incansável” não ouviu os conselhos do amigo experimentado. Por escritura lavrada a 27 de abril de 1857 no Tabelião Fialho (atual Cartório Penafiel — Livro 219, fls. 87, verso), fez cessão o Dr. Cochrane à Companhia do seu privilégio, obtido pelo Decreto n.º 1.742, como também dos terrenos que possuía no Alto da Tijuca, mediante o fôro anual de 15\$000 por lote em que viessem a ser partilhados. Em contrapartida, a Companhia obrigou-se a dar pronta a estrada no prazo de 18 meses, com 12 carros para passageiros e 12 para cargas, e a construir as duas estações já referidas, devendo a da Boa Vista dispor de “grandes salões para uso da sociedade e dos passageiros”; em relação aos carros, deveriam ter as divisões indispensáveis “para a separação das pessoas de classe e inferiores”. Montou a transação num total de 1.300 contos de réis, devendo a importância de 732 contos ser paga

(7) Cf. *Collecção de Leis, cit.*, pp. 314-319.

(8) MAUÁ, Visconde de — *obra cit.*, p. 184.

(9) Cf. MAUÁ, Visconde de — *obra cit.*, p. 185; e FARIA, Alberto de — *obra cit.*, p. 141.

em ações, e os restantes 568 contos em dinheiro, através de cinco prestações⁽¹⁰⁾.

O primeiro *Conselho de Direção* ficou assim constituído: Francisco José de Mello e Souza (Presidente), Alexandre Taylor e Antonio da Rocha Miranda e Silva.

O Barão de Mauá continuava irredutível em seu pessimismo:

"Declarei ao Dr. Cochrane que me não ofuscava a perspectiva de ser proprietário de tais prazos, e tenazmente resisti às suas instâncias de subscrever número de ações correspondentes a muitos prazos, consentindo afinal em ficar com 44 ações por condescendência, na importância de 8:800\$, que desde logo julguei *perdidos*. Proseguiu a empresa o seu caminho, e o *desastre* financeiro se foi patentecendo"⁽¹¹⁾.

Foi encomendado na Europa o material necessário à execução do empreendimento, abriu-se uma picada em direção à Boa Vista e, em 1857, assentaram-se os primeiros trilhos. O *trajeto* sofreu sucessivas alterações (Decretos n.º 1.931, de 26 de abril de 1857; n.º 2.202, de julho de 1858; e n.º 2.223, de 18 de agosto de 1858), acabando por ser o seguinte: iniciava-se à Rua do Conde (atual Visconde do Rio Branco), passava pelo Campo da Aclamação (Praça da República), Rua do Sabão da Cidade Nova (Visconde de Itaúna), Rua São Cristóvão, Rua Nova do Imperador (Mariz e Barros), Rua do Engenho Velho (Haddock Lobo), Estrada do Andaraí Pequeno ou Estrada da Tijuca (Conde de Bonfim), até alcançar o Alto da Boa Vista, na Serra da Tijuca, no final da Estrada Velha⁽¹²⁾.

Experimenta-se a linha

Os primeiros veículos entraram em funcionamento, a título precário, em 1858. No entanto, a experiência do novo serviço público somente teve lugar no dia 30 de janeiro de 1859.

Era um domingo; e nesse dia o Dr. Thomas Cochrane deve ter sentido uma das grandes alegrias de sua movimen-

(10) Cf. GANNS, Cláudio — *Autobiografia do Visconde de MAUÁ*, nota 99, p. 185; e DUNLOP, C. J. — *Subsídios para a História do Rio de Janeiro*, pp. 182-183, ed. Rio Antigo Ltda., Rio de Janeiro, 1957.

(11) MAUÁ, Visconde de — *obra cit.*, p. 185.

(12) Cf. SANTOS, Noronha — *obra cit.*, vol. I, p. 236.



Dr. Thomas Cochrane
(1805-1873)

O desenho de Augustus tomou por base um daguerreótipo pertencente à família, datando provavelmente do início da década de 1860, quando o ilustre médico homeopata já havia completado meio século de vida.

tada existência. A seu convite, reuniram-se pela manhã, na Estação Central, à Rua do Conde (no local onde, hoje, ergue-se a Escola Tiradentes), acionistas e convidados, a fim de realizarem uma experiência quanto à velocidade e à segurança dos veículos.

O primeiro carro partiu às 7 e meia. Seguiu-se-lhe, sem demora, o segundo, ambos com destino à chácara do Dr. F. A. Marques, no Andaraí. Mas, deixemos que um cronista da época relate-nos o que sucedeu:

“A nova experiência satisfaria completamente aos incrédulos da utilidade e vantagens dessa bela empresa, porque a todos deu a esperança de gozar por um meio de transporte rápido e barato o ar puro e o aspecto magnífico da pitoresca Tijuca.

Na viagem da cidade até Andaraí gastou o primeiro carro 45 minutos, e em razão do cuidado que era necessário empregar para prevenir abalroamento nos carros e carroças que imprudentemente ocupavam o intervalo dos trilhos, apesar do aviso dado repetidas vezes pelo apito de um empregado.

O transporte, como já saberão alguns de nossos leitores, é o mais cômodo e suave, tendo-se nivelado o terreno do melhor modo, principalmente nas margens do nôvo canal do mangue, onde foi mister grande atêrro para solidificar no lugar dos trilhos a várzea pantanosa que ali existia.

Chegados a Andaraí, foram os convidados do Sr. Dr. Cochrane obsequiados pelo Sr. Dr. F. A. Marques, e em sua casa ouviram, além da missa, a voz canora de uma distinta fluminense aplaudida há poucos anos em uma associação filarmônica de saudosa recordação.

Dirigiram-se dali ao hotel francês, onde, sob um sombrio caramanchão, esperava-os um primoroso almoço oferecido pelo Sr. Dr. Cochrane.

Como sempre, após uma viagem tão cômoda como agradável, foram atendidos os preceitos da gastronomia antes de manifestarem-se os impulsos do coração; à última coberta porém revelaram-se êstes, sendo propostos e aceitos diversos brindes”⁽¹³⁾.

Realmente, os “impulsos do coração” fizeram-se sentir, numa atmosfera de entusiasmo e de alegria, através de numerosos brindes, o derradeiro dos quais a Sua Magestade o Imperador, “protetor nato de tôdas as idéias úteis” — segundo as expressões do Sr. Francisco José de Mello e Souza, Presidente do Conselho Director da Companhia, a que corresponderam algumas dezenas de vozes exaltadas.

A partir do dia seguinte, 31 de janeiro de 1859, passaram os carros a realizar o mesmo percurso, pela manhã e à tarde, a fim de satisfazer a natural curiosidade da população.

A inauguração oficial

Mais feliz, porém, deve ter-se sentido o Dr. Thomas Cochrane na manhã do dia 26 de março de 1859, quando se realizou a inauguração oficial do ferro-carril. Além do empresário, de acionistas e de convidados especiais, lá estavam o

(13) *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1859. Veja, também, a *Folhinha de Laemmert* (1860), 21.º ano, p. 207.

Imperador e a Imperatriz; e, nuna atmosfera cerimoniosa e festiva, procedeu-se à bênção da Estação, dos carros e dos trilhos.

Às 10 horas, terminada a cerimônia religiosa, num carro especialmente adornado para o ato, partiram no rumo do Andaraí SS. MM. Imperiais, em companhia de membros do Ministério⁽¹⁴⁾ e da família do Dr. Thomas Cochrane. Num segundo carro, seguiram os Diretores da Companhia e alguns convidados, embora a maioria houvesse ocupado os “ônibus” da época (também puxados a burros), que a empresa havia pôsto à sua disposição. Enquanto isso, na Estação Central, primorosamente decorada, uma Banda de Música enchia os ares com suas festivas melodias.

A viagem “terminou sem acidentes” na chácara do Dr. Marques, onde mais uma vez reuniram-se os convidados, tendo sido servido um “lunch” aos presentes. Saudou o Imperador em inflamado discurso, o Presidente da Companhia; não escondeu a modéstia do percurso — num total de duas léguas (12 km), mas procurou demonstrar que aquela estrada passaria a ser o “elo que vai unir a cidade do Rio de Janeiro às frescas e saudáveis montanhas da Tijuca, sempre banhadas de ar puro e livre”; viria trazer “a vida, a saúde, a força e o vigor para 100.000 pessoas” e “o bem-estar para uma população inteira”. Em seguida, trocaram-se numerosos brindes, o último dos quais a SS. MM. Imperiais.

Horas depois, o Imperador e a Imperatriz regressaram à cidade, e a festa chegou ao fim⁽¹⁵⁾.

As “maxambombas”

A partir daquele dia de março de 1859, os novos veículos foram entregues ao uso da população carioca, num percurso que, da cidade até o Andaraí, correspondia a cêrca de 2/3 da extensão total da linha projetada. De 10.000 a 12.000 pes-

(14) Por essa época, estava no poder o ministério conservador de Antonio Paulino Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté, que exercia cumulativamente a Presidência do Conselho e o ministério da Marinha, sendo ministros: Sérgio Teixeira de Macedo (Império), José Maria da Silva Paranhos (Estrangeiros), Manoel Felizardo de Sousa e Mello (Guerra), Manuel Vieira Tosta (Justiça) e Francisco de Salles Torres Homem (Fazenda).

(15) Cf. DUNLAP, C. J. — obra cit. pp. 188-190; e *Follinha dq Lacmmer* (1860), p. 206.

soas, cada mês, utilizaram os carris de ferro, no decorrer dêsse ano de 1859. E o povo passou a denominar aquêles carros, importados da Inglaterra — as *maxambombas*⁽¹⁶⁾.

Todavia, por entre êsses justificados júbilos, escondiam-se sérias dificuldades, que haveriam de vir a público nos anos que se seguiram.

Foi sòmente em 1861 que as “maxambombas” do Dr. Cochrane atingiram os altos da Tijuca, conduzidas, então, por uma pequena locomotiva (o sonho de seu criador realizava-se, afinal, em miniatura), ao invés da tração animal, de acôrdo com o que fôra determinado pelo Decreto n.º 2.828, de 21 de setembro de 1861. Mas o serviço era bastante defeituoso e só veio a melhorar a partir de fins de 1862, quando o Barão de Mauá assumiu a direção da empresa. “Retirando-se, embora, da presidência da Companhia — diz NORONHA SANTOS, continuou o Dr. Cochrane a influir na sua direção, graças às excelentes relações mantidas com Ireneu Evangelista de Souza, Barão de Mauá”⁽¹⁷⁾.

Foi depois de uma das muitas viagens realizadas ao Uruguai que, ao regressar, encontrou Mauá realizado “um *grande empréstimo* à companhia do caminho de ferro da Tijuca sob a responsabilidade *individual* das firmas dos diretores da companhia, que nessa ocasião se consideravam boas, sendo a de um dêles *muito boa*”⁽¹⁸⁾. Nada pôde objetar àquela transação, que parecia ter ótima garantia. Em sua famosa “Exposição aos Credores”, escreveu:

“Seguiu, porém, seu caminho o *desastre financeiro*, e não amortizada, antes consideravelmente aumentada a dívida ao Banco Mauá, além de outras responsabilidades para com terceiros, em assembléa geral dos acionistas da companhia foi resolvido entregar a empresa ao banco em pagamento do seu débito”⁽¹⁹⁾.

Tudo foi em vão, entretanto. Debalde tentou Mauá chamar às responsabilidades os três já citados membros do Con-

(16) Discute-se a origem da palavra. Teria sido utilizada em analogia aos vagões de estradas de ferro (por alguns assim chamados) ou, talvez, ao Engenho “Maxambomba”, existente em terras de Iguaçu, na Província do Rio de Janeiro, por onde passavam os trens da E. F. Dom Pedro II.

(17) SANTOS, Noronha — *obra cit.*, vol. I, p. 238.

(18) MAUÁ, Visconde de — *obra cit.*, p. 185.

(19) MAUÁ, Visconde de — *obra cit.*, pp. 185-186.

selho de Direção⁽²⁰⁾. Dando a linha permanente "deficit"⁽²¹⁾, arruinados os trilhos e não renovado o material rodante (o que dava causa a frequentes descarrilamentos, seguidos de protestos da população) — acabou a empresa por suspender o tráfego, a 28 de novembro de 1865, sendo levada à falência. Seu patrimônio foi adjudicado ao Banco Mauá, em pagamento de dívidas contraídas; mas o prejuízo ascendeu a mais de 700 contos⁽²²⁾.

Terminou, assim, de maneira bastante melancólica, após seis anos de existência, a primeira linha de bondes a servir à cidade do Rio de Janeiro. E, com ela, para sempre desapareceram as curiosas "maxambombas".

Ao que parece, o Dr. Thomas Cochrane não tinha vocação para homem de empresa⁽²³⁾.

(20) MAUÁ, Visconde de — *obra cit.*, pp. 186-187.

(21) "Durante a execução do contrato, os carros da Companhia da Tijuca transportaram 45.417 passageiros, sendo 24.255 de primeira classe e 21.162 de segunda. A carga, transportada no período de 6 anos, ascendeu a 21.019 volumes" (NORONHA SANTOS, *obra cit.*, vol. I, p. 240). Apesar disso, a empresa deu "deficit".

(22) MAUÁ, Visconde de — *obra cit.*, p. 188.

(23) De maneira indireta (e, certamente, por influência de seu enteado, Dr. Ignacio Cochrane), manteve o Dr. Thomas Cochrane atividades comerciais na cidade de Santos: foi acionista da *Companhia Melhoramentos de Santos* e sócio solidário da firma *Russell, Benest & Co.*, concessionária dos serviços de gás de iluminação e abastecimento d'água, daquela cidade paulista.

O médico homeopata

Vivia de sua profissão. Animador de instituições médico-beneficentes. Autor de um livro famoso. A epidemia de cólera-morbo. O clínico.

Vivia de sua profissão

HÁ HOMENS que merecem ser incluídos na categoria de verdadeiros “nervos” da Nação: mais que outros muitos, sentem seus anseios, vibram com ela. Embora sem deixar de lado seus interesses particulares, vêem-se dominados pelo desejo de servir a coletividade, movidos pelo mais alto espírito público. Naturalmente, podem fracassar em seus objetivos, embora impelidos pela mais sincera vontade de acertar — como aconteceu com Thomas Cochrane, em relação às estradas de ferro e, de certa maneira, às “maxambombas”. Podem, mesmo, pela pertinácia e pela teimosia em levar avante uma idéia, ser considerados aborrecidos, impertinentes e importunos — como também sucedeu com o “lidador incansável”.

O mesmo espírito público, manifestado em duas iniciativas de valor, aparece de maneira marcante no profissional da Medicina. Todavia, se não foi feliz como homem de empresa, vitorioso parece haver sido o Dr. Thomas Cochrane como médico homeopata. E o que mais impressiona, ao analisar-se sua movimentada existência, é que a partir da década de 1840-50, no auge da batalha que travou para dar ao Brasil uma via férrea, o médico Thomas Cochrane está presente em diferentes iniciativas, tôdas ligadas à profissão que abraçou. E assim foi até seu falecimento: “vivia de sua profissão” — conforme consta de uma das peças do processo de inventário de seus bens.

Animador de instituições médico-beneficentes

A década de 1840-50 foi repleta de importantes acontecimentos para a evolução da Homeopatia no Brasil. E, como figura exponencial desse agitado período, aparece, sem a menor dúvida, o Dr. Bento Mure ou, mais exatamente, o Dr. Benoît Jules Mure, médico francês que desembarcou no Rio de Janeiro em novembro de 1840. Havia nascido em Lyon, em 1809, e após permanecer no Brasil por longos anos, veio a falecer no Cairo (Egito), em 1858.

Três anos depois de sua chegada, em dezembro de 1843, lançou a idéia da fundação do *Instituto Homeopático do Brasil*, com o apoio do Dr. Vicente José Lisboa. A iniciativa teve imediatamente calorosa acolhida da parte dos numerosos médicos homeopatas que já então vinham clinicando na Côrte e concretizou-se no dia 10 de março de 1844.

Nesse dia, às 11 horas da manhã, na residência do próprio Dr. Mure, à Rua do Conde n.º 2, foi solenemente instalado o Instituto. Com visível emoção, o médico francês declarou aberta a sessão, pronunciando as seguintes palavras: "Sob os auspícios da Divina Providência e debaixo da proteção das leis d'este Império, está instalado o Instituto Homeopático do Brasil."

Com a presença de 72 associados e num ambiente de grande entusiasmo decorreu essa primeira reunião, estando todos cõscios da importância do fato, que significava um marco na história da disputa "entre a Homeopatia e a velha Medicina", num momento em que decorrera "tempo bastante para que fatos se apresentem em apoio das doutrinas de Hahnemann". E, ao encerrar a histórica sessão, pronunciou o Dr. Mure as seguintes palavras:

"Le feu de la propagation vient de s'allumier parmi nous d'une manière définitive. Vienne le vent de la faveur, vienne celui de la persécution: il en tirera des forces nouvelles! Il ne s'éteindra pas! Il embrasera tout cet Empire!"⁽¹⁾

(1) Cf. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 de março de 1844. — Sobre o assunto, convém consultar: GALHARDO, Dr. José Emygdio Rodrigues — *História da Homoeopathia no Brasil*, tese apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Homeopatia, reunido na cidade do Rio de Janeiro em setembro de 1926. — Ver, também: SANTOS FILHO, Lyeurgo — *História da Medicina no Brasil*, vol. II, pp. 231-239.

Entre os 72 primeiros sócios do Instituto Homeopático do Brasil não figurou o nome do Dr. Thomas Cochrane. Tudo parece indicar, porém, que por essa época ou logo depois passasse a clinicar na cidade do Rio de Janeiro.

Na verdade, o nome do Dr. Cochrane aparece, por exemplo, numa declaração publicada no "Jornal do Comércio" de 16 de dezembro de 1846, encabeçada pelo Dr. Bento Mure e assinada por quase uma vintena de médicos, na qual se esclarece:

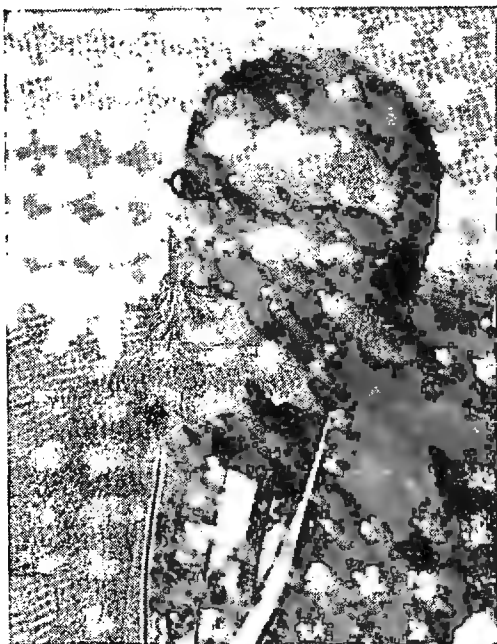
Homeopatia pura

Nós abaixo assinados, médicos homeopatas, declaramos, não só fundados na teoria como na prática da Homeopatia, que ela nos há prestado sempre recursos para combater tôdas as enfermidades que se nos têm apresentado susceptíveis de cura, sem que tenhamos tido necessidade de recorrer aos meios alopáticos, cujos princípios são ao demais inteiramente opostos aos estabelecidos por Hahnemann. Entendido fica, porém, que nos recursos alopáticos, de que falamos, não se comprehendem os valiosos auxílios da cirurgia, que aceitamos e seguimos em tôda a sua plenitude.

Uma espécie de "definição de princípios", tornada necessária face à campanha que os alopatas haviam desencadeado contra a Homeopatia. Campanha de que o próprio Dr. Cochrane acabou sendo uma das vítimas, poucos dias depois.

O fato merece ser referido, porque retrata muito bem a atmosfera então reinante na Capital do Império. Uma de suas clientes — a meniua Gabriela Narcisa Mendes de Araújo, passara para as mãos do Dr. Bompani, médico alopata, mas veio logo a falecer, a 26 de dezembro de 1846. Imediatamente, o clínico atestou como "causa-mortis" *envenenamento pela homeopatia* e exigiu uma autópsia. Como é de se esperar, o caso caiu no domínio público, lançando o pânico em boa parte da população. Uma forte polêmica travou-se, então, pela imprensa, exigindo do Dr. Cochrane uma resposta pelo "Jornal do Comércio" (11 de janeiro de 1847). Mais ainda: aproveitando-se do incidente, um dos defensores da Homeopatia — o Dr. João Vicente Martins⁽²⁾ tratou de pôr no ridículo

(2) O Dr. João Vicente Martins foi um dos seguidores do Dr. Mure. Faleceu a 8 de julho de 1854 e "foi sepultado no Cemitério de São João Bat.sta, achando-se presentes quase todos os médicos homeopatas, os quais determinaram tomar luto por oito dias por tão sensível perda" (Cf. *Folhinha de Laemmert*, 1856, p. 126).



Dr. Bento Mure
(1809-1858)

Benoît Jules Mure, médico homeopata nascido em Lyon (França), desembarcou no Rio de Janeiro a 21 de novembro de 1840 e foi um dos fundadores do Núcleo Colonial do Saí, em Santa Catarina, onde se fixaram 100 famílias francesas, em 1841. Desencantado com o empreendimento, estabeleceu-se na Côte em agosto de 1843, onde passou a clinicar e logo alcançou grande reputação. Retornou à França em 1848 e veio a falecer no Cairo (Egito) dez anos depois. (Gravura da época).

os inimigos alopatas (porque, é claro, a necropsia proclamara a inocência do acusado e a infantilidade da acusação), escrevendo um romance, que tinha por título “Gabriela envenenada” ou “A Providência” e de que foi feita uma edição de 8.000 exemplares!⁽³⁾

Ao que parece, coube aos homeopatas o melhor quinhão em toda essa luta pela sobrevivência. No dia 4 de outubro

(3) Cf. GALIARDO, Dr. J. E. Rodrigues, *obra cit.*, pp. 377-384, e 387.

de 1847, numa das salas do consultório médico do Dr. Duque-Estrada, foi fundada a *Academia Médico-Homeopática do Brasil*, destinada a desenvolver e a propagar a doutrina hahnemanniana em tôda sua pureza, ao tratamento gratuito dos pobres (tanto nos consultórios, como nos próprios domicílios) e ao estabelecimento de um Hospital de Caridade destinado a receber os enfermos indigentes. Entre seus fundadores encontrava-se o Dr. Thomas Cochrane⁽⁴⁾.

Não tardou que uma séria divergência viesse dividir os membros dessa Academia. Tratava-se de separar a *clínica*, de um lado, da *parte farmacêutica*, de outro, aprovando os sócios, por 10 votos contra 7, o seguinte dispositivo: "A nenhum membro da Academia, médico ou cirurgião, será lícito preparar e fornecer remédios aos seus doentes".

Thomas Cochrane figurou entre os 7 derrotados, juntamente com os Drs. Marques de Carvalho, Bento José Martins, Duarte Moreira, Silva Pinto, Paula Santos e Medeiros, os quais, inconformados com essa decisão, trataram de fundar logo no dia imediato, 28 de março de 1851, a *Academia Homeopática do Rio de Janeiro*, destinada: 1. a congregar todos os médicos homeopatas; 2. a propagar com tôda firmeza e lealdade a Homeopatia pura, seguindo em tudo os preceitos de Hahnemann; 3. a promover a fundação de farmácias homeopáticas dignas de merecerem a confiança de todos os médicos homeopatas. A reunião teve lugar à Rua Santa Terça n.º 42⁽⁵⁾.

Não parou aí a atividade do Dr. Cochrane. Juntamente com outros colegas de profissão, fundou a *Casa de Saúde Homeopática*, localizada no Morro do Castelo. De outra parte, instituiu e manteve o *Socorro para os Prêtos*, testemunho de seu caráter humanitário.

Autor de um livro famoso

A difusão da Homeopatia, no Brasil, foi acompanhada pelo aparecimento de muitos livros especializados, traduzidos uns, publicados outros por médicos brasileiros.

(4) Cf. GALHARDO, Dr. J. E. Rodrigues, *obra cit.*, pp. 425-428.

(5) Cf. GALHARDO, Dr. J. E. Rodrigues, *obra cit.*, pp. 639-644.

Um dos primeiros parece haver sido o do Dr. EMÍLIO GERMON — *Manual de Homeopatia* (1843). Seguiram-se-lhe outros, de autoria do Dr. JOÃO VICENTE MARTINS (*Prática Elementar da Homeopatia*, 1845, e *Notícias elementares da Homeopatia* ou *Manual do Fazendeiro, do Capitão de Navios e do Pai de Família*), do Dr. ANTÔNIO JOAQUIM CORREIA (*Guia da Medicina Homeopática*), do Dr. PEDRO ERNESTO DE ALBUQUERQUE E OLIVEIRA (*Tratado de Medicina adaptado ao Sistema Homeopático para uso das pessoas não profissionais em Medicina*, 1852, e *Guia Médico-Homeopático*, 1858), do Dr. ALEXANDRE JOSÉ DE MELLO MORAES (*Matéria Médica Homeopática*, 1852, além de outros), do Dr. AMÉRICO HYPPOLITO EWERTON DE ALMEIDA, só e em colaboração com o Dr. MAXIMIANO ANTONIO DE LEMOS, do Dr. JOÃO FRANCISCO DOS REYS (*Dicionário Médico* ou *Guia Prática de Medicina Homeopática*).

Dos autores estrangeiros traduzidos para o vernáculo, tiveram particular difusão: *A Homeopatia posta ao alcance de todos* do Dr. GOURÉ, a *Guia Homeopática dos Fazendeiros* ou *Tratado de Homeopatia Doméstica* do Dr. BIGEL, a *Nova Guia de Medicina Homeopática e Repertório Terapêutico* do Dr. HIRSCHEL, a *Guia Médica Popular das Mães de Família* do Dr. IMBERT, o *Manual de Medicina Homeopática* do Dr. JAHR e o *Médico do Povo* do Dr. BENTO MURE, entre outros⁽⁶⁾.

Por essa simples enumeração, pode-se perceber não apenas a importância da Homeopatia no Brasil em meados do século XIX, mas a existência de vasta clientela, que, nos casos de menor gravidade, aplicava os medicamentos tomando por base êsses apreciados guias ou manuais.

O fato é que também o Dr. Thomas Cochrane, em 1849, entregou ao público brasileiro um verdadeiro tratado de Medicina homeopática, em dois grossos volumes, que podiam ser adquiridos “em casa do Autor” pelo preço de 2\$000 e que tinha o seguinte e sugestivo título:

Medicina Domestica Homoeopathica ou Guia Pratica da Arte de Curar Homoeopathicamente, contendo tudo quanto de mais util se pode encontrar nos autores homoeopathicos: Hahnemann, Hering, Currie, Dunsford, Laurie, Hartmann, Boenninghausen, Ruoff, Hartlaub e outros.

(6) Cf. SANTOS FILHO, Lycurgo — obra cit., vol. II, pp. 236-237; e Almanak Laemmert, edições de 1859, 1869 e 1875.

Não nos cabe julgar do valor intrínseco dessa obra. Não obstante, foi afamada em sua época, o que justifica as seis edições em pouco mais de 20 anos: a 2.^a, publicada em 1851; a 4.^a impressa em Londres, na Tip. de Gardiner & Son, em 1859⁽⁷⁾; a 5.^a e a 6.^a entregues ao público, respectivamente, em 1868 e 1872, impressa a última na Tipografia Perseverança, Rua do Hospício n.º 91, com a indicação: "Correcta e consideravelmente augmentada".

Não era conhecida apenas na Capital do Império. Certamente atingiu as maiores cidades do país; de outra forma não se explicaria o seguinte anúncio, publicado em um jornal de Destêro (atual Florianópolis), capital da então Província de Santa Catarina:

"Vende-se uma Medicina Domestica Homoeopathica pelo Dr. Cochrane, 2 vols., encadernados; e 1 caixinha com 24 medicamentos em tinturas homoeopathicas do Laboratorio do Dr. Cochrane"⁽⁸⁾.

A epidemia de cólera-morbo

Se o ano de 1850 ficara tristemente célebre pela epidemia de *febre-amarela*, que grassara com virulência na cidade do Rio de Janeiro e tirara a vida de milhares de pessoas, entre as quais figuras de projeção nacional (como é o caso de Bernardo Pereira de Vasconcellos), o ano de 1855 foi marcado pelo aparecimento do *cólera-morbo*. A nova epidemia definiu-se em agosto e assumiu proporções alarmantes a partir de setembro.

A população e o corpo médico ficaram atônitos, pois reinava a crença de que o mal sempre restringira-se ao hemisfério norte. A propósito, o *Jornal do Comércio*, em sua edição de 29 de setembro de 1854, depois de relatar os trágicos efeitos da doença na illa Maurícia, alertara a população:

"Não somos terroristas, nem há mesmo motivo por ora para nos assustarmos. Devemos, porém, aprender com a experiência alheia, e para isso convém não ocultar a verdade. O cólera morbo passa para o sul do Equador e os navios de colonos são os seus melhores condu-

(7) Cf. SILVA, Innocencio F. da — *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo VI, p. 341.

(8) Cf. CABRAL, Oswaldo — *Medicina, Médicos e Charlatães do passado*, cit. SANTOS FILHO — *obra cit.*, vol. II, p. 234.

MEDICINA DOMESTICA
HOMOEOPATHICA

OU

GUIA PRATICA

DA

ARTE DE CURAR HOMOEOPATHICAMENTE

CONTENDO TUDO QUANTO DE MAIS UTIL
 SE PODE ENCONTRAR NOS AUTORES HOMOEOPATHAS: HARTMANN, KERRING,
 CURRIE, DUNSPORU, LAURIE, HARTMANN, HENNINGHAUSEN,
 RUOFF, HARTLAUB E OUTROS

PELO

Dr. Thomas Cochrane

Bacharel em letras pela Universidade de França,
 formado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Londres,
 Membro fundador da Academia Medico-homoeopathica do Brasil,
 e um dos Medicos do Hospital estabelecido
 pela mesma Academia;
 Membro correspondente da Sociedade de Medicina Homoeopathica de Paris,
 e de varias Sociedades scientificas

SEXTA EDIÇÃO

CORRECTA E CONSIDERAVELMENTE AUMENTADA

 TOMO SEGUNDO.

Rio de Janeiro

VENDE-SE EM CASA DO AUTOR, RUA DA QUITANDA N. 183.

1872

O livro do Dr. Thomas Cochrane

Fôlha de rosto da "Medicina Domestica Homoeopathica",
 sexta edição, Rio de Janeiro, 1872.

tores. Acautelemo-nos, pois, enquanto é tempo, tomando providências eficazes e melhorando as condições higiênicas de tôdas as nossas cidades do litoral abertas ao comércio estrangeiro, para que menos se façam sentir os estragos cruéis dessa peste, se Deus nos não livrar dela."

Mas a peste atingiu Belém do Pará e, em pouco tempo, espalhou-se por todo o país, flagelando-o durante dois anos (1855-56) e levando a morte a mais de 200.000 pessoas.

Na cidade do Rio de Janeiro, onde dominou com violência de setembro a dezembro de 1855, improvisaram-se enfermarias,

utilizando-se os edifícios públicos (entre os quais o próprio Paço Municipal) e residências particulares; a Santa Casa de Misericórdia prontificou-se a custear tôdas as enfermarias destinadas aos indigentes; no dia 25 de setembro, o Conde de Irajá, Bispo do Rio de Janeiro, em pessoa, esmolou pelas ruas da área comercial da cidade, ao mesmo tempo que recomendava preces públicas, implorando a misericórdia divina. No dia 27 de setembro, o próprio Imperador deliberou inspecionar os serviços de socorros, à população, percorrendo as enfermarias improvisadas, desde 9 e meia da manhã até quase 5 horas da tarde. "Não foi uma visita de mero aparato. S. M. o Imperador demorou-se muito tempo em cada uma das enfermarias. Examinou-as com a maior minuciosidade, correu quarto por quarto, cama por cama; conversou com os doentes, animou-os, consolou-os, distribuindo algumas esmolas. Praticou, pois, um dêsses atos de verdadeira caridade, que elevam o homem e que, partindo da realza, faz lembrar a sua missão quase divina sôbre a terra. Foi um espetáculo maravilhoso e edificante em todo sentido o que ontem praticou o monarca brasileiro"⁽⁹⁾.

No meio daquelas cenas de desolação e de luto, porfiaram as senhoras da alta sociedade em rasgos de dedicação e em gestos de caridade: a Condessa de Iguaçu, a Marquesa de Abrantes e Mme. de St. Georges fizeram "lavôres e artigos de capricho", com o "artifício delicado de mãos tão angustas e benfazejas", e foram elas próprias vender no leilão que, no dia 14 de outubro, teve lugar na Academia de Belas-artes, em benefício dos pobres da freguezia de Nossa Senhora da Glória⁽¹⁰⁾.

Como é de se esperar, os médicos da cidade foram mobilizados e praticaram atos de verdadeira abnegação, destacando-se particularmente os Drs. Haddock Lobo, Antonio José Gonçalves Fontes (futuro Barão do Rio Doce) e Francisco Lopes da Cunha, eficazmente auxiliados por muitos estudantes de Medicina, entre os quais: José Joaquim de Gouvêa, Joaquim Antonio de Oliveira Braga Junior, José Dias Pinto de Figueiredo, Francisco de Paula Lazaro Gonçalves e Luiz de

(9) *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1855.

(10) Cf. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1855.

Queiroz Mattoso Maia, além do Capitão Padre Bernardo José Camclo⁽¹¹⁾.

Entre êles também encontrava-se o Dr. Thomas Cochrane, atendendo incansavelmente aos que dêle se socorriam, particularmente na *Enfermaria de Nossa Senhora da Conceição*, instalada pela Santa Casa de Misericórdia à Rua da Quitanda n.º 40, que funcionou desde 26 de setembro de 1855 até abril de 1856. Fêz parte de seu corpo clínico, sob a direção do Dr. Maximiano Marques de Carvalho e ao lado dos Drs. José Henrique de Medeiros, Francisco Alves de Moura, Joaquim José da Silva Pinto e Carlos Chidloe. Pelas mãos dêsses médicos homeopatas passaram, nesse período, 291 coléricos, dos quais vieram a falecer 51, isto é, 18%⁽¹²⁾.

Por tudo isso e pelo que fizera pelo bem público noutras oportunidades, o Dr. Cochrane foi agraciado pelo Imperador com a comenda de Cavaleiro da *Imperial Ordem da Rosa*, através de documento datado de 15 de dezembro de 1858.

Em meados de dezembro de 1855, entrou em declínio a epidemia. Passara a pavorosa tormenta. E os cariocas, pela voz de sua imprensa, fizeram justiça aos que se haviam sacrificado para debelá-la ou no desejo de minorar os sofrimentos de suas vítimas⁽¹³⁾.

O clínico

De acôrdo com o depoimento do próprio Dr. Cochrane, o período áureo de sua vida profissional estendeu-se de 1848 a 1855, tanto assim que sua clínica "era tal que podia satisfazer as maiores ambições"⁽¹⁴⁾.

Manteve consultório médico, pelo menos, em três locais diferentes: à Rua da Ajuda n.º 61; à Rua da Quitanda n.º 133; e à Rua dos Arcos n.º 15.

(11) Cf. BARRETO FILHO, Nello (e) LIMA, Hermeto - *História da Polícia do Rio de Janeiro* (Aspectos da cidade e da vida carioca, 1831-1870), p. 203, ed. "A Noite", Rio de Janeiro, 1942.

(12) Cf. GALHARDO, Dr. J. E. Rodrigues - *obra cit.*, p. 680.

(13) Cf. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1855.

(14) COCHRANE, Thomas - *Esboço Histórico sobre o primitivo projecto da Estrada de Ferro D, Pedro II, 1866*.

Ao mesmo tempo, era um dos responsáveis pelo *Laboratório Homeopático*, localizado à Rua da Quitanda n.º 133, a que denominava, simplesmente — a *Botica*. Quando veio a falecer, em 1873, o estabelecimento girava sob a razão comercial de *Cochrane & Pinho*, cabendo-lhe metade de seus interesses comerciais. Depois, sua viúva ainda continuou participando do negócio, sob a firma *Viuva Cochrane, Pinho e Comp.*

Nos derradeiros 15 anos de sua vida, existia um número elevado de médicos homeopatas clinicando na cidade do Rio de Janeiro. Um dêles — Dr. *Maximiano Antonio de Lemos*, intitulava-se “sucessor do distinto médico Dr. Thomaz Cochrane, em sua externa clínica, desde 1854”⁽¹⁵⁾. Outros eram seus amigos, mas, certamente, muitos lhe faziam concorrência. A *Rua da Quitanda* congregava a maioria dos consultórios homeopatas; chegou a contar com 15 facultativos da Medicina hahnemanniana. Neste particular, também veio a destacar-se a *Rua São José*, com 8 consultórios. Os demais espalhavam-se por outras ruas da cidade, particularmente as da Ajuda, Primeiro de Março, da Misericórdia, do Hospício, do Príncipe, do Carmo, da Carioca, dos Arcos.

Em pesquisa realizada no *Almanak de Laemmert*, apenas nas edições referentes aos anos de 1859, 1869 e 1871, conseguimos anotar os seguintes nomes, que aqui citamos para uso dos historiadores da Medicina Homeopática brasileira:

1. ALMEIDA, Dr. Ewerton de
2. ARAUJO, Dr. Cesario Eugenio Gomes de
3. ARAUJO, Dr. Joaquim Pereira de
4. AZEVEDO, Dr. João Antonio de
5. CALVET, Dr. Manoel Antonio de Magalhães
6. CARREIRA, Dr. Liberato de Castro
7. CARVALHO, Dr. Maximiano Marques de
8. CHIDLOE, Dr. Carlos
9. COCHRANE, Dr. Thomas
10. DUARTE, Dr. Marcellino Pinto Ribeiro
11. ESTRADA, Dr. Domingos de Azeredo Coutinho de Duque
12. FARIA, Dr. J. A. de
13. FARIA, Dr. Manoel Antonio Marques de

(15) Cf. *Almanak Laemmert*, ed. 1871.

14. GOMES, Dr. Francisco de Paula dos Santos
15. GOUVÊA, Dr. Pedro Bandeira de
16. LEMOS, Dr. Maximiano Antonio de
17. LISBOA, Dr. José da Silva
18. LOPES, Dr. Antonio de Castro
19. MARTINS, Dr. Bento José
20. MARTINS, Dr. João de Souza
21. MEDEIROS, Dr. José Henrique de
22. MEIRELLES, Dr. João Baptista Soares de
23. MEIRELLES, Dr. Nicomedes Rodrigues Soares de
24. MEIRELLES, Dr. Saturnino Soares de
25. MONTEIRO, Dr. José Feliciano da Costa
26. MORAES, Dr. Alexandre José de Mello
27. MOURA, Dr. Francisco Alves de
28. OLIVEIRA, Dr. Pedro Ernesto Albuquerque de
29. PINTO, Dr. Joaquim José da Silva
30. PROENÇA, Dr. J. H.

Resta-nos, ainda, lembrar que, por volta de 1871, funcionou na cidade do Rio de Janeiro uma *Casa de Saúde Allo-Homoeopathica*, situada à Rua Fresca n.º 1, no Pharoux, que tinha como Diretor o Dr. J. A. de Faria, e como médicos os Drs. Pereira do Rego, Catta Preta, Corrêa de Azevedo, Faria, Duque Estrada, Medeiros, Matta, Gama Lobo e Ataliba Gomensoro, homeopatas uns, alopatas outros⁽¹⁶⁾.

(16) Cf. *Almanak Laemmert*, ed. 1871.

A vida em família

O "Castelo" da Tijuca. Morre o lidador. Vítima de um grande amor. Excerptos de um inventário. Os herdeiros e os bens. Alguns preços da época. Os bens inventariados. Os escravos. A partilha.

O "Castelo" da Tijuca

As 30.000 LIBRAS ESTERLINAS recebidas em 1855 pelo Dr. Thomas Cochrane, a título de indenização, devem ter-lhe permitido não apenas pensar na organização da Companhia de Carris de Ferro, mas também em preservar o futuro de sua família.

Seguindo o exemplo de outros europeus de seu tempo, procurou encontrar um recanto onde pudesse recolher-se, tranqüilo, na companhia da espôsa e dos filhos, fugindo à canícula e ao bulício da Côrte. Encontrou-o nas alturas da *Tijuca*, por entre suas matas sombrias e eternamente verdes, no lugar conhecido pelo nome de *Gávea Pequena*. Era um terreno foreiro, pertencente aos herdeiros do Visconde de Asseca, fidalgo português. Estivera na posse de Luiz Guilherme Leceste, que, em 1853, o vendera a Henrique Greenwood.

Por escritura lavrada em 21 de novembro de 1855, adquiriu o Dr. Cochrane essa propriedade pela quantia de 7 contos de réis; e o fêz em nome de sua espôsa — Dona Helena Augusta Nogueira da Gama Cochrane, com quem era casado no regime de separação de bens.

No meio da mata, dominado pelas escarpas da montanha voltada para o oceano, que se chama, até hoje, o *Morro do Cochrane*, com seus 700 metros de altitude, instalou aquêle



Dr. Thomas Cochrane e sua esposa

As fotografias correspondem provavelmente à década de 1860-70.

homem inquebrantável o seu "ninho", como se fôra uma águia solitária; e deu-lhe o expressivo nome de *Castelo*.

Corresponde ao atual *Parque Cochrane*, de propriedade da Sra. Ernesto G. Fontes, onde se ergue luxuosa mansão, tôda branca, por entre árvores gigantescas, a dominar um formoso espelho d'água, de puríssimo azul. "À noite — escreveu HENRY VALLOTON —, quando os projetores invisíveis iluminam as palmeiras, as pontes de mármore e as bacias de água, é um cenário para os contos das Mil-e-Uma Noites"⁽¹⁾. Aqui e ali, reminiscências deixadas pelo Dr. Thomas Cochrane transportam-nos, insensivelmente, para o passado glorioso da-quele recanto, ameno e reconfortante.

O *Castelo* passou a ser a menina-dos-olhos do grande lida-dor. Tendo êle por base, pôde conhecer melhor as alturas da Tijuca, particularmente o Alto da Boa Vista, o que o levou, imediatamente, a imaginar um meio de levar até aquelas para-gens a população carioca. Assim nasceu a idéia da Companhia de Carris de Ferro, para cuja construção obteve concessão em março de 1856.

(1) VALLOTON, Henry — *Brésil, terre d'amour et de beauté*, p. 86, Lib. Payot, Lausanne, 1945.

Era, ali, que viviam seus escravos, em número de 21 no ano de 1873, "roceiros" todos, dez dêles nascidos na própria África.

Ali costumava passar largas temporadas com sua família, particularmente os meses de Verão. E, com viva satisfação, recebia a visita de parentes e de grande número de amigos, a quem dispensava fidalga hospedagem.

Tudo indica que o Dr. Cochrane era um homem retraído, que não apreciava as futilidades e as exhibições de elegância da vida social, bastante intensa por essa época, que sua posição e sua fortuna poderiam justificar; pelo menos, nos trabalhos publicados pelos que focalizaram êsse ângulo da vida brasileira, seu nome não aparece⁽²⁾.

Temos sob nossa guarda um precioso *Album de Recordações*, iniciado em 1858 e que pertenceu ao Dr. Ignacio Cochrane, seu enteado. Através de suas páginas amareladas desfilam muitos nomes de pessoas que se hospedaram no Castelo; mas nada existe que denote relações estreitas com a aristocracia ou a alta sociedade do Império. São parentes de Dona Helena Augusta, como os *Nogueira da Gama* (Manuel Jacinto, Francisco, Luiza). Amigos e colegas de profissão, como o Dr. *Maximiniano Antonio de Lemos*, aquêle mesmo "sucessor do Dr. Cochrane, em sua externa clínica", e Dona Mathilde R. d'O. Lemos, provàvemente sua espôsa. Ao contrário do que se poderia supor, apenas dois estrangeiros: *Robert Alexander Habensham*, cidadão norte-americano, e *Marine M. Chandler*, que deixaram textos escritos em inglês. São membros das famílias *Castello Branco* (M. J., B. A. e Justina), *Ferreira* (João Gomes, Mathilde Julia, Maria Luiza, Luiza Amalia), *Figueiredo* (Júlio C. P., Maria M.), *França Leite* (Antonio Rodrigues dos Santos, N. R. dos Santos Filho). Ou, então, pessoas isoladas pertencentes às famílias *Gama Arruda* (Francisco A.), *Quintanilha* (Henrique José da Silva), *Fraga* (Dr. Camillo Bernardino), *Teixeira* (Eduardo Roza), *Rodrigues d'Avellar* (Hilario), *Pederneiras* (Isabel), *Monteiro de Barros* (Antonio Augusto), *Rodrigues Gambôa* (Balthazar), *Pinto Soares* (Manuel).

(2) Cf. PINHO, Wanderley — *Salões e Damas do Segundo Império*, Liv. Martins, São Paulo, s/d; SANTOS, Francisco Marques dos — *A sociedade fluminense em 1852*, conferência pronunciada em Petrópolis a 14-2-1941, em "Estudos Brasileiros", ano III, vol. 6.º, n.º 18, Rio de Janeiro, maio-junho de 1941; ROS FILHO, Adolfo Morales de los — *O Rio de Janeiro Imperial*, Ed. "A Noite", Rio de Janeiro, 1946.



Parque Cochrane

A fotografia mostra-nos um aspecto moderno do antigo "Castelo" da Tijuca, que o Dr. Thomas Cochrane tanto amou e onde viveu os dias mais felizes de sua existência. (Cf. "House & Garden", julho de 1946).

Apenas quatro nomes, no meio de tantos outros, merecem uma atenção especial: a *Marquesa de Baependi*, mesmo assim, tia paterna de Dona Helena Augusta; a *Condessa de Iguaçu*; o Conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, futuro *Barão do Bom Retiro*; e *João Pedreira do Coutto Ferraz*.

Se, por conseguinte, o *Castelo da Tijuca* jamais figurou entre os salões do Segundo Império, em compensação teria tido glória bem maior. Consta que foi ali que José de Alencar, genro do Dr. Thomas Cochrane, escreveu alguns de seus mais famosos romances: *Sonhos d'Ouro*, *O Sertanejo*, *O Tronco do Ipê*. E “consta, ainda, que ali êle recebeu a visita de Castro Alves, recém-chegado da Bahia, que lhe trouxe uma carta de recomendação e, talvez, lhe tenha lido alguns de seus poemas”⁽³⁾.

É o que consta. Mas um fato existe positivamente verdadeiro. José de Alencar também apreciava muito aquêle recanto tranquilo e acolhedor, tendo composto os versos que vamos transcrever, dedicados a Dona Helena Augusta da Gama Cochrane e que figuram no já citado “*Álbum de Recordações*”, com a data de 28 de fevereiro de 1864:

T i j u c a

Salve, rochedos agrestes!
 Salve, Tijuca, louçã!
 Quando, ao raiar da manhã,
 As alvas névoas tu vestes,
 Como és formosa, montanha,
 Ao Sol que a face te banha!

Vós, Senhora, que habitais
 Aqui, na mansão florida,
 Sabeis como é doce a vida
 Neste remanso de paz.
 Que dias gozei sereno
 Sob êstes climas amenos!

(3) CRULS, Gastão — *Aparência do Rio de Janeiro*, vol. II, p. 375, Liv. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1949.



José de Alencar em 1861

Genro do Dr. Thomas Cochrane, o imortal romancista cearense aparece numa litografia de S. A. Sisson, pertencente ao arquivo da família, ao tempo em que representava o Ceará na Câmara dos Deputados do Império.

Traz a brisa aqui, nas asas,
Da celeste eflorescência
Doce pólen de existência,
Coado por entre as gazas
Dêste azul sempre luzente,
Que aveluda um céu ridente.

Aqui a rosa floresce
Nos campos; porém, mais bela
Vem nas faces da donzela,
Donde nativa parece.
Ai, que rosas de carinhos,
Tem perfumes sem espinhos!

Nesta serra alcantilada,
Que o cimo às nuvens remonta,
Como que o Éden esponta
À alma em terra exilada;
E os anjos dos vales seus
Ficam mais perto de Deus.

Calm e doce paraíso
Não dar-me o Senhor poder
Sempre em teu seio viver!...
Me fôra a vida sorriso,
E a delícia do teu êrmo
Me sanara o corpo enfêrmo.

Adeus, oh serra gentil,
Adeus, Tijuca risonha!
Ausente contigo sonha
Quem te viu encantos mil.
Adeus, formosa montanha,
Ai, que saudade tamanha!

J. DE ALENCAR

Morre o lidador

Nesse mesmo *Castelo* da Tijuca, tão querido de seu coração, veio a falecer, súbitamente, às 9 horas e meia da manhã do dia 26 de janeiro de 1873, quase septuagenário, o incansável lidador, após uma vida de lutas, de sacrifícios, de benevolências.

Já doente e acabado, foi vítima de forte emoção ao assistir, da janela, a um acidente com a carruagem que conduzia, de retôrno à cidade, o Dr. Ignacio Cochrane — acidente, aliás,

que não teve maiores conseqüências, mas que fulminou seu velho e cansado coração.

No dia seguinte, uma segunda-feira, o *Jornal do Comércio* publicava êste convite fúnebre:

Dona Helena Augusta da Gama Cochrane e suas filhas, Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane e sua senhora, Conselheiro Antonio José Duarte de Araujo Gondim e sua senhora (ausentes), o Conselheiro José Martiniano de Alencar e sua senhora, e José Ignacio Ewerton de Almeida e sua senhora, convidão a seus amigos e aos do finado seu marido, pae e sogro,

DR. THOMAZ COCHRANE,

a se reunirem, hoje, 27 do corrente, no Cemiterio da Gambôa, ao meio-dia, afim de assistirem ao enterro do mesmo, podendo aquelles que desejarem, acompanhar o cortejo desde Andarahy até o dito cemiterio; e esperão merecer-lhes este acto de caridade.

Não fazem convites por cartas.

E, por volta do meio-dia daquele 27 de janeiro, foi o Dr. Thomas Cochrane sepultado, no Cemitério dos Ingêleses, na presença de membros da família e de amigos. Dentro do ritual anglicano, foi celebrante o Rev.^o G. H. Preston⁽⁴⁾.

Em outubro de 1890, sua filha primogênita — Dona Georgiana Cochrane de Alencar, viúva de José de Alencar, adquiriu o jazigo n.^o 29-F, no Cemitério de São João Batista, para ali fazendo transladar as cinzas do finado. Hoje, logo à entrada dêsse cemitério, um túmulo de linhas sóbrias lembra aos passantes a figura do pioneiro das estradas de ferro no Brasil, do criador das “maxambombas” e do médico homeopata afamado em sua época⁽⁵⁾.

(4) JAMES FLETCHER, em *O Brasil e os Brasileiros* (Vol. I, p. 231, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1941), refere-se ao Rev. Preston, afirmando que, depois de sua chegada ao Brasil, a freqüência aumentou às cerimônias do culto, na Igreja Ingêlesa, situada à Rua dos Barbonos (atual Evaristo da Veiga), próximo ao Largo da Mãe do Bispo, num edificio construído em 1823.

(5) Entre as peças constantes do processo de inventário do Dr. Thomas Cochrane consta o recibo do enterro: saiu do “Castelo”, na Tijuca, e o carro fúnebre foi “puxado por bêstas e, não, por cavalos, por causa do lugar”.

Vítima de um grande amor

A morte repentina do Dr. Thomas Cochrane feriu profundamente sua espôsa — Dona Helena Augusta; e a levou ao leito, gravemente enfêrma.

Tudo indica que, mais do que simples afeição, um grande amor os unia. Da parte do marido, há um testemunho incontestado do quanto a considerava; é o seguinte trecho de seu testamento, por êle próprio escrito e assinado, a 24 de janeiro de 1866:

“Reconhecendo em minha mulher Dona Helena Augusta da Gama Cochrane o maior zelo e dedicação por nossas filhas e toda a capacidade para administrar meus bens: por isso tenho a mais illimitada confiança nas suas altas virtudes, intelligencia e prudencia para dirigir a educação das nossas filhas, nomeio tutora dellas.”

Em relação a Dona Helena Augusta, coube ao filho primogênito testemunhar os sentimentos que a prendiam ao marido, seu padrasto. Em versos datados de agôsto de 1873, depois de relatar que

“Morrer-me nos braços via
Esse Pai de adoção”,

escreveu:

“A Mãe querida em seguida
Tombava em leito de dor!
Vendo quebrar-se-lhe o elo,
Que a prendia ao protetor,
Essa espôsa, Mãe modêlo,
Sentiu fugir-lhe o vigor,
E pra sempre se finou
Vítima de tanto amor!”

Com effeito, menos de dois meses após a morte do Dr. Cochrane, no dia 24 de março de 1873, “em São Domingos”, faleceu Dona Helena Augusta da Gama Cochrane. Tinha, então, 55 anos incompletos; e poderia ter vivido alguns anos mais, não fôra o golpe que a feriu, fazendo-a tombar, vítima de um grande amor.



Dr. Thomas Cochrane e sua esposa (1872)

Últimas fotografias do casal Cochrane, tiradas no Rio de Janeiro, em dezembro de 1872. O líder incansável já era, então, um homem alquebrado, com 67 anos de idade. No mês seguinte, janeiro de 1873, viria a falecer; em março do mesmo ano, "vítima de um grande amor", morreu Dona Helena Augusta, sua dedicada esposa e companheira.

Excerptos de um inventário

A morte quase simultânea do casal Thomas Cochrane levou a família a fazer um só processo de inventário de seus bens, para a indispensável partilha.

Foi-nos dado o privilégio de poder compulsar, uma a uma, as peças desse processo. Por isso mesmo, não podemos fugir ao dever de analisá-lo, em alguns de seus aspectos.

A *petição inicial* constitui um documento capaz de encher da mais justa cobiça os caçadores de autógrafos. Foi escrito pelo próprio punho do criador de "Iracema" e diz o seguinte:

"Illmo. Exmo. Snr. Dr. Juiz Provedor.

Diz José Martiniano de Alencar, que tendo falecido seu sogro Dr. Thomaz Cochrane, nesta corte a 26 de janeiro passado, e sua sogra D. Helena Augusta da Gama Cochrane em 24 de março ultimo, em S. Domingos, a qual era a testamenteira de seu marido; e sendo necessário proceder a inventario dos dois espolios, na falta de outro herdeiro que se queira incumbir do cargo, requer o Suplicante para assignar termo de inventariante, prestando o juramento do estylo, e proseguindo-se nos mais termos até final partilha.

P. e R. Mce.

Rio de Janeiro em 8 de abril de 1873

(a) José Martiniano de Alencar" (Fls. 2).

Coube a José de Alencar, como se vê, dar início ao processo; e, como inventariante, ficou até o dia 13 de junho, quando solicitou a nomeação de seu cunhado — Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane como testamenteiro e inventariante, porque pretendia retirar-se da Côrte, por encontrar-se enfêrmo.

Os herdeiros e os bens

Em petição datada de 7 de abril de 1873, "o advogado José Martiniano de Alencar" declarou que seu sogro deixara

... "quatro herdeiros nomeados em seu testamento, que são suas filhas D. Georgiana Cochrane de Alencar, casada com o supplicante, D. Helena Carolina da Gama Cochrane, solteira, D. Francisca Eugenia da Gama Cochrane, solteira, e D. Eugenia Evangelina Cochrane de Almeida, casada com Jé. Ignacio Ewerton de Almeida; alem da terça que deixou em legado a sua mulher D. Helena Augusta da Gama Cochrane, já fallecida" (Fls. 4).



Uma reunião social há um século

A gravura, reproduzida de "L'Illustration" (Paris, 1.º de dezembro de 1860), dá-nos perfeita idéa de uma reunião da alta sociedade parisiense: uma dama ao piano, senhoras e meninas de saia-balão. Certamente, o mesmo acontecia nos salões elegantes do Rio de Janeiro, fiéis seguidores dos costumes franceses.

Em 18 de abril, coube-lhe ainda apresentar a relação dos bens, a saber:

- 1.º — Os moveis da casa da Rua Lavradio n.º 53-B;
- 2.º — Quatrocentas acções da Companhia Melhoramentos de Santos;
- 3.º — A obra Medicina domestica Homoeopathica, em dois volumes;
- 4.º — Metade do estabellecimento da Rua da Quitanda n.º 133, intitulado Laboratorio Homoeopathico;
- 5.º — Dinheiro que tinha no English Bank, segundo a sua caderneta — 1:746\$180;

6.º — Um piano que deu á sua filha D. Georgiana Cochrane de Alencar por occasião de seu casamento.

Rio de Janeiro em 18 de abril de 1873

(a) José Martiniano de Alencar

Ha ainda outros bens, de que o Inventariante não tem pleno conhecimento, mas protesta declara-los (*sic*) em tempo.

Erat ut supra" (Fls. 5).

Posteriormente, a 19 de maio, acrescentou que o *piano* recebido por sua mulher, como presente do casamento, tinha o valor de 1:200\$000. E que ella ainda recebera, na mesma occasião, um *faqueiro* no valor de 100\$000 (Fls. 6).

Logo a seguir, o outro genro — José Ignacio Ewerthon de Almeida declarou que havia recebido “de seu fallecido sogro Dr. Thomaz Cochrane, sem firmar clareza alguma, a quantia de 8:000\$000 e um faqueiro de electro-plate no valor de 400\$000” (Fls. 7).

Alguns preços da época

Dos mais interessantes, em nossa opinião, os documentos que figuram às fls. 12 e 16 dêsse processo, representados por contas que o Dr. Thomas Cochrane não tivera oportunidade de pagar.

Tudo indica que, em sua longa permanência no Brasil, não perdera elle os hábitos alimentares adquiridos na Inglaterra: efetivamente, lá estão presentes o presunto inglês, o “bacon”, a mostarda inglesa, o mólho, a cerveja “Bass”, queijos, salame, “champignons”, sardinhas, arenques, azeitonas de Elvas, azeite “Plagnol”, “petit-pois”, alcaparras, “ginger-nuts”, biscoitos “Cracknell”, licôres.

Na conta da firma *Brandão & Teixeira*, “com armazém de molhados por atacado e a varejo”, sita à Rua do Rosário n.º 61, é que encontramos as melhores amostras do que consumia a Família Cochrane; e, mais que isto, os preços das mercadorias consumidas, o que nos fornece elementos para úteis comparações com os da actualidade. Referem-se ao mês de julho de 1872 e aqui vamos citar alguns, reduzidos todos à unidade:

Uma libra de presunto inglês	\$900
Um queijo de Minas	1\$800
Um vidro de mólho	1\$000
Uma libra de queijo parmezão	1\$500
Uma garrafa de aniz	1\$500
Meia-garrafa de cerveja	\$625
Uma lata de azeitonas de Elvas	1\$200

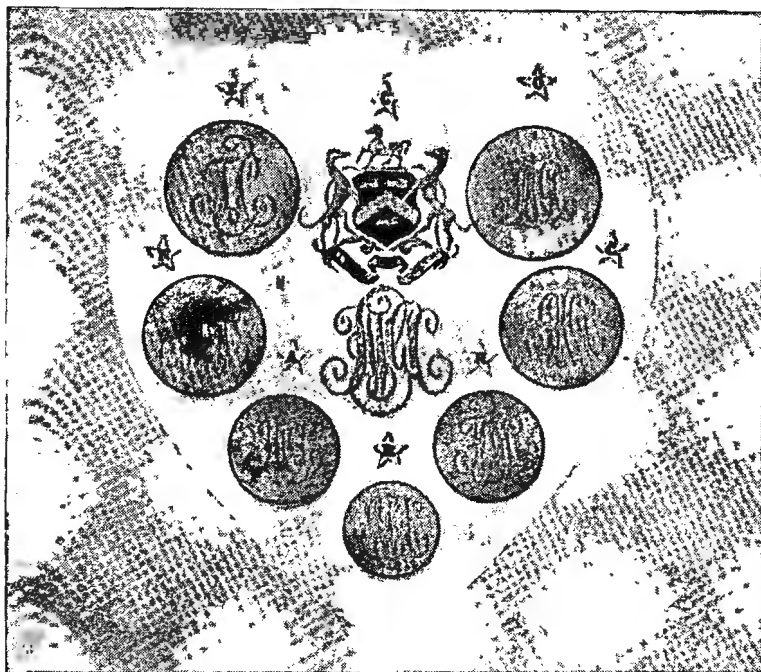
Uma libra de "bacon"	1\$000
Uma libra de queijo Prato.....	1\$000
Uma lata de manteiga (2 libras)	2\$600
Um vidro de mostarda inglêsa	1\$000
Uma lata de biscoitos "Cracknell"	1\$600
Uma lata de salame	2\$500
Uma lata de ameixas	3\$000
Uma garrafa de cerveja "Bass"	\$920
Uma arroba de açúcar fino de 1. ^a	7\$000
Uma lata de sardinhas sem espinhas	\$800
Uma lata de "petit-pois"	\$900
Um vidro de alcaparras	1\$000
Um vidro de sal fino	\$600
Uma lata de "ginger-nuts"	1\$800
Uma garrafa de azeite "Plagnol"	1\$300
Uma lata de "champignons"	1\$300
Uma lata de arenques	1\$500
Uma arroba de batatas	3\$000

Já a *Confeitaria Fluminense*, de Manuel Teixeira dos Santos & Cia., estabelecida à Rua do Ouvidor n.º 76-A, ao que parece resolvia as situações de emergência ou contribuía para variar o cardápio diário. Em conta de dezembro de 1872, lá figuram:

24 empadas	2\$400
6 "coixinhas" (<i>sic</i>)	3\$000

Em relação aos tecidos e, certamente, para atender aos pedidos de Dona Helena Augusta, uma das casas fornecedoras seria *Aux Tuileries* — "Modas, novidades e artigos de Paris — Sedas, rendas, linhos e fazendas brancas" —, pertencente à firma Gaffré & Guinle e localizada à Rua da Quitanda n.º 13. As compras foram efetuadas também em dezembro de 1872. Eis as mercadorias adquiridas, de acôrdo com seus preços unitários, correspondentes a um côvado (66 cm):

Flanela	1\$400
Fustão de côr	\$500
Merinó preto	2\$200
Fustão bordado	1\$600
"Sultane" branca	1\$500



A Família Cochrane

Num álbum oferecido ao Dr. Ignacio Cochrane por ocasião de sua formatura (1857), pertencente a Dona Maria Emilia Moretzohn Simonsen, encontra-se essa pequena jóia artística, aquarelada em vermelho e ouro. Dentro de um coração, vê-se o brasão dos Cochrane e oito estrelas, cada qual contendo uma das letras do nome da família. Sob o brasão, as iniciais entrelaçadas do Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane, o homenageado. Nos medalhões superiores, as iniciais do Dr. Thomas Cochrane e de sua esposa, Dona Helena Augusta. Nos cinco medalhões restantes, as iniciais de suas irmãs: Maria Carolina, Georgiana Augusta, Helena Carolina, Francisca Eugenia e Eugenia Evangelina.

Resta-nos referir que o consumo de gás, fornecido pela *Rio de Janeiro Gas Co. Ltd.*, com escritórios à Rua da Quitanda n.º 183, entre outubro de 1872 e março de 1873, foi, em média, de 15\$000 por mês. Eis as cifras que figuram numa conta de abril de 1873:

4.º trimestre de 1872	34\$216
1.º trimestre de 1873	54\$357

Os bens inventariados

Nas fls. 24 a 27 do processo em exame, consta a avaliação dos bens móveis deixados pelo casal Thomas Cochrane. Se seus valores podem não ter grande significado (sabido é que não costumam corresponder aos valores reais), inegável interesse desperta sua natureza, já que nos pode fornecer uma idéia do padrão de vida da família e, até mesmo, dos costumes vigentes na época, em relação a pessoas do nível social do Dr. Cochrane.

Em geral, o mobiliário era construído em excelente madeira-de-lei, quase sempre o mogno e o vinhático. Lá figuram as peças típicas de uma família de recursos do Brasil Imperial, muitas delas completamente em desuso nos dias que correm — como é o caso dos dunquerque, dos guarda-comidas e dos lavatórios. Isto, sem falar nas escarradeiras de louça... Não deixa de, ali, constar a clássica máquina de costura, da mesma maneira que o não menos clássico aparelho de chá de "electro-plate". Lá estão, como sempre, o piano, as mesas de jogo, as cadeiras de balanço, os sofás e divãs, o bufete, o guarda-louças, o relógio de parede, o guarda-vestidos, o guarda-roupa, o espelho com moldura, o toucador — tudo, enfim, que as residências do passado costumavam apresentar e de que os velhos de hoje se recordam com uma saudade imensa.

Vale a pena reviver esses tempos, percorrendo, com os olhos e com a imaginação, a relação a seguir — simples seleção de uma lista muito mais numerosa:

Um piano	300\$000
Uma mobília de mogno antigo e muito uso, constante de um sofá, dois dunquerque, seis cadeiras de braço e 24 cadeiras simples	150\$000
Um sofá e 12 cadeiras de cerejeira, em bom estado	80\$000
Duas mesas de jogo, de mogno	20\$000
Um sofá de jacarandá	10\$000
Uma mesa de mogno	25\$000
Duas cadeiras de balanço, de vime	30\$000

Um relógio de parede	15\$000
Um hufete de mogno	12\$000
Uma mesa de jantar	20\$000
Dois guarda-louças de vinhático	80\$000
Um guarda-comida de vinhático	30\$000
Um divã estofado	15\$000
Uma cadeira de balanço estofada.....	15\$000
Uma cama de vinhático	30\$000
Um guarda-vestidos de vinhático	60\$000
Um guarda-roupa de mogno	30\$000
Um toucador de mogno	40\$000
Um lavatório	25\$000
Um espelho com moldura	20\$000
Uma máquina de costura	20\$000
Um aparelho de porcelana para almoço ...	50\$000
Um serviço de chá de "electro-plate"	60\$000
Duas escarradeiras de louça	4\$000

Por entre todos êsses bens móveis, deixados pelo casal, aparece o que restou da 6.^a e última edição da obra *Medicina Domestica Homocopathica*, que se vendia "em casa do Autor, Rua da Quitanda n.º 133": 1.800 exemplares, ao preço de 2\$000 cada um — 3:600\$000, a mais alta quantia que figura nessa avaliação.

Como *imóvel* (fls. 27-v e 28), consta do processo de inventário "um terreno na Tijuca, no lugar da Gávea", avaliado em 600\$000.

Entretanto, foram ainda arroladas (fls. 28) 300 ações da *Companhia Melhoramentos de Santos*, no valor de 100\$000 cada uma, o que perfazia o total de 30:000\$000 — a base fundamental da fortuna pessoal do Dr. Thomas Cochrane, no momento em que veio a falecer.

Mas havia, também, os *escravos*, que merecem uma referência à parte.

Os escravos

O casal Thomas Cochrane, por ocasião de sua morte, possuía 21 escravos, “todos do serviço da Chácara na Tijuca (Gávea)” — conforme esclarece o documento em exame, e todos “roceiros”, conforme também ali está mencionado, ao tratar de suas profissões.

Treze dêles eram do sexo masculino, dos quais três de menor idade. Salvo um, com apenas 1 ano de idade (que era pardo), os demais eram prêtos. Nove haviam nascido na África; os demais figuram como “crioulos”, vale dizer — conforme a linguagem da época — nascidos no Brasil. O mais velho — *Sebastião*, africano, tinha 70 anos. Seguiam-se-lhe: *Veriato* (60), *Pedro* (55), *Domingos* (52), *Paschoal* (50), *Estevão* (50), *Pantaleão* (42) *Marianno* (crioulo, 40), *Domingos* (36), *Sebastião* (crioulo, 34), e os de menor idade, todos crioulos: *Abel* (10), *Jorge* (8) e *Francisco* (1).

Os oito restantes eram do sexo feminino, sendo 4 de menor idade. Apenas uma dessas escravas nascera na África — *Romana*, com 50 anos; as demais eram crioulas: *Maria* (38 anos), *Delfina* (35), e *Emerenciana* (35), além das de menor idade: *Eva* (10), *Emília* (9), *Corina* (7) e *Isabel* (6). Seis eram pretas, figurando como pardas somente as duas últimas meninas.

Muito de propósito, citamos-lhes os nomes. Para que, saindo do natural anonimato, figurem ao lado dos seus senhores neste desprezencioso ensaio, na persuasão de que, se não todos, pelo menos a maioria os serviu com dedicação e amizade. Mas, também, para que fique registrado um aspecto de nossa escravidão, que ignoramos já tenha sido abordado: a maior ou menor freqüência de determinados nomes, na massa de nossos escravos.

Outro aspecto curioso diz respeito ao estado civil dêsse elemento servil, pertencente ao Dr. Thomas Cochran. Na relação em exame, todos figuram como solteiros; no entanto, entre os menores, nada menos do que 5 aparecem como filhos da escrava *Delfina* e 2 da escrava *Maria*.

Ao se processar a partilha, 12 dêles foram incluídos no valor global do *Castelo*, a chácara da Tijuca. E 10 outros (entre os quais, alguns que não figuravam na relação em exame) aparecem avaliados pela quantia de 6:800\$000, o que lhes dá um valor médio de 680\$000, cada um. Todavia, examinado o assunto no detalhe, verifica-se que o mais alto valor era de 1:000\$000 e correspondia a quatro escravas, de diferentes idades: Delfina (35 anos), Eva (10), Francelina (?) e Felicidade (?). Emilia, com 9 anos, foi avaliada em 800\$000. Corina e Isabel, com 7 e 6 anos, respectivamente, valiam 700\$000, cada uma. Emerenciana, com 35 anos, apenas 300\$000. Veriato, com 60 anos — 200\$000. E o menorzinho de todos — Francisco, com um ano de vida — 100\$000.

Só mesmo conhecendo-os pessoalmente, com suas qualidades e seus defeitos, seria possível descobrir qual o critério que presidiu a essa desconcertante avaliação.

A partilha

De acôrdo com as avaliações constantes do processo que vimos analisando, verifica-se que a fortuna do casal Thomas Cochrane atingia um valor total de cêrca de 290 contos de réis, quantia, sem dúvida, avultada para a época e que corresponderia, de acôrdo com o atual poder aquisitivo de nossa moeda, a cêrca de 360 milhões de cruzeiros.

A parcela do Dr. *Thomas Cochrane* era a mais modesta, tendo sido o “monte” avaliado em 50:552\$220, embora ficasse reduzido ao líquido de 49:495\$638. Nesse total, o principal elemento era constituído pelas ações da Companhia Melhoramentos de Santos, num total de 30 contos de réis. O restante, estava assim repartido:

Móveis	1:927\$400
Terreno na Tijuca	600\$000
Prataria ..	287\$360
Em dinheiro	470\$000

Exluída a “têrça” pertencente a Dona Helena Augusta (no valor de 16:495\$638), cada uma de suas filhas (Georgiana

Augusta, Helena Carolina, Francisca Eugenia e Eugenia Evangelina) recebeu um quinhão no valor de 8:247\$819.

Já a parcela deixada por Dona Helena Augusta montou a um total de 140:537\$789, dos quais a maior parte correspondente à Chácara da Tijuca (o *Castelo*), com seus móveis e seus escravos, avaliados em 107:200\$000. O restante estava assim repartido:

Em dinheiro, letras do Tesouro, etc.	29:807\$997
"Têrça" do Dr. Thomas Cochrane (líquido)	15:670\$857
Dez escravos	6:800\$000
Jóias	6:400\$000

Cada um dos herdeiros (as quatro filhas do segundo casamento e mais Ignacio Wallace e Maria Carolina, do primeiro) recebeu um quinhão no valor de 23:422\$964.

Tais cifras dão o que pensar. Casados em regime de separação de bens, disporia Dona Helena Augusta de fortuna pessoal, acumulada anteriormente ao seu casamento com o Dr. Thomas Cochrane? Ou o que deixou a seus herdeiros foi o resultado do cavalheirismo de seu segundo espôso, assegurando-lhe o futuro, a exemplo do que fêz, ao adquirir, em nome de Dona Helena Augusta, a Chácara da Tijuca?

Não temos elementos para responder.

Quem era, afinal, o Dr. Thomas Cochrane?

Thomas Cochrane e seus irmãos. Os Cochrane of Dundonald. O "Honorable" Basil Cochrane. Os dois Thomas Cochrane ligados ao Brasil. Monumento imperecível. Os descendentes.

Thomas Cochrane e seus irmãos

A PENAS POSSUÍMOS duas fotografias e um daguerreótipo do Dr. Thomas Cochrane, que aparecem reproduzidas neste ensaio⁽¹⁾. Em dois desses retratos, provavelmente da década de 1860, aparece-nos êle em plena maturidade, olhar firme, rosto redondo e emoldurado por abundantes "costeletas" à Schubert, branqueadas pela idade, em contraste com uma cabeça ainda escura, abundante e ondeda. No fim da existência (dezembro de 1872), vêmo-lo bastante emagrecido e com as marcas das vicissitudes por que passou, o rosto completamente escanhado, mas ainda com abundantes cabelos escuros, embora quase setuagenário.

Do que se pode deprender da leitura do testamento deixado por seu Pai, nasceu na Índia, provavelmente em Madrasta (Madras), no dia 16 de maio de 1805, a exemplo de seus outros cinco irmãos:

1. *Joan* (Jane), nascida a 8 de junho de 1799;
2. *George*, nascido a 17 de outubro de 1800;
3. *Maria* (*sic*), nascida a 25 de novembro de 1801;
4. *Alexander*, nascido a 18 de agosto de 1803;
5. *Charles*, nascido a 18 de fevereiro de 1807⁽²⁾.

(1) Veja as reproduções, às pp. 66, 84 e 92, desta obra.

(2) Cf. *Testamento* do "Honorable" BASIL COCHRANE, datado da cidade de Londres, em 7 de junho de 1824.

Quase nada sabemos a respeito d'esses irmãos de Thomas Cochrane. A *George Cochrane* escreveu em fins do ano de 1844, quando tentou obter, pela primeira vez, o necessário capital para sua empresa, conforme vimos no cap. 2.º. Por outro lado, tudo parece indicar que, por motivos que ignoramos, sua irmã mais velha — *Jane Cochrane* os tenha criado, com desvelado carinho. De acôrdo com o testamento do Dr. Thomas Cochrane, datado de 24 de janeiro de 1866, vivia ela ainda, já quase setuagenária, residindo no n.º 22, Prince's Street, Cavendish Square, na cidade de Londres, onde “dava notícia em casa de Mr. Smith”. “Já é velha e bastante enfêrma” — diz o documento em aprêço, e, “durante sua influência”, ajudara o Dr. Cochrane. “Coitada! Pelo amor que tinha a seus irmãos, ficou desgraçada”. Por isso mesmo, era de seu dever e de seu agrado ajudá-la, o que fazia através de uma remessa mensal da ordem de 80 a 100 mil réis; e “implorava” à sua mulher e a seus herdeiros que tivessem “pena dela” e, enquanto vissem, remetessem todos os meses igual quantia, que poderia ser “tirada da Botica”. E nada mais sabemos.

Nascera Thomas Cochrane, como seus cinco irmãos, da união que o “Honorable” *Basil Cochrane* tivera, na Índia, com Mrs. *Lucy Sutton*, que ainda viveria em 1824, data em que lavrou o seu testamento, na cidade de Londres.

Isto significa que, pelo lado paterno e por linha direta, pertencia o nosso biografado a uma tradicional família da Escócia — os *Cochrane of Dundonald*.

Os Cochrane of Dundonald

Diz uma tradição não comprovada que os mais remotos ancestrais dos Cochrane descendiam de corsários procedentes da Escandinávia — *Normandos* possivelmente, fixados em época muito antiga em terras da Escócia, nos atuais condados de Renfrew e de Ayr, na costa ocidental das Terras-Baixas (“Lowlands”), ao contato com as águas atlânticas do “firth” ou fiorde de Clyde.

Com mais segurança, sabe-se que o primitivo nome dessa família era *Coveran*, transformado com o tempo em *Cochran*. No século XIII, por volta de 1262, ali viveu *Waldeve* ou *Wal-*

demus de Coveran ou *Cochran*, considerado o mais antigo representante conhecido da estirpe.

A partir do século XIV, fixou-se em definitivo o sobrenome *Cochran*. E a um deles — *William de Cochran* concedeu o Rei Roberto II, da Escócia, as terras do Baronato de *Cochran* (*Barony of Cochran*), situado no Renfrewshire.

Já no século XV, *Robert Cochran* exerceu as funções de Primeiro Ministro, sob o reinado de Jaime III, da Escócia.

Todavia, o mais ilustre desses ancestrais do Dr. Thomas Cochrane parece haver sido *William Cochran of Cowdoun* (*Cowden*), que viveu no século XVII: em 1641, recebeu de Carlos I, Rei da Inglaterra, o título de *Lord Cochrane of Cowden*, tendo sido o primeiro a usar o sobrenome *Cochrane*, adotado pelos seus descendentes; em 1648, foi feito *Lord Cochrane of Dundonald*; em 1669, recebeu o título de Conde (*Earl of Dundonald*), o primeiro d'este título; e, já no fim da vida, passou a pertencer ao Conselho Privado do Reino da Escócia. Era "Master of Arts" (M. A.) pela Universidade de Glasgow (1626). Feito Cavaleiro ("Knight") em 1641, foi membro do Parlamento, representando o Ayrshire, por duas vezes (1644-47 e, em 1656, sob o govêrno de Cromwell). Adquiriu o Senhorio ("Lordship") de *Paisley*, em 1653, e o Baronato de *Ochiltree*, em 1667. Foi Coronel de Milícia dos Realistas e Ministro do Tesouro ao tempo da Restauração (1660). Jaz sepultado em Dundonald.

Casou-se, por volta de 1632, com *Eupheme*, filha de Sir William Scott, de Ardross e Elie, e de sua terceira espôsa Jean, filha de Sir John Skene. Foi o tetravô do Dr. Thomas Cochrane.

Seu segundo filho, Sir *John Cochrane* nasceu na década de 1630. Formado pela Universidade de Glasgow (1653), foi feito Cavaleiro do Reino e teve assento no Parlamento (1667-81). Tomou parte na batalha de Bothwell Bridge (1679). Foi Comissário na Carolina (E.E.UU.), para onde levou muitos colonos, de onde se passou para a Holanda, na qual se destacou como um dos organizadores da invasão de 1635; entretanto, tendo compartilhado da derrota do Conde de Argyll, foi capturado e encarcerado em Tolbooth, Edimburgo. Graças à intervenção de seu Pai, obteve perdão e, com a ascensão de William de Orange ao trono inglês, foi restaurado na posse do Baronato de Ochiltree. Morreu por volta do ano de 1707.



Brasão dos Cochrane

Compõe-se de um chaveirão ou asna, contendo três cabeças de javalis e coroado por um capacete de gentil-homem, com paquifes, tendo em cima um cavalo. Como tenentes, dois galgos passantes. E como divisa — *Virtute et Labore*.

Casou-se com *Margareth*, filha de Sir William Strickland, de Boynton (Yorkshire), um dos Lords do Parlamento de Cromwell, na Catedral de São Paulo, a 8 de março de 1656. Foi o trisavô do Dr. Thomas Cochrane.

Seu sexto e último filho, *William Cochrane*, de Ochiltree, nascido por volta de 1660 e falecido em 1716, foi oficial da Milícia, Comissário do Abastecimento em Ayrshire por várias vezes (1686, 1689, 1690, 1704) e em Renfrewshire (1704). Casou-se em 1681 com *Mary Bruce*, irmã e herdeira de Alexander, 3.^o Conde de Kincardine, fixando-se na mansão de Carstoun e Steill. Foi o bisavô do Dr. Thomas Cochrane.

Teve 14 filhos, dos quais o 7.^o foi *Thomas Cochrane*, nascido em 23 de julho de 1691, em Ochiltree. Sucedeu a seu irmão, Tenente-General James Cochrane, nos domínios de Culross e Ochiltree (1758), e a seu primo William Cochrane, 7.^o Conde de Dundonald, o que lhe garantiu o título de 8.^o *Conde de Dundonald* e Senhor de *Paisley* (1758). Fêz parte do Regimento dos Dragões Reais (1714) e, como Capitão,

serviu no 27.º Regimento de Infantaria (1716). Foi Comissário de Impostos da Escócia (1730). Adquiriu as terras denominadas Grange of Romanno ou La Mancha, situadas em Newlands, Peeblesshire (1736), onde passou longos anos, dedicando-se à agricultura. Viveu em Edimburgo em 1745. Morreu a 27 de junho de 1778, na idade de 87 anos.

Casou-se em primeiras núpcias com Elizabeth Kerr of Horieston, falecida em 1743; e, em segundas núpcias (1744), com Jean (1722-1808), filha mais velha de Archibald Stuart of Torrance, do Lanarkshire, de quem teve 12 filhos.

O mais notável de todos foi *Archibald Cochrane* (1748-1831), 9.º *Conde de Dundonald*. Era um cientista, tendo sido amigo e colaborador de Priestly e Watt. Como químico, arruinou sua fortuna em numerosas experiências, quer tentando descobrir um processo para tornar mais resistentes as velas dos navios, quer utilizando álcalis na manufatura de tecidos de sêda, quer produzindo gás de iluminação extraído do carvão. Publicou seis livros acêrca de suas experiências e inventos. *Charles Cochrane* (1749-81), como Major do Exército, tomou parte na batalha de Yorktown, sob o comando de Lord Cornwallis, durante a Guerra da Independência dos Estados Unidos, falecendo vítima de um tiro de canhão. *Sir Alexander Forrester Inglis Cochrane* (1758-1832), foi Cavaleiro da Ordem do Banho, Contra-almirante da Marinha Britânica e membro do Parlamento. Tomou parte na batalha de São Domingos (1806). Na chamada Segunda Guerra da Independência dos Estados Unidos, comandou o "Neptune" (1814), tendo devastado Washington (1814) e Nova Orleans (1815). Foi Governador de Guadelupe. *George Augustus Frederick Cochrane* e *Andrew James Cochrane Johnstone* foram, também, membros do Parlamento.

Como se vê, entre os 12 filhos do 8.º Conde de Dundonald vamos encontrar dignitários da Coroa Britânica, altas patentes do Exército e da Marinha, membros do Parlamento e, até mesmo, um homem de ciência⁽³⁾.

(3) Para maiores detalhes a respeito dos Cochrane of Dundonald, consultar: PARKER, Katherine, (e) ANDERSON, Rev. John — *Pedigree of the Cochranes of Cochrane, Lord Cochrane of Dundonald, Earls of Dundonald, Lords Cochrane of Paisley and Ochiltree*, Bemrose Dalziel Ltd., London; COCHRANE, Lord — *The Autobiography of a Seaman*, vol. I, Introdução e cap. 1, 2.ª edição, Richard Bentley, London, 1861.

O "Honorable" Basil Cochrane

No entanto, para nosso estudo, interessa particularmente o sétimo filho de Thomas Cochrane, 8.º Conde de Dundonald, cuja vida não teve o brilho dos irmãos atrás citados, embora muito pouco conheçamos a seu respeito: o "Honorable" *Basil Cochrane*, pai do Dr. Thomas Cochrane.

Nasceu a 22 de abril de 1753, no Palácio Real de Hollyrood, em Edimburgo, capital da Escócia. Na última década do século XVIII, passou a residir na cidade de Madrasta (Madras), Índia, trabalhando no Serviço Real da famosa Companhia das Índias Orientais (*East India Company*). Foi, então, que conheceu Mrs. Lucy Sutton, de quem teve os seis filhos já citados.

Em 1807, regressou à Escócia, trazendo consigo êsses filhos, entre os quais Thomas Cochrane, com apenas dois anos de idade. Assumiu, então, o *Baronato de Auchterarder*, em Perthshire.

A 13 de agosto de 1812, em Whitton Place, casou-se com a "Honorable" *Carolina Gosling*, filha de George Gosling, que não lhe deu descendentes e que veio a falecer em 2 de outubro de 1837.

Em seu testamento, datado de 7 de junho de 1824, declarou residir em Postman Square, Middlesex, na cidade de Londres. Faleceu em Paris, no dia 11 de agosto de 1826.

A propósito de seu Pai, foi bastante sintético o Dr. Thomas Cochrane, no preâmbulo de seu testamento, datado de 24 de janeiro de 1866:

"Em nome de Deus, Amen, em Quem eu firmemente creio, Amen.

Eu, Thomaz Cochrane, Doutor em Medicina, morador á Rua da Ajuda n.º 61, estando em perfeita saude, em pleno gozo de minhas faculdades intellectuaes, faço meu testamento pela maneira seguinte:

Sou subdito de Sua Magestade Britannica, professo a Religião Anglicana e protesto nella morrer, pedindo a Deus salve minha alma.

Sou o terceiro filho⁽⁴⁾ do honrado Basil Cochrane, que morou em n.º 12 Postman Square, em Londres, e falleceu em Paris a 11 de agosto de 1826."

(4) Na realidade, o Dr. Cochrane foi o 5.º filho do "Honorable" Basil Cochrane e de Mrs. Lucy Sutton; mas era o 3.º do sexo masculino. \

ASCENDÊNCIA DO DR. THOMAS COCHRANE

William Cochran,
Lord Cochrane de Cowden,
1.º Conde de Dundonald,
(século XVII)
c. c. Eupheme Skene Scott

|
Sir John Cochrane
(163...-1707)
c. c. Margaret Strickland

|
William Cochrane
(1660-1716)
c. c. Mary Bruce de Kincardine

|
Major *Thomas Cochrane,*
8.º Conde de Dundonald
(1691-1778)
c. c. Jean Stuart de Torrance

|
Archibald Cochrane,
9.º Conde de Dundonald
(1748-1831)
c. c. Anne Gilchrist

|
Hon. *Basil Cochrane*
(1753-1826)
c. c. Lucy Sutton

|
Almirante *Thomas Cochrane,*
10.º Conde de Dundonald,
Marquês do Maranhão
(1775-1860)

|
Dr. *Thomas Cochrane*
(1805-1873)
c. c. Helena Augusta Nogueira
da Gama

*Os dois Thomas Cochrane
ligados ao Brasil*

O mais famoso dos irmãos do "Honorable" Basil Cochrane — Archibald Cochrane, 9.º Conde de Dundonald, teve um filho (por conseguinte, primo-irmão do Dr. Thomas Cochrane), cujo nome ficou também, para sempre, ligado à vida nacional. Trata-se de um homônimo do nosso biografado — *Thomas Cochrane* (1775-1860), 10.º Conde de Dundonald, Barão Cochrane de Dundonald, de Paisley e de Ochiltree, Par da Escócia, Grã-Cruz da Ordem do Banho (G. C. B.), Almirante da Marinha Britânica e Marquês do Maranhão, mais conhecido pelo nome de *Lord Cochrane*. Foi um dos fautores da consolidação de nossa Independência e o primeiro Almirante que teve a Marinha de Guerra brasileira.

Considerado herói nacional pelos Inglêses (depois de haver sido expulso e degradado da Marinha Real, e excluído do Parlamento), afamado por suas aventuras no mar — o que lhe valeu o cognome de *The Sea Wolf* —, viu seu nome imperecivelmente ligado às lutas pela independência, não apenas do Brasil (1822-25), mas também do Chile (1818), do Peru (1821) e da Grécia (1825-28).

Quem, hoje, penetrar na nave principal da Abadia de Westminster, em Londres, poderá reverenciar seu túmulo, que figura ao lado dos maiores vultos da História da Grã-Bretanha. E terá oportunidade de ler, 'nêle gravadas, estas palavras, dignas de um Herói:

Here rests in his 85th year

THOMAS COCHRANE

10th Earl of Dundonald
Baron Cochrane of Dundonald
of Paisley and of Ochiltree
in the Pegrage of Scotland
Marquis of Maranham in the
Empire of Brazil

G. C. B. and Admiral of the Fleet
who by the confidence which his genius
his science and extraordinary daring
inspired by his heroic exertions in the

cause of Freedom and his splendid
services alike to his own Country
Greece Brazil Chili and Peru
achieved a name illustrious throughout
the World for courage patriotism
and chivalry

Born. Dec. 14, 1775

Died Oct. 13, 1860



Lord Cochrane, Marquês do Maranhão
(1775-1860)

Thomas Cochrane, 10.º Conde de Dundonald, Barão Cochrane de Dundonald, de Paisley e de Ochiltree, Par da Escócia, Grã-Cruz da Ordem do Banho, Almirante da Marinha Britânica, Marquês do Maranhão e primeiro Almirante da Marinha de Guerra brasileira. A gravura data da década de 1820-30 e mostra-nos o heróico "Lôbo do Mar", primo-irmão do Dr. Thomas Cochrane, tal como teria sido na época em que se batia pela independência da Grécia, seis anos após haver servido ao Império do Brasil.

Não é nosso objetivo traçar-lhe a biografia ou estudar sua contribuição para nossa Independência política; qualquer desses aspectos de sua grande e movimentada vida escaparia da natureza do presente ensaio⁽⁵⁾.

Limitar-nos-emos a registrar que, por uma dessas curiosidades do Destino, dois netos homônimos do Major Thomas Cochrane, M. P., 8.º Conde de Dundonald, deixaram seus nomes ligados à vida brasileira.

O Almirante Thomas Cochrane, Marquês do Maranhão, figura nas páginas de nossa História como se fôra um bólido, de brilho intenso mas fugás.

O Dr. Thomas Cochrane, embora brilhando muito menos intensamente, destacou-se na vida do país durante cêrca de 40 anos. E deixou marcas indeléveis de sua passagem.

Ao contrário de seu primo-irmão mais ilustre e mais famoso, amou o Brasil como se fôra sua segunda Pátria.

Monumento imperecível

De acôrdo com o depoimento de CHRISTOPHER LLOYD, é comum ouvir-se, na Escócia, que

"The Cochranes have long been noted for an original and dashing turn of mind, which was sometimes called genius, sometimes eccentricity"⁽⁶⁾.

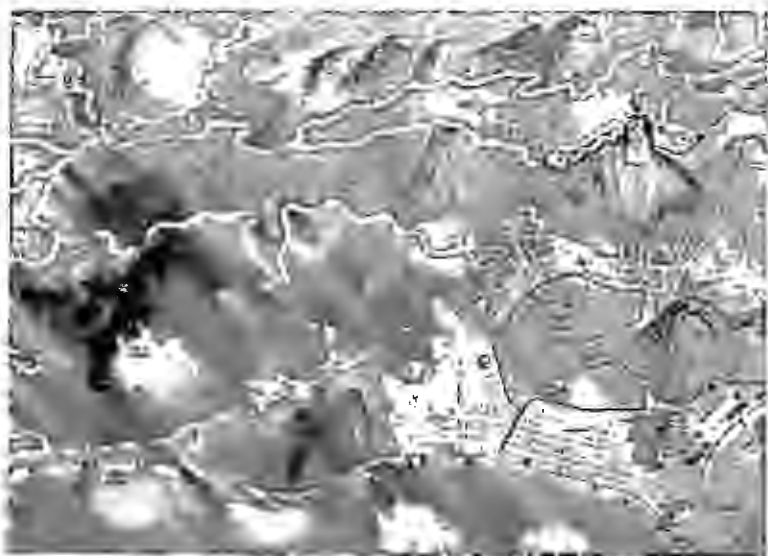
Ao que parece, o Dr. Thomas Cochrane não pode ser considerado nem um gênio, nem um excêntrico. Mas teve uma

(5) THOMAS, 10.º Conde de Dundonald, Lord Cochrane, escreveu duas obras fundamentais a respeito de sua própria vida: *Narrative of Services in the Liberation of Chili, Peru, and Brazil from Spanish and Portuguese Domination*, 2 vols., ed. James Ridgway, Londres, 1859; e *The Autobiography of a Seaman*, 2 vols., 2.ª edição, ed. Richard Bentley, Londres, 1861.

Em língua inglesa, uma de suas melhores biografias deve-se a CHRISTOPHER LLOYD — *Lord Cochrane — Seaman, Radical, Liberator — A life of Thomas, Lord Cochrane, 10th Earl of Dundonald*, ed. Longmans, Green and Co., Londres, 1947.

Em língua portuguesa, convém consultar: TAUNAY, Afonso d'E. — *Grandes Vultos da Independência Brasileira*, pp. 149-158, ed. Melhoramentos, São Paulo, 1922; AZEVEDO, Aldo M. — *Lord Cochrane, primeiro Almirante Brasileiro*, em "Revista de História", n.º 19, pp. 101-130, São Paulo, julho-setembro de 1954; e GRAHAM, Maria — *Diário de uma Viagem ao Brasil*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1956.

(6) LLOYD, Christopher — *Lord Cochrane*, p. 4.



*A Serra da Tijuca e o Morro do Cochrane,
no Rio de Janeiro*

A esquerda do mapa, não longe do morro dos Dois Irmãos e dominando a chamada Gávea Pequena, ergue-se o *Morro do Cochrane*, massa gnáissica de 700 metros de altitude, monumento imperecível à memória do Dr. Thomas Cochrane.

parcela de ambas essas características: lampejos geniais, que se notam em sua ânsia de inovar, em suas visões proféticas, em seus planos por demais avançados para o Brasil em que viveu e lutou; e alguma excentricidade, porque, sem dúvida, excêntrico ou extravagante teria sido considerado por muitos brasileiros (e, de certa maneira, realmente o foi), não apenas pelas iniciativas que tomou, mas pela quase inacreditável pertinácia com que, teimosa e incansavelmente, as perseguiu.

Na cidade do Rio de Janeiro, não existe nenhuma praça ou rua de destaque com seu nome, muito menos uma simples herma a recordar sua vida de lutas pelo bem comum.

Não importa. Seu nome de família pode, hoje, ser encontrado tanto ali, como noutros pontos do país, através de seus descendentes, pelo sangue ou por adoção. E os *Cochrane* — de cujo ramo brasileiro foi o fundador — tendem a per-

petuar-se no Brasil, tendo em vista o número de varões que possuem, bem ao contrário do que acontece na Grã-Bretanha, onde os *Cochrane of Dundonald* acham-se ameaçados de desaparecimento, pelo predomínio de elementos femininos⁽⁷⁾.

Todavia, o Dr. Thomas Cochrane mereceu uma honra das mais raras em nosso país. Tem seu nome lembrado num monumento imperecível: é de guaisse lenticular, tem 700 metros de altura, foi modelado pela Natureza, batizado pela voz do povo e consagrado pela Geografia — o *Morro do Cochrane*, uma das parcelas da Serra da Tijuca.

Os descendentes

Do casamento, em segundas núpcias, de Dona Helena Augusta Velasco Nogueira da Gama, realizado em 1845 com o Dr. Thomas Cochrane, provieram quatro filhas:

1. *Georgiana Augusta* (1846);
2. *Helena Carolina* (1848);
3. *Francisca Eugenia* (1850);
4. *Eugenia Evangelina* (1853).

Por laços de sangue, constituem essas quatro irmãs as verdadeiras representantes da Família Cochrane, no Brasil, pois descendem, em linha paterna, dos Cochrane of Dundonald, da Escócia. Fazem parte do ramo a que demos o nome de *Cochrane propriamente ditos*, para distingui-los dos *MacFarlane Cochrane*, já referidos no cap. 1.º.

Entretanto, por ser formado exclusivamente por elementos femininos, acabou êsse ramo por vir a perder o nome de fami-

(7) Em 1935, com 83 anos de idade, faleceu na Grã-Bretanha o "Right Honorable" *Douglas Mackinnon Bailie Hamilton Cochrane*, 12.º Conde de Dundonald, filho do 11.º Conde de Dundonald e de Mrs. Louise Mackinnon. Nasceu a 29 de outubro de 1852 e sucedeu a seu Pai em 1885. Serviu no "2nd. Life Guards" (1870), na Expedição ao Nilo (1884-85) e tomou parte na marcha através do deserto, em direção a Cartum. Em 1899-1900, comandou a "Mounted Brigade" do Natal do Sul (África do Sul) e, em 1900, comandou a "2nd. Cavalry Brigade", em Ladysmith. No mesmo ano, foi promovido a General de Divisão do Exército Britânico. Era Cavaleiro da Real Ordem Vitoriana (K.C.V.O.) e da Ordem do Banho (K.C.B.).

O atual chefe dessa família é *Ian Douglas Leonar Cochrane*, Lord Cochrane e 14.º Conde de Dundonald, casado, mas sem descendência.



A espôsa de José de Alencar

Dona Georgiana Augusta da Gama Cochrane, filha do Dr. Thomas Cochrane, casou-se com o Conselheiro José Martiniano de Alencar em 1864. A fotografia corresponde provavelmente aos fins da década de 1860 ou início da de 1870.

lia. Daí acontecer uma curiosidade genealógica: os verdadeiros Cochrane, em nosso país, não puderam contribuir para a perpetuação do patronímico, cabendo tal missão a um MacFarlane, Cochrane por adoção — Ignacio Wallace da Gama Cochrane, objeto da Parte III do presente ensaio.

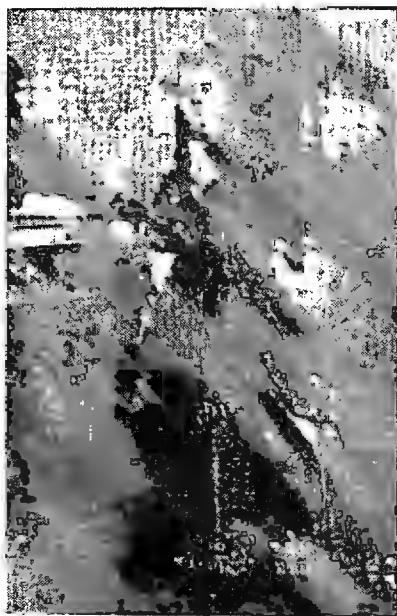
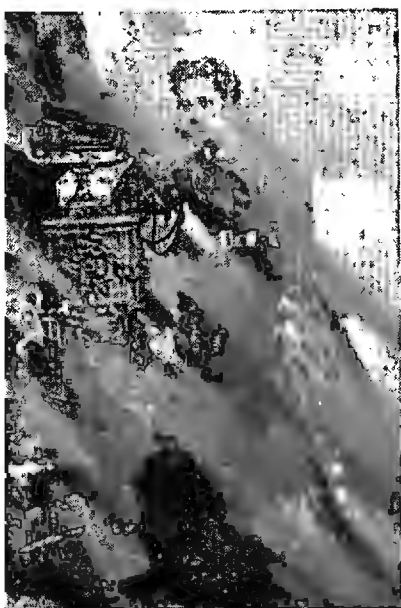
A filha primogênita do Dr. Thomas Cochrane — Dona *Georgiana Augusta da Gama Cochrane* alcançou a idade de 67 anos (1846-1913); mas, embora se houvesse casado muito jovem, viúva se tornou com apenas 31 anos. Pelos laços do matrimônio uniu-se em 1864, a uma figura de excepcional projeção no mundo intelectual e político do Segundo Império — o Conselheiro Dr. *José Martiniano de Alencar*, nascido na pequena localidade de Messejana, no atual município de Fortaleza (Ceará), em 1829, e falecido em 1877, na cidade do

Rio de Janeiro, com apenas 48 anos de idade⁽⁸⁾. Era filho de José Martiniano de Alencar (1794-1860), Senador do Império e Presidente da Província do Ceará, e de Dona Anna Josephina de Alencar. Bacharel em Direito, ocupou importantes cargos de natureza política: Deputado Geral e Ministro da Justiça (no ministério conservador de Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, 1868-70); teria sido Senador do Império, por sua Província natal, onde foi eleito em primeiro lugar, se o Imperador não houvesse escollido outro. Mas foi como teatrólogo, poeta e, notadamente, romancista que se immortalizou⁽⁹⁾. Dêsse casamento provieram seis filhos, que constituíram os COCHRANE DE ALENCAR. Todos se casaram, mas três não deixaram descendência: Dona *Elisa de Alencar Fernandes* (1867-89), casada com o Dr. Ataliba Fernandes; Dona *Clarice Alencar de Magalhães Castro* (1868-1957), casada com o Sr. Mario Barbosa de Magalhães Castro; e Dona *Adelia Alencar de Oliveira* (1874-1946), casada com o General Samuel Augusto de Oliveira, engenheiro civil e militar. Os demais constituíram família: 1. o Dr. *Augusto Cochrane de Alencar* (1865-1927), bacharel em Direito e embaixador, que se casou com Dona Adèle Michel, de que resultou a família MICHEL DE ALENCAR⁽¹⁰⁾; 2. Dona *Cecilia (Cecy) Alencar Pinto Alves* (1870-1953), casada com o Dr. Alvaro Pinto Alves, de que descendem os ALENCAR PINTO ALVES, hoje radicados em Pernambuco; 3. o Dr. *Mario Cochrane de Alencar*, que preferia assinar-se *Mario de Alencar* (1872-1925), bacharel em Direito, Bibliotecário da Câmara Federal, poeta e romancista, membro da Academia Brasileira de Letras, que se casou com sua prima-irmã Dona Helena (Baby) Cochrane de

(8) José de Alencar amava entranhadamente sua esposa — Dona Georgiana Cochrane de Alencar. Vítima da tuberculose, em plena maturidade, desejava por viver mais, e mais poder realizar (embora já fôsse autor de quase uma vintena de romances, sem falar nas peças para teatro e na obra poética), ao pressentir que o fim estava próximo, a 12 de dezembro de 1877, abraçou-se à sua esposa, chorando anargamente. Depois, passou a olhá-la de maneira fixa, como se desejasse levar consigo sua imagem; e, assim, ficou a lutar contra a morte, até o momento em que pessoas da família retiraram-na do quarto do enfermo. Então, como que seu espírito sossegou, deixando-se vencer pela matéria; e morreu tranquilamente.

(9) Foi agraciado, em 1860, com o título de Conselheiro de S. M. o Imperador. Sobre sua vida como homem de letras, veja: PROENÇA, M. Cavalcanti — *José de Alencar na Literatura Brasileira e Cronologia da vida e da obra*, em "Obra completa de José de Alencar", vol. I. ed. José Aguilar Ltda., Rio de Janeiro, 1959.

(10) À família Michel de Alencar pertence o Embaixador *José Cochrane de Alencar* (1898).



Duas filhas do Dr. Thomas Cochrane

Em fotografias tiradas em 1870, aparecem: à esquerda, Dona *Helena Cochrane de Freitas* (1848-87), que foi casada com o Sr. José Pereira de Freitas e não deixou descendentes; e à direita, Dona *Eugênia Cochrane Ewerton de Almeida* (1853-97), espôsa do Conselheiro José Ignacio Ewerton de Almeida, Ministro do Tribunal de Contas da União, de quem descendem os Cochrane Ewerton de Almeida.

Affonseca, dando nascimento ao ramo dos AFFONSECA DE ALENCAR.

A segunda filha do Dr. Thomas Cochrane — Dona *Helena Carolina* (Heleninha) *da Gama Cochrane* nasceu em 1848 e faleceu, aos 35 anos de idade, em 1887. Foi casada com o Sr. José Pereira de Freitas, de quem não teve filhos.

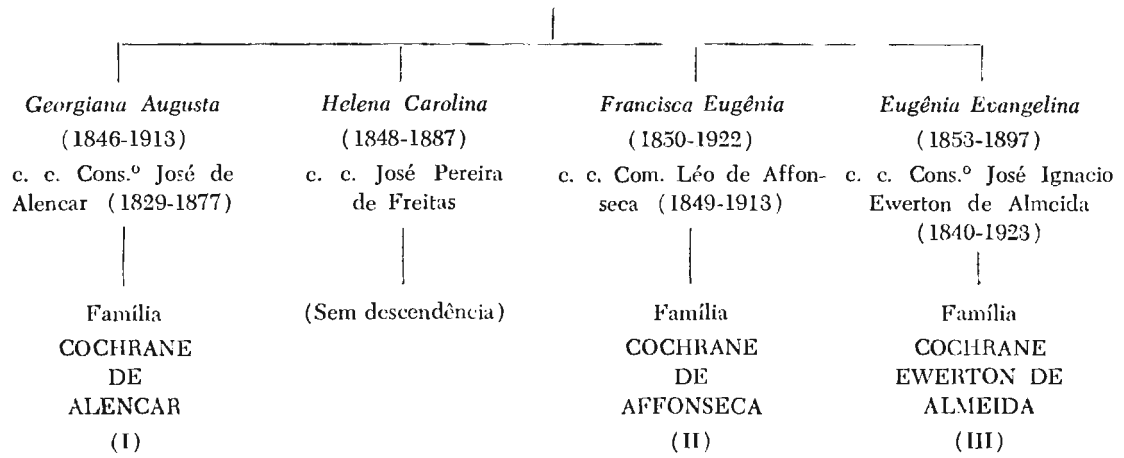
A terceira filha do Dr. Thomas Cochrane — Dona *Francisca Eugenia* (Chiquita) *da Gama Cochrane*, nascida em 1850, veio a falecer na idade de 72 anos, em 1922. Foi casada com o Comendador Léo (Leopoldo) *de Affonseca* (1849-1913), jornalista, um dos diretores do “Diário Mercantil”, filho do Dr. Luiz Vicente de Affonseca, médico, e de Dona Maria

OS COCHRANE PRÓPRIAMENTE DITOS

Dr. Thomas Cochrane

(1805-1873)

c. em 1845 com Helena Augusta
Nogueira da Gama (1818-1873)





Dona Francisca Cochrane de Affonseca
(1850-1922)

Terceira filha do Dr. Thomas Cochrane, sobreviveu a todos os seus irmãos, falecendo aos 72 anos de idade, no Rio de Janeiro. De seu casamento com o Comendador Léo de Affonseca descendem os Cochrane de Affonseca. Na fotografia aparece em companhia de um de seus netos; corresponde provavelmente à primeira década de nosso século.

Carolina Seixas Ferrão de Mello. Dêsse casamento provieram quatro filhos, que constituíram os COCHRANE DE AFFONSECA. Todos se casaram: 1. Dona *Helena Affonseca de Alencar* (1875-1943), que se casou com seu primo-irmão Dr. Mario de Alencar, já referido; 2. Dr. *Léo de Affonseca Júnior* (1877-

DESCENDÊNCIA DO DR. THOMAS COCHRANE

Família
GAMA COCHRANE

*Primeira geração**Segunda geração*

I. COCHRANE DE ALENCAR	1. Michel de Alencar
	2. Alencar Pinto Alves
	3. Affonseca de Alencar
II. COCHRANE DE AFFONSECA . .	1. Affonseca de Alencar
	2. Lima e Silva de Affonseca
	3. Freitas de Affonseca
	4. Haddock Lobo de Affonseca
III. COCHRANE EWERTON DE AL- MEIDA	1. Ewerton Martins

1949), bacharel em Direito e alto funcionário do Ministério da Fazenda, casado com Dona *Celina de Lima e Silva* (1880-1947), filha do Marechal João Manuel de Lima e Silva e de Dona Maria Francisca Pinheiro Bittencourt, de que provieram os LIMA E SILVA DE AFFONSECA; 3. Sr. *Luiz Vicente de Affonseca* (1879-1927), funcionário público, que se casou com Dona *Maria do Carmo* (Baby) *Freitas* (1879), filha do Sr. João de Deus Freitas e de Dona Maria Thereza Caldas, de que descendem os FREITAS DE AFFONSECA; 4. o Comandante *Alcino Cochrane de Affonseca* (1881-1949), oficial da nossa Marinha de Guerra, casado com Dona *Maria Dulce* (Pequetita) *Haddock Lobo* (1884-1961), filha do Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo e de Dona Augusta Oliveira Pinto, que deram nascimento ao ramo dos HADDOCK LOBO DE AFFONSECA.

A quarta e última filha do Dr. Thomas Cochrane foi Dona *Eugenia Evangelina* (Genny) *da Gama Cochrane*, que nasceu em 1853 e faleceu, aos 44 anos de idade, em 1897. Casou-se com o Conselheiro *José Ignacio* (Juca) *Ewerton de Almeida* (1840-1923), filho do Comendador Joaquim Hippolyto de Almeida e de Dona Anna Clementina de Azevedo Ewerton; foi

Delegado do Tesouro em Londres, alto funcionário do Ministério da Fazenda, Ministro do Tribunal de Contas da União, comendador da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo. Dêsse casamento proveio apenas uma filha — Dona *Lucila Cochrane Ewerton de Almeida* (1872-1954), que veio a casar-se com o Dr. *Raul de Sousa Martins* (1873-1920), Juiz Federal, filho do Conselheiro Dr. Antonio de Sousa Martins, Ministro do Supremo Tribunal Federal, e de Dona Gertrudes de Sousa Attayde, e neto do Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, Visconde de Parnaíba. Dêsse casamento provêm os EWERTON MARTINS.

Os Cochrane pròpriamente ditos, descendentes em linha masculina de Thomas Cochrane, 8.º Conde de Dundonald, como se vê, acabaram por desaparecer no Brasil, transformados em muitas outras ilustres famílias.

Sòmente até à segunda geração, resultaram sete famílias, que aqui vamos reunir:

1. Michel de Alencar
2. Alencar Pinto Alves
3. Affonseca de Alencar
4. Lima e Silva de Affonseca
5. Freitas de Affonseca
6. Haddock Lobo de Affonseca
7. Ewerton Martins

Coube, porém, a um MacFarlane, Cochrane por adoção do nome, manter bem vivo o patronímico. Esse homem foi o Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane, cuja vida e cuja obra analisaremos, a seguir.

DR. THOMAS COCHRANE

Tábua cronológica

- 1753 — A 22 de abril, no Palácio Real de Hollyrood, em Edimburgo (Escócia), nasce o “Honorable” *Basil Cochrane*, sétimo filho de Thomas Cochrane, 8.º Conde de Dundonald.
- 1797 — Nascimento do Dr. *Robert Wallace MacFarlane*.
- 1805 — A 16 de maio, provavelmente na cidade de Madrastra (Madras), Índia, nasce o Dr. *Thomas Cochrane*, terceiro filho varão do “Honorable” Basil Cochrane e de Mrs. Lucy Sutton.
- 1807 — O Dr. *Thomas Cochrane*, então com 2 anos de idade, passa a residir na Escócia, em companhia de seu Pai, que, regressando da Índia, assumira o Baronato de Auchterarder.
- 1818 — Em Vila Rica, atual Ouro Preto (Minas Gerais), nasce Dona *Helena Augusta Vellasco Nogueira da Gama*.
- 182... — Forma-se em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Londres, recebendo o grau de Doutor em Medicina, o Dr. *Thomas Cochrane*.
- 1829 — O Dr. *Thomas Cochrane* chega ao Brasil, onde passa a residir.
- 1835 — Em primeiras núpcias, casa-se Dona *Helena Augusta Nogueira da Gama* com o Dr. *Robert Wallace MacFarlane*, em Valença, atual Marquês de Valença, Província do Rio de Janeiro.
- A 31 de outubro, o Padre Diogo Antônio Feijó, Regente do Império, promulga o Decreto n.º 100, que autorizou o Governo Imperial a conceder privilégio a quem se propusesse a construir uma *estrada de ferro*, unindo a Córte às capitais das províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia.
- 1838 — Viagem do Dr. *Thomas Cochrane*, em companhia do Barão de Schneeburg ao interior da Província do Rio de Janeiro, provavelmente até o Vale do Paraíba, onde concebe a idéia de empreender a construção de uma estrada de ferro, ligando a Córte à Província de São Paulo.
- A 1.º de julho, requer o Dr. *Thomas Cochrane* ao Governo Imperial o privilégio para a construção dessa via férrea.
- 1840 — A 4 de novembro, S. M. o Imperador concede ao Dr. *Thomas Cochrane* o privilégio para construção de uma *estrada de ferro*, unindo a Córte à Província de São Paulo.

- A 25 de novembro, é organizada pelo Dr. Thomas Cochrane a *Imperial Companhia da Estrada de Ferro*.
 - A 27 de novembro, é publicado no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, um *Prospecto* endereçado ao Povo Brasileiro, anunciando a organização da empresa ferroviária e mostrando seus objetivos e suas vantagens.
- 1841 - No mês de janeiro, inicia o Dr. *Thomas Cochrane* uma viagem de 700 léguas, que durou cinco meses, visitando os principais municípios das províncias de São Paulo e Minas Gerais, durante a qual obteve compromissos de fazendeiros interessados na empresa ferroviária, no valor de 3.000 contos de réis.
- A 13 de setembro, é apresentado na Assembléa do Império um *Projeto de Lei*, autorizando o Governo Imperial a adquirir 2.000 ações da *Imperial Companhia da Estrada de Ferro*.
 - A 20 de outubro, após demorados debates, aprova a Assembléa do Império o *Projeto de Lei* atrás referido, remetendo-o ao Senado.
- 1842 - Rompe a *Revolução Liberal*, que se inicia em Sorocaba (São Paulo), a 17 de maio, e em Barbacena (Minas Gerais), a 11 de junho.
- 1843 - A 12 de janeiro, primeira chamada de capital dos acionistas da *Imperial Companhia da Estrada de Ferro*.
- A 3 de fevereiro, o Senado do Império discute longamente e acaba por rejeitar o *Projeto de Lei*, oriundo da Assembléa, que autorizava o Governo Imperial a adquirir ações da empresa ferroviária organizada pelo Dr. Thomas Cochrane.
- 1844 - A 10 de março, instala-se o *Instituto Homeopático do Brasil*.
- A 9 de novembro, falece na cidade do Rio de Janeiro o Dr. *Robert Wallace MacFarlane*.
 - No fim do ano, o Dr. *Thomas Cochrane* escreve a seu irmão George Cochrane, enviando-lhe informações a respeito da empresa ferroviária em organização, a fim de obter apoio financeiro dos capitalistas de Londres.
- 1845 - A 21 de abril, é assinada a escritura de *Contrato Nupcial* entre o Dr. Thomas Cochrane e Dona Helena Augusta da Gama MacFarlane.
- A 16 de maio, na Igreja de São João Batista de Icaraí, em Niterói (Província do Rio de Janeiro), casa-se Dona *Helena Augusta*, em segundas núpcias, com o Dr. *Thomas Cochrane*.
 - Funda-se a *Escola Homeopática do Rio de Janeiro*.
- 1847 - A 4 de outubro, instala-se a *Academia Médico-Homeopática do Brasil*, com sede na Côrte.

- 1849 — A 2 de janeiro, S. M. o Imperador aprova o parecer do Conselho de Estado, revalidando o *privilégio* concedido ao Dr. Thomas Cochrane em 4 de novembro de 1840, ao mesmo tempo que, “ad-referendum” da Assembléa do Império, concorda em conceder-lhe a pleiteada *garantia de juros* de 5%.
- É publicada a primeira edição da obra *Medicina Domestica Homocopathica*, em dois volumes, de autoria do Dr. Thomas Cochrane.
- 1850 — De janeiro a maio, sofre a cidade do Rio de Janeiro, pela primeira vez, as conseqüências da epidemia de *febre amarela*.
- 1851 — A 28 de março, funda-se a *Academia Homeopática do Rio de Janeiro*.
- A 26 de agosto, a Câmara dos Deputados do Império rejeita a concessão de *garantia de juros*, pleiteada pelo Dr. Thomas Cochrane, e considera sem vigor o *privilégio* que lhe fôra concedido em 1840.
 - Em outubro, viaja para a *Inglaterra* o Dr. Thomas Cochrane, a fim de tentar, novamente, levantar o necessário capital para a empresa que planejava.
- 1852 — A 26 de junho, S. M. o Imperador promulga o Decreto n.º 641, a chamada *Lei da Garantia de Juros*, que, em seu artigo 3.º, ordenou a restituição ao Dr. Thomas Cochrane da quantia de 4 contos de réis, mais o respectivo juro de 6% ao ano, por êle paga em novembro de 1844, como multa por não haver iniciado a construção da projetada estrada de ferro.
- A 22 de setembro, contra o voto da maioria dos membros do Conselho de Estado, decide S. M. o Imperador considerar sem vigor o *privilégio* do Dr. Thomas Cochrane, ordenando a abertura de *concorrência pública* para a construção da estrada de ferro da Côte até a Província de São Paulo, na qual, entretanto, teria êle preferência sôbre quaisquer outros, no caso de haver igualdade de condições.
 - A 4 de outubro, é aberta a *concorrência pública* para a construção da mencionada via férrea, nela inscrevendo-se o Dr. Thomas Cochrane, que desistiu da *garantia de juros* e, por isso, saiu vitorioso.
 - No fim do ano, viaja novamente para a *Inglaterra* o Dr. Thomas Cochrane, a fim de tentar assegurar seus direitos perante o Ministro brasileiro em Londres, a quem o Governô decidira entregar a solução do problema.
- 1853 — A 15 de janeiro, o Governô Imperial considera caduco o nôvo *privilégio* concedido ao Dr. Thomas Cochrane, por não ter êle apresentado, em tempo hábil, os respectivos estudos.
- 1854 — A 30 de abril, inauguram-se os primeiros 14,5 km da *Imperial Companhia de Estrada de Ferro de Petrópolis*, organizada por Ireneu Evangelista de Souza, *Barão de Mauá*.

- 1855 - Em fevereiro, o Governo Imperial concede a *Edward Price* o privilégio para a construção da *Imperial Estrada de Ferro Dom Pedro II*.
- Em março, são aprovados os Estatutos da mencionada empresa.
 - Em agosto, é eleita a primeira Diretoria da *E. F. Dom Pedro II* (atual E. F. Central do Brasil), sob a presidência do Conselheiro *Christiano Benedicto Ottoni*.
 - O Governo Imperial resolve pagar ao Dr. Thomas Cochrane a quantia de 30.000 libras esterlinas, como *indenização* pelos prejuízos que tivera durante os 12 anos em que tentou organizar sua empresa ferroviária.
 - A 21 de novembro, é lavrada a escritura de compra, realizada pelo Dr. *Thomas Cochrane* em nome de sua esposa, da Chácara da Tijuca, conhecida pelo nome de *Castelo*, atual Parque Cochrane.
 - De agosto a dezembro, grassa na cidade do Rio de Janeiro a epidemia de *cólera-morbo*, durante a qual teve o Dr. Thomas Cochrane destacada atuação no socorro aos enfermos.
- 1856 - A 29 de março, promulga o Governo Imperial o Decreto n.º 1.742, pelo qual é concedido ao Dr. *Thomas Cochrane* o privilégio para a construção de uma linha de *carris de ferro*, com carros de tração animal, desde a área central da cidade do Rio de Janeiro até o Alto da Boa Vista, na Tijuca.
- A 28 de junho, promulga o Governo Imperial o Decreto n.º 1.772, que autoriza o Dr. *Thomas Cochrane* a usar, em seu projetado empreendimento, outro tipo de tração, além de animais, "como seja o vapor, ou outro que o iguale ou exceda".
 - A 9 de julho, promulga o Governo Imperial o Decreto n.º 1.777, pelo qual aprova os Estatutos da *Companhia de Carris de Ferro da Cidade à Boa Vista, na Tijuca*, organizada pelo Dr. Thomas Cochrane.
- 1857 - Por escritura lavrada a 27 de abril, cede o Dr. *Thomas Cochrane* à Companhia, da qual era o empresário, o privilégio obtido em 29 de março de 1856, recebendo em troca a quantia de 1.300 contos de réis, sendo 732 contos em ações da Companhia e 568 contos em dinheiro, pagos em cinco prestações.
- 1858 - A 15 de dezembro, concede S. M. o Imperador ao Dr. *Thomas Cochrane* o grau de Cavaleiro da *Imperial Ordem da Rosa*, pelos serviços prestados ao país.
- 1859 - A 30 de janeiro, realiza-se a primeira experiência da velocidade e da segurança dos novos veículos (as chamadas *maxambombas*), que percorrem os "carris de ferro" ou trilhos, da Cidade até Andaraí.

- A 26 de março, inaugura-se oficialmente a linha de “carris de ferro”, com *maxambombas* puxadas por animais, entre a Cidade e Andaraí, com a presença de SS. MM. o Imperador e a Imperatriz.
- A 11 de abril, Dona *Helena Augusta da Gama Cochrane* assina, em Cartório, o seu testamento.
- 1861 — As *maxambombas*, já então conduzidas por pequena locomotiva, atingem o Alto da Boa Vista, na Tijuca.
- 1865 — A 2 de abril, defendendo-se de acusações que lhe foram formuladas pelo Conselheiro Christiano Ottoni, escreve o Dr. Thomas Cochrane o *Esboço Historico sobre o primitivo projecto da Estrada de Ferro Dom Pedro II*, publicado no ano seguinte, sob a forma de um folheto.
 - A 28 de novembro, suspende a *Companhia de Carris de Ferro* (já então dirigida pelo Barão de Mauá) o tráfego de seus veículos, indo à falência.
- 1866 — A 24 de janeiro, assina o Dr. *Thomas Cochrane*, em Cartório, o seu testamento.
- 1868 — É publicada a 6.^a e última edição da obra *Medicina Domestica Homocopathica*, de autoria do Dr. Thomas Cochrane.
- 1873 — A 26 de janeiro, vítima de um colapso cardíaco, falece em seu “Castelo”, na Tijuca, o Dr. *Thomas Cochrane*.
 - A 24 de março, “em São Domingus”, falece Dona *Helena Augusta da Gama Cochrane*.
 - A 8 de abril, inicia-se o processo de *inventário* dos bens deixados pelo casal Thomas Cochrane.

III

Dr. IGNACIO COCHRANE

Síntese de uma vida

Em terras fluminenses. Entre Rio de Janeiro e São Paulo. Julgamento de uma vida.

Em terras fluminenses

O DR. IGNACIO WALLACE DA GAMA COCHRANE nasceu na vila de Valença, atual cidade de Marquês de Valença, Província do Rio de Janeiro, no dia 3 de outubro de 1836.

Nada sabemos a respeito de sua infância, a não ser que, aos 8 anos de idade, ficou órfão de Pai. Tudo indica, porém, que ainda muito criança, juntamente com sua irmã Mary (Maria Carolina), teria passado a residir na Capital do Império. De fato, foi na cidade do Rio de Janeiro que o Dr. MacFarlane, seu Pai, veio a falecer em novembro de 1844.

Em terras fluminenses, fez seu curso de humanidades, tornou-se engenheiro militar e deu início à sua carreira na Engenharia Civil.

Entre Rio de Janeiro e São Paulo

Sua vida, que se prolongou por quase 76 anos, decorreu entre dois pólos: a cidade do Rio de Janeiro, de um lado, e as terras paulistas (sobretudo Santos e a Capital), que amou como se fôsem as de seu berço.

Residiu na Côrte, no início de sua carreira e mais tarde, por muitos anos, no exercício de funções técnicas e como parlamentar do Império; e a visitou com freqüência, porque lá viviam parentes que muito estimava.

Na cidade de Santos, constituiu família, viu nascer a totalidade de seus filhos e prestou serviços à Municipalidade.

Mas foi na cidade de São Paulo em que por mais tempo permaneceu, entregue às suas atividades profissionais ou como representante do povo na Assembléia Provincial. Nela faleceu a 31 de maio de 1912. Nela jaz sepultado.

Julgamento de uma vida

Ao aproximar-se o fim de sua longa existência, quando tinha 73 anos de idade, teve o Dr. Ignacio Cochrane a satisfação de receber uma homenagem pública da *Revista do Club de Engenharia*, do Rio de Janeiro, que abriu o n.º 18 com sua biografia e seu retrato. Ali figuram estas palavras:

“Tendo já transposto os 60 anos de idade sem ilusões, nem assomos de vaidade, o distinto engenheiro Cochrane pode hoje vangloriar-se de haver servido à sociedade e ao seu país, cumprindo com consciência e pureza d'alma os seus deveres de cidadão e de patriota”⁽¹⁾.

Do mesmo sentido são outros depoimentos de contemporâneos seus, que mais além teremos ocasião de citar.

Se consultarmos os jornais paulistanos, publicados na época de sua morte, poderemos ter uma idéia do conceito de que gozava na sociedade. Não foram meros necrológios, nem simples palavras formais o que a imprensa publicou. Algo de mais expressivo.

O *O Estado de São Paulo* assim exprimitu-se, em notícia acompanhada por uma fotografia e onde também figuram seus dados biográficos:

“A morte do venerando ancião causa-nos a maior mágoa, porque o seu desaparecimento constitui uma perda sensível para a sociedade paulista, de que êle era brilhante ornamento e à qual êle vinha prestando, há muitos anos, superiormente, os mais assinalados serviços.

Dotado de grande ilustração e de um caráter reto, o sr. dr. Gama Cochrane conseguiu formar em tôrno da sua pessoa uma auréola de prestígio e de admiração, captando as mais sinceras e vivas simpatias pela sua bondade magnânima e pela elevação de seu espírito.

(1) REVISTA DO CLUB DE ENGENHARIA — Ignacio Wallace da Gama Cochrane, n.º 18, p. XVI, Rio de Janeiro, 1909.

A sua vida resumiu-se num trabalho proficuo, insistente e fecundo, a que o dr. Cochrane emprestou as melhores energias, conquistando justa reputação.

Ligando o seu nome a obras de subido valor profissional e filantrópico, demonstrou sempre o extinto uma alta competência, uma grande pureza de sentimentos, um grande amor pelas causas nobres que esposou.

Outros serviços de reconhecida valia prestou o dr. Cochrane à terra paulista, evidenciando sempre uma dedicação extrema e um acendrado amor pelos progressos a que ela fazia jus.

Desaparece de nossa sociedade uma das figuras mais respeitáveis, na qual todos viam um luminoso exemplo de trabalho, de honradez e de patriotismo”(2).

Também *O Commercio de São Paulo* manifestou-se de maneira bastante expressiva:

“A nossa capital foi ontem profundamente abalada com a notícia do falecimento do distinto cavalheiro dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane, que gozava de justo conceito nesta capital pelo seu caráter austero e pelas suas excelentes qualidades de coração e de espírito.

O dr. Cockrane era um chefe de família exemplar, um cidadão prestinoso, tendo envelhecido no serviço público, prestando inestimáveis serviços ao Estado.

Era também um homem filantrópico, e o seu nome ficou por isso ligado a várias instituições de benemerência”(3).

No mesmo diapasão externou-se o *Correio Paulistano*:

“Cavalheiro distintíssimo, pela lhanza do seu trato e bondade de coração, conquistou aqui um vasto círculo de simpatias e de amizades. Da sua competência como profissional são testemunhos os diversos trabalhos de engenharia, que êle realizou e dirigiu neste Estado, durante muitos anos”(4).

Percebe-se, fàcilmente, que não são palavras vãs, escritas dentro da rotina profissional. A par da competência profissional e dos assinalados serviços que prestou à coletividade, seus contemporâneos reconheciam nêle qualidades que dignificam o homem: a cultura, o caráter reto e austero, a bondade, o modo de chefe de família.

(2) *O Estado de São Paulo*, ano XXXVIII, n.º 12.220, São Paulo, 1.º de junho de 1912.

(3) *O Commercio de São Paulo*, ano XIX, n.º 2.176, São Paulo, 1.º de junho de 1912.

(4) *Correio Paulistano*, n.º 17.546, São Paulo, 1.º de junho de 1912.



Dr. Ignacio Cochrane em 1901

Fotografia datada de maio de 1901. Tinha então 65 anos incompletos e ocupava o cargo de Superintendente das Obras Públicas do Estado de São Paulo, além do de Inspetor da Contadoria Central de Estradas de Ferro.

Não muito diferentes são as notícias da *Gazeta do Povo*, que o classificou como “uma das figuras mais venerandas da sociedade paulista, pela sua integridade moral e pelo seu amor a êste Estado, a que sua alta competência profissional prestou numerosos serviços”⁽⁵⁾; ou de *A Gazeta*, que acentuou haver sido “volumosa a bagagem de seus serviços e límpida como um brilhante de primeira água a sua travessia por êste mundo, onde só deixa exemplos a serem imitados, pois assinalam a integridade do seu caráter e a bondade do seu coração”⁽⁶⁾.

(5) *Gazeta do Povo*, São Paulo, 1.º de junho de 1912.

(6) *A Gazeta*, São Paulo, 1.º de junho de 1912.

Como é de se esperar, a notícia da morte do Dr. Ignacio Cochrane também repercutiu na cidade de Santos. Em *A Tribuna* lemos estas palavras:

"Chefe de família exemplar, engenheiro de grande mérito e cavaleiro distintíssimo, o seu desaparecimento é uma grande perda, não só para a sua família, a que dedicava extremado afeto, como também à cidade de Santos, que lhe deve grandes serviços e da qual o venerando extinto era um dos mais dedicados amigos, acompanhando com interesse e júbilo o seu incessante progredir"⁽⁷⁾.

Entretanto, talvez mais sentidas foram as palavras com que *A Notícia* referiu-se ao acontecimento. Quem as escreveu deve tê-lo conhecido bem de perto:

"O venerando ancião, que acaba de desaparecer, foi um benemérito da cidade de Santos. Ao influxo da sua atividade e competência, deve esta terra o seu preparo para o período de desenvolvimento e progresso de que hoje nos orgulhamos.

À sua ação enérgica e decisiva devemos a adoção de medidas que, no decorrer do tempo, é certo, foram melhorando e se transformando, mas as primícias, a base, tiveram origem na sua iniciativa, nos seus esforços e na dedicação com que empregou saber, prestígio e até haveres de fortuna, tudo pelo engrandecimento de Santos.

.....

Bafejado pelas auras da fortuna, sua bolsa generosa estava sempre aberta aos que a ela recorriam, e de quanto foi benfazeja aquela alma é fácil de se avaliar pelas bênçãos que o seu nome cercam velhos santistas, que dêle se recordam com fundas saudades.

As vicissitudes da adversidade nunca lhe abalaram o ânimo; ao contrário, animavam aquela envergadura varonil, talhada para as lutas da vida.

Se tinha desfalecimentos, êstes só eram conhecidos quando no seu lar abençoado uma enfermidade qualquer atingia a um ente querido. Fora daí, do círculo da família, nada o abatia e o desanimava"⁽⁸⁾.

As palavras acima transcritas — repetimos — demonstram que não eram meramente formais, nem pertenciam à rotina profissional.

Decorridos 24 anos depois de sua morte, a figura do Dr. Ignacio Cochrane foi, de novo, lembrada, ao comemorar-se o primeiro centenário de seu nascimento,

(7) *A Tribuna*, Santos, 1.º de junho de 1912.

(8) *A Notícia*, Santos, 1.º de junho de 1912.

São do *Diário de São Paulo* estas palavras não menos expressivas:

"...notável engenheiro de que se recordam, com veneração, os que o conheceram em pessoa e os que lhe conhecem a atividade utilíssima em que se concretizou toda a sua vida, dedicada com patriotismo ao bem da coletividade.

Foi uma dessas figuras de têmpera rija, de que o passado nos deu tantos e tão expressivos exemplos. Reto na conduta de homem e de profissional, caráter nobre, alma boa, pura, esse homem criou em torno de sua pessoa um ambiente de admiração e respeito que foi, sem dúvida, a auréola maior que desejou e que obteve.

Era uma figura de eleição. Reunia em sua pessoa virtudes de coragem e de caráter que poucos homens conseguem alinhar em um conjunto tão perfeito. Mas não ficava aí o valor do notável engenheiro. Como técnico, caracterizava-o, a par de uma rara competência, um espírito sadio de empreendimento.

Dono de uma invulgar cultura, suas vistas tinham um raio de ação que se mede pelas suas iniciativas, pelas suas idéias, pela sua constante preocupação de construir algo de benéfico para a sua Pátria e a sua gente"⁽⁹⁾.

Um homem assim não poderia ficar no esquecimento. Sua vida foi um exemplo. Nada mais justo do que a conhecermos em seus pormenores.

(9) *Diário de São Paulo*, São Paulo, 3 de outubro de 1936.

As bases culturais

Os estudos de Humanidades. Na Escola Militar.

Os estudos de Humanidades

AO ATINGIR A IDADE ESCOLAR, Ignacio Cochrane foi matriculado no *Instituto Colegial*, localizado na cidade de Nova Friburgo, em terras fluminenses, e dirigido por um afamado pedagogo inglês — o Prof. JOHN HENRY FREESE, que o fundara em 1841.

O fato teria ocorrido, certamente, na década de 1840-50. Esse famoso educandário passou a denominar-se, mais tarde, *Colégio Freese* e, ao findar-se a década seguinte, achava-se sob a direção dos profs. Christovão Vieira de Freitas e Galiano Emilio das Neves. Tinha, então, um alto objetivo, de acôrdo com um anúncio publicado no *Almanak de Laemert*, para 1859:

“O alvo dêste Colégio é fazer, na frase de Garrett, *membros da sociedade úteis e felizes*. Ora, dependendo a felicidade do desenvolvimento e perfeito equilíbrio do físico, do moral e do intelectual, segue-se que a um tempo cuidamos em promover êstes três ramos da educação física, moral e intelectual.

Além dos rudimentos do português, francês e aritmética, que se aprendem nas classes chamadas *preparatórias*, há um curso de 5 anos, abrangendo tôdas as disciplinas, que constituem os preparatórios para as academias do Império.

Há de mais um curso especial para os que se dedicam ao *Comércio*, compreendendo português, francês, inglês, alemão, geografia, aritmética, escrituração mercantil por partidas singelas e dobradas, etc., além de um curso *prático* de comércio.

Há também lições de desenho, música vocal e instrumental, dança e esgrima”(1).

É provável que essa orientação pedagógica tivesse sido introduzida pelo Prof. Freese; e, sobre tais bases, houvesse iniciado Ignacio Cochrane sua formação cultural.

Seja como fôr, no Instituto Colegial, “mostrou desde logo o jovem aluno o grau de sua inteligência e revelou-se em provas públicas anuais entre os colegas, um dos mais distintos estudantes, sendo apontado pelo velho Freese como um dos seus primeiros alunos”(2).

De Nova Friburgo, Ignacio Cochrane foi enviado para o *Colégio Calógeras*, na cidade de Petrópolis, que o ilustre Prof. João Baptista Calógeras fundara em 1850 e que existiu por nove anos, instalado à Rua do Palatinado (atual Dr. Sá Farp), próximo à estação de cargas da E. F. Leopoldina(3). Mas não tardou em ser transferido para a Côrte, onde foi matriculado no *Ateneu Fluminense*, também afamado por sua excelente orientação pedagógica, então dirigido pelo Prof. José Hermann de Tautphoeus, Barão de Tautphoeus, que o fundara em 1844, juntamente com o Prof. Calógeras, e que funcionava anexo à Escola Militar(4).

Sente-se, em tudo isso, a presença do padrao — o Dr. Thomas Cochrane, preocupado em dar ao enteado (único varão da família, tratado como verdadeiro filho e que adotara seu patronímico) uma sólida formação cultural, nos moldes da que se ministrava na velha Europa.

E, assim, aos 16 anos de idade, estava Ignacio Cochrane apto a enfrentar os estudos de nível superior.

(1) O Colégio Freese só admitia alunos internos, cobrando 210\$000 por anuidade (ou 35\$000 mensais, pagos adiantadamente), além de 20\$000 por semestre para lavagem de roupa e 20\$000 para o material escolar (Cf. *Almanak de Lammert*, p. 474, Rio de Janeiro, 1859).

(2) Cf. *Revista do Club de Engenharia*, n.º 18, p. XI.

(3) Em 1859, esse estabelecimento de ensino passou a pertencer ao Prof. Bernardo Falletti, sob o nome de *Colégio Santa Teresa*, que teve grande renome. Em 1870, transformou-se no *Colégio Paixão*, dirigido pelo Prof. José Ferreira da Paixão, que o manteve até 1891, tendo sido também renomeado (Cf. ЛАСОВНЕ, Lourenço Luiz — *Cidade de Petrópolis*, p. 231, ed. Museu Imperial, Petrópolis, 1957).

(4) Rios Filho, Adolfo Morales de los — *O Rio de Janeiro Imperial*, p. 164.

Na Escola Militar

Filho e enteado de médicos, não se viu, porém, atraído para o campo da Medicina, ao ter de escolher sua carreira. Preferiu a *Escola Militar* do Império, localizada na Côrte.

Teria pensado em dedicar-se à vida militar?

Acreditamos que não, embora não faltassem exemplos de militares ilustres entre os Cochrane of Dundonald, a começar pelo próprio chefe da família, então ainda vivo, primo-irmão do Dr. Thomas Cochrane — Lord Cochrane, Marquês do Maranhão, de nôvo reintegrado em suas honras de Almirante da Marinha Real Inglesa.

Naturalmente, deve ter influído em sua decisão o fato de haver terminado seus estudos de Humanidades no *Ateneu Fluminense*, em permanente contato com os estudantes da Escola Militar. Entretanto, tal circunstância não teria servido senão para incentivar uma vocação inata pelas Ciências Físicas e Matemáticas, vale dizer, pela Engenharia, que sua longa existência comprovou sobejamente.

Se Ignacio Cochrane preferiu a Escola Militar, foi porque, ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, não havia, em nosso país, nenhuma Escola Politécnica ou Escola de Engenharia, somente criada no ano de 1874.

Fundada pelo Príncipe Dom João em 1810, sob o nome de *Real Academia Militar*, tornada *Imperial Academia Militar* com a proclamação de nossa independência (1822), transformada em *Academia Militar e de Marinha* em 1832, quando nela ingressou Ignacio Cochrane denominava-se *Escola Militar do Império do Brasil*, designação adotada em 1839⁽⁵⁾.

Quem tivesse vocação para ser engenheiro, outro caminho não tinha, por essa época, senão matricular-se nessa Escola.

Foi o que fez o nosso biografado, ao iniciar-se o ano letivo de 1853. De acôrdo com o que determinava o Decreto n.º 404, de 1.º de março de 1845, o curso deveria ser de sete anos. Todavia, o Decreto n.º 1.534, de 23 de janeiro de 1855, modificou sua duração e sua estrutura, fazendo-o constituir de 14 disciplinas, distribuídas em cinco anos de estudos, a sabelos:

(5) Cf. AZEVEDO, Fernando de — *A Cultura Brasileira*, 2.ª edição, p. 433, nota 5, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1944.

1.º ano

1. Aritmética, Algebra Elementar, Geometria e Trigonometria Plana.
2. Desenho.

2.º ano

3. Algebra Superior, Geometria Analítica e Cálculo Diferencial e Integral.
4. Geometria Descritiva e suas aplicações à Estereotomia e à Perspectiva.
5. Desenho.

3.º ano

6. Mecânica Racional e Aplicada às Máquinas.
7. Física Experimental, compreendendo a Ótica e a Acústica.
8. Desenho.

4.º ano

9. Trigonometria Esférica, Astronomia e Geodésia.
10. Química e Mineralogia.
11. Desenho.

5.º ano

12. Geologia, Montanística e Metalurgia.
13. Arquitetura Civil e Hidráulica.
14. Desenho de Arquitetura e Máquinas Hidráulicas⁽⁶⁾.

Foi essa a formação cultural e profissional adquirida por Ignacio Cochrane, entre 1853 e 1857.

Durante êsse espaço de tempo, por fôrça do disposto no artigo 13 do Decreto n.º 404, assentou praça num dos Batalhões de Artilharia, sediados na Capital do Império.

Não conhecemos detalhes a respeito da maneira pela qual fêz seu curso na Escola Militar. Apenas sabemos que foi aprovado nos exames do 5.º ano “plenamente”, fazendo jus

(6) Cf. o disposto no Decreto n.º 404, de 1.º de março de 1845, combinado com os termos do Decreto n.º 1.534, de 23 de janeiro de 1855, em *Collecção das Leis do Imperio do Brasil*, referente ao ano de 1845, tomo VII, parte I (Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1846), e referente ao ano de 1855, tomo XVI, parte I (Rio de Janeiro, 1856).



Diploma de Bacharel em Matemáticas pela Escola Militar

Pertenceu ao Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane e traz a data de 1.º de dezembro de 1857, encontrando-se atualmente sob a guarda do autor.

ao grau de *Bacharel em Matemática*, em dezembro de 1857. Recebeu, então, o respectivo Diploma, que se acha em nosso poder e é do teor seguinte:

ESCOLA MILITAR DO IMPERIO DO BRASIL

Antonio Joaquim de Souza, Doutor em Sciencias Mathematicas Commendador da Ordem de S. Bento de Aviz, Cavalleiro da Imperial Ordem da Rosa, Lente jubilado e Director da Escola Militar, por Sua Magestade O Imperador a Quem Deos Guarde.

Faço saber aos que a presente virem, que o Snr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane, filho do Dr. Roberto Wallace Macfarlane, nascido a 3 de Outubro de 1836, no Município de Valença, Provincia

do Rio de Janeiro, tendo concluído os cinco anos do curso de Sciencias Mathematicas e Physicas desta Escola, pelo acto do ultimo anno, no qual foi approvedo Plenamente, em virtude do Artigo 4 do Decreto n. 634 de 20 de Setembro de 1851, tomou o gráo de Bacharel em Mathematicas, e como tal será considerado e gozará de todas as honras, privilegios e isenções, que pelas Leis do Imperio lhe são conferidas. Em firmeza do que, mandei passar o presente titulo, que vae por mim assignado, pelo Secretario da Escola, e pelo proprio Bacharel.

Secretaria da Escola Militar, 1.º de Dezembro de 1857.

O Director,

(a) *Dr. Antonio Joaquim de Soiza*

O Bacharel,

(a) *Ignacio Wallace da Gama
Cochrane*

O Secretario,

(a) *Luis José da Fonseca
Ramos*

Como militar, deixava a Escola no pòsto de *Alferes* do Exército Imperial. Isto significa que se destacara como aluno, pois assim determinava o artigo 15 do já citado Decreto n.º 404:

“Art. 15 — Os (*alunos*) que tiverem dois anos aprovados plenamente. e se houverem distinguido nos exercícos práticos, com applicação, e aproveitamento, serão promovidos ao posto de *Alferes Aluno*, com os vencimentos de sòldo correspondente ao mesmo posto; mas só poderão passar a efetivos os de Cavalaria e Infantaria depois de terem um ano de serviço efetivo nos Corpos das armas a que pertencerem, e os de Artilharia e Engenharia depois de quatro anos aprovados.”

Ignacio Cochrane tinha, então, 21 anos completos.

O engenheiro ferroviário

A mística ferroviária. Início da carreira. "Intermezzo". Na Companhia da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro. Honrosas incumbências. Na Contadoria Central de Estradas de Ferro. A serviço do Estado de São Paulo.

A mística ferroviária

MILITAR por força das circunstâncias, o Alferes Ignacio Cochrane tratou, sem mais delongas, de pedir demissão do Exército, preparando-se para dedicar sua vida à Engenharia civil.

Findava-se a década de 1850 e o Brasil assistia ao alvorecer da *era das ferrovias*. A situação político-militar do país entrara numa fase de tranquilidade, estabilizando-se as instituições do Segundo Império; a Revolução Praieira (1848), verificada em Pernambuco, haveria de ficar na História como a derradeira convulsão interna a perturbar o reinado de Dom Pedro II. No exterior, o prestígio do Brasil tornava-se crescente e incontestado, depois que conseguira pôr um ponto final às tiranias de Manuel Oribe, no Uruguai, e de Juan Manuel Rosas, na Argentina (1851-52). A abolição do tráfico negreiro, determinada pela chamada Lei Eusébio de Queirós (1850), deixara muitos capitalistas sem saber como empregar suas fortunas. Desde abril de 1854, já corriam os primeiros trens brasileiros, da Imperial Companhia de Estrada de Ferro de Petrópolis. Em 1855, organizara-se a Companhia da Estrada de Ferro Dom Pedro II, embrião da atual E. F. Central do Brasil. Em terras paulistas, preparava-se para iniciar sua obra

a chamada Estrada de Ferro Inglesa, cuja empresa fôra organizada em 1856 e que haveria de unir Santos ao planalto. Na Bahia, tinha início a construção da estrada de ferro da Cidade do Salvador a Alagoinhas (1858). Vivia-se sob a mística ferroviária e, a pouco e pouco, a quilometragem de nossas vias férreas foi aumentando:

	<i>Km</i>
1854	14,5
1858	190
1862	359

Por outro lado, tinha Ignacio Cochrane em seu próprio lar o pioneiro das estradas de ferro no Brasil — o Dr. Thomas Cochrane. Nada mais lógico, portanto, que suas atenções e suas preferências se voltassem para a Engenharia ferroviária.

Início da carreira

Pouco depois de haver o Dr. Ignacio Cochrane recebido seu diploma de Bacharel em Ciências Matemáticas pela Escola Militar do Império, foi chamado por seu antigo mestre, o Dr. Guilherme Schuch de Capanema, Barão de Capanema, que o convidou, juntamente com outros cinco colegas de turma, a fazer parte de uma Comissão destinada a estudar o projeto de construção de uma estrada de ferro que ligaria Niterói à cidade de Campos, na Província do Rio de Janeiro; e o fêz na qualidade de engenheiro ajudante.

Logo a seguir, sempre em 1858, foi designado pelo Governo Imperial para servir, como engenheiro ajudante, na construção do edifício da Alfândega do Rio de Janeiro.

Por essa época, exatamente a 29 de março de 1858, havia sido inaugurado o primeiro trecho da *Estrada de Ferro Dom Pedro II*, numa extensão de pouco mais de 42 km, entre a Côte e a estação de Queimados. Era a primeira etapa do grande empreendimento, logo seguida por outra, numa extensão de quase 62 km, entre Queimados e Belém (atual Japeri), entregue ao público em novembro de 1858. Viria depois o trecho mais difícil, entre Belém e Barra do Piraí, em que foi necessário transpor a escarpa da Serra do Mar, realizado em ritmo compreensivelmente mais lento; na verdade, a nova via



Em viagem de inspecção

Nesta fotografia, escreveu o próprio Dr. Ignacio Cochrane: "Em viagem — São Paulo, 25 de junho de 1863". Com 26 anos de idade, aparece êle de terno branco, na companhia de outros engenheiros, certamente depois de inspecionar as obras de construção da "São Paulo Railway", actual E. F. Santos-Jundiaí.

férrea sòmente atingiu Rodeio (Paulo de Frontin), em julho de 1863, e a cidade de Barra do Pirai, já em pleno Vale do Paraíba, em agosto de 1864⁽¹⁾.

Ignacio Cochrane não poderia estar ausente nessa tarefa, apesar de tão jovem. E, de fato, não esteve: como ajudante do Coronel William Chandler, Chefe da Comissão, entre julho de 1858 e junho de 1860 trabalhou na exploração das margens do Rio Paraíba do Sul, entre Barra do Pirai e Pôrto Nôvo do Cunha, a fim de preparar o prolongamento da E. F. Dom Pedro II naquela direção.

"Nessas duas comissões, tornou-se o engenheiro Cochrane digno do apreço dos seus chefes, que se tornaram seus amigos, não cessando de encarecer o zêlo, a atividade e diligência com que se atirava aos

(1) Cf. VASCONCELLOS, Max. — *A Estrada de Ferro Central do Brasil*, pp. 18-19, 3.^a edição, Pimenta de Melo & Cia., Rio de Janeiro, 1928; e SILVA, Clodomiro Pereira da — *A Evolução do Transporte Mundial*, Livro I, vol. I, p. 276, Imprensa Oficial, São Paulo, 1940.

árduos labôres e vicissitudes dessas explorações. Deixou traços eloqüentes de seu valor intelectual e de sua ótima técnica nos relatórios e trabalhos de campo apresentados sôbre os serviços a seu cargo”(2).

Sua personalidade começava a destacar-se nos círculos econômicos da época, embora não tivesse mais do que 23 anos de idade. De outra forma, não se compreenderia que, a 22 de março de 1859, a *Sociedade Auxiliar da Industria Nacional*, presidida pelo Marquês de Abrantes, “fazendo justiça às eminentes qualidades, que adornam” sua pessoa e “o bem conhecido zêlo pelos progressos da Indústria nacional”, houvesse deliberado incluir seu nome entre os sócios efetivos da entidade.

Mas outra missão, mais importante, estava-lhe reservada: acompanhar, na qualidade de engenheiro-fiscal representante do Governo Imperial, a construção da *São Paulo Railway*, a chamada Estrada de Ferro Inglesa, a E. F. Santos-Jundiáí de hoje, cuja empresa fôra autorizada a funcionar em abril de 1856, tendô à frente o Barão de Mauá, o Marquês de Monte Alegre e o Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, futuro Marquês de São Vicente. A 2 de julho de 1860 assumiu o Dr. Ignacio Cochrane o nôvo cargo, iniciando-se em novembro do mesmo ano os trabalhos de construção da nova via férrea. Tinha, então, 24 anos e nessas funções permaneceu por cêrca de quatro anos.

“Os relatórios dos Ministros respectivos atestaram, anualmente, de modo exuberante, o desempenho cabal da tarefa cumprida pelo engenheiro Cochrane. merecendo êste por vêzes louvores oficiais pelos bons serviços do seu cargo”(3).

Por essa época, em fevereiro de 1863, foi honrado com a inclusão de seu nome no quadro dos sócios efetivos do *Instituto Polytechnico Brasileiro*, então sob a presidência do Dr. Guilherme de Capanema.

O responsável pela nomeação do Dr. Cochrane como engenheiro-fiscal do Governo — Conselheiro João de Almeida Pereira Filho, Ministro do Império (a cujo ministério estava, então, afeto o Departamento de Agricultura, Comércio e Obras Públicas), no Gabinete presidido por Angelo Muniz da Silva

(2) Cf. *Revista do Club de Engenharia*, do Rio de Janeiro, n.º 18, p. XII (1909).

(3) Cf. *Revista do Club de Engenharia*, n.º cit., pág. XII.

Ferraz (1859-61) — certamente não poderia imaginar a importância que teve, para a vida de nosso biografado, aquêlê simples ato da rotina administrativa. Trouxe-o para terras paulistas, que passou a amar como se fôsem as de seu berço. Fê-lo radicar-se na cidade de Santos, onde constituiu família, no próprio ano de 1860.

Em 1864, porém, demitiu-se do cargo, interrompendo sua carreira de engenheiro ferroviário, somente reiniciada 14 anos depois. É que, com a morte de seu sogro, transformou-se o Dr. Ignacio Cochrane em comerciante de café e, logo a seguir, político militante nas hostes do Partido Conservador, quer como Vereador à Câmara Municipal de Santos (1864-77), quer como Deputado à Assembléia Provincial de São Paulo (1870-71, 1874-79).

“ I n t e r m e z z o ”

Tendo se casado, em 1860, com uma das filhas do negociante José Antonio Vieira Barbosa, comissário de café em Santos, a êle associou-se, constituindo a firma *Vieira Barbosa & Cochrane*, com sede à Rua Direita n.º 18, que corresponde à atual Rua 15 de Novembro n.º 173, esquina com a Rua Dom Pedro II e com a Praça Mauá. Tudo indica que não pretendesse o Dr. Cochrane dedicar se ao comércio, limitando-se a entrar com seu capital para aquela casa comissária de café. O inesperado falecimento de seu sogro, porém, forçou-o a assumir a direção da firma.

Por essa mesma época, tornou-se proprietário da *Revista Comercial* e da *Tipografia Comercial*, que a imprimia, sediad as ambas à Rua Direita n.º 27. Foram seus sócios, nesse empreendimento, o Comendador Antonio Ferreira da Silva e o Dr. José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho, seu concunhado e Redator principal daquela revista, que por 20 anos circulou em Santos⁽⁴⁾.

Como negociante de café, concorreu à *Exposição de Altona*, realizada nesta importante cidade do Schleswig-Holstein (Alemanha) no ano de 1869, tendo sido distinguido pelo res-

(4) Cf. SILVA SOBRINHO, Costa e — *Romagem pela Terra dos Andradas*, p. 16, Liv. Freitas Bastos, São Paulo, 1957.



Medalha de bronze na Exposição de Altona, Alemanha (1869)

Diploma recebido pelo Dr. Ignacio Cochrane como comerciante de café na praça de Santos, ora sob a guarda do autor.

pectivo Júri com medalha de bronze. Recebeu o respectivo diploma através de ofício do *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, assinado pelo seu Vice-Presidente, o Barão de Três Barras.

Ignoramos por quanto tempo teria sido o Dr. Cochrane sócio da mencionada casa comissária de café. Sabemos, apenas, que nela ainda permanecia ao findar o ano de 1872 e que, dois anos mais tarde, fêz êle parte da primeira Diretoria da *Associação Comercial de Santos*, ocupando o cargo de Secretário⁽⁵⁾.

Nesse período intermediário de sua existência, que se prolongou por quase década e meia, não se afastou completamente das atividades profissionais. De março a novembro de 1869, fêz parte da primeira Diretoria da *Companhia Paulista de Estradas de Ferro*. Exerceu na cidade de Santos a profissão de engenheiro civil⁽⁶⁾. E, no trato dos problemas que enfren-

(5) Cf. SILVA SOBRINHO, Costa e — obra cit., p. 17; e Santos noutros tempos, p. 251, São Paulo, 1953.

(6) Cf. Almanak de Laemmert, ed. para 1869, p. 314.

tou à testa da Municipalidade de Santos, como no exercício do mandato de deputado à Assembléa Provincial, não deixou de aproveitar-se de seus conhecimentos técnicos, como teremos oportunidade de demonstrar, no cap. 10.^o.

Na Companhia da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro

Ao terminar a década de 1860, o problema da melhoria dos transportes empolgava a Província de São Paulo. O Relatório apresentado, a 2 de fevereiro de 1868, à Assembléa Legislativa pelo Presidente da Província, Conselheiro JOAQUIM SALDANHA MARINHO, reflete muito bem tais anseios. Suas palavras merecem ser transcritas:

“Para que o futuro nos liberte dos males do presente, é indispensável que as despesas de produção e de transporte de nossos produtos agrícolas sejam consideravelmente diminuídas.

Para esta diminuição, o meio único, e formidável, é a facilidade de comunicações, a facilidade e prontidão de transportes.

O meio capital, portanto, é: ESTRADAS, NAVEGAÇÃO — em uma palavra: melhoramentos materiais.

Permiti, pois, Senhores, que eu, antes de tudo, ocupe a vossa atenção com êste magno objeto.

Até hoje, é forçoso dizê-lo, não tem a isto presidido o severo cuidado que o assunto exige.

As boas teorias como que têm sido esquecidas na prática. Parece que o egoísmo do indivíduo tem suplantado os esforços coletivos. E, porque tudo se não pode fazer de uma vez, nada se faz. Gastam-se os recursos da Província em pura perda, sem resultado, e permanecem as coisas no estado do qual, entretanto, todos sinceramente desejam sair.

Procuremos conhecer os centros de maior produção agrícola, façamos abrir para aí estradas regulares; e, conforme a maior produção de cada um, vamos proporcionando-lhe gradualmente certo e permanente transporte.

Se, em vez disto, se repartirem os recursos anuais por todos ao mesmo tempo; e, sem conhecimento, sem cálculo, a esmo, continuarem a ser votadas insignificantes consignações para todos os desejáveis melhoramentos, embora com isto se lisonjeie o interesse momentâneo particular, prejudicar-se-á descomunalmente o interesse geral e verdadeiro, e, assim, a prosperidade da Província”(7).

E, mais além, lembra ser indispensável “determinar, conforme é reclamado dos maiores centros produtivos, a cons-

(7) MARINHO, Dr. Joaquim Saldanha — *Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*, p. 7, Tip. do Ipiranga, São Paulo, 1868.

trução de estradas dignas dêste nome, começando pelas convergentes às estradas da via férrea, mas fazendo-as uma a uma, e não simultaneamente”.

Falava o estadista que haveria de deixar seu nome para sempre ligado à evolução ferroviária de São Paulo.

O *Rei Café*, que se expandia rapidamente pelo Planalto paulista, tinha “fome” de estradas, para que suas sacas pudessem alcançar, o mais rapidamente possível, o porto de Santos. E as vias férreas, destinadas a servi-lo, passaram a riscar o chão da Província. No mesmo ano em que se tornou uma realidade a ligação entre Santos e Jundiaí, através dos trilhos da *São Paulo Railway* (1868), organizou-se a *Companhia Paulista*, que, partindo de Jundiaí, atingiu Campinas em 1872 e Rio Claro em 1876⁽⁸⁾. Mas foi o ano de 1872 o ano ferroviário para São Paulo: organizou-se a *Companhia de Estrada de Ferro Sorocabana*, que, partindo da Capital, alcançou Sorocaba em 1875; a *Companhia Mogiana de Estrada de Ferro*, que, saindo de Campinas, foi atingir Moji Mirim em 1875 e Ribeirão Preto treze anos depois; e a *Companhia de Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro*.

Esta última foi fundada na Côrte em março de 1872, com o capital de 10.665 contos de réis, dividido em 53.325 ações no valor de 200\$000. Eram seus concessionários-incorporadores Angelo Thomaz do Amaral e Domingos Moitinho. Em sua primeira Diretoria figuravam o Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello (futuro Barão Homem de Mello), o Dr. Manuel Marques de Sá e o Tenente-Coronel João Frederico Russell. Era Superintendente e representante da empresa em São Paulo o Dr. Clemente Falcao de Souza Filho.

Em seu Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, a 5 de fevereiro de 1873, ao referir-se à organização da empresa, ressaltou o Dr. JOÃO THEODORO XAVIER, Presidente da Província de São Paulo, a atuação do Dr. Clemente Falcao de Souza Filho, através de expressivas palavras:

“Sua atividade inteligente, inesgotável e perseverante não pára senão depois de consumada uma grande empresa confiada a seus cuidados. Há uma prova memorável na Estrada Paulista. Percorre atual-

(8) A Companhia Paulista ligaram-se os nomes de Saldanha Marinho, Barão de Itapetininga, Barão de Souza Queirós, Barão da Limeira, Barão de Piracicaba, Martinho Prado, Cavião Peixoto, Clemente Falcao de Souza Filho, além de outros.

mente as importantes cidades do Norte em serviço da Companhia, encontrando sempre um acolhimento distinto e entusiástico, que pronuncia sempre o "lisongeiro desenlace de uma grande obra"⁽⁹⁾.

Foi a essa empresa que o Dr. Ignacio Cochrane veio ligar o seu destino, quando, em janeiro de 1878, ainda no exercício do mandato de Deputado Provincial, transferiu sua residência para a cidade de São Paulo. Dentro dela, passara a exercer, simultaneamente, as funções de *Engenheiro* e de *Inspetor Geral* em São Paulo. Reencetou, então, sua carreira como engenheiro ferroviário.

Pouco tempo antes, em julho de 1877, tinha tido lugar a inauguração do trecho entre a Capital paulista e a então vila de Cachoeira, atual Cachoeira Paulista, onde os trilhos da *E. F. São Paulo e Rio de Janeiro*, em bitola estreita, foram alcançar os de bitola larga da *E. F. Dom Pedro II*, ali chegados em 1875.

"Designado o dia 9 de julho para a partida da Côrte, depois de se pernoitar em Pindamonhangaba, no dia 8, às 3 horas da tarde, os trens conduzindo mais de quatrocentos convidados, entravam na Estação de São Paulo, ataviada de galas, e no meio do ruidoso vitoriar do povo em número superior a 10.000 pessoas, dos silvos estridentes das locomotivas, das salvas de artilharia e, sobretudo, do contentamento e alegria que animavam Paulistas e Fluminenses, que em amplexo fraternal expandiam-se com entusiasmo — foi solenemente declarada inaugurada a *Estrada de Ferro de São Paulo e Rio de Janeiro* pelo Excelentíssimo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Agricultura, Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, perante S. A. o Sr. Conde d'Eu e o Exmo. Presidente da Província, Dr. Sebastião José Pereira.

Os nossos corações jubilosos se expandem por têrmos concorrido para um tal acontecimento, tendo vós todavia lugar mais proeminente nesta festa da indústria, porque, confiando vossos capitais nesta útil empresa, manifestastes o patriotismo que vos anima em prol do progresso material dêste querido país"⁽¹⁰⁾.

Foi sob os ecos dessa grande festa e ainda sob êsse intenso júbilo, que o Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane assumiu, no dia 24 de janeiro de 1878, o cargo de *Inspetor Geral* da Companhia e seu *Engenheiro*, com sede na cidade de São Paulo, cargo aquêlê vago com a renúncia do Dr. Clemente Falcão de Souza

(9) XAVIER, Dr. João Theodoro — *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial*, p. 13, Tip. Americana, São Paulo, 1873.

(10) COMPANHIA DA ESTRADA DE FERRO S. PAULO E RIO DE JANEIRO — 5.º *Relatorio da Directoria*, pp. 4-5, Tip. de G. Leuzinger & Filhos, Rio de Janeiro, 1878.

COMPANHIA S. PAULO E RIO DE JANEIRO

ESTRADA DE FERRO

S. PAULO AO RIO DE JANEIRO

TRINTA E CINCO LEGUAS DE EXTENSÃO

CAPITAL 10:665:000=000

DIVIDIDOS EM 5125 ACÇÕES DE 200000

EM PROPRIEDADE DE DEZ E CINCO PARAVES À MEDIDA DAS NECESSIDADES
DA EMPRESA

COM GARANTIA DE JUROS DE SEITE POR CENTO

em

PROVINCIA DE S. PAULO

POR NOVENTA ANNOS

PRIVILEGIO POR IGUAL PRAZO

CONCESSIONARIOS INCORPORADORES DA COMPANHIA

ANGELO THOMAZ DO AMARAL E DOMINGOS HOITINHO

MEMBROS DA DIRECTORIA

Dr. Francisco J. Albaranes Homem de Mello

Dr. Manuel Marques de Sá

Tenente-Coronel João Frederico Russell

SUPERINTENDENTE E REPRESENTANTE DA COMPANHIA EM S. PAULO

DR. CLEMENTE TALLÃO DE SOUZA FILHO

ENGENHEIRO EM CHEFE DA EMPRESA, O ENGENHEIRO EM CHEFE
DA COMPANHIA PARAVES

JOÃO ERNESTO VIRIATO DE MEDEIROS

*Prospecto da Companhia de Estrada de Ferro
de São Paulo ao Rio de Janeiro (1872).*

Filho, verificada em dezembro de 1877. Tinha, então, 41 anos completos e passava a perceber os honorários de 8 contos de réis, anualmente. "Os conhecimentos técnicos d'este cavaleiro e a prática que tem de outras estradas, onde tem servido, justificam a sua escolha e a Diretoria confia que o serviço da

Estrada muito ganhará com a sua direção" — escrevia, em maio de 1878, o Presidente da Companhia, MANUEL MARQUES DE SÁ, em Relatório assinado pelos demais membros da Diretoria, Tte. Coronel João Frederico Russell, Vice-Presidente, e Manuel José Fernandes Pinheiro Júnior, Diretor-Caixa⁽¹¹⁾.

Iniciava-se, assim, um trabalhoso período de 12 anos, em que o Dr. Cochrane identificou-se com essa importante empresa ferroviária, não apenas como *Inspetor Geral* (1878-80, 1887-90), mas também como *Representante da Diretoria* na Capital do Império (1881-90), depois que a sede da Companhia se deslocou para a cidade de São Paulo (1880).

Do que foi sua atuação à frente desses serviços, falam bem alto os Relatórios da Diretoria correspondentes a tão longo período. Citaremos, apenas, dois exemplos.

Do Relatório referente ao ano de 1882 e assinado pelo Dr. CLEMENTE FALCÃO DE SOUZA FILHO, então Presidente, constam as seguintes palavras:

"Os relevantes serviços prestados pelo Representante da Diretoria no Rio, o Snr. Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane, mais são asseverados pela leitura do seu importante Relatório e respectivos Anexos, que aqui figuram em apêndice n.º 6, do que pelas manifestações as mais lisonjeiras que dêles vos faça a Diretoria.

Ler aquêles trabalhos é compreender a soma de proficiência que os ilumina — o tino que os preside —, a dedicação que os inspira, o esfôrço incansável que os produz.

Aquêlê distinto empregado cria todos os dias novos direitos ao reconhecimento da Companhia e nós o apresentamos à vossa consideração.

Observai a soma de interêsse que está confiada à sua gestão: considerai a variedade de relações e de negócios que está a seu cargo liquidar: vêde, mais pelos seus escritos do que pelos nossos certificados, como êle se desempenha do mandato que lhe damos, e estamos certos que o vosso juízo será todo em seu favor"⁽¹²⁾.

Três anos decorridos, outra não era a opinião dos membros da Diretoria, a que viera juntar-se o nome de Antonio Proost Rodovalho. Eis as palavras escritas em 1886:

"Continua a prestar os mais relevantes serviços à Companhia o Representante da Diretoria na Côte, Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane.

(11) COMPANHIA DA ESTRADA DE FERRO S. PAULO E RIO DE JANEIRO — *Relatorio* cit., p. 21.

(12) COMPANHIA DA ESTRADA DE FERRO S. PAULO E RIO DE JANEIRO — *10.º Relatorio da Directoria*, p. 11, Tip. Jorge Seckler & Cia., São Paulo, 1883.



E. F. C. B. — “Estrada de Ferro Caveira de Burro”...

Sátira de Angelo Agostini na “Revista Illustrada”, ano 17, n.º 641
(Rio de Janeiro, março de 1892).

O zelo, o critério, a proficiência com que gere os negócios da Companhia, que ali lhe estão confiados, transparecem do seu minucioso Relatório aqui apenso em n.º 6 — e seus numerosos Anexos.

É o pagamento de uma dívida o pronunciamento destas frases de louvor, que aqui dirige a Diretoria a aquêle prestimoso e exemplar funcionário”⁽¹³⁾.

(13) COMPANHIA DA ESTRADA DE FERRO S. PAULO E RIO DE JANEIRO — 13.º Relatório da Diretoria, p. 19, Tip. Jorge Seckler & Cia., São Paulo, 1886.

Foi assim até o ano de 1890, quando se realizou a encampação da empresa pelo Governo da República, que a incorporou à antiga E. F. Dom Pedro II e constituiu a atual *Estrada de Ferro Central do Brasil*.

Seus Relatórios foram publicados de maneira autônoma, tamanha a repercussão que tiveram. Por ocasião do encerramento das atividades da empresa, escreveu o Dr. Ignacio Cochrane dois trabalhos:

1. A "*Companhia da Estrada de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro*" e suas condições econômicas, Tip. Jorge Seckler & Comp., São Paulo, 1890.

2. *Companhia E. F. São Paulo e Rio de Janeiro — Liquidação em virtude do resgate da estrada, autorizado por Decreto n.º 701 de 30 de Agosto de 1890*, Tip. da Companhia Industrial de São Paulo, São Paulo, 1891.

Referindo-se à sua atuação nessa empresa, testemunhou a "Revista do Club de Engenharia", do Rio de Janeiro, em 1909:

"O modo como desempenhou essas importantes comissões, di-lo com eloquência a manifestação que lhe foi prestada na última reunião da Assembléa Geral da companhia, quando lhe foi votado um prêmio por seus alevantados serviços a tão importante companhia"⁽¹⁴⁾.

De fato, coroando seus 12 anos de atividade pelo bco da empresa que chegara ao fim, recebeu o Dr. Ignacio Cochrane um prêmio no valor de 100 contos de réis, representados por 108 apólices da Dívida Pública (90 no valor de 1:000\$000, 10 de 600\$000 e 4 de 500\$000), que lhe foi concedido por deliberação da Assembléa Geral dos Acionistas, realizada em 5 de outubro de 1890⁽¹⁵⁾.

Mais do que um prêmio em dinheiro, merecia êle homenagem mais duradoura, que para sempre perpetuasse sua passagem por essa via férrea. No chamado Ramal de São Paulo ou ao longo dos 3.700 km de linhas da "Central do Brasil" existirá, por acaso, alguma estação, por menor que seja, que lembre a figura do Dr. Ignacio Cochrane?...

(14) *Revista do Club de Engenharia*, n.º 18 cit., p. XIV.

(15) Cf. COCHRANE, Ignacio Wallace da Gama — *Companhia E. F. São Paulo e Rio de Janeiro — Liquidação*, pp. 32 e 48.



*Sócio instalador do Clube de Engenharia
do Rio de Janeiro (1883)*

O diploma acima, ora sob a guarda do autor, pertenceu ao Dr. Ignacio Cochrane. Traz a data de 31 de dezembro de 1883, sendo assinado pelos Drs. Antonio Augusto Fernandes Pinheiro (Presidente), A. M. de Oliveira Bulhões (1.º Vice-Presidente), André Rebouças (2.º Vice-Presidente), E. Klingelhofer (Secretário) e Conrado Jacob de Niemeyer (Tesoureiro).

Por essa época, tinha êle 54 anos completos. Desde dezembro de 1883, recebera diploma de sócio "instalador" do *Club de Engenharia*, do Rio de Janeiro, por haver aderido à sua fundação. Com razão, podia considerar-se um homem realizado na vida, porque via-se cercado pelo respeito dos especialistas e admirado pelos homens de bem.

Honrosas incumbências

Dentro, ainda, de sua profissão, recebeu o Dr. Cochrane duas honrosas incumbências: entre 1876 e 1878, serviu ao Governo Imperial como Fiscal da construção da nova *Alfândega de Santos*; e, de 1885 a 1887, fêz parte de uma comissão de técnicos encarregados de examinar os projetos de autoria dos

engenheiros Carlos Morsing e Julio Pinkas, com o objetivo de construir a *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*⁽¹⁶⁾.

Em relação à famosa ferrovia do atual Território de Rondônia (que tivera seus trabalhos iniciados em 1878 pelo eng.^o George Church e os vira interrompidos após o trágico desaparecimento, em plena selva amazônica, dos membros da Comissão Morsing), deliberou o Governo Imperial examinar o problema, para isso nomeando uma Comissão constituída pelos Drs. João Teixeira Soares, Jorge Rademacker e Ignacio Cochrane. Escolhido por seus colegas, coube ao Dr. Cochrane a tarefa de ser o Relator, apresentando circunstanciado Relatório, unânimemente subscrito e que teve plena aprovação do Governo, a 27 de junho de 1887.

Por outro lado, em 1882, tomou parte o Dr. Cochrane no *I Congresso de Estradas de Ferro*, reunido na Capital do Império, tendo sido escolhido para o cargo de 2.^o Secretário e se destacado como um de seus mais ativos participantes, em várias das comissões técnicas.

Na Contadoria Central de Estradas de Ferro

O Dr. Ignacio Cochrane era um monarquista convicto e disso não fazia nenhum segredo. Por isso mesmo, cheio de sincera revolta e vítima de amargurada desilusão, assistiu à queda do regime imperial, em novembro de 1889. E por algum tempo permaneceu alheio à vida pública, negando-se a colaborar com as instituições republicanas.

Desse ostracismo voluntário somente saiu em setembro de 1892, quando assumiu o cargo de Inspetor da *Contadoria Central das Estradas de Ferro*, na vaga deixada pelo Dr. William Speers, que ali permanecera por longos anos.

Esse organismo administrativo e financeiro fôra criado na cidade de São Paulo em 15 de abril de 1875, "a fim de

(16) Cf. FERREIRA, Manoel Rodrigues - *A Ferrovia do Diabo*, p. 187, ed. Melhoramentos, São Paulo, 1959.



Dr. Ignacio Cochrane e colegas da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo (1899)

Fotografia provavelmente tirada na Cantareira, onde acabava de ser construído o reservatório de águas para a Capital paulista. Tinha então o Dr. Cochrane 63 anos de idade e ocupava o cargo de Superintendente das Obras Públicas do Estado. É o que está de pé, no centro do grupo. Entre os sentados, o primeiro a contar da esquerda é o Dr. Theodoro Sampaio.

facilitar a reciprocidade de tráfego entre as diversas estradas de ferro da Província” e destinava-se à liquidação das contas oriundas do *tráfego mútuo*, nos moldes do “Railway Clearing House”, de uso na Inglaterra⁽¹⁷⁾. De início, dele fizeram parte as seguintes empresas: a “São Paulo Railway”, a “Companhia Paulista”, a “Comp. Ituana”, a “Comp. Sorocabana”, a “Comp. Mogiana”, a “Comp. Bragantina”, a “Comp. Itatibense” e a “Comp. São Paulo e Rio de Janeiro”.

À Contadoria Central ligou o Dr. Cochrane tóda a fase final de sua existência, permanecendo no cargo de Inspetor por longos 20 anos, até seu falecimento em maio de 1912.

Em 1910, faziam parte dessa entidade, por ordem de importância:

(17) Cf. *Regulamento da CONTADORIA CENTRAL DAS ESTRADAS DE FERRO*, arts. 1 e 2.

Renda líquida
(contos de réis)

1. Comp. Paulista	20.632
2. São Paulo Railway	16.199
3. Comp. Mogiana	15.369
4. Sorocabana Railway	4.193
5. E. F. Araraquara	674
6. E. F. de Dourado	454
7. Secção Bragantina	429
8. Comp. Itatibense	93
9. E. F. São Paulo a Goiás	54
10. Comp. Campineira de Tração, Luz e Fôrça	49
11. E. F. Funilense	44 (18)

A serviço do Estado de São Paulo

Embora pretendesse, de início, negar seus serviços à República, recebeu o Dr. Ignacio Cochrane, em 1895, um convite que não foi possível recusar: em sua residência, foi procurado pessoalmente pelo Dr. Theodoro de Carvalho, Secretário das Obras Públicas, que, em nome do Dr. Bernardino de Campos, Presidente do Estado de São Paulo, convidou-o para chefiar a *Comissão de Melhoramentos e Saneamento* da Capital. Reencetou, dessa maneira, sua colaboração com as autoridades do Poder Público, sem que isso significasse quebra de sua devoção às instituições imperiais.

Reorganizados os serviços das Obras Públicas do Estado, foi escolhido, em 1896, na presidência do Dr. Manuel Ferraz de Campos Salles, para dirigir a *Superintendência das Obras Públicas*, cargo que exerceu com dedicação⁽¹⁹⁾ e “com honra e competência inexcedíveis”⁽²⁰⁾ até 31 de agosto de 1909.

(18) Cf. COCHRANE, Ignacio Wallace da Gama — 19.º *Relatorio Annual do Inspetor da Contadoria Central das Estradas de Ferro*, p. 9, Duprat & Cia., São Paulo, 1911.

(19) Cf. RIBEIRO, José Jacintho — *Chronologia Paulista*, vol. I, p. 326, São Paulo, 1899.

(20) Cf. *Revista do Club de Engenharia*, n.º 18 cit., p. XV.

Em 1912 quando a morte o colheu, aos 75 anos de idade, continuava, ainda, a prestar sua colaboração ao Governo, na qualidade de *Consultor Técnico* da Secretaria da Agricultura.

Deixou marcas indeléveis de sua passagem pela Superintendência das Obras Públicas e ombreou-se com nomes dos mais ilustres, que, na mesma época, prestavam serviços ao Estado. Limitar-nos-emos a lembrar algumas das figuras da administração paulista, no ano de 1901:

1. Dr. *Francisco de Paula Rodrigues Alves*, Presidente do Estado;
2. Dr. *Domingos de Moraes*, Vice-Presidente;
3. Dr. *Antonio Candido Rodrigues*, Secretário da Agricultura;
4. Dr. *Francisco de Toledo Malta*, Secretário da Fazenda e da Justiça;
5. Dr. *Bento Pereira da Cunha*, Secretário do Interior;
6. Dr. *Oroville A. Derby*, Diretor da Comissão Geográfica e Geológica;
7. Dr. *Theodoro Sampaio*, Diretor da Repartição de Aguas;
8. Dr. *Emilio Ribas*, Diretor do Serviço Sanitário;
9. Dr. *Candido Espinheira*, Diretor do Hospital de Isolamento;
10. Dr. *Diogo de Faria*, Diretor do Serviço Geral de Desinfecções;
11. Dr. *Antonio de Toledo Pisa*, Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo.

Uma verdadeira equipe de homens de valor, cuja memória hoje veneramos. Nela se incluía o Dr. Ignacio Cochrane, sem que a desmerecesse.

Testemunho valioso de como era julgado pelos seus contemporâneos podemos encontrar no discurso que pronunciou o Dr. LUIZ SILVEIRA, então modesto escriturário da Superintendência, mais tarde conhecido jornalista e Diretor da Escola de Jornalismo "Casper Líbero". Fê-lo ao inaugurar-se o retrato do Dr. Cochrane na repartição que dirigia, no dia de seu aniversário, a 3 de outubro de 1903. Ressaltou as qualidades do ilustre Chefe, "incansável e diligente", "defensor fiel e infatigável da Fazenda Pública"; mas, principalmente, seu lado profundamente humano, sua bondade, a grandeza de sua alma:

"Felizes todos nos consideramos aqui, porque chefes e subordinados, sem quebra da disciplina imprescindível em uma repartição pública, vivemos na mais íntima, estreita camaradagem, irmanando-nos no cumprimento do dever, tomando, assim, mais suave o labutar cotidiano.



"Otium cum dignitate"

Em 1909, aos 73 anos de idade, o Dr. Ignacio Cochrane deixou o serviço público ativo, aposentando-se como Diretor das Obras Públicas do Estado. A fotografia mostra-nos o Dr. Cochrane, com sua figura inconfundível, cercado por dedicados auxiliares e amigos.

E disso, Senhor, sois o primeiro a nos dar exemplo, convivendo com os vossos subalternos, que inuito vos acatam e veneram, como se todos nós constituíssemos uma só família, de que fôsseis o Chefe.

Não há, aqui, desde os chefes ao mais humilde empregado, quem não tenha recebido da vossa parte provas inequívocas do quanto nos considerais e do quanto vos interessais por todos nós; sobretudo nos momentos de aflições e angústias, por que alguns de nós hão passado. Nessas ocasiões, sois sempre o primeiro a nos levar palavras de conforto e de consolação.

Bendito sejais, Senhor!"

Durante cêrca de 15 anos, sua atividade à frente da Superintendência foi das mais intensas, porque os deveres do cargo obrigavam-no a constantes viagens de inspecção, para verificar "in loco" a ação de seus subordinados. A construção de pontes, a edificação ou reforma de Grupos Escolares, a remodelação de Cadeias Públicas e tantos outros serviços viam-se acompanhados, de perto, pelo Dr. Cochrane. Foi na sua administração que teve lugar o famoso caso da ponte sôbre o Rio

Pardo, em que EUCLYDES DA CUNHA haveria de se notabilizar como engenheiro, ao mesmo passo que escrevia "Os Sertões"⁽²¹⁾.

Contava com um excelente corpo de auxiliares, em que figuravam, no alvorecer do século atual: como *Chefes de Secção* — Vicente Huett Bacellar e Ricardo Alfredo Medina; como *Chefes de Distrito* — Euclides da Cunha, Francisco Nogueira Viotti, Nicolau Lucio Lourenço, Constante A. Coelho, Jorge Maia, Jonas Novaes Botelho e Aureliano Botelho; e como *Engenheiros Ajudantes* — Huascar de Souza Pereira, José Idalino A. Porciuncula, Eduardo Limpo de Abreu, Augusto Lefèvre, Eduardo Kukl, Bruno de Souza Pereira, José Van Wumbach, João Valladão de Freitas e Luiz Teixeira Leite.

Não era mais o engenheiro ferroviário, cujo nome se impusera entre os de sua especialidade. Era, então, o Engenheiro "tout court" — por todos acatado e querido, com larga fôlha de serviços prestados à coletividade, verdadeira reliquia viva.

(21) Veja, a propósito: RIBEIRO, Dario — *O desabamento da ponte sobre o Rio Pardo — Alegações finais*, ed. J. B. Endrizzi, São Paulo, 1898; e COCHRANE, I. W. da Gama — *Relatorio apresentado ao Governo do Estado sobre a Vistoria a que se procedeu na Ponte de São José do Rio Pardo*, Tip. do "Diário Oficial", São Paulo, 1898.

O político conservador

As atividades políticas. Na Câmara Municipal de Santos. Santos na década de 1870. Na Assembléa Legislativa de São Paulo. Na Assembléa Geral do Império. O Dr. Cochrane e a proclamação da República. "Expição". A morte do Imperador.

As atividades políticas

UMA DAS FACETAS da individualidade do Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane era seu acendrado *espírito público*, que correspondia a um sentimento inato, mas que, por certo, se viu estimulado pela figura de seu padraсто. Sentimo-lo através de suas atividades profissionais. Vamos reencontrá-lo em sua carreira política, na sua atuação durante a Guerra contra o Ditador do Paraguai e no papel que representou, quer como um dos fundadores do Instituto Pasteur de São Paulo, quer como paladino do saneamento.

Militando na política, fê-lo sempre e com absoluta fidelidade dentro das hostes do Partido Conservador, cujas idéias coadunavam-se melhor com sua formação e sua índole.

Iniciada na cidade de Santos, em 1864, prolongou-se essa carreira política por um quarto de século, de maneira ininterrupta, lapso de tempo durante o qual galgou todos os postos eletivos existentes na época, salvo o de Senador do Império. Foi *Vereador* municipal durante 13 anos; *Deputado Provincial* em quatro legislaturas, o que corresponde a 8 anos de mandato; e *Deputado Geral* por 4 anos.

Sempre a serviço de São Paulo.

Na Câmara Municipal de Santos

A circunstância de haver fixado residência na cidade de Santos, onde acabou por se tornar sócio de uma firma comissária de café, aliada ao fato de se ter ligado, por laços de casamento, a uma família que ali gozava de justa consideração, vieram facilitar, sem a menor dúvida, a entrada do Dr. Ignacio Cochrane na vida política, independentemente de suas qualidades pessoais. Tão grande foi seu prestígio naquela cidade entre as décadas de 1860 e 1870, que, embora engenheiro, chegou a exercer os cargos de *Delegado de Polícia* e de *Juiz Municipal*.

Todavia, foi como *Vereador* que maiores serviços prestou à cidade de Santos. Eleito em 1864 para a Câmara Municipal, viu-se sucessivamente reeleito até o ano de 1877, quando transferiu sua residência para a Capital paulista.

Na Edilidade santista, desde logo sua personalidade destacou-se entre seus pares. Daí haver sido escolhido como *Presidente da Câmara Municipal*, mandato que exerceu durante sete anos (1869-76). E, no exercício desse cargo (que, na época, acumulava as funções de Presidente da Câmara e de Prefeito Municipal), "prestou a Santos serviços que merecem o mais enternecido reconhecimento" — no dizer de COSTA E SILVA SOBRINHO⁽¹⁾, e soube "aproveitar sua aptidão profissional, constituindo-se o engenheiro exclusivo e gratuito de suas obras, conseguindo dotar a cidade de uma feição nova no tocante às suas obras em geral e às suas construções locais" — de acôrdo com o testemunho da REVISTA DO CLUB DE ENGENHARIA⁽²⁾.

Temos em nosso poder o *Relatório da Presidência*, apresentado pelo Dr. Cochrane à Câmara Municipal de Santos em sessão realizada em 30 de agosto de 1873 e referente ao quadriênio anterior (1869-72). Trata-se de uma peça minuciosa, que merece ser analisada em alguns de seus aspectos, antes de mais nada porque, de certa maneira, retrata a cidade de Brás Cubas ao iniciar-se a década de 1870, momento exato em que o ciclo do café tinha início, marcando tôda uma importante fase de nossa evolução econômica.

(1) SILVA SOBRINHO, Costa e — *Romagem pela Terra dos Andradas*, p. 16.

(2) *Revista do Club de Engenharia*, n.º 18 (1909), p. XIII.



Dr. Ignacio Cochrane, presidente da Câmara Municipal de Santos

Fotografia tirada no Rio de Janeiro ao iniciar-se a década de 1870. O Dr. Cochrane tem ao colo sua filha Georgina, falecida pouco depois.

Santos na década de 1870

De acordo com o censo levado a efeito a 1.º de agosto de 1872, o primeiro realizado no país, o município de Santos possuía 1.651 “fogos”, onde viviam 10.120 habitantes, dos quais 249 estavam de passagem. Tinha uma população três vezes menor que a da Capital da Província, então com 31.385 habitantes.

Dentro desse total, 5.296 eram do sexo masculino e 4.475 do sexo feminino, não constando indicação para os restantes. Cerca de 65% eram brasileiros natos (6.552) e, a seu lado, viviam 1.577 estrangeiros. O número de escravos elevava-se a 1.742. O domínio da Religião Católica era absoluto: mais de 95% do total.

Santos teria, provavelmente, uma população urbana da ordem de 7.000 habitantes, o que serve para mostrar a modés-

tia de sua posição. Verdade é que, pela mesma época, a Capital da Província não teria ainda 20.000 e colocava-se no décimo lugar entre as mais populosas cidades do país, sobrepujada pelo Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, Niterói, Pôrto Alegre, Fortaleza, Cuiabá e São Luís do Maranhão⁽³⁾.

Visitando-a exatamente por essa época, OSCAR CANSTATT⁽⁴⁾ constatou que a inauguração da "São Paulo Railway" ocasionara, não apenas a intensificação das relações com o Planalto, mas um acréscimo de população, por êle avaliada em 10.000 habitantes. Subiu ao Monte Serrate para melhor apreciar o panorama e observou que a cidade era "bastante importante" para os lados do pôrto, mas tinha pouca largura. Notou que ainda restavam "alguns belos edifícios dos tempos antigos". Mas o que realmente o encantou foi ver a cidade banhada pelo Sol poente:

"No primeiro plano, as casas duma alvura deslumbrante espalhadas por uma grande extensão, a floresta de mastros no pôrto, a superfície espelhante do canal que conduz ao mar largo com a sua faixa de verde-escuro do mangue nas margens; mais adiante, para a esquerda, a ilha de Enguaguaçu; e, ao Sul, na encosta dum penhasco na ilha de Santo Amaro, o contôrno do forte da barra do mesmo nome — fundem-se num quadro tão grandioso quanto encantador"⁽⁵⁾.

Todo êsse deslumbramento, entretanto, esvaceceu-se quando tomou contato com a casa em que se hospedara, "que tinha o pomposo nome de Hotel" e situava-se numa rua paralela ao pôrto, "aparentemente a rua principal"⁽⁶⁾. CANSTATT, que já se tinha horrorizado com a imundície das ruas, constatou que tudo quanto vira antes era insignificante "comparado com a fabulosa sujeira que ali encontrara". "Tudo era sórdido, e os hoteleiros, franceses natos, excediam na sua indiferença diante daquela imundície ao mais negligente dos brasileiros"... E, para cúmulo de sua desdita, alojava-se no seu quarto "tôda uma companhia de ratos, que ao anoitecer divertiam-se na praia perto e, sem respeito pela ordem que devia reinar

(3) Cf. ARAUJO FILHO, J. R. de — *A população paulistana*, em "A Cidade de São Paulo — Estudos de geografia urbana", obra organizada pela ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (Seção Regional de São Paulo), vol. II, p. 178, São Paulo, 1958.

(4) CANSTATT, Oscar — *Brasil — a Terra e a Gente* (1871), p. 353, tradução brasileira de Eduardo de Lima Castro, Irmãos Pongetti Ed., Rio de Janeiro, 1954.

(5) CANSTATT, Oscar — *obra cit.*, p. 353.

(6) Seria a atual Rua 15 de Novembro?



O casal Ignacio Cochrane

Fotografias tiradas em 1867, quando o Dr. Ignacio Cochrane e sua família residiam na cidade de Santos. Nessa época, era ele comissário de café e Vereador à Câmara Municipal daquela cidade paulista.

na casa, só tarde da noite voltavam para seus esconderijos no hotel" ... (7)

Deve ter sofrido o viajante alemão. O que importa, todavia, nesse curioso depoimento (quem sabe um tanto exagerado) é que reflete, muito bem, a pequena importância de Santos nesse alvorecer da década de 1870.

Era uma cidade de casas baixas, porque mais de 85% de seus 1.407 prédios urbanos correspondiam a casas térreas; apenas 229 tinham dois andares e somente 18 eram de três pavimentos. O ritmo das construções era bastante lento, denotando que a riqueza cafeeira ainda não fizera sentir suas conseqüências; basta dizer que, no quadriênio de 1869-72, apenas 246 novas casas haviam sido construídas (na média de 5 cada mês), número "assaz limitado em relação à procura que se tem desenvolvido" — segundo a opinião do Dr. Ignacio Cochrane, que acrescentou:

"Construam os capitalistas casas de módico preço e, por este modo, prestarão serviços à classe necessitada, acabarão com os *cortiços*, que infelizmente por necessidade vão aqui se introduzindo, e terão feito bom emprego do capitais" (8).

(7) CANSTATT, Oscar — p. 354.

(8) COCHRANE, Ignacio Wallace da Gama — *Relatorio da Presidencia da Camara Municipal de Santos*, p. 36, Santos, 1873.

No que se refere à *instrução pública*, contava Santos com 13 estabelecimentos de ensino primário, dos quais 11 eram públicos e 2 particulares; e três estabelecimentos de ensino secundário. Freqüentavam tais estabelecimentos 525 alunos, estando 265 matriculados em escolas públicas e 260 em escolas particulares. "Santos, que há dois anos não tinha um colégio de instrução secundária, conta hoje nada menos de três, prestando importantes serviços à mocidade estudiosa, e aos pais que compreendem ser a educação o melhor dote que podem legar a seus filhos" — observava o Presidente da Câmara⁽⁹⁾. Um dêles era o *Colégio de Nossa Senhora da Conceição*, destinado exclusivamente para meninas, localizado à Rua Direita (atual Rua 15 de Novembro), n.º 33, e dirigido por Dona Guilhermina Clotilde da Cunha e Silva⁽¹⁰⁾.

Apesar da modéstia de sua população, já era a cidade um *centro comercial* de certo destaque, segundo se pode deprender das seguintes cifras⁽¹¹⁾:

	<i>Estabelecimentos</i>
Armazéns de secos e molhados	132
Depósitos de gêneros	90
Quitandas	72
Casas comissárias	58
Depósitos de sal	19
Lojas de fazendas	14
Armarinhos	11
Armazéns de gêneros e mercadorias por atacado	10
Armazéns de mantimentos	8
Lojas de louças	4
Lojas de ferragens	3
Bancos	3
Loja de tintas e vidros	1
	435

Na singeleza dessas cifras, sente-se a presença da *cidade-mercado*, que começava a surgir em função de seu pôrto, embora não dispusesse mais do que rústicos trapiches; 40% daquele total eram representados por depósitos de firmas impor-

(9) Cf. *Relatório cit.*, p. 37.

(10) Cf. *Almanak de Lacmmer para 1871*, secção de anúncios, p. 26.

(11) Cf. *Relatório cit.*, pp. 39-40.

tadoras ou exportadoras (atacadistas, casas comissárias). Os restantes 60% correspondiam ao comércio varejista. Contudo, o giro comercial não necessitava de mais do que 3 estabelecimentos bancários.

Não menos interessantes, para retratar a cidade, são os dados referentes às *atividades profissionais*, em que se destacavam:

	<i>Profissionais</i>
Sapateiros	11
Padeiros	6
Açougueiros	5
Alfaiates	5
Ferreiros	4
Funileiros	4
Tanoeiros	4
Barbeiros	4
Carpinteiros	3
Marceneiros	3
Relojoeiros	2
Tamanqueiros	2
Charuteiros	2
Ourives, marmorista, colchoeiro, serralleiro, chapeleiro, fotógrafo e dentista	1 de cada

Uma cidade em que predominavam, entre os artesãos, os sapateiros-remendões; uma cidade em que 5 alfaiates, 4 barbeiros, 3 carpinteiros e 3 marceneiros satisfaziam à clientela; uma cidade em que só existiam um ourives, um fotógrafo e um dentista — assim era Santos, ao iniciar-se a década de 1870. Em compensação, havia 16 bilhares...

Outras atividades completavam êsse quadro funcional:

Farmácias	4
Fábricas de cal	4
Hotéis	4
Tipografias	3
Olarias	3
Confeitarias	2
Curtumes	2
Oficinas de carros	2
Cocheiras	2
Laboratório homeopático	1

Tudo serve para demonstrar a modéstia da posição ocupada pelo aglomerado litorâneo, cuja *receita municipal* montara a 213:393\$155, no quadriênio 1869-72⁽¹²⁾.

Por outro lado, como é de se esperar, refere-se o Relatório do Dr. Cochrane a numerosos problemas que assoberbavam a Municipalidade. Um dos mais graves era o do *Cemitério Municipal*, em sua opinião mal localizado, sobretudo tendo em consideração o crescimento da cidade. Suas palavras merecem ser transcritas:

"É incontestável o rápido desenvolvimento que vai tendo este importante município; sua população cresce e cada dia mais se ressentida falta de casas; a cidade tem de estender-se necessariamente para o lado do Bairro do Quartel, em direção à Barra; pois bem, é exatamente no centro dessa área que se fundou o Cemitério público!

Sua remoção, embora em tempos não muito próximos, é inevitável; quando não bastasse o motivo acima expedito, o atual local peça por contrário a tôdas as regras da higiene; extremamente baixo, são ali muitas vêzes sepultados os cadáveres dentro d'água, e as exalações, que necessariamente se desenvolvem, são trazidas ao centro da cidade pelos ventos Sul e Sueste, entre nós tão frequentes".

E conclui suas judiciosas considerações:

"Sem juízo formado sobre a melhor localidade, lembrarei, entretanto, os terrenos denominados do *Saboó*, que me parecem apropriados. Não só por sua proximidade à cidade, como por sua topografia. Formando um recôncavo com a ponta do morro, que aquê se projeta ao encontrar a Estrada do Cubatão, de algum modo será impedida a transmissão de miasmas e exalações morbíficas, que por ventura ali se produzam"⁽¹³⁾.

Foi assim que surgiu a idéia da escolha de outro local para o Cemitério, sugestão que só bem mais tarde veio a ser consagrada. E o *Cemitério do Saboó* lá se encontra, até hoje, na cidade de Santos.

Também julgava indispensável a mudança do *Matadouro Municipal* para lugar mais adequado, porque "o edifício é hoje acanhado para o fim a que se destina; em suas proximidades não se encontram pastos onde possa o gado descansar; sua colocação ao lado da Estrada de São Vicente, além das despesas constantes a que é obrigada a Câmara para a conservação do caminho — são motivos suficientes para que se reflita sobre o que acabo de indicar"⁽¹⁴⁾.

(12) Cf. *Relatório cit.*, p. 40.

(13) Cf. *Relatório*, pp. 5-6.

(14) Cf. *Relatório*, p. 6.

Refere-se ao *abastecimento d'água*, à *iluminação a gás* e ao serviço de *transportes* por meio de trilhos, a cargo da "Companhia de Melhoramentos de Santos", e lembra, com justificado orgulho, que cabia à cidade "a glória de ser a primeira no Império a introduzir o sistema, denominado de *bonds*, para o movimento de mercadorias"⁽¹⁵⁾.

A propósito da atuação dessa Companhia, escreveu:

"A presteza, segurança e economia que resultam do transporte de gêneros por meio de carros apropriados, munidos de molas e rodando sôbre trilhos de ferro; a abundância d'água fornecida gratuitamente nos chafarizes e, por diminuto preço, nas casas particulares; a iluminação pública, segundo o melhor sistema até hoje conhecido — parece que deviam encontrar todo o apoio e o mais benévolo acolhimento por parte dos habitantes desta cidade, sem exceção de um só."

Todavia, não fôra isto que acontecera: "Contra a Companhia levantou-se uma cruzada, teve ela de arcar com a má vontade ou despeito de alguns, que por todos os meios procuraram contrariá-la; guerreada pela imprensa anônima, nao tardou ela a ver quebrados seus lampiões, inutilizadas as válvulas de seus encanamentos, desviadas as águas de seus reservatórios, e obstruídas as torneiras dos chafarizes, sem que até hoje se pudesse descobrir os autores de tão mesquinhos atentados, cuja responsabilidade, aliás, cabe àqueles que, em escritos apaixonados, procuraram açular os maus instintos da plebe"⁽¹⁶⁾.

Em livro publicado nessa mesma década, o Dr. JOAQUIM ANTONIO PINTO JUNIOR corrobora essa opinião favorável do Dr. Cochrane, em relação aos benefícios realizados pela empresa sabotada por mãos anônimas, esclarecendo que a água fornecida à cidade provinha da "cachoeira de José Menino" e que a linha de *bonds*, que atingia a Barra, tinha ocasionado a construção de novas e belas edificações, naquele local. Além disso, "o escoamento das águas pluviais pelo sistema de sifões (era) devido ao inteligente engenheiro, proprietário e morador daquela cidade — Dr. Cochrane"⁽¹⁷⁾.

Como se pode verificar, pelos exemplos aqui selecionados, o Relatório do nosso biografado está repleto de informações

(15) Cf. *Relatório*, p. 10.

(16) Cf. *Relatório*, p. 12.

(17) PINTO JÚNIOR, Dr. Joaquim Antonio — *Santos e São Vicente de 1868 á 1876*, p. 7, Tip. de Domingos Luiz dos Santos, Rio de Janeiro, 1877.

do mais alto interêsse para a História e para a evolução urbana de Santos; e muito longe teríamos de ir, se prosseguíssemos em sua análise.

Limitar-nos-emos, por isso, a lembrar que há nêle referências à *Estrada para a Barra*, “caminho que desta cidade conduz ao belo arrabalde da Barra, tão freqüentado pela nossa população”⁽¹⁸⁾; ao *Rancho Grande*, edifício de propriedade do Governo Provincial, com capacidade para, em cinco armazéns, receber 100.000 alqueires de sal, vale dizer 138.000 hectolitros⁽¹⁹⁾; à *Cadeia Velha*, que fôra demolida em 1869, e à *Cadeia Nova*, edifício que, “sem dúvida, era o mais importante, em seu gênero, dos da Província”⁽²⁰⁾; às *desapropriações* dos terrenos que se estendem em direção à Praia da Barra, em continuação às ruas Otaviana e Áurea, como da “cachoeira denominada do José Menino”⁽²¹⁾; à *arborisação* e ao *ajardinamento das praças*, particularmente o Largo da Coroação, o Largo da Matriz e a Praça Andrada⁽²²⁾; à *drenagem* e à *canalização* de ribeiros⁽²³⁾; aos *aterros* realizados na Rua das Flôres, na Praça Andrada, na Rua Onze de Junho, na Travessa do Pacheco e na Rua do Quartel⁽²⁴⁾; à construção da *rampa do pôrto*⁽²⁵⁾; ao *calçamento* de numerosas vias públicas⁽²⁶⁾; à *Praça do Mercado*⁽²⁷⁾; à *limpeza pública*, para garantia da qual sugeriu a criação de um impôsto especial, de tal forma que uma casa, cujo aluguel fôsse de 20\$000, pagaria anualmente 7\$200 ou 600 réis mensais, sacrifício que “ninguém, por certo, dirá que seja oneroso, ainda aos mais necessitados”⁽²⁸⁾; ao abastecimento d’água para a *Barra*, “importante arrabalde”, cujos moradores iriam gozar das vantagens do serviço de bondes, mas que obtinham água “a trôco de muito incômodo e sacrifício”⁽²⁹⁾; à necessidade de instalação

(18) Cf. *Relatório*, pp. 17-20.

(19) Cf. *Relatório*, pp. 9-10.

(20) Cf. *Relatório*, pp. 7-8.

(21) Cf. *Relatório*, pp. 13-15.

(22) Cf. *Relatório*, p. 13.

(23) Cf. *Relatório*, pp. 20-22.

(24) Cf. *Relatório*, pp. 23-24.

(25) Cf. *Relatório*, p. 24.

(26) Cf. *Relatório*, pp. 24-29.

(27) Cf. *Relatório*, pp. 29-30.

(28) Cf. *Relatório*, pp. 30-31.

(29) Cf. *Relatório*, p. 32.

de um *Lavadouro* Público, que dispusesse de “tanques, quartos apropriados à lavagem e à guarda da roupa, esgotos indispensáveis”, “para maior comodidade e asseio público”⁽³⁰⁾; à *salubridade pública*, particularmente à “epidemia das bexigas, que atualmente se tem manifestado em outras Províncias do Império” e que flagelara a cidade em 1870-72, “felizmente, porém, sem atingir a proporções aterradoras” e já então debelada, como também aos casos de febre amarela, registrados em janeiro de 1870⁽³¹⁾.

Era assim o Dr. Ignacio Cochrane.

Naturalmente, nem sempre foi compreendido por alguns santistas, que o fizeram alvo de críticas, como sói acontecer a todo homem público. Mas — como escreveu COSTA E SILVA SOBRINHO — “ao Dr. Ignacio Cochrane, homem às direitas, não conseguiram os depreciadores obscurecer-lhe o bom conceito de que gozava na opinião popular”⁽³²⁾. E a cidade de Santos guardou, com carinho, a lembrança de seu nome, colocando-o entre os seus benfeitores: em 1885, a Municipalidade deu a denominação de *Rua Dr. Cochrane* a uma de suas vias públicas, “consagração que, naquele tempo, sobredoirava, de fato, os homens limpos de mãos e zelosos defensores dos interesses do povo”⁽³³⁾; e ela continua, na singeleza das placas, até hoje, a lembrar às gerações modernas sua passagem à frente dos destinos da Edilidade santista.

Na Assembléia Legislativa de São Paulo

O prestígio político que adquirira, como Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Santos, levou o Partido Conservador a cogitar do nome do Dr. Ignacio Cochrane para a *Assembléia Legislativa Provincial*, na certeza de que o haveria de eleger e de que teria nêle um representante digno.

E assim aconteceu, de fato. Seu primeiro mandato de *Deputado Provincial* foi exercido na 19.^a legislatura (1870-71),

(30) Cf. *Relatório*, p. 32.

(31) Cf. *Relatório*, pp. 33-34.

(32) SILVA SOBRINHO, Costa e — *Romagem pela Terra dos Andradas*, p. 17.

(33) SILVA SOBRINHO, Costa e — *obra cit.*, p. 17.

tendo sido eleito pelo 1.º distrito eleitoral, juntamente com outras figuras bem conhecidas: Rodrigo Silva, João Mendes de Almeida, Joaquim Lopes Chaves, Antonio Rodrigues de Azevedo (futuro Barão de Santa Eulália), José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho (também ligado a Santos, pois, como êle, foi casado com uma das filhas de José Antonio Vieira Barbosa). Escolhidos pelos dois outros distritos da Província, também foram seus colegas, nessa legislatura: Antonio Prado, Pedro Vicente de Azevedo, Frederico Abranches, José Joaquim Cardoso de Mello, Estevão de Rezende, Antonio Pinheiro de Ulhoa Cintra, Joaquim Octavio Nebias e outros.

Em seguida, foi sucessivamente eleito e reeleito para a 21.ª (1874-75), para a 22.ª (1876-77) e para a 23.ª legislaturas (1878-79), sempre representando o 1.º distrito eleitoral, tendo sido colega de figuras também renomadas, além das já referidas: Francisco de Paula Rodrigues Alves, Elias Chaves, Almeida Nogueira, Dutra Rodrigues, Vieira de Carvalho, Joaquim Celidonio Gomes dos Reis, Prudente José de Moraes Barros, Barão de Piratininga, Martim Francisco Ribeiro de Andrada Filho, Martinho Prado Júnior, Cesario Motta, Barão de Três Rios, Barão do Paraitinga e outros⁽³⁴⁾.

Era dêsse estôfo a Assembléa Provincial paulista, na década de 1870-80. Verdadeira escola de estadistas.

Como Deputado Provincial, ocupou o Dr. Cochrane o lugar de 1.º Secretário da Assembléa, pôsto espinhoso e de muita responsabilidade, hoje como ontem. Mas foi como membro da *Comissão de Obras Públicas* que se sentiu inteiramente à vontade, graças à sua profissão de engenheiro; "salientou-se pelos pareceres e projetos que apresentou, todos de grande utilidade e interêsse para a Província"⁽³⁵⁾.

Um dos projetos de sua autoria, pelo qual se bateu com máxima energia e conhecimento do assunto, não logrou aprovação no momento, embora, mais tarde, fôsse reconhecido como de inadiável necessidade: a encampação das estradas de ferro *Sorocabana e Ituana*. Pronunciou, a propósito, dois discursos que se celebrizaram e nos quais não se sabe o que mais admi-

(34) Cf. AZEVEDO, Ariosto Cesar de (e) FONSECA, Antonio Carlos da — *Camara dos Deputados do Estado de São Paulo — No antigo e no novo regime* (1834-1918), pp. 41-42 e 43-47, Tip. Piratininga, São Paulo.

(35) *Revista do Club de Engenharia*, n.º 18, p. XIII.

rar, se a elegância da forma ou a competência com que abordou o discutido tema⁽³⁶⁾. Incompreendido na ocasião ou, quem sabe, vítima da predominância de interesses particulares sôbre os da coletividade, teve o Dr. Cochrane a satisfação de ver, muitos anos depois, adotada a solução que preconizara, se bem que com ônus muito maiores para os cofres públicos⁽³⁷⁾.

Ao iniciar-se a década de 1880, não mais retornou à Assembléa Provincial e por seis anos afastou-se da vida política e parlamentar. Atraíam-no mais as atividades ligadas à sua profissão e, por isso mesmo, entregou-se de corpo e alma às tarefas com que a Diretoria da *Companhia da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro* o honrou, quer como seu Inspetor Geral, quer como Representante seu na cidade do Rio de Janeiro.

Na Assembléa Geral do Império

A presença do Dr. Ignacio Cochrane na Capital do Império, para onde transferira sua residência a fim de melhor exercer as funções de Representante da Diretoria da "E. F. São Paulo e Rio de Janeiro", e a lembrança de sua ativa e ponderada atuação na Assembléa Provincial levaram o Partido Conservador a apelar, novamente, para seus serviços.

Com a data de 3 de outubro de 1884 (dia em que completava 48 anos de idade), de sua residência à Rua de Paula Matos n.º 60, na Côrte, endereçou o Dr. Cochrane um *Manifesto* ao eleitorado paulista, solicitando apoio ao seu nome nas eleições que viriam a realizar-se a 1.º de dezembro daquele mesmo ano. A peça merece ser analisada.

De início, recorda que havia 24 anos vinha militando nas fileiras do Partido Conservador. No decurso dêsse longo período, lisonjeava-se em acreditar que procurara corresponder à confiança recebida, pautando seu procedimento "pelos deveres

(36) COCHRANE, Ignacio Wallace da Gama — *Discursos proferidos na Assembléa Provincial, por ocasião de discutir-se o projecto de encampação das linhas ferreas Ituana e Sorocabana*, Tip. do "Diário", São Paulo, 1876.

(37) *Revista do Club de Engenharia*, p. XIII.

de lealdade e de abnegação”, jamais recusando “aos próprios adversários políticos o respeito e a cortezia a que tinham direito” e antepondo “a quaisquer outros interesses os da Pátria em geral e, com especialidade, os dessa heróica Província”.

“Não disponho dos favores e das graças oficiais; e, quando dêles dispusesse, não seria eu quem ousaria afrontar os brios do independente eleitorado paulista com promessas corruptoras e, menos, com mesquinhas vinditas, que ora preterem antigos e zelosos servidores, ora arrancam a chefes de família o pão indispensável à manutenção de seus filhos!

Não sei, tão pouco, manejar as armas da intriga, com que muitos, em falta de melhores, procuram fazer valer seus merecimentos.”

Após assim definir sua linha de conduta política, promete dedicar todos seus esforços em benefício do país; “e, sem quebra dos interesses gerais, atender particularmente às necessidades do distrito e promover o aperfeiçoamento das vias de comunicação entre o litoral sul-paulista e o interior da Província”. Compreendia, como se vê, a lastimável situação de abandono em que jaziam as populações de Iguape, de Cananéia e da Baixada da Ribeira.

Em seguida, aborda a “grave questão social” que vinha preocupando a todos quantos se interessavam pelos destinos da Pátria: a *abolição da escravatura*. Julga que era necessário falar com franqueza, em termos claros e explícitos, numa emergência como aquela, em que solicitava os sufrágios do povo. E não titubeia em tomar a posição ditada por sua consciência.

Lembra que, antes de ser apresentado o projeto referente ao elemento servil causador da dissolução da Câmara dos Deputados, escrevera um artigo, com data de 2 de junho daquele ano de 1884, onde expusera claramente seu pensamento, através das seguintes palavras:

“Sobre esta chaga social, herdada dos nossos antepassados, o país inteiro tem uma só opinião: suprimi-la. Mas a realização desta vontade, que entende diretamente com a fortuna pública, há de ser conduzida, não de chôfre e, sim, com a prudência necessária, ditada pelas classes produtoras, que têm interesses imediatamente radicados no Brasil.”

Confirma tal pensamento e diz que poderia fechá-lo “com chave de ouro” repetindo “memoráveis palavras” proferidas pelo Barão de Cotegipe: “Tudo se pode conseguir com a fiel execução da Lei de 28 de Setembro e criteriosas medidas complementares; e, neste sentido, o Partido Conservador, ao

qual se devem tôdas as glórias do que se há feito sôbre a matéria, deve, quer e pode proceder com a sua natural prudência e circunspeção”.

E conclui seu Manifesto com estas palavras decisivas:

“Isto pôsto, sou francamente infenso ao projeto do Govêrno, que, sôbre provocar a desorganização do trabalho agrícola, fere de frente o direito de propriedade, legalmente reconhecido; onera o povo de pesadíssimos impostos, não para solver os compromissos do Estado, mas para mais agravar-lhe a situação, aniquilando a lavoura, principal fonte da riqueza pública.”

Como se verifica, não era o Dr. Cochrane um escravo-crata, pois achava que a “chaga social” da escravidão deveria ser suprimida. Mas também não era um demagogo: sua voz, como a de tantos outros, refletia a prudência e o conhecimento de uma realidade econômico-social. Assim também viria a expressar-se, três anos mais tarde, seu colega de partido — o Dr. Antonio Rodrigues de Azevedo, cujo filho se tornou, em 1891, genro do próprio Dr. Cochrane⁽³⁸⁾. Mas a rápida evolução da idéia abolicionista fêz ouvidos moucos a tôdas essas justas advertências.

A 1.º de dezembro de 1884, processaram-se as eleições gerais; e, através delas, retornou o Dr. Ignacio Cochrane à política militante, mais uma vez como parlamentar, eleito que foi Deputado pela Província de São Paulo à *Assembléia Geral*, na 20.ª legislatura (1885-89), exatamente a última eleita no Império. Pelo sistema direto, viu-se escolhido como um dos representantes do 6.º distrito eleitoral da Província.

Essas mesmas eleições levaram ao poder, de que ficara afastado desde 1878, o *Partido Conservador*; e, com êle, assumiu em agôsto de 1885 a chefia do Gabinete o Barão de Cotegipe.

Na *Assembléia*, a esmagadora maioria dos deputados pertencia ao partido vencedor, não chegando a 20 os representantes do Partido Liberal e não tendo o Partido Republicano nenhuma voz, bem ao contrário do que acontecera na legislatura anterior, em que as facções políticas rivais guardaram

(38). Cf. AZEVEDO, Aroldo de — *Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália* (O ocaso do Segundo Império, através de documentos inéditos), em “Revista de História”, n.º 10, São Paulo, 1952.

um certo equilíbrio de forças e os Republicanos haviam conseguido eleger três representantes⁽³⁹⁾.

Refletindo essa situação, a *Bancada paulista* era, então, constituída por 7 Conservadores e apenas dois Liberais (Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado e Silva e o Visconde do Pinhal). Nela havia um único *engenheiro* — o Dr. Cochrane, como um só *agricultor* — o Visconde do Pinhal. Em contrapartida, quatro eram *doutores em Direito*: José Luiz de Almeida Nogueira, Manuel Antonio Duarte de Azevedo, Martim Francisco e Delfino de Ulhoa Cintra; e três *bacharéis em Direito*: Antonio da Silva Prado, Francisco de Paula Rodrigues Alves e Rodrigo Augusto da Silva⁽⁴⁰⁾.

Como deputado de São Paulo à Assembléia Geral reunida na Capital do Império, exerceu o Dr. Ignacio Cochrane as funções de 2.º *Secretário* da Mesa, sob a presidência dos conselheiros Andrade Figueira e Gomes de Castro, como também fez parte da *Comissão de Obras Públicas e Indústria*, na qual — não esquecendo a cidade que tanto amava, pela qual tanto trabalhara e que era o berço de sua esposa e de seus filhos — teve oportunidade de apresentar uma emenda ao orçamento do Ministério da Agricultura, autorizando a construção do pôrto de Santos⁽⁴¹⁾.

Sua eleição como Deputado Geral repercutiu festivamente na Terra dos Andradas; e o Partido Conservador local promoveu "uma festança rasgada com todo o barulho", havendo "passeatas ao som da fanfarrá de Luiz Arlindo da Trindade" e tendo sido as principais ruas da cidade iluminadas com arcos de gás. "Foi uma das mais belas homenagens" já prestadas, em Santos, "a um membro do Poder Legislativo"⁽⁴²⁾.

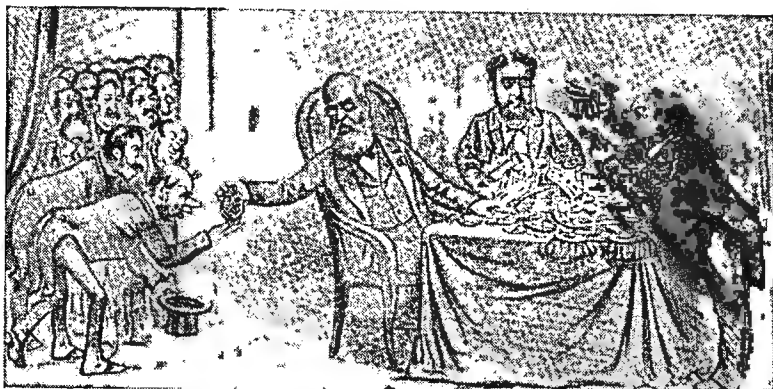
Em face da campanha abolicionista, acompanhou o Dr. Cochrane com emoção o desenrolar dos acontecimentos. Ao que parece, apesar de suas idéias, deixou-se empolgar pelo movimento que teve fim com a chamada "Lei Áurea", a que

(39) Nessa legislatura, representaram o Partido Republicano: Manoel Ferraz de Campos Salles e Prudente José de Moraes Barros, deputados por São Paulo; e Alvaro Augusto de Andrade Botelho, deputado por Minas Gerais.

(40) Cf. *Livro do Centenario da Camara dos Deputados* (1826-1926), vol. II, pp. 665-670, Emp. Brasil Editora Ltda., Rio de Janeiro, 1926.

(41) Cf. *Revista do Club de Engenharia*, n.º 18, pp. XIII e XIV

(42) SILVA SOBRINHO, Costa e — *Romagem pela Terra dos Andradas*, p. 18.



Dom Pedro II em 1889

Foi esta a última caricatura de Dom Pedro II como Imperador, feita por Angelo Agostini e publicada na "Revista Illustrada", ano 14, n.º 560 (Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1889).

deu seu voto consciente. Imediatamente após a assinatura da lei pela Princesa Imperial Regente (por quem tinha especial e respeitosa devoção), enviou ao Diretório do Partido Conservador, em Santos, o seguinte e expressivo telegrama:

"No momento em que, radiante, se ergueu a Pátria livre, saúdo o eleitorado que me proporcionou a glória de contribuir com um voto para a realização da nobre aspiração nacional"⁽⁴³⁾.

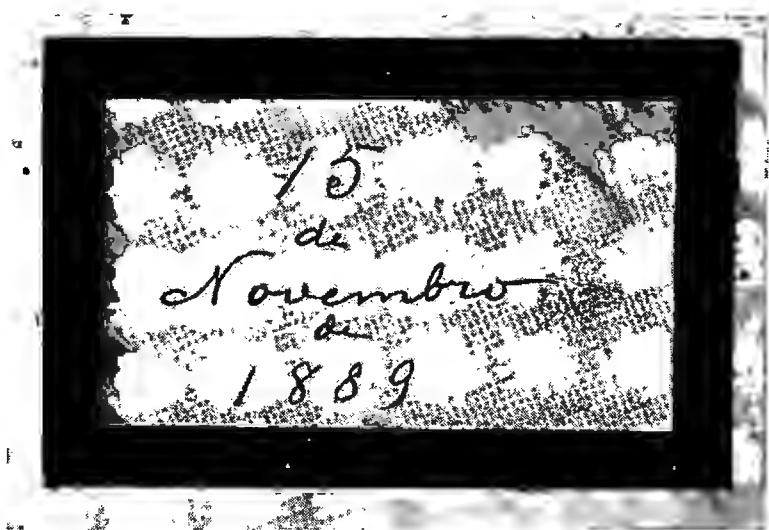
Assim era o Dr. Ignacio Cochrane.

O Dr. Cochrane e a proclamação da República

No exercício de seu mandato por São Paulo à Assembléia Geral, foi surpreendido o Dr. Cochrane pela inopinada proclamação da República, em novembro de 1889.

Foi um golpe tremendo, que atingiu profundamente sua alma de monarquista sincero e convicto. O acontecimento apanhou-o de surpresa, na Capital paulista; e êle custou a

(43) SILVA SOBRINHO, Costa e — obra cit., p. 18.



Alma enlutada

O cartão tarjado de luto, que figura num livro de recortes de jornais organizado pelo Dr. Ignacio Cochrane, espelha muito bem seus sentimentos face à proclamação da República.

acreditar no fato consumado e, por algum tempo, negou-se a colaborar com as instituições republicanas.

A êste propósito, guardamos com o maior carinho inestimável documentário dos jornais da época, cuidadosamente organizado pelo próprio Dr. Cochrane. Trata-se de um livro do tipo usado no comércio, em cuja primeira página colou um cartão tarjado de luto, onde escreveu com letra firme: *15 de Novembro de 1889...*

À guisa de explicação — como se estivesse escrevendo para a posteridade e antes de iniciar sua preciosa coleção de recortes de jornais —, descreveu êle a maneira pela qual veio a tomar conhecimento da proclamação da República. E o fêz com as seguintes palavras, que ressumam seu espanto e sua grande mágoa:

“S. Paulo, 15 de Novembro de 1889.

As 11½ da manhã, achava-me na Estação do Norte, quando ali compareceu o Dr. Frederico Abranches e comunicou-me que, pela cidade,

corriam boatos de ter sido assassinado, na Côrte, o Barão de Ladário, Ministro da Marinha, e que o ministério pedira sua demissão. Mais tarde, chegou o Dr. Manuel de Almeida Mello Freire, dizendo que o Barão de Ladário fôra atirado, e que o ministério estava em crise.

Mais tarde, propalou-se a notícia de haver o General Deodoro da Fonseca, à frente de um batalhão, deposto o Govêrno, e que em seguida fôra proclamada a República perante a Câmara Municipal da Côrte.

Voltando à cidade, verifiquei que se confirmavam as notícias relativas a tão graves acontecimentos políticos.

Na rua da Imperatriz, alguns grupos de exaltados políticos davam vivas à república e tocavam foguetes; em outras rodas ouvi diversos comentários, pronunciados a mêdo e sob a influência do estupor e surpresa de que pareciam achar-se todos possuídos; ao passo que o Dr. Paula Egydio, colaborador do "Correio Paulistano", de uma de suas janelas, fazia sentir aos republicanos, que ali se achavam, a conveniência e necessidade de recomendarem aos seus correligionários a maior calma e prudência, certo de que ninguém resistiria diante dos fatos consumados!

Mal pensava êle, talvez, que exprimia uma triste verdade, logo em seguida confirmada pelos fatos que se succederam. E eu que, ao receber a notícia dos primeiros boatos propalados, declarara aos Drs. Abranches, Mello Freire e outros que o menos que se deveria esperar seria uma ditadura militar, porque da parte do povo se não devia recear uma revolução; eu, que anteriormente havia por vêzes manifestado a minha crença de que neste país não havia espírito público, — naquele momento solene e angustioso, não me pude capacitar de que uma nação inteira se sujeitasse, sem um protesto sequer, a tamanha humilhação! Parecia-me impossível que 14.000.000 de habitantes, em sua quase totalidade até então fiéis à Monarquia, a vissem derrocada na praça pública por um homem apoiado por uma ala de batalhão, que, aliás, não tinha consciência do que se ia passar, sem que ao menos uma voz se erguesse para protestar! Esse indiferentismo, essa apatia e abatimento moral não eram senão o resultado da surpresa e abalo produzido, no momento; mas a reação não tardaria, apoiada nos bríos nacionais; e o povo saberia cumprir o seu dever!

Os fatos posteriores por todos presenciados e que vão referidos por diversos órgãos de publicidade e que foram cuidadosamente colecionados para serem neste livro registrados, deixam patente a triste realidade, que ainda hoje me parece um sonho! E tão funda foi a impressão em meu espírito produzida, que estas linhas, encimadas com a data de 15 de Novembro, só foram escritas a 15 de Dezembro, trinta dias depois daquele em que se operaram os gravíssimos acontecimentos, que a história severa e imparcialmente, saberá um dia profligar.

Passarei, agora, a registrar o que publicaram diversos jornais, limitando-me apenas a acrescentar, quando julgar oportunas, as considerações que por ventura me sugerir o espírito."

Com êste triste, melancólico e amargurado proêmio, iniciou o Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane a desagradá-



Homenagem à República

Alegoria de Angelo Agostini estampada na "Revista Illustrada", ano 14, n.º 569 (Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889).

vel tarefa de colar, um a um, os recortes dos jornais da época, desde os publicados em São Paulo no próprio dia 15 de novembro, até os que surgiram depois, através dos anos de 1890 e 1891, dando por terminado seu trabalho com três páginas referentes ao Golpe d'Estado de 3 de novembro de 1891 e com palavras de saudade pela morte de seu Imperador.

O primeiro recorte pertence ao "Diário Popular", edição de 15 de novembro de 89. A notícia, publicada em negrito, é encabeçada por duas grandes manchetes: ÚLTIMA HORA —

VIVA A REPÚBLICA! Por ser a primeira do documentário e por refletir as incertezas e os desencontros daquela hora histórica, julgamos útil transcrevê-la na íntegra:

“Desde hoje ao meio-dia começaram a correr e tomar vulto na cidade boatos de graves ocorrências hoje havidas na Côrte.

A imprensa até a hora em que escrevemos não foi possível entrar em comunicação com seus correspondentes da Côrte, e destes nada recebeu, sendo de supor que há nisso intervenção do govêrno.

Os boatos que correm provêm de telegramas recebidos por alguns Bancos desta cidade, telegramas transmitidos cedo e em cifra ou inglês e alemão.

Consta que os Bancos receberam ordem de suspender transações, e efetivamente todos êles retiraram as tabelas de câmbio.

Os telegramas falam em conflito militar, negócios paralisados, o ministro da marinha Ladário atirado, ministério demitido, etc., etc.

— Por parte da presidência desta província nada transpirou que nos tenha sido possível saber.

A cidade está em grande reboiço, sendo enorme a concorrência na rua da Imperatriz e escritórios dos jornais.

— Temos notícia positiva que a linha férrea do Norte recusa transmitir daqui telegramas sôbre êstes acontecimentos.

*

Às 2 e ½ da tarde a “Província” afixou o seguinte telegrama:

“Rio, 15 — Continua o movimento do povo. As tropas passaram agora pela rua do Ouvidor em direção ao Campo de Santana.

Promovem-se reuniões populares.

O ministério foi obrigado a assinar demissão. Govêrno deposto. Ladário gravemente ferido, em perigo de vida. — *Gazeta de Notícias.*”

*

Mais ou menos ao mesmo tempo o “Correio” recebeu o seguinte:

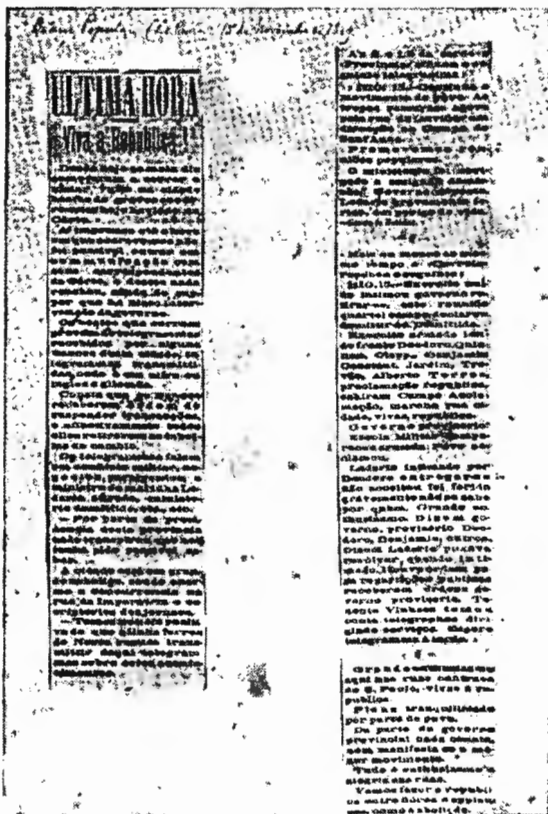
“Rio, 15. — Exêrcito unido intimou govêrno retirar-se; êste reunido quartel Campo declarou demitir-se. Demitido.

Exêrcito armado tendo frente Deodoro, Quintino, Clapp, Benjamin Constant, Jardim, Trovão, Alberto Torres, proclamação república, saíram Campo Aclamação, marcha ruas cidades, vivas república.

Govêrno provisório. Escola Militar compareceu armada. Povo aclamou.

Ladário intimado por Deodoro entregar-se não aceitou, foi ferido gravemente não se sabe por quem. Grande entusiasmo. Dizem govêrno provisório Deodoro, Benjamin, outros. Dizem Ladário puxava revólver quando intimado. Houve ordem para repartições públicas receberem ordens govêrno provisório. Tenente Vinhaes tomou conta telégrafos, dirigindo serviços. Espere telegrama à tarde.”

*



“Ultima hora — Viva a Republica!”

O recorte de jornal, aqui reproduzido, figura no livro organizado pelo Dr. Cochrane. Trata-se da notícia da proclamação da República, publicada pelo “Diário Popular”, de São Paulo, na tarde do próprio dia 15 de novembro de 1889.

Grande entusiasmo aqui nas ruas centrais de S. Paulo, vivas à república.

Plena tranquilidade por parte do povo.

Da parte do governo provincial nada consta, nem manifesta-se o menor movimento.

Tudo é entusiasmo e alegria nas ruas.

Vamos fazer a república entre flôres e aplausos, como a abolição.

Viva a república!”

Dessa maneira um tanto confusa foi que a população da cidade de São Paulo tomou conhecimento, na própria tarde de 15 de novembro, da queda do Império.

Como é de se esperar, muito mais positivas são as notícias dos jornais do dia 16 de novembro — da “Província de S. Paulo”, do “Correio Paulistano”, do próprio “Diário Popular”, do “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro. E, assim, as dos dias 17, 18 e 19, entre as quais figura uma de “The Rio News”, publicação semanal em língua inglesa. Depois, os recortes dão saltos, quanto às datas: dezembro de 1889, fevereiro e março de 1890, perdendo seu caráter de noticiário, para se transformar em depoimentos ou manifestos.

O noticiário do Golpe d’Estado do Marechal Deodoro da Fonseca, dissolvendo o Congresso Nacional a 3 de novembro de 1891, foi colocado pelo Dr. Cochrane com irreprimível satisfação; não que o apoiasse, mas como prova da instabilidade do regime nascente. Encabeçou uma das páginas com o título — *3 de Novembro de 1891*, logo seguido por outro: *Golpe d’Estado*. Na seguinte, escreveu — *O Manifesto!* e colocou o recorte contendo o longo manifesto do Marechal Deodoro, dando as razões de seu gesto. Na página a seguir, finalmente, escreveu: *As adesões!* — com o noticiário referente aos que apoiaram o ato inconstitucional do Presidente da República.

Por entre essa variedade de recortes, de quando em vez aparecem notas manuscritas, esclarecedoras ou complementares. Transcreve, por exemplo, a despedida da Princesa Isabel. Junto à notícia de que fôra concedido um subsídio de 5.000 contos de réis ao Imperador deposto, anotou: “O Imperador não aceitou. É uma infâmia asseverar-se o contrário”.

“ E x p i a ç ã o ”

Todavia, o que chega a impressionar, porque revela a solidez quase teimosa das convicções monárquicas do Dr. Ignacio Cochrane, é a página avulsa, por êle escrita em diferentes ocasiões, à proporção que certos acontecimentos se sucediam. Encontramo-la, sôlta, dentro do próprio Livro de Recortes.



Deodoro da Fonseca

Cópia de uma fotografia do proclamador da República, em desenho de Angelo Agostini ("Revista Illustrada", ano 15, n.º 598, Rio de Janeiro, agosto de 1890).

Seu título é expressivo: *Expição*. Não sentimos necessidade de comentá-la. Basta transcrevê-la na íntegra, em toda sua simplicidade e cruzeza:

"Benjamin, louco.

Deodoro substituído por aquêlo que, traindo, lhe abriu as portas dos quartéis.

D. Pedro, depois de 50 anos de reinado paternal, é recebido na Europa com as mais significativas provas de veneração e de respeito. Deodoro, depois de 2 anos, é enxotado e a imprensa do mundo civilizado diz d'êlc

Morte de Benjamin Constant — 22 de janeiro de 1891.

Morte de Silva Jardim — 1.º de julho de 1891.

Deposição de Deodoro — 23 de novembro de 1891.

Prisão dos Generais — 13 de abril de 1892. Destêrro — abril de 1892. Estado de sítio, prisões, destêrro.

Wandenkolk, prêso no mato às 11 horas da noite de 14 de abril de 1892, seguiu para Tabatinga no dia 22, no vapor "Alagoas", o mesmo que conduziu banido o Imperador.

Morte de Deodoro a 23 de agôsto de 1892. Declarou antes de morrer que não queria honras militares e que o enterrassem vestido à paisana, porque tinha repugnância pela farda.

Revolta de Wandenkolk — sua prisão a bordo do "Júpiter".

Revolta de Custodio José de Mello — 6 de setembro de 1893. Piragibe, Ourique e outros unem-se a Custodio.

Prisão de Solon, Serzedello.

Ruy Barbosa: por decreto de 24 de novembro de 1893 cassaram-lhe o pósto de General de Brigada, por indigno."

A morte do Imperador

Como bem se pode imaginar, a morte de Dom Pedro II, ocorrida a 5 de dezembro de 1891, na capital da França, ocupa um lugar muito especial no Livro de Recortes organizado pelo Dr. Cochrane. A primeira notícia, ainda uma vez, apareceu em letra de fôrma na edição do "Diário Popular" do próprio dia do falecimento. Segue-se o noticiário publicado pelo "O Estado de São Paulo", do dia 6, pelo "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, nos dias 7 e 11, do "Diário Popular", no dia 9. Mas há, também, as palavras de saudades escritas pelo Visconde de Taunay e por João Mendes de Almeida, como versos apoteóticos de Rozendo Moniz. Tudo isso sem falar num exemplar completo do "Diário do Comércio", de São Paulo, edição de 6 de dezembro.

Percorrendo êsses recortes amarelecidos pelo tempo, pode-se reconstituir o acontecimento em seus pormenores, nem sempre hoje lembrados. Sabia-se que o estado de saúde do Imperador deposto, desde alguns dias antes, não era bom,



Morreu o Imperador!

Reprodução da primeira página do "Diário do Commercio", da Capital paulista, em 6 dezembro de 1891, cuja segunda página traz maciço noticiário sobre a morte do Imperador. Essa fôlha foi carinhosamente guardada pelo Dr. Ignacio Cochrane.

A. 1000 M. L. 1000 M. L.	M. 1000 M. L. 1000 M. L.	M. 1000 M. L. 1000 M. L.	M. 1000 M. L. 1000 M. L.	M. 1000 M. L. 1000 M. L.		
[Illegible text]	[Illegible text]	[Illegible text]	[Illegible text]	[Illegible text]	[Illegible text]	[Illegible text]

pois fôra acometido de um “resfriamento”, circunstância grave tendo em vista os “perigos que aquella doença oferece por si só na Europa”, a par da avançada idade do ilustre enfêrmo e a convalescença em que se encontrava de outra moléstia, que o levara de Cannes até Paris.

Um telegrama de Paris, datado de 5 de dezembro e que o “Diário Popular” transcreveu em sua edição do dia 9, assim descreveu o desenlace:

“À meia noite e dez minutos o pulso do augusto enfêrmo torna-se filiforme, a respiração fraca e entrecortada, caíndo a cabeça sôbre o ombro esquerdo.

O Sr. D. Pedro II recebeu a extrema-unção no quarto situado junto ao grande salão do 2.º andar do Hotel Bedford, cujas janelas dão para a Rua de l’Arcade.

Foi armado um altar com crucifixo e tochas no quarto.

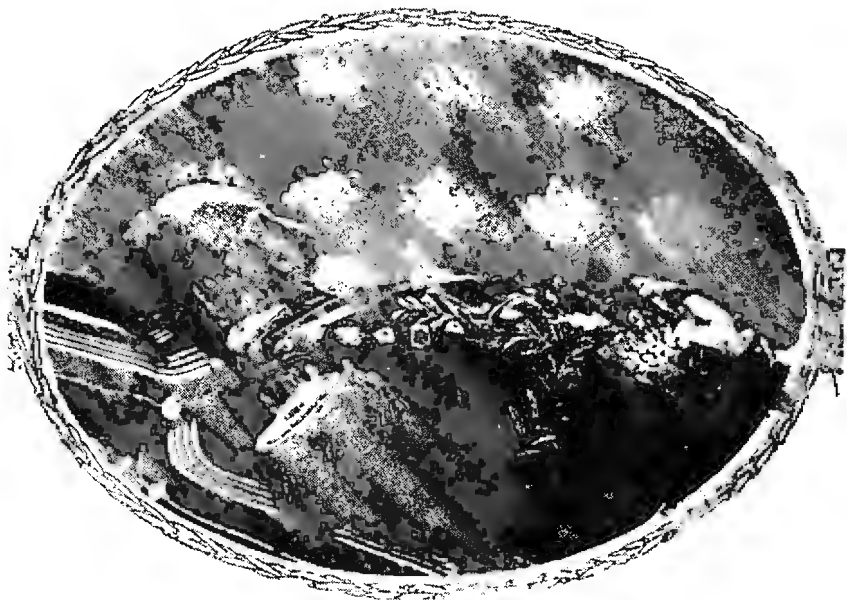
A Sra. Condessa d’Eu, em prantos, está ajoelhada junto ao leito do seu augusto pai, achando-se igualmente de joelhos os Srs. Conde d’Eu, Duque de Saxe e D. Pedro Augusto.

Estão presentes o Conde de Motta Maia, médico particular, Visconde de Aljezur, camarista de S. M., Barão de Penedo, Visconde de Cavalcanti, Barão da Estrêla, Comendador Silva Costa, Barão de Albuquerque, Eduardo Prado, Alfredo Rocha, Sebastião Guimarães, Barão de S. Joaquim, Calógeras, professor Scybold, mestre de hebraico de S. M., Ferdinando Mex, Condessa de Motta Maia, Baronesa de Muritiba, Viúva Silva Coutinho e seis criados da casa”.

Ao General Lassance, expediu imediatamente a Princesa Dona Isabel, Condessa d’Eu, o seguinte telegrama:

“Aprove a Deus ferir-me com o golpe o mais doloroso, chamando a si meu muito amado Pai. Junto do leito em que expirou, meu primeiro pensamento é o de anunciar a minha desgraça aos meus patrícos, certa de que êles hão de associar-se à minha dor pela perda de quem, em sua longa existência, consagrou todos os seus desvelos à felicidade e grandeza de nossa Pátria.”

De acôrdo com os telegramas vindos de Paris, a câmara mortuária transformou-se em verdadeira capela de flôres. Nas duas ruas do Hotel Bedford formou-se uma multidão em “comprida e ininterrupta cauda”, ao mesmo tempo que, no pátio interior do hotel e em suas proximidades, reuniu-se “tudo que Paris conta de mais notável nas letras, artes, política, finanças, comércio e indústria, e também na aristocracia francesa”.



Pedro II em seu leito de morte

O Imperador aparece em seu derradeiro sono, no salão do Hotel Bedford, em Paris, dezembro de 1891. (Fotografia reproduzida da "Revista da Semana", Rio de Janeiro, 1.º de janeiro de 1921).

Nos livros da porta, destinados às assinaturas, viram encher-se mais de 40 páginas. Até a tarde do dia 6, mais de 2.000 telegramas haviam sido recebidos.

O cadáver de Dom Pedro II foi embalsamado pelo Dr. Poirier, auxiliado pelos Drs. Charcot Júnior, Tramand e Baudiau. "Seis litros de cloridrato de zinco e alumínio foram injetados na carótida, em presença de Mr. Caseneuve, magistrado delegado pelo Tribunal local. Não se fêz autópsia". Estava vestido com o uniforme de general, com as fitas das grãs-cruzes das ordens brasileiras, e envolvido numa bandeira.

Ao anoitecer do dia 6, engrossou-se a multidão que afluía para ver, pela última vez, o ilustre brasileiro. "Notam-se a burguesia, sobretudo professores, grande número de brasileiros que residem modestamente em Paris e mesmo prêtos e pretas, que por meio de soluços maifestam seu pesar".

O govêrno da França, que tinha Sadi Carnot como Presidente da República, ordenou que lhe fôsse prestadas honras de Chefe d'Estado. Os telegramas que chegavam traziam significativas assinaturas: Guilherme II, imperador da Alemanha; Francisco José, Imperador da Austria-Hungria; Humberto I, Rei da Itália; Oscar II, Rei da Suécia e da Noruega; Cristiano IX, Rei da Dinamarca; Rainha regente da Holanda; Grão-Duques de Hesse-Mecklemburgo, de Baden e do Luxemburgo; Duque de Gotha.

Finalmente, depois de solenes exéquias realizadas na Igreja de La Madeleine, seguiu o corpo para Lisboa, onde foi sepultado na Igreja de São Vicente de Fora, ao lado do da Imperatriz, que a morte havia levado na cidade do Pôrto, em dezembro de 1889.

Com seu temperamento afetivo e com sua devoção ao Imperador, não poderia o Dr. Ignacio Cochrane limitar-se a colecionar recortes referentes ao triste acontecimento. Antecedendo o noticiário, que seu carinho seleccionou, escreveu estas palavras, que reproduzimos fielmente:

"A MORTE DO IMPERADOR!

5 de Dezembro de 1891

A Fatalidade que, de dous annos a esta parte, péza duramente sobre a infeliz Patria Brazileira, acaba de desferir-lhe novo e cruel golpe, d'entre todos quiçá o mais sensível!

O telegrapho vem de annunciar-nos que, banido, em terra estranha, mas ali mesmo cercado do respeito e veneração da culta Europa, com os olhos voltados para a terra que lhe foi berço, exhalou seu último suspiro o primeiro d'entre todos os brazileiros, o Magnanimo, Virtuoso e sempre pranteado Imperador do Brazil, o Senhor D. Pedro 2.^o!

Mais uma calamidade tremenda e irreparavel se vem juntar as que, impiedosamente, affligem o Brazil como consequencias funestas do negro e hediondo crime praticado a 15 de Novembro de 1889!

Si os sentimentos de gratidão, de justiça, de patriotismo desertaram dos corações brazileiros n'aquelle dia lutuoso e nefasto; si dous annos de duras e merecidas provações, de opprobrio e humilhação, de desordem e anarchia no interior, como de descredito e de vergonha no estrangeiro; si a fome e a miseria que se avizinham não puderam ainda estimular os brios de um povo que, bestialisado, não soube, sequer, levantar um protesto, um brado de indignação contra o exilio

do Venerando Ancião que, durante meio seculo, se esforçara por felicitá-lo e engrandecel-o; si esse mesmo povo consentio impassivel que, entre estranhos, longe da patria, que tanto soubera elevar e amar, pela qual suspirava ainda no infortunio, se finasse o seu Bemfeitor, ralado de magoas e de saudades; não lhe faltaram, é certo, até o derradeiro instante o respeito, a veneração, as homenagens e justa admiração de todas as demais cultas nações do Universo!

E si não acalentou-o a justiça de seus compatriotas, não lhe hade faltar a Justiça Divina que, aliás, começa a se fazer sentir! Sim, a expiação, por alguns já experimentada, se hade consummar e estender inexoravel, tremenda, infligindo aos perjuros e trahidores a mais justa punição; emquanto que o glorioso Marthyr da Patria Brasileira fruirá para todo o sempre, na Mansão Celeste, a Suprema Bemaventurança que aos justos não recusa o Deus de Misericórdia!

Para aquelles, embora raros, que até hoje se tem mantido fiéis e reconhecidos, sirva ao menos de consolo essa crença inabalavel, de par com a tranquillidade de suas consciencias."

Assim era o Dr. Ignacio Cochrane.

A serviço do bem público

A Guerra do Paraguai. Fundador do Instituto Pasteur. Atividades noutros setôres. Paladino do saneamento.

A Guerra do Paraguai

A GUERRA contra o Ditador do Paraguai encontrou o Dr. Cochrane residindo na cidade de Santos, como sócio de uma casa comissária de café e no exercício do mandato de Vereador à Câmara Municipal.

Ao que tudo indica, seu patriotismo viu-se inflamado ante o perigo que nos ameaçava, diante das aguerridas tropas do Marechal Solano Lopez. Encabeçou um largo movimento no sentido de organizar um corpo de soldados, que representasse a Terra de Brás Cubas na luta contra o tirano de Assunção; e assim nasceu o 33.º *Batalhão de Voluntários da Pátria*, que para o teatro da luta seguiu e de lá regressou somente em abril de 1870. Em 1865, juntamente com outras figuras de destaque na vida de Santos, fêz um donativo ao citado Batalhão de 500 espingardas e 250.000 espoletas⁽¹⁾.

Tão marcante foi sua atuação, nessa emergência, que recebeu uma graça do Imperador Dom Pedro II: através de Carta datada de 23 de setembro de 1868, "atendendo aos relevantes serviços que, em relação à guerra com o Paraguai, prestou na Província de São Paulo", foi agraciado com o título de Comendador da *Imperial Ordem da Rosa*, tendo sido o respectivo documento subscrito por Paulino José Soares de Souza,

(1) Cf. RIBEIRO, José Jacintho — *Chronologia Paulista*, vol. I, p. 326.

futuro Visconde do Uruguai, então Ministro do Império, no Gabinete presidido por Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraá.

Poucos meses mais tarde, a 22 de janeiro de 1869, recebeu nova honraria: houve por bem o Imperador nomeá-lo para o posto de *Tenente-Coronel Comandante do 3.º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional* da Província de São Paulo, devendo "gozar de tôdas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que diretamente" lhe pertenciam, em razão de seu posto. Subscreveu a correspondente Carta-patente José Martiniano de Alencar, Ministro da Justiça no já citado Gabinete conservador. E no exercício desse cargo permaneceu o Dr. Cochrane até 13 de novembro de 1878.

Terminada a luta, seu entusiasmo patriótico expandiu-se em inflamado discurso, que pronunciou na Assembléa Provincial, na sessão de 18 de março de 1870. Foi assim que começou sua oração:

"Senhor Presidente: está finda a guerra, vingadas a honra e a dignidade nacional ultrajadas! (*Muito bem!*)

É este o brado ingente que, levantado do alto da serra, nos confins extremos do mísero Paraguai, irá em breve repercutir em todos os ângulos do Império-gigante! (*Muito bem!*)

Nesse tom proseguiu, sempre aplaudido pelo plenário:

"Lopez, êsse monstro cruel, símbolo da perversidade humana, jaz hoje abatido e expia na eternidade os males que causou na terra! (*Muito bem.*)

É mais uma cabeça decepada da hidra sul-americana, como o foram as de Artigas, Rívera e Rosas! (*Muito bem!*)

O Paraguai, que ainda ontem gemia oprimido sob o jugo do tirano, respira hoje livre e desassombrado, e o mundo vê nesse desenlace feliz mais um triunfo da civilização sobre a barbaia.

Mas, senhores, caro, bem caro custaram os louros que hoje engrinaldam nossas frentes!

Cinco longos anos de provanças e de duros sacrificios! Muito luto, muita dor derranada no seio da família brasileira! Quantas vidas ceifadas na flor da idade, quantas esperanças risonhas esvaindo-se sob a laje fria de um sepulcro! (*Muito bem!*)

Mas é assim a felicidade humana!

Os gozos da vida medem-se, neste mundo, pela extensão da dor que deixam após! (*Muito bem!*)

E, se é justo que neste momento solene depositemos sobre o túmulo daqueles que sucumbiram pela Pátria saudades e goivos, em sinal de reconhecimento eterno, também é justo que saudemos os bravos que souberam vingar essas vidas que se foram, que saudemos os defensores da honra e dignidade nacionais. Saudemos ao Exército e à Armada brasileira! (*Muito bem!*)

Vivam o exército e a Armada imperiais! (*A assembléa e os espectadores correspondem com júbilo a esta saudação*)⁽²⁾.

Naqueles dias memoráveis de março de 1870, certamente não foram raros os discursos dêsse tipo, delirantes e apaixonados...

A 23 de abril de 1870, desembarcaram em Santos os *Voluntários Paulistas*; e entusiásticas manifestações da população local acompanharam o acontecimento.

Por duas vêzes fêz uso da palavra o Dr. Cochrane, naquele mesmo dia: no momento do desembarque, quando os saudou em nome da Câmara Municipal, na qualidade de seu presidente; e da janela de sua residência, quando defronte dela passou o 33.º Batalhão de Voluntários da Pátria.

Foram as seguintes as palavras que, na segunda oportunidade, pronunciou o Dr. Ignacio Cochrane:

"Não me surpreende, Senhores, a animação, o entusiasmo com que hoje se expandem os vossos corações em manifestações solenes de verdadeiro regozijo!

Santos, que tão brilhante papel representou com relação à guerra; Santos, que espontaneamente chamou a si tão grande quinhão na partilha dos sacrifícios que pesaram sobre o Império; Santos, que, em defesa dos brios nacionais ofendidos, pressurosa enviou seus filhos — não podia, vendo-os volver cobertos de louros e glórias, conservar-se fria e indiferente!

E eu, Senhores, filho do Brasil, embora não nascido neste abençoado torrão, onde viram a luz do dia entes tão estremecidos de minha alma, não era possível que deixasse de associar-me às demonstrações de vosso patriotismo.

Se é certo que os triunfos brilhantes e sucessivos de nossas armas sobre as hordas paraguaias em Villeta, Lombas e Angostura nos auguravam um desfecho honroso à cruenta guerra, a que fomos provocados, força é confessar que as dificuldades imprevistas que após surgiram, dificuldades de que não há exemplo nas guerras de outros povos, como que geraram em nosso espírito o desânimo e a descrença.

Mas, Señhores, o desenlace foi o mais brilhante e feliz; foi o único que se podia esperar dessas colunas de bravos que, no memo-

(2) De um recorte de jornal da época, sem outra indicação.

rável dia 27 de dezembro, durante 30 horas de renhido combate, a peço descoberto, quais casamatas de aço projetando-se pelo campo fora, afrontaram e fizeram calar 70 canhões que sôbre elles vomitavam torrentes de fogo e balas.

Brasileiros! Orgulhem-nos dêsse nome que doravante será respeitado pela velha e culta Europa. Saudemos jubilosos as glórias da Pátria, que caminha altiva para a admiração dos povos.

Sim, Senhores, o Brasil, levando de vencida os embaraços e tropeços levantados por astuto e fanático inimigo, que se apoiara nas dificuldades naturais de sertões inóspitos, cortados de arroios, banhados e lodaçais sem fim, provou ao mundo do que são capazes o valor e a dedicação de seus filhos; provou ao mundo que, ante o heroísmo do soldado brasileiro, não há barrancas e trincheiras que lhe enbarguem o passo; mostrou, ainda, à opinião transviada que o não moviam idéias de conquista, mas a necessidade de vingar a afronta recebida.

E hoje, que nos horizontes da Pátria se desponta nova era de paz e venturas, selada pelos feitos gloriosos que ainda há pouco festejamos; hoje, que voltam a descansar das fadigas os bravos defensores da honra nacional — saudemos com um só Viva à Nação Brasileira: ao monarca idolatrado, primeiro dentre todos os brasileiros, a cuja vontade firme e inabalável se deve grandemente o termo brilhante desta luta heróica; ao jovem e intrépido General, o Sr. Conde d'Eu; ao invicto e venerando Duque de Caxias; ao bravo dentre os bravos, Marquês de Herval; aos valentes e destemidos Pelotas, Itapaica, Passagem, Maurity; aos briosos Voluntários Paulistas; ao Exército e à Armada".

Viva a Nação Brasileira!"(3)

Nesta peça oratória, bem típica da época, reencontramos o verdadeiro Dr. Ignacio Cochrane: entusiasmado sem ser apaixonado; elegante no expressar-se, mas sem os arroubos e ditirambos daquele outro discurso, pronunciado na Assembléia sob o impacto da notícia da morte do Ditador do Paraguai.

Entretanto, na procura de elementos a respeito de sua atuação durante êsse conflito armado, encontramos um documento que nos enche de perplexidade, deixando-nos cheios de justificada dúvida.

Com efeito, ao rebuscar seus arquivos particulares e ao penetrar na intimidade de seus papéis, carinhosamente guardados, viemos a encontrar uma fôlha sôlta, que destoa completamente das demais. Não tem nenhum título, nem qualquer indicação de sua origem ou procedência. Sem a mínima dúvida, a letra é a do Dr. Cochrane. Contém estas palavras amargas:

(3) Copiado de um caderno pertencente ao Dr. Ignacio Cochrane.

"Levastes roupa e dinheiro aos vossos prisioneiros de guerra na Assunção, e vindes encontrar no Rio de Janeiro êsses bravos mutilados, vossos companheiros de lides, êsses inválidos que vos precederam, seminus e famintos, menoscabados por um govêrno desleal, ao serviço da hipocrisia coroada!

Depois de tantos anos de fadigas pela honra de Pátria, vindes encontrar esta mesma Pátria prostituída e sepultada no mais vil opróbrio!

Eia, pois, Voluntários da Pátria: libertai vossa Pátria! Brasileiros! Salvai o Brasil!"

Que correspondem à época que estamos focalizando, não padece a menor dúvida. Refletem o drama do após-guerra, a tragédia dos desmobilizados, largados ao desamparo. E contém um grito de revolta contra a situação reinante, um evidente apêlo à rebelião.

Mas que sejam de autoria do Dr. Cochrane não nos parece crível, considerando-se suas arraigadas convicções monárquicas (que contrariariam a expressão "hipocrisia coroada") e o fato de haver o Partido Conservador, a que êle pertencia, permanecido no poder até janeiro de 1878 (o que dificilmente justificaria a expressão "govêrno desleal" e, mais ainda, aque-
loutra: "Pátria prostituída e sepultada no mais vil opróbrio").

Quem, pois, as teria escrito? E por que motivo?

Não o sabemos.

Qual a razão que teria levado o Dr. Cochrane a copiá-las com seu próprio punho, guardando-as em seu caderno de recordações?

Eis o mistério.

Fundador do Instituto Pasteur

Tinha o Dr. Ignacio Cochrane sua atenção sempre voltada para o bem público; e disso deu algumas provas, de que temos testemunhos expressivos.

Em 1903, juntamente com os Drs. Azurem Furtado, Bettencourt Rodrigues⁽⁴⁾, Ivo Bandi e Ullysses Paranhos, tomou

(4) Renomado médico português, aqui radicado por motivos políticos, foi o Dr. Bettencourt Rodrigues, ao iniciar-se a década de 1920, Ministro das Relações Exteriores em seu país. Escreveu um livro do mais alto interesse para as relações entre Portugal e o Brasil: *Uma Confederação Luso-Brasileira*, publicado em 1923 (Livraria Clássica Editora, Lisboa).



Dr. Bettencourt Rodrigues

Grande amigo do Dr. Ignacio Cochrane, médico que o assistiu em seus derradeiros instantes, co-fundador do Instituto Pasteur, o Dr. Antonio Bettencourt Rodrigues, após viver muitos anos em São Paulo, retornou à sua Pátria — Portugal, onde chegou a ser Ministro das Relações Exteriores ao iniciar-se a década de 1920. (Fotografia tirada em Lisboa, 1914).

a iniciativa de fundar, na cidade de São Paulo, o *Instituto Pasteur*, cujos Estatutos foram aprovados no dia 1.º de outubro daquele ano. Tinha o nosso biografado, então, 67 anos de idade.

O estabelecimento resultou exclusivamente da iniciativa particular e do produto de uma subscrição pública, sendo considerado “uma instituição científica e humanitária”, que procuraria, “quanto possível, modelar-se pelo tipo de outros institutos congêneres existentes no estrangeiro” e com os quais se esforçaria por estabelecer e manter as mais estreitas relações⁽⁵⁾.

Tinha por *finalidades*:

1. o tratamento preventivo da hidrofobia e, implicitamente, a preparação da vacina anti-rábica, ministrada de maneira gratuita;
2. a preparação de sôros (antidiftérico, antipestoso, anti-tetânico, anticarbunculo e outros), de vacinas (anti-

(5) INSTITUTO PASTEUR DE SÃO PAULO — *Estatutos*, art. 1.º.

carbunculosa e anti-rábica), da tuberculina e da maléina;

3. a manutenção de cursos de Bacteriologia Geral, de Técnica Bacteriológica, de Bacteriologia e de Microscopia aplicadas à clínica e à higiene, além de um curso especial de Inspeção Anonária;
4. o estudo das moléstias tropicais, particularmente as que endêmica ou epidêmicamente reinavam em São Paulo;
5. a publicação de uma Revista trimestral, órgão oficial do Instituto;
6. a fundação de filiais noutros pontos do Estado, sempre que possível e necessário⁽⁶⁾.

O primeiro Conselho Diretor ficou assim constituído: *Presidente* — Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane; *Vice-Presidente* — Dr. Mathias Valladão; *1.º Secretário* — Dr. Alberto Seabra; *2.º Secretário* — Alberto de Menezes Borba; *Tesoureiro* — Desembargador José Maria do Valle.

Assinaram os Estatutos, em outubro de 1903, além dêsses membros fundadores, mais os seguintes: Dr. Bettencourt Rodrigues, Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, Dr. P. Bourroul, Dr. Azurem Furtado, Dr. Roberto Hottinger, Francisco Matarazzo, Dr. Ullysses Paranhos, Dr. Ivo Bandi, Guilherme de Andrade Villares, Dr. Pedro Baptista de Andrade e Clemente Vuono Netto⁽⁷⁾.

No dia 5 de novembro de 1903, em seu consultório localizado à Rua 15 le Novembro n.º 22, o Dr. Bettencourt Rodrigues applicou, pela primeira vez, a *vacina anti-rábica*, “descoberta pelo imortal Pasteur, de saudosíssima memória, em proveito da humanidade e glória à ciência”⁽⁸⁾.

A 20 do mesmo mês e ano, a Diretoria adquiriu, pela quantia de 40 contos de réis, o prédio localizado à Avenida Paulista n.º 224, “situado em lugar ameno e aprazível, com vastas acomodações”. E, ali, a sede definitiva do Instituto, conve-

(6) *Estatutos cit.*, art. 2.º.

(7) *Estatutos cit.*, art. 10.º e pág. 22.

(8) COCHRANE, Ignacio Wallace da Gama — *1.º Relatório, como Presidente da Diretoria do Instituto Pasteur de São Paulo*, p. 3, Tip. Espíndola Siqueira & Cia., São Paulo, 1904.

nientemente adaptada, foi solenemente inaugurada, “com a presença dos dignos membros do Govêrno, autoridades, grande número de cavalheiros e de distintas famílias da nossa sociedade”(9).

A primeira Diretoria da entidade ficou constituída pelos próprios membros do Conselho Director já citados, salvo em relação ao cargo de 2.º *Secretário*, que passou a ser exercido pelo Dr. J. J. da Nova.

Na presidência do Instituto continuou o Dr. Cochrane pelos anos seguintes, até seu falecimento, orgulhoso da obra de que fôra um dos fundadores e principal incentivador, por êle considerada verdadeira “menina” de seus olhos. Ao falecer, em maio de 1912, acompanhavam-no os mesmos companheiros de Diretoria, exceção feita do Dr. Mathias Valladão, que fôra substituído na Vice-Presidência pelo Dr. Bettencourt Rodrigues.

Com o cuidado de sempre, elaborou o Dr. Cochrane oito Relatórios sôbre a gestão da Diretoria, desde 1904 até 1912. Todavia, o derradeiro, datado de 13 de abril de 1912, não teve o prazer de ler perante os membros do Instituto Pasteur. Coube à sua filha Marietta explicar o motivo, em nota escrita no frontispício de um exemplar finamente encadernado em percalina vermelha, com gravações em dourado:

“Último trabalho de meu adorado Papai.

A sessão do Instituto estava marcada para o dia 20 de abril e êle, nesse dia, amanheceu doente, sendo por êsse motivo adiada a sessão. No dia seguinte, foi êle para a cama, de onde não mais se levantou, vindo a falecer no dia 31 de maio.”

Atividades noutros setores

Tôdas as vêzes que houve oportunidade, deu o Dr. Ignacio Cochrane seu integral apoio a iniciativas de caráter cultural. E tal apoio nem sempre foi teórico.

Pelo menos é o que se conclui do fato de constar de seu arquivo um officio do *Gabinete de Leitura “Ateneu Ubatubense”*, datado de janeiro de 1886, no qual a Diretoria lhe

(9) COCHRANE, Ignacio W. da Gama — 1.º Relatório cit., pp. 4-5.



*Sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico
de São Paulo (1895)*

O diploma pertencente ao Dr. Ignacio Cochrane, ora sob a guarda do autor, traz a data de 15 de abril de 1895 e as assinaturas do Dr. Cesario Motta Junior (Presidente), Carlos Reis (Secretário) e Dr. Domingos Jaguaribe (Tesoureiro).

agradece “o valioso donativo que fêz” por ocasião de sua visita à velha cidade de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, e comunica-lhe que lhe havia sido concedido, por unanimidade, o título e respectivo diploma de *sócio honorário*⁽¹⁰⁾.

Assim também explica-se sua presença entre os fundadores do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, verdadeiro patrimônio cultural de nosso Estado, de que foi *sócio efetivo* desde 1895 até seu falecimento.

No ano de 1906, coube-lhe ainda a iniciativa de fundar uma instituição de caráter filantrópico — a *Associação de Bene-*

(10) Suas ligações estendiam-se, também, ao litoral sul de São Paulo, particularmente com Iguape, a cuja *Irmandade do Senhor Bom Jesus* pertencia, conforme diploma datado de 1884, em nosso poder.



Sócio honorário do Ateneu Ubatubense

O diploma pertencente ao Dr. Ignacio Cochrane, hoje sob a guarda do autor, retrata uma fase gloriosa da história de Ubatuba, SP. É datado de 6 de janeiro de 1886, sendo assinado pelo Dr. João Diogo Esteves da Silva, Joaquim José Rodrigues e Antonio Hilarião Xavier dos Santos.

ficência Mútua dos Engenheiros, de cuja Diretoria foi Presidente até à data de sua morte, na companhia de outros nomes da Engenharia paulista: Victor da Silva Freire, Carlos Gomes de Souza Shalders, Edgard Egydio de Souza e Antonio de Barros Barreto.

Paladino do saneamento

Naquele mesmo ano de 1906, publicou no "São Paulo" uma série de 12 artigos, sob o título *A Saúde Pública*. Tinha, então, 70 anos de idade; mas, nem por isso, perdera o entusiasmo pelas boas causas, nem a faculdade de argumentar com lucidez e conhecimento do assunto.

No primeiro d'esses artigos, lembra o que fizera, trinta anos antes, em prol do saneamento de Santos. "Foi Santos" — escreveu êle — "se não me falha a memória, a primeira, na então Província de São Paulo, servida de regular abastecimento d'água canalizada, e foi ainda a primeira, sem contestação, que iniciou os serviços de drenagem". Recorda que levantou a idéia da construção, naquela cidade, de um Lazareto, no intuito de evitar os contágios inevitáveis em um pôrto de mar; mas fracassara, porque a Associação Comercial de Santos recusara-se a auxiliar a planejada construção, "sob o fundamento de que cometimentos de tal natureza só eram da competência do Govêrno!" O resultado não se fêz esperar, pois vieram "o luto e a desolação substituir os risos e as alegrias no seio das famílias", em virtude das epidemias que ali se desenvolveram. Demonstra que sempre se interessou pelos problemas referentes à saúde pública e ao saneamento, através de uma série de artigos publicados entre 1892 e 1894, na qualidade de chefe da Comissão de Saneamento da Capital e, mais tarde, como Superintendente das Obras Públicas. Em consequência, o serviço de esgotos de Santos ficou sob a administração estadual e os mananciais da Serra da Cantareira passaram a abastecer a população paulistana⁽¹¹⁾.

No segundo artigo, depois de acentuar que "a saúde pública constitui preciosíssimo dom, verdadeira felicidade, sem a qual pouco ou nada valem os gozos que, por ventura, possa o homem fruir em sua curta peregrinação por êste mundo", lembra que as questões ligadas à salubridade tinham a mais decidida importância, tanto no ponto de vista da hygiene, como nos da economia social e da moralidade pública. Repete as palavras de GUSTAVE JOURDAN: "Todos procuram fugir do lar, onde faltam o ar e a luz e onde só podem respirar exalações mefíticas. A deserção do lar segue-se, como que forçosamente, a corrupção dos costumes e o afrouxamento dos sagrados laços de família". Desenvolve essa tese, para relembrar as palavras escritas em 1892 a propósito do saneamento do pôrto e da cidade de Santos: "O Estado de São Paulo não pode ser indiferente, não pode cruzar os braços diante das calamidades que afligem a população de Santos; e que, repercutindo no interior, como no exterior, clamam pela adoção

(11) Cf. "São Paulo", 26 de setembro de 1906.

de prontas e enérgicas providências, ainda a custo dos maiores sacrifícios" (12).

No terceiro artigo, acentua que, estudadas as condições naturais que mais influem sobre a salubridade das cidades (situação, altitude, orientação, natureza e disposição do solo), verifica-se que eram elas desfavoráveis em relação a Santos; e passa a comprovar a assertiva. "Se tais condições desfavoráveis nem sempre podem ser completamente transformadas (por isso que os defeitos e vícios de origem são como os de nascença), eram, entretanto, suscetíveis de modificações, com a aplicação dos preceitos da higiene". Lembra as principais medidas que sugerira em janeiro de 1896: canalização subterrânea, construção do Lazareto, hospitais de isolamento e cais do pôrto — para ressaltar que Santos passara por verdadeira transformação: dispunha de "majestoso cais, abundantemente abastecido de água", ruas calçadas e asseadas, largas avenidas com terrenos marginais perfeitamente drenados, tornando-se o "Sanatório do Estado". E conclui por transcrever as impressões de JOAQUIM NABUCO, então embaixador nos Estados Unidos, ao visitar o nôvo cais do pôrto, bem diferente do tempo em que ali desembarcara como estudante, quando teve de percorrer "um extenso lamaçal, que era a faixa da cidade"(13).

No quarto artigo, começa por citar as impressões de JOAQUIM NABUCO a respeito da Capital paulista, após oito anos de ausência: "uma cidade esplêndida, admiravelmente calçada, primorosamente limpa, coberta de arborização ainda nova", que lhe faziam lembrar as cidades modernas da Califórnia; e acentua que tudo isso fôra obra da administração do Conselheiro Antonio Prado, à frente da Prefeitura de São Paulo. Mas outras obras de valor inestimável existiam, desconhecidas dos visitantes, invisíveis, porque estavam imersas no subsolo: os canais adutores do Reservatório da Cantareira, cuja extensa rêde irradiava-se em tôdas as direções, levando e distribuindo "a domicílio o principal elemento de vida e de saúde", a par da não menos extensa rêde de canais eferentes, que consigo arrastavam os resíduos orgânicos e industriais, nocivos à saúde, para despejá-los a conveniente distância. E termina por demonstrar que ao Govêrno do Estado cabia pro-

(12) Cf. "São Paulo", 27 de setembro de 1906.

(13) Cf. "São Paulo", 28 de setembro de 1906.

piciar, à maioria das cidades do interior, os mesmos e inadiáveis benefícios⁽¹⁴⁾.

No quinto artigo, procura demonstrar que aos cidadãos cumpre colaborar com o Governo nessa obra de bem-estar social, submetendo-se às prescrições legais e melhorando as condições de higiene em seus lares. Daí a necessidade de difundir e vulgarizar os preceitos básicos da higiene; e, no desempenho dessa tarefa, vinha publicando aquela série de artigos. Mas tornava-se preciso entender o saneamento em seu mais lato sentido: "visando a saúde do corpo, de par com o cultivo do espírito". Mostra, a seguir, as diferenças existentes entre o ambiente reinante na zona rural e o dominante nas cidades, para concluir que as Nações não podiam pretender constituir-se exclusivamente com população urbana ou com população rural, devendo procurar manter entre elas o necessário equilíbrio; "ao poder público compete, portanto, modificar as condições de salubridade das cidades e melhorar as da vida agrícola"⁽¹⁵⁾.

No sexto artigo, começa por recordar os ensinamentos do Dr. JULES ROCHARD, dados em 1892: "De três meios dispõem os povos para se preservarem das epidemias exóticas: o isolamento, a desinfecção e o saneamento". Desenvolve esse tema, demorando-se em considerações em torno da afirmativa de que "o futuro pertence ao saneamento"⁽¹⁶⁾.

No sétimo artigo, lembra a epidemia de cólera, que irrompeu na Capital paulista e no Vale do Paraíba, em 1894, ao mesmo tempo que a febre-amarela flagelava a cidade de Santos. Com tais exemplos, procura demonstrar o relevante papel representado pelo saneamento na luta contra tais males; e o faz através de numerosos exemplos e dados objetivos⁽¹⁷⁾.

No oitavo artigo, mostra, de início, que as Câmaras Municipais têm o dever de cooperar com o Governo do Estado em prol do saneamento das áreas sob sua jurisdição; e procura lembrar as diferentes maneiras em que pode processar-se essa colaboração. Cita o exemplo da Municipalidade da Capital, particularmente no que se refere à fiscalização dos gêneros

(14) Cf. "São Paulo", 29 de setembro de 1906.

(15) Cf. "São Paulo", 2 de outubro de 1906.

(16) Cf. "São Paulo", 3 de outubro de 1906.

(17) Cf. "São Paulo", 5 de outubro de 1906.

alimentos expostos à venda, quanto à sua pureza e condições de higiene. Refere-se, depois, ao papel que pode representar, nesse particular, o Instituto Pasteur de São Paulo, cuja história resume e cujo laboratório achava-se habilitado a proceder às indispensáveis análises bacteriológicas, além de outras⁽¹⁸⁾.

Em o nono artigo, desenvolve longas considerações que, hoje, classificá-riamos de Geografia Urbana, pois faz uma análise minuciosa dos diferentes tipos de sítios urbanos, à luz do problema da saúde pública, com sugestivos exemplos. Termina por lançar um apêlo ao Governo para que leve em conta suas considerações, tentando modificar ou abrandar as condições desfavoráveis de muitas das cidades paulistas, pelo bem de seus habitantes⁽¹⁹⁾.

No décimo artigo, retoma o tema do artigo anterior, procurando acentuar quais as condições mais vantajosas ou quais as desfavoráveis para a localização de uma cidade ou de seus bairros. Mostra a importância de alguns fatores: a orientação das ruas, a influência dos ventos dominantes, as altitudes⁽²⁰⁾.

No décimo primeiro artigo, prosseguindo na análise da influência das altitudes, lembra que as cidades têm sido classificadas em cinco categorias: 1. cidades de planalto; 2. cidades alpestres; 3. cidades de montanha; 4. cidades de colinas; 5. cidades de planície — ilustrando, cada tipo, com numerosos exemplos. A seguir, aplica a referida classificação às cidades do Estado de São Paulo, para concluir que só podem interessar dois tipos: as de montanha (entre 300 e 1.000 m) e as de planície, subdividindo o primeiro tipo em quatro classes: a) as que ficam acima de 800 m; b) entre 700 e 800 m; c) entre 600 e 700 m; d) entre 300 e 600 m. As localizadas a menos de 50 metros de altitude seriam cidades de planície. Fornece, depois, inúmeros exemplos para cada uma das cidades classes e, como de 5.ª categoria, focaliza ainda uma vez, e longamente, o exemplo da cidade de Santos⁽²¹⁾.

No décimo segundo artigo, último da série, estuda minuciosamente o problema da localização dos Cemitérios, desde

(18) Cf. "São Paulo", 9 de outubro de 1906.

(19) Cf. "São Paulo", 14 de outubro de 1906.

(20) Cf. "São Paulo", 25 de outubro de 1906.

(21) Cf. "São Paulo", 28 de outubro de 1906.

os dispositivos fixados pelo Direito Romano e os exemplos legados por Pompéia e Roma, até as práticas de inumação nas Igrejas e, por fim, no interior das cidades. Cita a opinião de HAGUENOT e MARET, autores do século XVIII, como outros mais recentes: ORFILA, TARDIQU, FONSSAGRIVES, LETHEBY. E rememora o sucedido com o Cemitério do Paquetá, em Santos (já citado em seu Relatório como Presidente da Câmara Municipal, de 1873) e a instalação do novo Cemitério do Sabó, sugestão sua, então adotada pela Municipalidade santista⁽²²⁾.

*

Ai está, em resumo, o que escreveu o Dr. Cochrane num dos jornais paulistas, aos 70 anos de idade. Nesse longo estudo, não mais encontramos o engenheiro ferroviário e, muito menos, o político militante; mas o engenheiro sanitarista e urbanista, o homem culto, interessado pelo bem público, profundamente humano no pensamento e no coração.

Assim era o Dr. Ignacio Cochrane.

(22) Cf. "São Paulo", 29 de outubro de 1906.

A família Barbosa Cochrane

Dona Marucas. Da estirpe dos Taques Pompeu. Os Vieira Barbosa. Os Barbosa Cochrane. As cinco famílias.

Dona Marucas

AIDA do Dr. Ignacio Cochrane para a cidade de Santos, no ano de 1860, como engenheiro fiscal do Governo do Império junto à "São Paulo Railway", teve muitas conseqüências, como já nos foi dado acentuar: acabou por fixá-lo naquela cidade paulista; fê-lo exercer, por algum tempo, atividades no comércio do café; levou-o a entrar na política, dentro das hostes do Partido Conservador, que o conduziu à Câmara Municipal, onde permaneceu por treze anos, levou-o como Deputado à Assembléia Provincial e, mais tarde, à Assembléia Geral do Império, sempre como representante do Litoral paulista.

No entanto, nada disso talvez teria acontecido se o Dr. Cochrane não houvesse conhecido uma jovem de 19 anos — *Dona Marucas*. Ignoramos se, antes disso, já se conhecessem. É provável que não, uma vez que, até àquela época, sempre vivera o Dr. Cochrane em terras fluminenses e cariocas, não nos constando que a família de Dona Marucas freqüentasse a casa do Dr. Thomas Cochrane, no Rio de Janeiro.

O amor entre ambos, ao que tudo indica, foi fulminante: êle, com 23 anos de idade, jovem engenheiro no início de uma carreira que prometia ser brilhante, enteado de um homem já conhecido em todo o Império como idealizador de importantes empreendimentos destinados ao bem público e afamado médico homeopata; ela, em plena mocidade, pertencente a

acatada família de há muito radicada em Santos, onde o Pai dirigia poderosa firma comissária de café.

Fotografias da época permitem que façamos idéia do casal de namorados, que acabariam por se unir pelo casamento naquele mesmo ano de 1860, no dia 8 de novembro. O Dr. Ignacio Cochrane não negava sua ascendência nórdica: alta estatura, tez rosada e olhos claros; seus cabelos, abundantes e encaracolados, eram castanhos alourados, tal como seus bigodes fartos e sua barba rala, a emoldurar-lhe o queixo. Bem ao contrário, Dona Marucas era uma legítima representante do tipo mais comum de brasileira: morena, de grandes olhos e cabelos negros, a bôca bem marcada, de discreta beleza.

Na vida do Dr. Cochrane representou ela um grande papel, como espôsa e como mãe. Juntos conviveram por quase 43 anos, em perfeita harmonia, que aquêles que os conheceram atestam e muitos fatos confirmam. Sentimo-la ao ler alguns versos do Dr. Cochrane, escritos em 1873:

“Uma espôsa virtuosa
 Bem cedo logo encontrei,
 E as delícias de ser pai
 Em breve também gozei.

 Tinha uma espôsa e filhinhos,
 A quem cobria de afetos
 Em troca de mil carinhos...”;

ou naquele rondó, também datado de 1873 e intitulado *Caprichos de Amor*, através do qual proeureu amenizar os sofrimentos da espôsa, vítima da varíola:

“Caprichos de amor!
 Não há explicá-los;
 Não há
 Inda menos
 Quem possa evitá-los.
 Caprichos de amor!

 O amor tem limites?
 Não creias, não tem;
 Embora,
 Entre juras,
 Proteste-o alguém
 Que amor tem limites.



Dona Marucas

A esposa do Dr. Ignacio Cochrane, Dona Maria Luiza Barbosa Cochrane, aparece em fotografia tirada em 1860, ano de seu casamento.

O amor tem caprichos,
Mistérios também;
E cresce
E se expande,
Limites não tem;
Mas tem seus caprichos.

O influxo gozei
De tão belo engano;
De crer
Ter sentido
Amor sôbre-humano
O influxo gozei

Supunha impossível
Que houvesse no mundo
Alguém
Que sentisse
Amor mais profundo;
Supunha impossível!

No entanto, desfez-se
Tão grata ilusão,
Sentindo expandir-se
O meu coração...
Com pouco desfez-se:

Bastou que eu visse
Nas faces minuosas
Do anjo que adoro
Covinhas gostosas...
Bastou que eu as visse!

Tem ela feitiços,
Aninham encantos,
Que espancam,
Que estancam
As mágoas, os prantos...
Oh! sim, tem feitiços.

O amor tem caprichos,
Mistérios também;
E cresce
E se expande
Mais, e sempre, além!
Mas... tem seus caprichos."

Quando mereceu êsses versos singelos, mas cheios de afeto, Dona Marucas tinha 33 anos de idade, estava casada havia 13 anos e tivera 8 filhos.

Muitos anos depois, exatamente no dia 8 de novembro de 1890, quando o casal comemorou o 30.^o aniversário de casamento, escreveu o Dr. Cochrane os versos que se seguem, intitulados *O amor perfeito*:

"Simbolizando a aliança,
Que há trinta anos perdura,
Venho ofertar-te, em lembrança,
Esta flor singela e pura,
Que se diz — amor perfeito!

Se ela, cedendo ao efeito,
À ação do tempo que corre,
Viceja, fenece e morre;
Sua essência, o nosso amor,
Que puro soube crescer,
Na prole encontra um penhor
Que o faz sempre reviver."

Dona Marucas tinha, então, 50 anos e o Dr. Cochrane 54. Dez anos mais tarde, no dia em que comemoraram o 40.º aniversário de casamento, voltou a escrever o nosso biografado:

“Como as letras enlaçadas,
 Não só por sagrada união,
 Estão nossas almas ligadas;
 Também por mútua afeição
 Em aras santas jurada.
 Se a de ouro simboliza
 O valor dos corações,
 A de prata sintetiza
 A neve que, em festões,
 Sobre eles acumularam
 Quarenta anos, sem afrouxar
 Os laços que bem firmaram
 A harmonia, a paz no lar,
 Sob os auspícios da Fé
 E da Família Sagrada,
 De Jesus, Maria, José.”

Evidentemente, não interessa o valor literário dêsses versos desprezíveis, que o autor jamais imaginou que, um dia, viessem a ser publicados. Transcrevendo-os, pretendemos tão-somente comprovar que, na verdade, o amor nascido em Santos, naquele remoto ano de 1860, perdurou através do tempo, perfeito, intato.

Em sua “Agenda” para 1902, assim registrou o Dr. Cochrane o 42.º aniversário de seu casamento:

“8 de novembro. — Completam-se hoje 42 anos de venturosa união conjugal e de inalterável paz e harmonia na família querida. Que Deus nos conceda por mais alguns anos o gôzo de tão inestimável felicidade.”

Mas Deus assim não quis. Cinco meses depois, falecia Dona Marucas, após haver dado ao casal 12 filhos, oito dos quais atingiram a idade adulta. Morreu na cidade de São Paulo, no dia 9 de maio de 1903, aos 63 anos de idade.

Seu verdadeiro nome era *Maria Luiza Vieira Barbosa*. Nasceu na cidade de Santos, a 5 de junho de 1840, descendendo de tradicional linhagem luso-paulista, gente cujo nome ligou-se à história de São Paulo e, em particular, à vida de Sorocaba e de Santos.

Da estirpe dos Taques Pompeu

A ancestralidade da espôsa do Dr. Ignacio Cochrane remonta à figura de *Francisco Taques Pompeu*, "natural de Brabante, dos Estados de Flandres, da nobilíssima família do seu apelido", comerciante flamengo que, no século XVI, foi fixar-se na então vila de Setúbal, freguesia de São Julião, em terras de Portugal, onde veio a casar-se com Dona *Ignez Rodrigues*, natural da mesma vila.

O segundo filho do casal foi *Pedro Taques*, português de nascimento, que veio para o Brasil no exercício do cargo de Secretário d'Estado, em 1591, acompanhando o 7.º Governador-Geral do Brasil — Dom Francisco de Souza. Depois de residir na cidade do Salvador, passou-se, em 1599, para a então vila de São Paulo, sempre ao serviço do Governador-Geral; e aqui fixou residência, exercendo, a partir de 1609, o cargo de Juiz de Órfãos e falecendo em avançada idade. Em São Paulo, casou-se com Dona *Anna de Proença*, natural da mesma vila, filha de Antonio de Proença (da estirpe dos Proença) e de Dona Maria Castanho (da estirpe dos Almeida Castanho); o casal teve oito filhos. Foi assim que se iniciou o ramo brasileiro e paulista da família de Dona Marucas.

O terceiro filho dêsse casamento foi *Lourenço Castanho Taques*, nascido na vila de São Paulo em 1608 e falecido em 1677. Era afazendado em terras drenadas pelo ribeirão Ipiranga. Mas não tardou a penetrar nos sertões de Minas Gerais, com a patente de Governador e à frente de uma Bandeira, deixando o Juizado de Órfãos (que herdara de seu pai), a fim de combater os índios Cataguás; e — como informa PEDRO TAQUES — "conseguiu o primeiro conhecimento, que depois veio a produzir a fertilidade das minas de ouro, chamadas no princípio do seu descobrimento *Cataguases* e, depois, estendendo-se em muitas léguas de distância, mas no mesmo Sertão, os novos descobrimentos, vieram estas *Minas* a ficar conhecidas com a nomenclatura de *Gerais*, em que se conservam"⁽¹⁾.

(1) LEME, Pedro Taques de Almeida Paes — *Nobiliarchia Paulistana*, tomo I, p. 129, Liv. Martins, São Paulo, 1953. — Veja, também: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho — *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, p. 404, São Paulo, 1954.

Em 1631, casou-se na vila de São Paulo com Dona *Maria de Lara*, filha de Dom Diogo de Lara (da estirpe dêste nome) e de Dona Magdalena Fernandes de Moraes Feijó, de quem teve 10 filhos.

O quarto filho do casal chamou-se *Thomé de Lara e Almeida*, também natural da vila de São Paulo, mas que não tardou a fixar-se na vila de Sorocaba, da qual foi Capitão-Mór, além de Lugar-tenente do Donatário da Capitania de Itanhaém; "a sua casa foi abundante com grande tratamento" e "praticou liberalmente a virtude da caridade com a pobreza de Sorocaba" (2). Em primeiras núpcias, casou-se com Dona *Maria de Almeida Pimentel*, filha do Capitão Antonio de Almeida Pimentel e de Dona Lucrecia Pedroso de Barros (da estirpe dêste nome), de quem teve 11 filhos.

A sétima filha do casal foi Dona *Branca de Almeida*, falecida em Sorocaba no ano de 1761, que se casou com o sorocabano *Anaro Domingues Vidigal*, falecido em 1720, filho de Braz Domingues Vidigal e de Dona Isabel Pedroso (da estirpe dos Domingos Teve), de quem houve 10 filhos.

O terceiro filho do casal chamou-se *Lourenço Castanho Vidigal*, também natural de Sorocaba, onde faleceu em 1790. Foi casado com a sorocabana Dona *Josepha de Almeida Fogaça*, falecida em 1786, filha de Gaspar Cubas Ferreira, natural de Itu, e de Dona Angela de Almeida Fogaça, de quem teve 8 filhos. Foram tetravós de Dona Marucas.

A derradeira filha do casal foi Dona *Gertrudes Ferreira Castanho*, falecida em Sorocaba em 1771, que se casou com *Caetano José Prestes*, Juiz de Órfãos dessa vila, filho de João Baptista Prestes, natural de Santos, e de Dona Filippa Rodrigues Carassa, natural de São Paulo, de quem teve uma só filha: chamava-se Dona *Angela Ferreira Prestes* e foi uma das bisavós de Dona Marucas. Casou-se em Sorocaba, em 1779, com o Licenciado *Manoel Martins dos Santos Rego*, português, natural do Pôrto, freguesia de São Martinho de Cedofeita, filho de João Martins dos Santos e de Dona Josepha Maria do Rego; exerceu o cargo de Cirurgião-Mor em Iguatemi (3).

(2) LEME, Pedro Taques A. Paes — obra cit., tomo I, p. 175.

(3) No roteiro genealógico, aqui seguido, baseamo-nos nas duas fontes clássicas da Genealogia paulista: em PEDRO TAQUES, *Nobiliarchia Paulistana*, tomo I, pp. 111, 112-113, 124, 129, 175, 186, ed. Martins; e em SILVA LEME, *Genealogia Paulistana*, vol. 4.º, pp. 222, 223, 231, 265, 268, 269, 270, 271, 286.

Os Vieira Barbosa

Esses bisavós de Dona Marucas tiveram oito filhos, o último dos quais foi Dona *Gertrudes Miquelina Martins*, que veio a casar-se com o Sargento-Mor *Bernardino Antonio Vieira Barbosa*, português, natural da freguesia de São Martinho de Ventosa, Distrito de Braga. Foram eles os avós paternos da espósa do Dr. Cochrane.

Dêsse casamento provieram seis filhos, o mais velho dos quais foi o pai de Dona Marucas. Chamava-se *José Antonio Vieira Barbosa* e casou-se na cidade de Santos, em 1837, com sua prima *Dona Maria Luiza Vieira Barbosa*, mãe de Dona Marucas, filha do Capitão Antonio José Vieira Barbosa e de Dona Anna Joaquina de Oliveira, por conseguinte, avós maternos daquela. Como já ficou dito, foi êle comerciante na praça de Santos, chefe da casa comissária de café Vieira Barbosa & Cia., tendo ali falecido em 1864.

Dona Marucas foi a segunda filha do casal. Teve mais dois irmãos: o Capitão *José Antonio* (Juca) *Vieira Barbosa* (filho), primogênito, que se casou com sua prima *Dona Carolina* (Carula) *Martins dos Santos*; e *Dona Francisca Aurélia* (Chiquinha) *Vieira Barbosa*, terceira filha do casal, que foi casada com o Dr. José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho, Deputado Provincial por São Paulo, também residente em Santos por muitos anos, tendo depois passado a morar no Rio de Janeiro, onde vivem seus descendentes. Foi um dos grandes amigos do Dr. Cochrane.

Os Barbosa Cochrane

Do casamento do Dr. Ignacio Cochrane com *Dona Maria Luiza* (Marucas) *Vieira Barbosa* resultou uma nova família: os *Barbosa Cochrane*.

O casal teve 12 filhos, todos nascidos na cidade de Santos, seis do sexo masculino, seis do feminino, a saber:

1. Thomaz Wallace (1861)
2. Robertina (1862)
3. Ignacio (1864)



O Dr. Ignacio Cochrane, espôsa e filho (1873)

O Dr. Cochrane aparece ao lado de Dona Marucas e do primogênito do casal — Thomaz Wallace Cochrane, então com 12 anos de idade. Nessa época, ocupava a presidência da Câmara Municipal de Santos.

4. Helena (1865)
5. Georgina (1866)
6. Marietta (1868)
7. Eurico (1870)
8. Dulce Lina (1872)
9. Roberto (1874)
10. Zaira (1875)
11. Archibaldo (1877)
12. Oswaldo (1879)

Em relação a alguns deles, percebe-se a homenagem que seus nomes contém: *Thomaz Wallace* (Thomazinho), o primogênito, lembra o Dr. Thomas Cochrane e demonstra o grau de afeição que tinha o Dr. Ignacio Cochrane pelo seu padraсто, mas também, pelo segundo nome, o Dr. Robert Wallace MacFarlane, seu verdadeiro pai; *Robertina* e *Roberto* significam que o Dr. Robert MacFarlane continuava a ser recordado; *Ignacio* seria, se houvesse sobrevivido, o "júnior" da família;

Helena (Besita) relembra a figura de Dona Helena Augusta da Gama Cochrane, mãe do Dr. Cochrane; e *Archibaldo* parece lembrar o nome do 9.º Conde de Dundonald — Archibald Cochrane, tio do Dr. Thomas Cochrane e pai do famoso Almirante Cochrane, Marquês do Maranhão.

Quatro morreram em criança. Dentre os oito que atingiram a idade adulta, três não deixaram descendência.

Dos que não atingiram a idade adulta, um teve somente poucos dias de vida: foi *Ignacio*, o terceiro filho do casal, nascido e falecido no próprio ano de 1864.

Dois outros faleceram no ano de 1872, vítimas da febre amarela: *Georgina*, na idade de 6 anos, e *Eurico*, com apenas dois anos. O Dr. Cochrane descreveu êsse transe doloroso de sua existência, de forma patética, em versos escritos em 1873:

“Prestes fatal moléstia
Se declara entre os meus;
Bateu as asas, voou
A Georgina para os céus,
Onde entre os anjos pousou
Sem sequer dizer-me adeus!
Quanto sofri, quanto soffro,
Ind’hoje, só sabe Deus!
.....

Ainda sangrava vivo
Cruciado o coração,
Ainda, ao péso da dor,
Me não voltara a razão,
E nôvo quadro de horror
Nessa triste habitação!
Todos do mal afetados,
Menos a espôsa, essa não!

Altos Juízos de Deus!
Era a irmã de caridade,
Que a Divina Providência.
Por Infinita Bondade,
Ali deixara em essência!
Em contínua atividade
De um leito a outro leito
Vagava sem consciência!

E outro anjo querido
Foi voando para os Céus:
Eurico sempre lembrado,
Penúltimo dos filhos meus!



As cinco irmãs Cochrane

Ao alto, em fotografia de 1893, aparecem da esquerda para a direita: Dulce, Robertina, Helena, Marietta e Zaira. Em baixo, numa fotografia de 1922, aparecem, na mesma ordem: Helena, Marietta, Robertina, Zaira e Dulce.

Quão senti-me atribulado
 Ind'hoje, só sabe Deus!
 Nos braços da espôsa, eu disse:
 'Altos Juízos de Deus!'

O quarto filho a falecer em criança foi *Roberto*, que morreu em 1876, com apenas dois anos de idade.

Dos oito restantes, três não tiveram descendentes: Marietta, Zaira e Archibaldo.

Dona *Marietta Cochrane*, sexta filha do casal, permaneceu solteira e veio a falecer na cidade do Rio de Janeiro, aos 60 anos incompletos, em consequência dos graves ferimentos recebidos em brutal acidente verificado à Rua da Alfândega (1928). Tinha educação esmerada e verdadeira vocação para o ensino, a exemplo de sua colega e maior amiga — Dona Isabel Jacobina Lacombe, fundadora do Colégio Jacobina. Foram ambas alunas das mais distintas do Colégio Progresso, merecendo prêmios e louvores de seus mestres. Nos exames finais realizados em 1886, as provas de Matemática, que ambas haviam feito, foram postas em dúvida, quanto ao seu valor, pelo pai de uma de suas colegas, inconformado com a nota obtida pela filha. O professor, Coronel Pedro Cursino do Amarante, não tergiversou: apelou para uma autoridade na matéria, submetendo a solução do caso ao veredito do professor de Matemática da Escola Militar — nada mais, nada menos do que Benjamin Constant Botelho de Magalhães. O parecer daquele que viria a ser considerado o Fundador da República, guardado como relíquia pela Família Jacobina Lacombe, diz o seguinte:

‘Exprimo com tôda a imparcialidade o meu juízo dizendo que se fôsse examinador daria a essas alunas melhores notas do que as que receberam. Por êsses documentos, escritos de chôfre, sôbre pontos tirados à sorte por meninas estudiosas e naturalmente tímidas, vê-se que elas receberam uma educação matemática elemental muito bem dirigida. As provas das alunas D. Marietta Cochrane e D. Izabel Jacobina são completas, metódicas e escritas com muita correção. Pelos raciocínios seguros e bem encadados, as definições e regras enunciadas com muita clareza e precisão, as aplicações acertadas e questões práticas dadas de improviso, revelam que suas autoras não levaram pontos decorados, mas bem estudados e compreendidos. Houve muito rigor na apreciação dessas provas. Eu, se fizesse parte da mesa de exames, daria nota ótima às duas primeiras e boa à terceira’⁽⁴⁾.

O parecer traz a data de 28 de janeiro de 1887. Menos de um mês antes, Dona Marietta Cochrane havia completado 18 anos.

Mas o destino dessas duas amigas inseparáveis foi bem diferente. Dona Belinha Lacombe (assim era ela mais conhe-

(4) Cf. JACOBINA, Alberto Pizarro — *Dois pareceres de Benjamin*, em “Leitura”, n.º 7, p. 49, janeiro de 1958.



Dr. Thomaz Wallace Cochrane e sua esposa

O filho primogênito do Dr. Ignacio Cochrane, que faleceu em 1910 como Ministro do Tribunal de Contas da União, foi casado com sua prima-irmã, Dona Alice Cochrane de Araujo Gondim, filha dos Barões de Araujo Gondim. Dêsse casamento originaram-se os Gondim Cochrane.

cida) pôde realizar integral e vitoriosamente sua vocação, casou-se, viu seus filhos crescerem, vindo a falecer, veneranda e venerada, em 1961⁽⁵⁾. Dona Marietta Cochrane não exerceu o magistério, a não ser na intimidade do lar, quer preparando sua irmã Zaira para os exames na Instrução Pública, quer dando aulas para muitos de seus sobrinhos. O destino truncou sua vocação: foi a companheira de Dona Marucas, nos derradeiros anos de sua existência; depois do falecimento desta, em 1903, passou a dedicar-se inteiramente ao Dr. Ignacio Cochrane, em sua viuvez e em sua velhice; e, quando êste faleceu em 1912, tornou-se, juntamente com sua irmã Zaira, a dedicada enfermeira do irmão enfermo — Archibaldo Cochrane. E assim foi vivendo até que a morte a colheu em circunstâncias trágicas, num dia de novembro de 1928, quando se viu arrastada pelas rodas de um automóvel — justamente ela, tão correta, tão circunspecta, tão digna nos menores gestos, tão avêssa ao escândalo ou ao sensacionalismo. “São os altos juízos de Deus” — diria, se vivo fôsse, o Dr. Cochrane.

Dona *Zaira Cochrane*, companheira fiel de sua irmã na dedicação ao Dr. Cochrane e ao irmão doente, solteira permaneceu até a idade de 57 anos, quando contraiu matrimônio com seu cunhado — Dr. *Arnolfo Rodrigues de Azevedo* (1868-1942), que fôra casado, em primeiras núpcias, com sua irmã Dulcita, falecida em 1931. Dêsse casamento não houve geração. Tendo falecido em 1963, com 88 anos incompletos, Dona Zaira Cochrane de Azevedo, dos 12 filhos do casal Ignacio Cochrane, foi o último a desaparecer.

Archibaldo Cochrane foi vitimado na infância por uma enfermidade, que o invalidou para sempre, arrastando uma triste existência, que teve fim em 1947, quando já completara 70 anos de idade.

As cinco famílias

Os restantes cinco filhos do Dr. Cochrane constituíram família e deixaram numerosa descendência.

São as cinco famílias, que se vêm multiplicando em outras muitas e que provieram, tôdas, dos Barbosa Cochrane:

(5) A respeito de Dona Isabel Jacobina Lacombe, veja a publicação *In Memoriam* (Rio de Janeiro, 1961).



Almirante Fernando Cochrane
(1887-1956)

Filho primogênito do Dr. Thomaz Wallace Cochrane, ao falecer tinha o posto de Almirante da reserva da Marinha de Guerra brasileira. (Fotografia tirada em Spezia, Itália, em fins da década de 1920-30).

1. os Gondim Cochrane
2. os Cochrane Simonsen
3. os Cochrane Suplicy
4. os Cochrane de Azevedo
5. os Gonçalves Cochrane

Os GONDIM COCHRANE descendem do primogênito do casal — o Dr *Thomas Wallace* (Thomazinho) *da Gama Cochrane* (1861-1910), bacharel em Direito, que foi Secretário da Presidência da República durante o governo do Dr. Manuel Ferraz de Campos Salles e faleceu como Ministro do Tribunal

de Contas da União. Casou-se com sua prima-irmã Dona *Alice Cochrane de Araujo Gondim* (1861-1932), filha do Dr. Antonio José Duarte de Araujo Gondim e de Dona Maria Carolina (Mary) da Gama Cochrane, Barões de Araujo Gondim. Dêse casamento provieram três filhos: 1. o Almirante *Fernando Cochrane* (1887-1956), que se casou com Dona *Amelia de Castro Rebello* (1889), filha do Dr. José de Castro Rebello e de Dona Anna de Mello Barreto, sem descendência; 2. o Dr. *Eurico Cochrane* (1888-1929), bacharel em Direito e funcionário público, casado com Dona Regina de Faria Alvim (1894), filha de Gustavo de Mello Alvim e de Dona Margarida de Faria, de quem teve quatro filhos, que constituem os **ALVIM COCHRANE**; 3. Dona *Vera Cochrane* (1899), que se casou com o Sr. Jorge Teixeira de Gouvêa (1890-1953), funcionário público, filho do Sr. José Teixeira de Gouvêa e de Dona Laura Gussen, de quem teve três filhos, que constituem os **COCHRANE GOUVÊA**.

Os **COCHRANE SIMONSEN** descendem da segunda filha do casal — Dona *Robertina da Gama Cochrane* (1862-1942), que se casou com o Sr. Sydney Martin Simonsen (1850-1930), cidadão inglês, comerciante, filho do Sr. Michael Ludwig Simonsen e de Dona Caroline Simonsen. Dêse casamento provieram cinco filhos: 1. o Sr. *Wallace Cochrane Simonsen* (1884-1955), comerciante, banqueiro e industrial, casado com Dona Maria Emilia Moretzohn (1886), filha do Dr. Luiz Moretzohn de Castro e de Dona Irene Platt, que lhe deu oito filhos, que constituem os **MORETSZOHN SIMONSEN**; 2. Dr. *Roberto Cochrane Simonsen* (1889-1948), engenheiro civil, industrial, historiador, Senador da República e membro da Academia Brasileira de Letras, casado com Dona Riche' Cardoso (1891), filha do Dr. Fernando Cardoso e de Dona Maria da Gloria de Siqueira, que lhe deu quatro filhos, que constituem os **CARDOSO SIMONSEN**; 3. Dona *Lucy Cochrane Simonsen* (1886-1941), que se casou com o Sr. Charles Robert Murray (1882-1953), comerciante e banqueiro, filho do Sr. John Fergusson Murray e de Dona Mina Ribeiro, tendo tido cinco filhos, que constituem os **SIMONSEN MURRAY (I)**; 4. o Sr. *Sydney Simonsen Júnior* (1891-1947), comerciante, casado com Dona Priscilla Sette (1892), filha do Dr. Primitivo de Castro Rodrigues Sette e de Dona Maria Emilia Rodrigues Sette, de quem teve sete filhos, que constituem os **SETTE SIMONSEN**;



Os Cochrane Simonsen

Da esquerda para a direita: sentados — Charles Robert Murray, Sydney Martim Simonsen, Wallace Cochrane Simonsen, Robertina Cochrane Simonsen e Maria Emília Moreszohn Simonsen; de pé — Lucy Simonsen Murray, Harold Robert Murray, Mary Simonsen Murray, Sydney Simonsen Júnior, Priscilla Sette Simonsen, Roberto Cochrane Simonsen e Rachel Cardoso Simonsen. (Fotografia datada de 1926).

5. Dona *Maria Luiza* (Mary) *Cochrane Simonsen* (1894-1935), que foi casada com o Sr. Harold Robert Murray (1888-1951), comerciante, também filho do Sr. John Fergusson Murray e de Dona Mina Ribeiro, dos quais descendem os SIMONSEN MURRAY (II).

Os COCHRANE SUPLYCY descendem da quarta filha do casal — Dona *Helena* (Besita) *da Gama Cochrane* (1865-1932), que se casou com o Sr. Luiz Suplycy (1864-1940), comerciante, filho do Sr. Luiz Francisco Suplycy e de Dona Thereza Gérard. Dêsse casamento provieram oito filhos: 1. o Sr. *Luiz Suplycy Júnior* (1895-1954), comerciante, casado com Dona Zanith Feliciano da Silva (1901), filha do Sr. José Porfirio Feliciano da Silva e de Dona Feliciano Marcondes, de quem teve dez filhos, que constituem os FELICIANO SUPLYCY; 2. o Sr.

OS BARBOSA COCHRANE

Dr. Ignacio Wallace da Gama
Cochrane (1836-1912)
c. c. Maria Luiza Vieira
Barbosa (1840-1903)

FILHIOS

FAMILIAS

- | | |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Dr. Thomaz Wallace Cochrane
(1861-1910) c. c. Alice Cochrane de Araujo Gondim
(1861-1932) 2. Robertina da Gama Cochrane
(1862-1942) c. c. Sydney Martin Simonsen (1850-1930) ... 3. Ignacio (1864) 4. Helena da Gama Cochrane
(1865-1932) c. c. Luiz Suplicy
(1864-1940) 5. Georgina (1866-72) 6. Marietta da Gama Cochrane
(1868-1928) 7. Eurico (1870-72) 8. Dulce Lina da Gama Cochrane
(1872-1931) c. em 1891 com Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo (1868-1942) 9. Roberto (1874-76) 10. Zaira da Gama Cochrane
(1875-1963) c. em 1933 com Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo (1868-1942) 11. Archibaldo Cochrane
(1877-1947) 12. Oswaldo Cochrane
(1879-1915) c. c. Maria do Carmo Gonçalves (1887-1961) ... | <ol style="list-style-type: none"> I. Gondim Cochrane II. Cochrane Simonsen III. Cochrane Suplicy IV. Cochrane de Azevedo V. Gonçalves Cochrane |
|--|--|



Os Cochrane Suplicy

Da esquerda para a direita: sentados — Carmen, Dona Helena, Sylvio, Sr. Luiz Suplicy e Helena; de pé — Maria, Luiz, Roberto, Thereza e Paulo. (Fotografia tirada na década de 1910-20).

Paulo Cochrane Suplicy (1896), comerciante, que se casou com Dona Filomena Ferreira Matarazzo (1908), filha do Conde André Matarazzo e de Dona Amalia Ferreira, de quem teve nove filhos, que constituem os MATARAZZO SUP LICY; 3. Dona *Helena Cochrane Suplicy* (1897), que se casou com o Sr. João Magalhães Hafers (1887), comerciante, filho do Sr. Henrique Hafers e de Dona Elisa Magalhães, de quem teve seis filhos, que constituem os SUP LICY HAFERS; 4. Dona *Maria Cochrane Suplicy* (1900-61), que se casou com o Dr. Cristobal Roca de Togores y Pérez del Pulgar (1895), engenheiro, filho do Sr. Alfonso Roca de Togores e de Dona Angustias Pérez del Pulgar, sem descendência; 5. Dona *Thereza Cochrane Suplicy* (1901), que se casou com o Sr. Thomas Simonsen (1899-1956), comerciante, filho do Sr. Harry Simonsen e de Dona Olivia Simonsen, de

quem teve três filhos, que constituem os SUPPLY SIMONSEN; 6. Dona *Carmen Cochrane Suplicy* (1903), que se casou com o Sr. Victor Von Rainer Zu Harbach (1898), agricultor, filho do Sr. Wolfgang Ritter Von Rainer Zu Harbach e de Dona Hertha Von Rainer Zu Harbach, de quem teve cinco filhos, que constituem os SUPPLY HARBACH; 7. o Sr. *Sylvio Cochrane Suplicy* (1905), comerciante, casado com Dona Lavinia Cintra da Silveira (1907), filha do Sr. Lucas Nolasco da Silveira e de Dona Alzira Cintra, sem descendência; 8. o Sr. *Roberto Cochrane Suplicy* (1907), comerciante, casado em primeiras núpcias com sua prima Dona Gracie Simonsen Murray (1912-45), filha do Sr. Charles Robert Murray e de Dona Lucy Cochrane Simonsen, de quem teve uma filha, ainda solteira, que representa o ramo MURRAY SUPPLY; e, em segundas núpcias, com Dona Kerstin (Cristina) Caroline Eriksson (1927), filha do Sr. Nils Albert Eriksson e de Dona Zenóbia Fontecilla, sem descendência.

Os COCHRANE DE AZEVEDO descendem da oitava filha do casal — Dona *Dulce Lina* (Dulcita) *da Gama Cochrane* (1872-1931), que se casou com o Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo (1868-1942), bacharel em Direito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e Senador da República, filho do Dr. Antonio Rodrigues de Azevedo e de Dona Fulália Moreira de Castro Lima, Barões de Santa Eulália. Dêsse casamento provieram treze filhos, a saber: 1. Dona *Celina Cochrane de Azevedo* (1892), que se casou em primeiras núpcias com o Sr. Alvaro de Castro Lima (1895-1924), contador, filho do Sr. Carlino Moreira de Castro Lima e de Dona Mathilde de Oliveira, de quem não teve descendência; e, em segundas núpcias, com o Dr. Lycurgo de Castro Santos (1884), médico, político e funcionário público, filho do Senador Dr. Lycurgo de Castro Santos e de Dona Leonor Braga, de quem teve dois filhos, que constituem os AZEVEDO DE CASTRO SANTOS; 2. o Dr. *Antonio Rodrigues de Azevedo* (neto) (1894-1949), engenheiro, industrial e Presidente da Câmara Municipal de Lorena, casado com Dona Aracy Morrison Barcellos (1896-1927), filha do Coronel Dr. Oscar Barcellos e de Dona Florry Morrison, de quem teve três filhas, que constituem o ramo dos BARCELLOS DE AZEVEDO; 3. Dona *Lucila Cochrane de Azevedo* (1897), que foi casada com o Capitão Dr. Lindolpho Ferreira de Freitas (1882-1954), enge-



Os Cochrane de Azevedo

Da esquerda para a direita: sentados — Antonio, Dona Dulce, Aroldo Edgard, Dr. Arnolfo Azevedo, Celina e Regina de Lourdes; de pé — Aldo Mario, Lucila, Ody Lina, Maria da Conceição e Oswaldo Benjamin. (Fotografia tirada na residência da Baronesa de Santa Eulália, em Lorena, 1916).

nheiro militar e civil, filho de Virgílio Ferreira de Freitas e de Dona Virginia Trindade, de quem teve apenas um filho, que constitui o ramo dos AZEVEDO DE FREITAS; 4. o Dr. *Aldo Mario de Azevedo* (1898), engenheiro, industrial, Deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo, casado com Dona Alice Lacerda Franco (1901), filha do Senador Antonio de Lacerda Franco e de Dona Mathilde Jondot, de quem teve dois filhos, que constituem os LACERDA DE AZEVEDO; 5. Dona *Maria da Conceição* (Marú) *de Azevedo* (1900), que se casou com o Dr. Roberval Roche Moreira (1906), médico e funcionário público, filho do Coronel Sylvestre Moreira e de Dona Alice Violeta Roche, de quem teve três filhos, que constituem os AZEVEDO MOREIRA; 6. Dona *Ody Lina de Azevedo* (1901), solteira; 7. o Sr. *Oswaldo Benjamin de Azevedo* (1904), economista e homem de empresa, casado com Dona Iacy Pêgo de Amorim (1907) filha do General Aurelio d'Amorim e de Dona Julia Pêgo, de quem teve dois filhos, que constituem os PÊGO DE AMORIM

DESCENDÊNCIA DO DR. IGNACIO COCHRANE

Familia

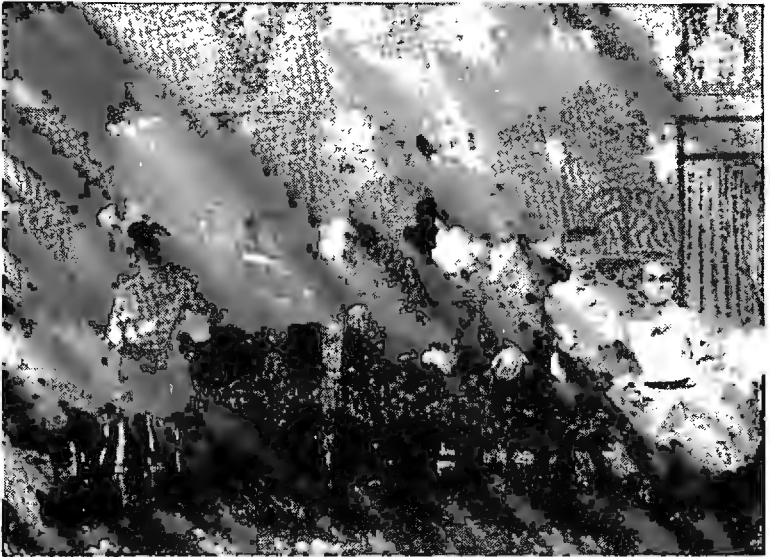
BARBOSA COCHRANE

Primeira geração

Segunda geração

I. GONDIM COCHRANE	1. Alvim Cochrane 2. Cochrane Gouvêa
II. COCHRANE SIMONSEN (I)	1. Morestszohn Simonsen 2. Cardoso Simonsen 3. Simonsen Murray (I) 4. Sette Simonsen 5. Simonsen Murray (II)
III. COCHRANE SUPLYCY	1. Feliciano Suplicy 2. Matarazzo Suplicy 3. Suplicy Hafers 4. Suplicy Simonsen 5. Suplicy Harbach 6. Murray Suplicy
IV. COCHRANE DE AZEVEDO	1. Azevedo de Castro Santos 2. Barcellos de Azevedo 3. Azevedo de Freitas 4. Lacerda de Azevedo 5. Azevedo Moreira 6. Pégo de Amorim Azevedo 7. Duff Azevedo
V. GONÇALVES COCHRANE	1. Bruzzi Cochrane 2. Leoni Cochrane 3. Cochrane Simonsen (II) 4. Simonsen Cochrane

AZEVEDO; 8. *Madre Regina de Lourdes Azevedo* (1908), religiosa da Congregação do "Sacré-Coeur de Jesus"; 9. o Dr. *Aroldo Edgard de Azevedo* (1910), professor universitário, casado com Dona Maria Gertrudes Duff (1913), filha do Sr. Arthur Patrick Duff e de Dona Maria Isabel Lacerda Hasselmann, de quem teve cinco filhos, que constituem os DUFF AZEVEDO; e mais os seguintes, falecidos em criança: 10. *Sylvio* (1903), 11. *Arnolfo* (1905-07), 12. *Élio Fabio* (1911-12) e 13. *Eulália* (1913).



Os Gonçalves Cochrane

Da esquerda para a direita: Lair Wallace, Ignacio Wallace, Maria Luiza, Dona Maria do Carmo, Sr. Oswaldo Cochrane, Luiz Phelipe e Oswaldo. (Fotografia tirada em 1911).

Finalmente, os GONÇALVES COCHRANE descendem do último filho do casal — Sr. *Oswaldo Cochrane* (1879-1915), comerciante, presidente da Câmara Municipal de Santos, que se casou com Dona Maria do Carmo Gonçalves (1887-1961), filha do Sr. Bernardo Gonçalves da Costa e de Dona Maria Borges. Dêse casamento provieram seis filhos: 1. o Sr. *Oswaldo Cochrane Filho* (1903-64), comerciante, casado com Dona Lilina Bruzzi (1908), filha do Sr. Agostinho Bruzzi e de Dona Neftalina Bruzzi, de quem teve dois filhos, que constituem os BRUZZI COCHRANE; 2. o Sr. *Ignacio Wallace Cochrane* (neto) (1904), comerciante, casado com Dona Sylvia Dolabella (1905), filha do Dr. Ludgero Dolabella e de Dona Josefina de Castro, sem descendência; 3. o Sr. *Luiz Phelipe Cochrane* (1905), comerciante, casado com Dona Frida Pimsler (1913), filha do Sr. Jacob Pimsler e de Dona Ernestina Spiegel, sem descendência; 4. o Sr. *Lair Wallace Cochrane* (1907-58), co-

merciante, casado com Dona Nívea Leoni (1909), filha do Dr. Arlindo Leoni e de Dona Valentina Lobão, de quem teve três filhos, que constituem os LEONI COCHRANE; 5. Dona *Maria Luiza (Baby) Cochrane* (1908-64), casada com seu primo Sr. Mario Wallace Simonsen (1908-65) banqueiro, homem de empresa, filho do Sr. Wallace Cochrane Simonsen e de Dona Maria Emilia Moretszohn, de quem teve três filhos, que constituem os COCHRANE SIMONSEN; 6. o Sr. *Léo Wallace Cochrane* (1913), banqueiro, casado com sua prima Dona Zaira Moretszohn Simonsen (1913), filha do Sr. Wallace Cochrane Simonsen e de Dona Maria Emilia Moretszohn, de quem teve quatro filhos, que constituem os SIMONSEN COCHRANE.

Como se vê, das cinco famílias ligadas diretamente ao Dr. Ignacio Cochrane, resultaram, em segunda geração, nada menos do que 24 outras famílias, que aqui vamos reunir:

1. Alvim Cochrane
2. Cochrane Gouvêa
3. Moretszohn Simonsen
4. Cardoso Simonsen
5. Simonsen Murray (I)
6. Sette Simonsen
7. Simonsen Murray (II)
8. Feliciano Suplicy
9. Matarazzo Suplicy
10. Suplicy Hafers
11. Suplicy Simonsen
12. Suplicy Harbach
13. Murray Suplicy
14. Azevedo de Castro Santos
15. Barcellos de Azevedo
16. Azevedo de Freitas
17. Lacerda de Azevedo
18. Azevedo Moreira
19. Pêgo de Amorim Azevedo
20. Duff Azevedo
21. Bruzzi Cochrane
22. Leoni Cochrane
23. Cochrane Simonsen
24. Simonsen Cochrane

Em quatro delas, o nome Cochrane está presente, assegurando a perpetuação desse patronímico no Brasil.

Na intimidade do lar

Cócrane ou Cocrâne? Os interesses culturais. A Filosofia da Vida. O amante da cultura. O culto às Mães. O culto à Família. A vida em família. Alegria sem perda da autoridade. A produção poética. Uma fé inabalável. A morte de um justo.

Cócrane ou Cocrâne?

PARA DONA MARUCAS, seu espôso sempre foi, no trato íntimo — o *Cocrâne*, pronúncia evidentemente errônea, já que a exata é, sem a menor dúvida — *Cócrane*.

É bem possível que tal erro remontasse aos dias em que viveram na cidade de Santos e deva ser atribuído à maneira pela qual a gente do povo interpretou aquêle nome escocês. Por outro lado, nas peças constantes do processo de inventário do Dr. Thomas Cochrane, vez por outra o nome de família aparece grafado na forma "Cochrane", confirmando essa pronúncia popular. O fato é que, embora errada, tal maneira de dizer penetrou na própria família, dentro da qual o nosso biografado era conhecido por *Tio Cochrâne*.

Tudo indica que, no lar do Dr. Thomas Cochrane, tivesse recebido o Dr. Ignacio Cochrane um apelido, de certa maneira inexplicável — *Zezé*, dado, provavelmente, quando era criança. Assim o chamavam suas irmãs, o que explica que alguns de seus sobrinhos o designassem por *Tio Zezé*.

No entanto, para os genros, para os que dêle eram colegas ou subordinados, no campo da Engenharia e no da política, para a maioria, enfim — era o *Doutor Cochrane*; e, para

os netos, era como continua até hoje a ser — o *Vovô Cochrane*, pronunciado o nome de família de maneira correta, o mais aproximadamente possível da utilizada em terras da Escócia, onde se diz *Cócran*, com o “e” final mudo ou, quando muito, dito de forma quase imperceptível.

Os interesses culturais

O Dr. Ignacio Cochrane, entre os papéis que chegaram até nós, deixou um velho caderno, infelizmente desfalcado de algumas páginas. Por certas datas que nêle se encontram esparsamente, pode-se perceber que foi organizado na primeira metade da década de 1870-80. Ali se encontra um pouco de tudo: poesias do próprio Dr. Cochrane, mas também de outros, por êle transcritas ou em recortes de jornais; pensamentos de autores antigos e contemporâneos; estatísticas referentes aos escravos, ao café e à indústria nacional; discursos do próprio Dr. Cochrane e de outros; referências diversas.

Entre estas últimas, existem algumas interessantes: um recorte de jornal a respeito da grafia da palavra *Brasil*, em que se transmite a opinião de CHARLES F. HARTT sôbre o discutido assunto, baseado em pesquisas levadas a efeito por ALEXANDER VON HUMBOLDT; recortes de jornais referentes à dissolução da *Câmara dos Deputados*, feita por Decreto imperial de 22 de maio de 1872, inclusive o comentário desfavorável de um órgão da imprensa não identificado; artigos publicados no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, em 1871, a respeito da *lavoura nacional*; o texto completo da chamada *Lei do Ventre Livre*, de 28 de setembro de 1871; ou notas manuscritas, dêste tipo:

— “Luís Napoleão morreu a 9 de janeiro de 1873”;

— “Modificação ministerial (28 de janeiro de 1873): Visconde de Caravelas, Estrangeiros; José F. da Costa Pereira, Obras Públicas.”

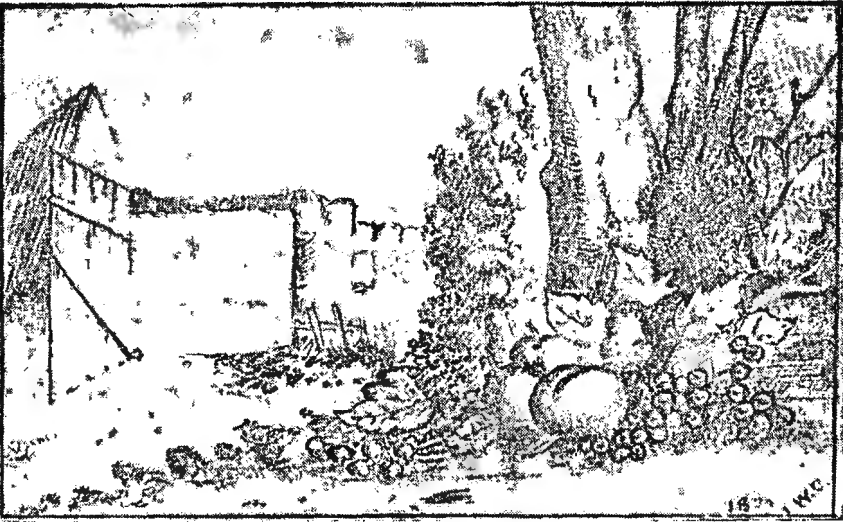
Entre as estatísticas, uma existe que merece ser reproduzida: refere-se à *população escrava* existente no Império em 31 de dezembro de 1875, num total de 1.419.966 indivíduos, assim distribuídos:

<i>Províncias</i>	<i>Escravos</i>
1. Minas Gerais	298.496
2. Rio de Janeiro	278.212
3. Bahia	165.403
4. São Paulo	154.861
5. Pernambuco	93.752
6. Rio Grande do Sul	77.633
7. Maranhão	63.967
8. Côrte (Município Neutro)	44.775
9. Ceará	33.409
10. Alagoas	30.216
11. Sergipe	27.634
12. Paraíba	26.033
13. Pará	25.916
14. Piauí	24.318
15. Espírito Santo	22.659
16. Santa Catarina	13.884
17. Rio Grande do Norte	12.858
18. Paraná	9.792
19. Goiás	7.888
20. Mato Grosso	7.130
21. Amazonas	1.130

Na mesma data, haviam sido registrados 155.861 filhos livres de mãe escrava e, a contar de 28 de setembro de 1871, haviam sido alforriados, “pela liberalidade particular e a título oneroso”, 22.674 escravos.

No que se refere à *exportação* de produtos manufaturados, as estatísticas publicadas em um jornal não identificado demonstram que se registrara uma diminuição da ordem de 10.457 contos de réis, entre os anos de 1868-69 e 1869-70, havendo êste último período acusado um valor total de 197.265 contos, para o qual contribuíram, principalmente:

<i>Províncias</i>	<i>Valor da exportação</i>
1. Rio de Janeiro	71.075:350\$
2. Pernambuco	30.940:720\$
3. Bahia	19.762:706\$
4. São Paulo	18.006:569\$
5. Pará	13.345:916\$
6. Rio Grande do Sul	12.041:028\$
7. Ceará	6.894:863\$
8. Maranhão	6.723:173\$
9. Alagoas	6.691:011\$
10. Paraíba	4.197:561\$
11. Paraná	4.162:867\$



Desenho do Dr. Ignacio Cochrane

O esboço acima, em sua modéstia e singeleza, retrata uma das múltiplas facetas da personalidade do ilustre engenheiro. Traz a data de 1870 e figura no álbum que a família lhe ofereceu em 1857, por ocasião de sua formatura.

Embora a notícia tenha por título “Indústria nacional” e o texto refira-se ao “valor da exportação dos gêneros de produção e manufatura nacional”, é evidente que tais cifras dizem respeito, em muitos casos, a produtos agrícolas beneficiados. De outra forma não se explicaria a excepcional posição ocupada pela Província do Rio de Janeiro, então, ainda o mais importante centro produtor de café do país.

Em relação ao *café*, há uma estatística referente ao produto “que tem passado pela barreira de Jundiá, desde 1.º de julho de 1870 até 31 de outubro de 1871”, vale dizer, proveniente da chamada Região de Campinas. “Por aí — diz o jornal, muito sàbiamente — se pode melhor decidir sôbre a questão do prolongamento da linha férrea, no tocante à diretriz que deve merecer a preferência na atualidade”, porque, “com argumentos desta ordem é que se resolvem tais questões”. A produção total fôra de 2.619.377 arrôbas e provinha da citada região, que na época já ultrapassara o Vale do Paraíba.

Basta examinar os dados estatísticos constantes do recorte do jornal em questão:

	<i>Arrôbas</i>
1. Campinas	978.430
2. Rio Claro	241.787
3. Limeira	240.650
4. Belém de Jundiá (Itatiba)	159.475
5. Amparo	154.211
6. Constituição (Piracicaba)	124.559
7. Araras	90.428
8. Moji Mirim	88.185
9. Piraçununga	65.985
10. Descalvado	64.196

Entre os discursos que figuram no precioso caderno, aparecem três do próprio Dr. Cochrane e referentes à *Guerra do Paraguai*, já por nós citados: o que pronunciou na sessão da Assembléia Provincial de São Paulo a 18 de março de 1870, em comemoração ao término da luta armada; e os que proferiu no dia 23 de abril do mesmo ano, na cidade de Santos, por ocasião da chegada dos Voluntários Paulistas.

Todavia, um existe, em recorte de jornal, pronunciado por VICTOR HUGO no Parlamento francês — longo discurso, em que o romancista, poeta e político expõe, com arrebatamento, suas idéias a respeito da *liberdade de ensino* e a favor do *ensino leigo*. Concordaria o Dr. Cochrane com tais pontos de vista, ou apenas guardou a importante peça oratória para sôbre ela meditar? É bem possível que houvesse concordado, porque, embora fôsse católico praticante, não teve dúvidas em colocar suas filhas num colégio leigo — o “Colégio Progresso”, do Rio de Janeiro.

Na seleção das *poesias*, realizadas pelo Dr. Cochrane no caderno em exame, podemos avaliar, de certa forma, qual teria sido sua concepção estética. A primeira, que ali figura, é a “*Similia Similibus*” de JULIO DINIZ, do gênero satírico, à qual o Dr. Cochrane deu resposta em paródia, com data de maio de 1879. De JOSÉ DE ALENCAR encontra-se, a seguir, incompleto e sem título, um poema indianista. Vêm, depois, duas poesias de JOÃO DE DEUS — “*Miséria*” e a “*Enjeitadinha*”, puramente românticas. Também românticas são “*Dois túmulos*”, de FLAVIO REIMAR (com nota esclarecedora — “*Gentil*”).

Homem d'Almeida Braga"), as "Byronianas" de FRANCISCO OCTAVIANO, a "Fatalidade" de CASTRO ALVES, "O Ramo de Oliveira" de MENDES LEAL, "À margem da corrente" de JOSÉ BONIFÁCIO, o MÔÇO, "A Filha da Albergueira" de UHLAND, em versão de FRANCISCO OCTAVIANO, "A esmola do pobre" de JULIO DINIZ, "Rezas" e "Anseios" de CASTRO ALVES, "A velha Gôa" de THOMAZ RIBEIRO. Era o reflexo da época em que o caderno foi organizado, como era do temperamento do Dr. Cochrane, êle próprio um romântico.

A Filosofia da Vida

Todavia, é na selêção de pensamentos ali reunidos que podemos encontrar a Filosofia da Vida do Dr. Cochrane.

O *pensamento político* acha-se retratado da maneira a mais variada. Anônima, aparece esta frase: "A emancipação é hoje a escada de Jacó, pela qual unicamente se pode subir ao céu do poder" — numa evidente referênciã à campanha abolicionista. De M. C. HIPPEAU: "É máxima geralmente adotada que, devendo todo cidadão pôr ao serviço do país todos os seus talentos, deve o país, por sua parte, dar aos filhos os meios de obter a maior soma de talentos e aptidões, a fim de que possam cumprir êsse dever". Do mesmo HIPPEAU, algumas idéias a respeito do Municipalismo norte-americano: "O *self-government* é o princípio de tôdas as instituições democráticas dos Estados Unidos. O Município, o Condado e o Estado são os três focos de ação que fazem lá mover a vida pública. Em geral, os Municípios só se sujeitam ao Estado quando há um interêsse social. Em tudo o que só a êles pertence, conservam-se corpos independentes, não reconhecem ao Estado o direito de intervir nos interêsses puramente municipais". Sôbre o mesmo tema, as palavras de TOCQUEVILLE: "O princípio da soberania do povo paira sôbre todo o sistema político dos anglo-americanos. Cada indivíduo forma uma porção igual do soberano, e participa igualmente do govêrno do Estado. Daí vem esta máxima — que o indivíduo é o melhor juiz de seu interêsse particular, e que a sociedade não tem direito de dirigir a ação dêle, salvo quando é por êle lesada ou quanto precisa reclamar o seu concurso. O Município, con-

siderado em globo e em relação ao govêrno central, é um indivíduo como qualquer outro, ao qual se aplica a teoria que deixo indicada”. Finalmente, êste conceito de ERSKINE MAY: “As relações entre o chefe de partido e seus aderentes repousam sôbre a confiança. Se aquêle reconhece a necessidade de modificação nas idéias de seu partido, não tem o direito de propô-la contra o voto dos correligionários; e deve deixar o poder, porque êle é chefe eleito de uma república livre e, não, um ditador”. São conceitos expressivos, que, certamente, impressionaram o Dr. Cochrane, então no exercício do mandato de Deputado à Assembléia Provincial de São Paulo.

Uma longa série de *pensamentos filosóficos*, de *conceitos estéticos* e de *máximas* completam o que — supomos — representava a concepção da Vida para o Dr. Ignacio Cochrane.

LAMARTINE mereceu, sem dúvida, suas preferências, através de conceitos como êstes:

— “Les années ne me pèsent pas encore, mais elles me comptent; je porte plus péniblement le poids de mon coeur que celui des années. . .”

— “Je n’ai en moi de quoi sourire ni au passé, ni à l’avenir; je vieillis sans posterité dans ma maison vide et toute entourée des tombeaux de ceux que j’ai aimé; je ne fais plus un pas hors de ma demeure sans me heurter de pied à une de ces pierres d’achappement de nos tendresses ou de nos espérances. Ce sont autant de fibres saignantes arrachées de mon coeur encore vivant et ensevelies avant moi, pendant que ce coeur bat encore, dans ma poitrine, comme un horloge qu’on a oublié de démonter en abandonnant une maison, et qui sonne encore dans le vide des heures, que personne ne compte plus!”

— “La poésie est simplement le mystère du langage.”

— “Le verbe familier s’est fait prose; le verbe transcendant n’est incarné dans les vers. L’un a discouru, l’autre a chanté.”

— “Le vers est le chant de l’âme, comme la mélodie, dans la musique, est le chant de l’oreille; comme le couleur, dans la peinture, est le chant des yeux; comme les contours, dans la sculpture, est le chant des formes. L’art des arts, la poésie seule chant pour tous ces sens à la fois et pour l’âme, pour l’âme, centre divin et immortel de tous les sens.”

— “Les images sont les gravures de l’idée; ce qui n’est pas représenté, n’est pas dit.”

— “Deus, amor e poesia são as únicas palavras que eu quisera que se gravassem em minha pedra, se eu merecer uma pedra.”

— “La presse est, pour l’écrivain aujourd’hui, ce qu’était la voûte du ciel pour Homère.”

Além do poeta e político francês, outros muitos aparecem representados no caderno do Dr. Cochrane. Limitar-nos-emos a selecionar alguns desses pensamentos:

— “O louvor é como o perfume: de qualquer parte que venha, as mulheres o sentem e apreciam” — A. DUMAS.

— “Nada há tão diferente como o homem comum e o homem que sabe amar” — BALZAC.

— “O amor é a asa que Deus deu à alma para subir até Ele” — MIGUEL ÂNGELO.

— “A primavera é a mocidade do ano, e a mocidade é a primavera da vida” — METASTÁSIO.

— “A inveja emagrece por ver os outros comerem”.

— “O vinho é o sangue dos velhos” — MAME. DE STAËL.

— “A velhice reparte seus dias entre o sentimento de ter vivido e o temor de em breve cessar sua existência.”

— “Aos olhos do pobre a virtude que mais falta neste mundo é a generosidade; e aos olhos do rico é a gratidão”.

— “A cronologia é o esqueleto da História.”

— “As opiniões são como os relógios; é difícil encontrar duas que se combinem e tôdas regulam-se pela sua” — POPE.

— “Poupa as lágrimas de teus filhos para que elles possam derramá-las sobre tua sepultura”.

— “O brilhante encontrado na lama é sempre o mesmo brilhante; o pó, ainda nas maiores alturas, de pó não passa”.

— “O infortúnio une; a prosperidade separa”.

— “Fazer nascer um desejo, nutri-lo, desenvolvê-lo, engrandecê-lo, irritá-lo, afinal satisfazê-lo é um poema completo — BALZAC.

— “Sócrates fêz descer a filosofia do céu sobre a terra — CÍCERO.

— “Conhece-te a ti mesmo” — Inscrição do templo de Delfos.

— ANÁRCASIS sabendo que Sólon occupava-se em formular um código para o governo de Atenas, escarneceu do empenho dizendo: “As leis são teias de aranha: as môscas pequenas enredam-se; as grandes furam.”

— “A conversação é um comércio: desde que alguém entrar nêle sem fundos, o comércio não pode ter lugar” — STERNE.

— “O enfraquecimento moral do espirito público é o sinal evidente de nossa decadência”.

— “Un peuple peut aisément souffrir qu'on exige de lui de nouveaux tributs: il ne sait pas s'il ne retirera point quelque utilité de l'emploi qu'on fera de l'argent qu'on lui demande; mais quand on lui a fait un affront, il ne sent que son malheur et il y ajoute l'idée de tous les maux qui sont possibles” — MONTESQUIEU.

— “Le talent est un don que Dieu nous a fait en secret, et que nous révélons sans le savoir” — MONTESQUIEU.

— “Malheureuse condition des hommes! À peine l'esprit est-il parvenu à sa maturité, que le corps commence à s'affaiblir” — MONTESQUIEU.

— “Quand on court après l'esprit, on attrape la sottise” — MONTESQUIEU.

— “Ce qui manque aux orateurs en profondeur, ils vous le donnent en longueur” — MONTESQUIEU.

— “Un flatteur est un esclave qui n'est bon pour aucun maître” — MONTESQUIEU.

— “O homem vive poucos dias, e êsses mesmos são maus” — JÓ.

— “Il n'y a d'évident que le sentiment de la douleur. L'Humanité n'atteste que par son gémissement”.

— “L'homme est un insecte éphémère, né des ténèbres et de la douleur un matin, pour mourir dans les ténèbres et dans la douleur au soir. Il ronge pendant quelques évolutions du soleil l'épiderme du petit globe au quel il est attaché; puis il y rentre pour féconder cet épiderme de sa poussière”. — “Il ne connaît l'éternité, l'espace, le temps, la science, le bonheur que de nom. Il n'a le sentiment de son être, que par quelques frissons de plaisir et par des convulsions de douleur. Il n'est qu'un point sensitif et douloureux dans la création” — *Philosophie primitive de l'Inde*.

— “Há casos em que não basta, à justiça, como à mulher de César, ser honesta; é preciso que pareça e o manifeste à opinião pública, seu juiz supremo” — J. DE AL. (José de Alencar?)

— “Ensinou-me larga experiência que o único meio de sair bem das situações difíceis e perigosas é a sinceridade, a verdade” — THIERS.

— “Le titre d'une nationalité ce sont les hommes de génie, gloires nationales, qui donnent aux sentiments de tel ou tel peuple une forme originale et fournissent la grande matière de l'esprit national, quelque chose à aimer, à admirer, à vanter en commun. Dante, Pétrarque, les grands artistes de la Renaissance ont été les vrais fondateurs de l'unité italienne. Goethe, Schiller, Kant e Herder ont créé la patrie allemande” — ERNEST RENAN.

— “Os pensamentos de Péricles permanecerão no fundo dos espíritos, como o ferrão da abelha na ferida” — EUPOLIS.

— “Ceux qui vivent, ce sont ceux qui luttent” — VICTOR HUGO.

— “As feridas da imprensa curam-se com a própria imprensa” — CHATEAUBRIAND.

Tôda essa longa série de pensamentos foi recolhida e cuidadosamente anotada pelo Dr. Ignacio Cochrane num período crucial de sua longa existência: já passara dos 30 anos e aproximava-se dos 40; viverá, em sua vida particular, dias difíceis e cheios de dor, pois a febre amarela penetrara em seu lar, roubando-lhe dois filhos menores, ao mesmo tempo

que a morte levara seu padrasto e sua mãe, que tanto amava; no campo da política, era um vitorioso e acatado membro do Partido Conservador, exercendo simultaneamente o mandato de Vereador na Câmara Municipal de Santos e o de Deputado na Assembléia Provincial de São Paulo.

Era um homem maduro, pela idade e pelas vicissitudes da existência. Nas idéias, que selecionou de suas leituras, encontramos as diretrizes de um largo setor de sua vida. A maioria, se não a totalidade delas, está presente através dos anos em que viveu, em suas atitudes como homem público, em seu caráter, em sua vida particular. Refletem muito bem, em seu conjunto e sem levar em conta seus autores, a filosofia que para si mesmo criou e a que foi fiel por mais de sete décadas.

O amante da cultura

Tendo feito, com destaque e com aprovações plenas, o curso na Escola Militar, jamais descuidou-se o Dr. Cochrane de aperfeiçoar sua cultura, geral e especializada, procurando manter-se em dia com os progressos científicos e com as manifestações do espírito, na época excepcionalmente brilhante de que foi testemunha.

Começou sua carreira no alvorecer da *era do aço*. Assistiu e viveu a fase áurea das *vias férreas*. Presenciou o início da era da *eletricidade* e os primeiros passos da indústria automobilística e da navegação aérea. Como filho e enteado de escoceses e educado à inglesa, foi, de certa forma, um exemplar típico da *Era Vitoriana*. Assistiu ao deslocamento do eixo da *economia nacional* para as terras paulistas, viu chegar as legiões de imigrantes, formar-se o oceano dos cafézais e metamorfosear-se a cidade de São Paulo, que de simples "capital dos fazendeiros" passou a ser a segunda cidade do país. Tendo nascido sob a influência do *Romantismo*, conviveu com expoentes da segunda geração de românticos (sobretudo com José de Alencar, seu cunhado), acompanhou a produção literária dos últimos representantes dessa geração e dos primeiros cultores do *Naturalismo*. No que se refere aos *problemas brasileiros*, procurou bem conhecê-los, por fôrça da



Símbolo da "belle époque"

Uma das netas do Dr. Ignacio Cochrane — Lucy Cochrane Simonsen, que foi casada com o Sr. Charles Robert Murray. (Fotografia tirada em Berlim, 1907).

profissão e no trato da coisa pública, por haver sido parlamentar da Província e do Império. E, na fase derradeira de sua longa existência, conheceu e viveu o tempo das valsas e das operetas vienenses, os dias alegres e despreocupados da *belle époque*.

Foi autoridade no campo da Engenharia, estava a par dos progressos registrados no setor dos serviços públicos e dava a merecida importância à cultura e à educação.

Manejava com segurança o vernáculo e conhecia suficientemente bem o inglês (que, desde tenra idade, foi sua segunda língua), o francês e o italiano.

Em relação aos dois últimos idiomas, comprovaremos nossa assertiva com duas poesias que, sem nenhuma preocupação literária, deixou em albuns de família:

Mon dernier jour

Elle était sur son lit, ses yeux demi-serrées
 Conservaient, cependant, cet éclat ravissant
 Qu'une autre que Julie n'a su jamais prêter
 À son regard toujours vraiment éblouissant.

On dirait que deux roses sur ses joues imprimées
 Puisaient avidement le souffle de la vie,
 Tandis qu'elle s'efforçait, les mains contre le coeur
 À y tenir, en vain, une âme qui s'enfuit.

Soudain mortelle pâleur envahit son front charmant,
 Je porte contre mes lèvres sa main décharnée,
 Qu'elle cherche encore une fois à serrer tendrement,
 En me jettant toujours son doux regard de fée!

Ses yeux se sont fermés; mais elle murmure encore
 Des mots qui signifient son dernier chant d'amour,
 Tandis, qu'à genoux, au grand Dieu que j'adore,
 Je supplie qu'il m'apporte aussi mon dernier jour.

Novembro de 1882.

Il sospir o un fior d'anima

Del pianto de la natura,
 Che cade lento, sotile,
 Al raddiar splendente
 De l'alba serena e pura,
 Fa la rosa, fior gentile,
 Dei fiori il più ridente,
 Dei profumi "l'ideale"!

Quando, all'ora fatale
 De la partenza, un addio
 Me dicesti con affetto;
 E, commosso, ti stringueva
 Con fervor al cuore mio,
 Sentii che, nel mio petto,
 L'anima subito ardeva!

Ma, d'un tratto e per incanto,
 Ha fatto, d'intenso amore,
 Nascere e crescere il pianto
 Un *sospir, d'anim'un fiore!*

Março de 1893.

Considerava a educação “o melhor dote que um pai pode legar a seus filhos” — como deixou escrito no próprio Relatório da Presidência da Câmara Municipal de Santos, já por nós citado no cap. 10.^o.

E aplicou à risca tal idéia fundamental, em relação aos próprios filhos: seu primogênito formou-se em Direito e o mais mûço recebeu educação esmerada, embora sem que houvesse estudado em nível superior, já que as atividades no comércio desde logo o atraíram.

Mas o que, realmente, nos enche de admiração é o cuidado com que procurou educar suas filhas, fazendo-as estudar num dos melhores estabelecimentos de ensino da Côrte — o *Colégio Progresso*, de orientação inglêsa, localizado em Paula Matos. Temos em nosso poder alguns dos prêmios recebidos por elas — livros finamente encadernados, com capas enfeitadas de dizeres e vinhetas gravadas em ouro. Destacaremos apenas quatro dentre êles: *Les Braves Gens*, de J. GIRARDIN, com vinhetas de Émile Bayard, Livraria Hachette, Paris, 1883; *Le Pays du Soleil*, de Ch. DESLYS e R. CORTAMBERT, com vinhetas sôbre madeira de E. Bayard, H. Girardet, Janet-Lange e Th. Weber, Livraria Hachette, Paris, 1881; *Zigzag Journeys in Acadia and New France*, de HEZEKIAH BUTTERWORTH, ed. Estes and Lauriat, Boston, 1885; e *L'Air et le Monde Aérien*, de ARTHUR MANGIN, ed. Alfred Mame & Fils, Tours, 1884. Um colégio que sabia premiar e estimular os esforços de seus alunos com obras dêsse tipo não poderia deixar de transmitir um ensino de alto nível e excelente educação.

Fêz mais o Dr. Cochran: animou duas de suas filhas — Marietta e Dulcita a prestarem exames perante bancas do *Colégio Dom Pedro II* e elas o fizeram, com pleno êxito, a exemplo de sua colega e amiga — Isabel Jacobina (que haveria de fundar, mais tarde, como já foi dito, o “Colégio Jacobina”). Assim aconteceu numa época — a década de 1880 — em que a educação da mulher era relegada para segundo plano, salvo quanto à música, à pintura, à costura, ao bordado e às artes culinárias; e quando muitas senhoras da alta sociedade, até mesmo espôsas de titulares do Império, mal sabiam escrever corretamente.

Sem nenhuma dúvida, alistou-se o nosso biografado entre os poucos pioneiros da educação feminina, em nossa terra.

Assim era o Dr. Ignacio Cochrane.

O culto às Mães

No caderno de recortes de jornais, que relembra hoje tantos episódios e tantas facetas de sua vida, incluiu o Dr. Cochrane dois que servem para demonstrar seu culto às Mães.

Um dêles refere-se a *As grandes Mães*, em que um articulista anônimo procura provar que “a história dos grandes homens é a história das grandes Mães”. E o faz, citando alguns exemplos: Byron, Napoleão, Walter Scott, Patrick Henry, Washington, Adams, Waet.

O outro consiste num trecho de *As Farpas*, em que RAMALHO ORTICÃO desenvolve o tema de que “a valia de uma geração depende da educação das Mães”, para terminar afirmando:

“A criança palpita na influência da Mãe, como uma matéria transformável, de que se pode fazer um herói ou um justo, um sábio ou um infame. Dize-me a Mãe que tiveste, dir-te-ei o destino que terás.”

Tudo indica que o destino do Dr. Ignacio Cochrane foi, em grande parte, modelado por uma senhora de Vila Rica: Dona Helena Augusta da Gama Cochrane, sua Mãe.

Ele a amava profunda e ternamente. Em versos escritos em agosto de 1873, chama-a de “terna”, “querida”, “Mãe carinhosa”, “Mãe querida”, “Mãe modelo”, “Anjo”.

Em 20 de junho do mesmo ano, dedicou à sua memória versos comoventes, que relembram que, anos antes, comemorava aquela data natalícia com indizível satisfação:

“Com que prazer e emoção
N’antevéspera eu procurava
Um nimo, uma lembrança,
Com a qual sempre a brindava!

Ao despertar-me, meus olhos
Para os Céus logo voltavam,
Enquanto os lábios a Deus
Minhas preces repetiam.

À Mãe corria a beijar-lhe,
Sua bênção recebia,
E, de orgulho radiante,
Minha prenda oferecia.

Com êsse afeto sublime,
Que só a Mãe sabe ter,
No seio ela a estreitava
E depois ia escrever:

O dia, o ano, meu nome
E, no fim, êste pedido:
"De bênçãos cubra meu Deus
Ao filho sempre querido".

Quão ditoso eu era então!
A Mãe querida vivia...
Rendendo graças a Deus,
Meu coração se expandia."

Depois da morte de Dona Helena Augusta, tudo mudara:

"Outrora, o mimo buscava
Entre as altas novidades;
Hoje... o busco entre coroas
De rôxas, tristes saudades.

Saudades que só germinam
Nos jardins do coração,
Rociados por meus prantos
Que jamais se estancarão!

Outrora, alegre, ufanoso,
A beijar-lhe a mão corria;
Hoje... triste, soluçando,
Vou beijar-lhe a laje fria.

Mudaram as preces, os mimos,
Meus encantos; meu prazer,
Mas não mudou meu amor,
Que comigo há de morrer!"

Vinte anos depois, a mesma saudade e os mesmos sentimentos enchiam o coração do Dr. Cochrane. Com data de 23 de março de 1893, escreveu:

"Vinte anos já decorridos,
Depois que de mim partiste!
Tantos tem minh'alma triste
Exalado... ais sentidos!"

E diz que o tempo, em sua marcha inexorável, "que consegue tudo apagar",

“Não pôde ainda abafar
As mágoas, qu’em duro transe
Sofri ao ver se finar
Quem me deu o ser, a vida,
Quem há d’em meu peito viver,
Ter nêle doce guarida,
E jamais hei de esquecer!”

Ainda em vida de Dona Helena, êsse amor filial transformara-se em verdadeiro culto a tôdas as Mães.

Em março de 1867, escreveu uma poesia, intitulada — *A Mãe*, que assim terminava:

“Só ela sabe, sem rival no mundo,
Viver pra os filhos e morrer também!”

Em *O Amor de Mãe*, escrito em junho de 1871, assim começa verdadeira ode:

“Filho, não sabes o que à Mãe tu deves.
Em frases breves referir-te eu quero,
A ver se sentes de que grau intenso
É um afeto imenso que eu mais venero.”

Depois de descrever o amor materno, que se inicia “antes que viesses dêste mundo a luz”; depois de acentuar que “a dor, que causas ao nascer, esquece”; depois de ressaltar a dedicação nas horas alegres, como nos momentos amargos, pergunta:

“Mas... qual o móvel que os passos guia,
E qu’inebria um coração materno?
Acaso espera recompensa ou paga,
Idéia vaga do Paraíso Eterno?”

para assim responder:

“Não creias, filho, seu afeto é puro,
Não tem futuro, que não seja amor;
Cumpre a missão, que a trouxe ao mundo,
De guardar profundo êsse santo ardor.

Seu afeto é santo; pois vem do Céu,
Um denso véu em mistério o oculta.
Descuidoso cresces, nem dás valor
Ao terno amor, que no entanto avulta.”

E termina:

“Filho, não sabes o que vale o amor
Êsse santo amor, que de Mãe se diz.”



Dona Robertina Cochrane Simonsen
(1862-1942)

A filha mais velha do Dr. Ignacio Cochrane casou-se com o Sr. Sidney Martin Simonsen, dando origem aos Cochrane Simonsen. (Fotografia da década de 1910).

O culto à Família

Um homem, que tinha tão acendrado amor filial, não poderia deixar de ser um chefe de família exemplar. Assim o consideraram os jornais, por ocasião de seu falecimento; e nas lembranças de seus contemporâneos não consta o menor deslize, a mínima falta, mácula alguma em sua vida de casado.

Vivia plenamente feliz em seu lar, ao lado de sua espôsa e de seus filhos, da mesma forma que, no declinar da existência, não encontrava satisfação maior do que a convivência com seus numerosos netos. Suas duas noras (uma das quais também sobrinha sua) e seus três genros eram como que seus filhos.

Por alguns momentos, a política colocou-o em campo oposto a membros de sua família: Arnolfo Azevedo era republicano exaltado e, mais tarde, entusiasta de Floriano Peixoto, ao passo que o Dr. Cochrane continuou sempre um monarquista convicto e, por isso mesmo, viu com simpatia a revolta chefiada pelo Almirante Saldanha da Gama; na Campanha Civilista, ao mesmo tempo que o Dr. Cochrane demonstrava suas preferências pelo nome de Ruy Barbosa, seu filho primogênito, Thomaz Wallace Cochrane, era hermista. Nada disso, porém, perturbou a harmonia e a união da família, estruturada em bases sólidas.

Esse verdadeiro culto à Família pode ser comprovado não apenas pelo testemunho dos que com êle conviveram, mas também por documentos.

Nos versos escritos em agosto de 1873, já por diversas vezes citados, há um trecho assim:

“Tinha um pai, tinha uma mãe,
Tinha uma espôsa e filhinhos,
A quem cobria de afetos
Em troca de mil carinhos. . .
Eram meus gozos completos!
Como as aves têm seus ninhos,
Tinha eu também o meu
Guardado por sete anjinhos!”

Quase 30 anos depois, as páginas escritas em uma “Agenda” referente a 1902 confirmaram êsses mesmos sentimentos. Basta mencionar uns poucos exemplos:



Dona Helena Cochrane Suplicy
(1865-1932)

Filha do Dr. Ignacio Cochrane, foi casada com o Sr. Luiz Suplicy, dando origem aos Cochrane Suplicy. (Fotografia datada de Paris, 1924).

- "1.º de janeiro — Passamos com a querida família de Besita, faltando-nos as dos outros queridos Thomaz, Robertina, Dulce e Oswaldo.
- 11 de fevereiro — Chegaram de Ribeirão Pires os queridos Suplicy, Besita e filhinhos.
- 18 de fevereiro — Fêz anos o querido Roberto(1).
- 5 de março — Chegaram de Lorena os queridos Arnolfo, Dulcita e filhinhos.
- 28 de março — Fêz anos o meu querido Archibaldo.
- 12 de abril — Casou-se o querido Oswaldo com Maria do Carmo Gonçalves, filha do Sr. Bernardo Gonçalves da Costa. Foram padrinhos de Oswaldo — o Thomazinho e Luiz Suplicy. Que Deus abençoe os noivos e lhes dispense sua Divina Proteção.
- 13 de abril — Batizou-se a querida Thereza(2) na matriz de Santa Ifigênia, às 2 horas da tarde.
- 20 de abril — As 2½ batizou-se em Lorena a querida Ody Lina(3).
- 26 de abril — 19.º aniversário de casamento de minha querida Robertina. Que Deus abençoe a santa união e lhe dispense sempre sua Divina Proteção.
- 3 de maio — Fêz anos a minha querida Dulce.
- 19 de maio — Seguiram pelo noturno para Lorena os queridos filhos e netos, deixando-nos vivas saudades.
- 5 de junho — Fêz anos minha querida Marucas.
- 23 de setembro — Voltamos do Rio pelo expresso, cheios de saudades, e chegamos a Lorena a 1,55, encontrando na estação os caros Arnolfo e Antonico(4). Seguimos para a Fazenda a abraçarmos à querida Dulce e seus filhinhos.
- 5 de outubro — Regressamos hoje de Lorena, pelo expresso, trazendo vivíssimas saudades dos queridos filhos e netos que lá deixamos.
- 21 de outubro — Fizeram anos os queridos Lucy(5) e Antonico.
- 22 de outubro — Fêz anos o querido Aldo Mario(6).
- 27 de outubro — 1.º aniversário do falecimento de minha querida irmã Mary(7).
- 1.º de novembro — Fêz anos minha querida Zaira, a quem Deus abençoe.
- 11 de novembro — Fêz anos o prezado Arnolfo.
- 21 de novembro — Faz hoje anos o meu querido Thomaz, dando-nos o imenso prazer de passar êste dia conosco.
- 23 de novembro — Fêz anos o prezado Suplicy.

(1) Dr. Roberto Cochrane Simonsen.

(2) Dona Thereza Cochrane Suplicy.

(3) Dona Ody Lina de Azevedo.

(4) Dr. Antonio Rodrigues de Azevedo.

(5) Dona Lucy Cochrane Simonsen.

(6) Dr. Aldo Mario de Azevedo.

(7) Dona Maria Carolina Cochrane de Araujo Gondim.

9 de dezembro — Fêz anos a querida Georgiana.

11 de dezembro — Segui para Guarujá, pelo trem das 3,20, onde cheguei às 7 da noite, encontrando lá a querida Besita, que fêz anos, e todo seu rancho, bem como os da querida Robertina e de Oswaldo, com saúde e causando-lhes vivo prazer. Jantou também aí conosco o Vicente de Carvalho. Que Deus abençoe a querida filha e a tôda sua família.

28 de dezembro — Chegaram de Lorena os queridos filhos e netos.

31 de dezembro — Fêz anos a minha querida Marietta. Alegres e com saúde, graças a Deus, assistimos a entrada do nôvo ano."

Um ano de vida de família, registrado numa "Agenda" íntima, sem outra preocupação a não ser o afeto, onde todos são considerados "queridos".

E o eram, de fato, tanto assim que seu contato com filhos e netos, irmãos e sobrinhos, era quase permanente, ou porque viessem visitá-lo em São Paulo, ou porque o Dr. Cochrane os procurasse onde quer que estivessem — em Santos, no Guarujá, em Ribeirão Pires, em Lorena ou no Rio de Janeiro.

A vida em família

Para êle, nada melhor do que uma reunião em família.

Nos aniversários, quando estava presente, costumava preparar com indizível prazer e carinho a festa comemorativa; e, não raro, escrevia versinhos singelos para que os netos recitassem, fazendo questão de ensaiá-los às escondidas, para que completa fôsse a surpresa.

Organizava saraus familiares, com recitativos e cantos, pois era apreciador da música, tendo especial predileção pelo "Romance" de Arthur Napoleão e pela "Balada" de Chopin.

Certa vez, na sala de visitas de sua casa, à Rua Barão de Iguape n.º 48, em São Paulo, foi representada uma comédia de Henrique Castriciano de Souza, escritor norte-riograndense — "A Promessa", pelo próprio Dr. Cochrane ensaiada com muito zelo e em que tomaram parte alguns netos, Bebê Bettencourt⁽⁸⁾, Constança e Leduina de Castro Lima⁽⁹⁾. Foi um verdadeiro sucesso.

(8) Filha do Dr. Bettencourt Rodrigues.

(9) Netas do Dr. José Gonçalves de Oliveira, colega de profissão do Dr. Cochrane.



Dona Dulce Cochrane de Azevedo
(1872-1931)

Filha do Dr. Ignacio Cochrane, foi casada com Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo, dando origem aos Cochrane de Azevedo. (Reprodução de um quadro a óleo atribuído ao pintor Almeida Júnior e feito no início da década de 1890).

Em outras oportunidades, compôs versos alegres, muitas vezes musicados por um de seus genros⁽¹⁰⁾ ou aproveitando melodias em voga. É o caso, por exemplo, daqueles que fez para serem cantados com a música do "Fado", de Rey Colaço:

(10) Dr. Arnolfo Azevedo.

"Metido no seu retiro
Do fim da vida em caminho,
Depois de um longo suspiro
Ali passava um velhinho.

Ficando triste, chorando,
Cansado de suspirar,
O velho se recordando
Assim se pôs a cantar:

"Suspira coração triste,
Consola-te em suspirar,
Pra minha dor não existe
Quem possa mais partilhar".

Qual bando de avesinhas
Alegres a saltitar,
Um bando de criancinhas
Depressa vêm-no cercar.

"Quem é meu coraçãozinho?
Pergunta terno o velhinho;
Responde mais de um anjinho:
"Sou eu, meu caro Avôzinho!"

E éle mais enternecido
No peito estreita os netinhos
E dá um beijo "comprido"
Nas faces dos seus anjinhos."

No dia 3 de outubro de 1902, por ocasião de seu 66.^o aniversário, houve uma dessas festas familiares, de que foi êle o carinhoso alvo. Teve lugar em Lorena, na Fazenda da Conceição, onde residiam sua filha Dulcita e seu genro Dr. Arnolfo Azevedo, juntamente com seis de seus netos. À família, outros parentes e amigos vieram se reunir⁽¹¹⁾. Vamos reconstituí-la, para que se tenha mais um comprovante da atmosfera que o Dr. Cochrane soube criar, em tórno de sua pessoa.

Tudo fôra preparado no mais absoluto segredo. No momento em que, pela manhã daquele dia, o casal Cochrane abriu a porta de seu quarto de hópede, romperam os netos

(11) Presentes estavam, no jantar comemorativo: a Baronesa de Santa Eulália (mãe do Dr. Arnolfo Azevedo), sua filha Dona Odila Rodrigues (Fiúta), Dona Angelina Moreira Vicente de Azevedo (viúva do Coronel José Vicente de Azevedo), Dr. Pedro Vicente de Azevedo Sobrinho, Dona Zemira Rodrigues Pedrosa (tia do Dr. Arnolfo Azevedo), seus filhos Zulmira e Luiz Pedrosa, o Dr. Euclides Braga, Jovino de Azevedo Bittencourt, Luiz da Cunha Figueiredo e outros.



Verancio em Lambari, MG (1891)

Entre outros veranistas, aparece o Dr. Ignacio Cochrane de pé, à esquerda, empunhando um bastão, cercado por sua esposa e seus filhos Helena, Marietta e Archibaldo. À direita, sentados, vêem-se suas filhas Zaira e Dulce, ao lado do Dr. Arnolfo Azevedo.

pelo salão contíguo em alegre caravana, cada qual com seu ramo de flôres, cantando em côro⁽¹²⁾:

“Aqui estamos reunidos
Muito alegres a cantar,
Porque vimos pressurosos
A Vovô felicitar.

Todos nós hoje trazemos
Uma flor em cada mão.
São as flôres que colhemos
No jardim do coração.”

Em seguida, cada um por sua vez, três dos netos Cochrane de Azevedo⁽¹³⁾ aproximaram-se do homenageado, cantando:

“Eu colhi uma saudade
Que é tão triste, faz chorar...
Nela podem ver noss'alma
Quando Vovô se ausentar.

(12) Música e versos compostos pelo Dr. Arnolfo Azevedo.

(13) Em ordem, cantaram Lucila, Antônio e Celina.

Eu colhi a violeta
 Que em perfume é rica flor,
 É ela diz que o Vovôzinho
 Ainda é mais rico de amor!

Colhi eu a sempre-viva
 Para bem vos demonstrar
 Que o amor que nós sentimos
 Nunca há de se acabar!
 Que, Vovô, nós vos amamos
 Como a Deus se deve amar."

Sem dizer palavra, comovido até às lágrimas, foi o Dr. Cochrane recebendo aquelas flôres e enlaçando em seus braços os netinhos, que ainda cantavam o cântico final:

"Deus vos cubra de venturas,
 Deus vos queira abençoar,
 Deus vos dê mui longos anos
 Para o nosso bem-estar!"

Em sua "Agenda", registrou êle o acontecimento com estas simples palavras:

"3 de outubro de 1902. — Passei um dia alegre e feliz, sentindo apenas a ausência de outros queridos filhos e netos. Os queridos netinhos, filhinhos de Dulcita, surprenderam-me com uma tocante manifestação, cantando em cântico e cada um seu verso, oferecendo e cobrindo-me de flôres. A emoção que experimentei só pode compreender quem tiver a ventura de receber igual manifestação de estremecidos anjinhos."

Não é de estranhar que um homem assim fôsse grande admirador do teatro lírico e das operetas, tão em voga desde os fins do século XIX. De sua "Agenda" consta que, em 13 de setembro de 1902, de passagem pelo Rio de Janeiro, não perdeu ocasião de ir à temporada do Teatro Lírico, a fim de ouvir a Douclée na interpretação da "Traviata". E — nota curiosa — por sua poltrona, pagou 25 mil réis...

Gostava de passar largo tempo no jardim de sua casa, a lidar com as flôres. E, sempre que tinha oportunidade, tomava parte em movimentadas caçadas, voltando orgulhoso com nhambus, pacas e cutias.

Cultivava muitas amizades, apreciava a vida social, fazendo e recebendo visitas, quer dentro do círculo de seus parentes de São Paulo e do Rio de Janeiro, quer fora dêle.



A felicidade de um Avô

O Dr. Ignacio Cochrane aparece cercado por netos Azevedo, Suplicy e Simonsen, numa de suas periódicas visitas à Fazenda da Conceição, em Lorena, de propriedade de seu genro, Dr. Arnolfo Azevedo. (Fotografia tirada em 1905).

Com os parentes, os contatos mais íntimos eram mantidos com os Barbosa de Magalhães Castro, os Cochrane de Alencar, os Cochrane de Affonseca, os Cochrane Ewerton de Almeida, os Vieira Barbosa, os Vicente de Carvalho⁽¹⁴⁾, os Vieira de Carvalho, os Barbosa da Silva, os Martins Rodrigues, os Amaral.

Fora de seus familiares, alguns nomes podem ser recordados: o Dr. Pedro Vicente de Azevedo (a quem o ligava

(14) Para os membros da Família Cochran, o grande poeta paulista era o *Primo Vicente*, porque a ela era ligado por laços do parentesco, através dos Barbosa. Quando estudante, morou em casa do Dr. Ignacio Cochrane; e, muitas vezes, foi por este advertido por ficar à luz de velas, até altas horas da noite, a fazer versos, ao invés de estudar. A inesgotável veia poética manifestara-se muito cedo no cantor do mar e das praias de São Paulo.

velha amizade), o Dr. Bettencourt Rodrigues, o Dr. Lopes dos Anjos, o Desembargador José Maria do Valle, o Dr. Lucas Nogueira, o Dr. Azurem Furtado e membros de suas famílias, além de outros pertencentes às famílias Paula Souza, Sotto Mayor, Pereira de Queiroz, Azurem Costa, Munhoz, Muniz de Souza, Corbisier, Pedro Aranha, Raul Meirelles, Machado Pedrosa, Vidigal, Pinho, Torres Neves, Alfredo Guedes, Alberto Seabra, Costa Carvalho, Huett Bacellar, Lefèvre, Paranhos.

A êste propósito, parece-nos significativa a relação das pessoas que comparceram ao seu enterro, no dia 1.º de junho de 1912⁽¹⁵⁾. Ei-la, excluídos os parentes mais próximos:

ABREU, Comendador Daniel Monteiro	BARBOSA, Dona Carolina
ABREU, Dr. Limpo de	BARBOSA, Eugenio Vieira
AFFONSECA, Carlos Luiz de	BARBOSA, Francisco Alberto
AGUIAR, João de	BARBOSA, Dr. Heraldo
ALCKMIN, José Calazans de	BARBOSA, Dr. José Vieira
ALMEIDA, Dr. Oscar de	BARBOSA, Dona Lavinia
ALVIM, Dr. Cesario	BARBOSA, Dona Miquelina
ANJOS, Dr. Alfredo Lopes dos	BARROS, Dr. Paulo de Moraes
ANJOS, Eurico Lopes dos	BASTOS, Frederico
ARANHA, Dr. Luiz	BASTOS, Henrique
ARANHA, Dr. Olavo Egydio de Souza	BECBIE, Arthur
ARANHA, Dr. Pedro de Souza	BOCAINA, Barão da
ARANHA, Dr. Queiroz	BOTELHO, Aureliano
ARANTES, Dr. Altino	BRAGA, Dr. Alfredo
ARAÚJO, Antonio Stockler de	CAMPOS, Dr. Carlos de
ARAÚJO, Coronel Gil Alves de	CARDOSO, Dr. Fernando
ARRUDA, Viúva Marcos	CARDOSO, Dr. Malta
AZEVEDO, Dr. Francisco de Paula Vicente de	CARINI, Dr. Antonio
AZEVEDO, Dr. José Vicente de	CARVALHO, Dr. Alvaro de
AZEVEDO, Mário Gonçalves de	CARVALHO, Dona Amalia da Costa
AZEVEDO, Dr. Pedro Vicente de	CARVALHO, Dr. Arnaldo Vieira de
AZEVEDO SOBRINHO, Dr. Pedro Vicente de	CARVALHO, Família Costa
BARBOSA, Dr. Alcides Martins	CARVALHO, Família Vieira de
BARBOSA, Antonio Vieira	CARVALHO, Dr. Vicente de
BARBOSA, Dona Arminda	CASTRO, Dr. Clementino de
BARBOSA, Dr. Augusto	CASTRO, Dr. Moretzohn de
	CASTRO, Sebastião de Almeida e
	CASTRO, Theodorico de Magalhães

(15) Cf. *O Estado de São Paulo, Correio Paulistano e O Comércio de São Paulo*, junho de 1902.

CELESTE, Dr. José
COELHO, Constante
CORRÊA, Manoel José
CORTEZ, Tenente Dantas
COSTA, J. Azurení
CRUZ, Capitão Martin Francisco

DUARTE, Dr. João

ERVEDAL, Bernardino
ERVEDAL, Dr. Paulo

FACHADA, José da Cunha
FERRARI, Julio
FIGUETREDO, Julio Lopes de
FONSECA, Godofredo
FONSECA, José Osorio da
FONTES, Dr. Eduardo
FRANCO, José de Mello
FREIRE, Dr. Mario da Silva
FREIRE, Dr. Victor da Silva
FURTADO, Dr. Raymundo

GAMA, Carlos Nogueira da
GIOLITTI, Valentim
GLORIA FILHO, Arthur
GORDO, Dr. Adolpho
GOUVÊA, Dr. Anfrisio de
GRACCHO, Dr. Mario
GRUMBACH, Lazaro

HAMSON, Dr. Henrique
HUMBEECK, José van

LANE, Frederico
LEFÈVRE, Dr. Augusto
LEITE, Dr. Luiz Pereira
LEJEUNE, Capitão Eduardo
LIMA, Dr. Ranulpho Pinheiro
LOPES, Dr. Camara
LUZ, Dr. Abilio
LUZ, Di. Christiano Ribeiro da

MACIEL, Dr. José
MAIA, Dr. Guerreiro
MALHEIROS, Luiz Maria
MARCONDES, Dr. Urbano
MARTINS, Dona Anna Iguatemy
MARTENS, Iguatemy

MAYER, Dr. Jorge
MAYOR, Dr. Benjamin Granja
Sotto

MAYOR, Família Sotto
MEDINA, Dr. Ricardo
MELITA, Dr. Antonio
MELLO, Dr. Francisco Homem de
MENDONÇA FILHO, Dr.
MIRANDA, Dr. Bueno de
MORAES, Benedicto de
MOREIRA, J. M. da Costa
MORETSZOHN, Irineu
MOTTA, Octaviano
MUNDELI, Francisco

NEVES, Dr. Samuel das
NEVES, Dr. Torres
NOGUEIRA, Ignacio Gama
NOGUEIRA, José Paulino
NOGUEIRA, Dr. Lucas
NOVA, Dr. João José da

OLIVA, José
OLIVEIRA, Dr. Armando Salles de

PACHECO, Dr. Augusto
PARANHOS, Dr. Ulysses
PEDROSA, Alvaro
PEDROSA, Dr. João
PEDROSA, Dr. Luiz
PEDROSA, Dona Zemira Rodrigues
PEDROSA, Dona Zulmira
PEREIRA, Comendador Bento José
Alves

PERILLIER, Família
PESTANA, Comendador Mondim
PINHO, Dr. Renato
PIZA, Dr. Luiz
POMPEU, Alvaro
PORCHAT, Dr. Reynaldo
PORTO, Olympio
PRATES, Conde de
PRATT, Guilherme B.
PRATT, Raphael

QUEIROZ, Dr. Antonio Pereira de
QUEIROZ, Dr. Francisco de Souza
QUEIROZ, Dr. José Pereira de
QUEIROZ, Vicente

REIS JÚNIOR, Dr. Meirelles
 REZENDE, Leoncio de Azevedo
 REZENDE, Maximiliano de Souza
 RIBAS, Dr. Emilio
 RODRIGUES, Dr. Antonio Bettencourt
 RODRIGUES, Dr. Antonio Dutra
 RODRIGUES, Arcediago Dr. Francisco de Paula (Padre Chico)
 RODRIGUES, Dr. Leoncio Martins
 RODRIGUES, Dr. Lucio Martins
 RUBIÃO, Dr. Guilherme
 RUBIÃO JUNIOR, Dr. José Alvares

SÁ, Francisco
 SALLES, Dr. Antonio de Padua
 SAMPAIO, Dr. João
 SCHMIDT, Coronel Cornelio
 SCHMIDT, Tedesco
 SCUTARI, Família
 SCUTARI, José
 SETTE, Dr. Primitivo Rodrigues
 SHALDERS, Dr. Carlos
 SILVA, Gastão Rabello e
 SILVA, Dona Isabel Barbosa da
 SILVA, José Filinto da
 SILVA, Prelidiano Justo da
 SILVEIRA, Dr. Luiz
 SILVEIRA NETTO, A. J. da
 SIMONE, Luiz
 SIMONSEN, Harry
 SOARES, Comendador Rocha
 SOUZA, Dr. Everardo Vallim de
 SOUZA, Dr. Francisco de Paula
 SUPPLY, João
 SUPPLY, José
 SUPPLY, Mario

VALLADÃO, Dr. Mathias
 VALLE, Dr. Ataliba do
 VALLE, Coronel João Alfredo Baptista do
 VALLE, Dr. José de Freitas
 VALLE, Desembargador José Maria do
 VALLÉ, Dr. Raul do
 VALLE, Dr. Victor do
 VALLE FILHO, José Maria do
 VASCONCELLOS, Dr. Vasco Smith de
 VASQUES, José Barbosa
 VEIGA, Dr. Gabriel da
 VERGUEIRO, Dr. Cesar Lacerda de
 VIANNA, Dr. João Mauricio de Sampaio
 VIANNA, Dona Julieta Falcão Sampaio
 VIDIGAL, Dr. Aphrodisio
 VIDIGAL, Cassio
 VIDIGAL, Família
 VIDIGAL, Dr. Gastão
 VIOTTI, Dr. Francisco

WHITACKER, Dr. Firmino
 WRIGHT, Guilherme

XAVIER, Aldo
 XAVIER, Armando Barbosa
 XAVIER, Dr. Constantino
 XAVIER, Dona Maria Luiza Barbosa

ZACRISON, Zaluar

Não nos abalançamos a fazer a análise dessa longa relação de nomes, correspondente a uma parcela significativa da sociedade paulistana, no alvorecer da década de 1910. Limitar-nos-emos a assinalar que aí figuram personalidades bem conhecidas da Engenharia, da Medicina e da Política; mas — se não nos enganamos — nela não aparecem os homens que maiores fortunas acumularam com a cultura do café. O Dr. Cochrane, certamente, não freqüentava os luxuosos salões do bairro de Higienópolis.

Alegria sem perda da autoridade

O espírito sociável e comunicativo do Dr. Ignacio Cochrane, seu dinamismo e sua animação, correspondiam e exteriorizavam uma outra facêta de sua personalidade: o gênio alegre e folgação, que somente os mais íntimos bem conheceram.

Por simples brincadeira, embora procurasse fazer crer que agia seriamente, divertia-se em pôr à prova os conhecimentos adquiridos pelos netos em seus estudos, fazendo-os passar por maus bocados; e, mais ainda, em dar-lhes quinaus, graças à polimorfa cultura de que era dono.

Cada ano, às vésperas do dia 3 de outubro, data de seu natalício, divertia-se em remexer armários e gavetas, à procura dos presentes que lhe pretendiam dar; e ria-se a valer com a aflição dos seus, preocupados em assegurar a surpresa, conforme costume tradicional da família...

Em novembro de 1900, resolveu comemorar de maneira especial a data do 40.º aniversário de seu casamento, tudo preparando sob o mais absoluto sigilo. E pelas 5 horas da manhã do dia 8, os vizinhos do n.º 52 da Rua Aurora, na Capital paulista (onde, então, residia), foram festivamente despertados pelos acordes ruidosos da famosa "Banda Alemã", que se postara, empertigada e feliz, bem debaixo das janelas da casa do Dr. Cochrane — por encomenda, já se vê. Dona Marucas não gostou nada da brincadeira, principalmente pelo tom de escândalo com que vinha cercada, e insistiu para que imediatamente cessasse aquela intempestiva e matinal manifestação. Embora satisfeito com a façanha, dispensou o Dr. Cochrane, de sua alegre tarefa, os risonhos e corados músicos; mas o regente da Banda não podia compreender, alemão que era, que tão repentinamente terminasse aquela missão e... nova melodia atroou no silêncio da manhã... Quanto mais gestos fazia o Dr. Cochrane para que se fôsem embora, mais animados e peritos se mostravam os homens da "Banda Alemã" na execução de rumorosas partituras... Foi uma luta!

Por ocasião da passagem do século, quase tôda a família reuniu-se nessa mesma casa da Rua Aurora, a fim de comemorar o acontecimento. Em tôrno do casal, congregaram-se os fi-



Dr. Roberto Cochrane Simonsen
(1889-1948)

Engenheiro, homem de empresa, historiador, Senador da República pelo Estado de São Paulo e membro da Academia Brasileira de Letras. (Fotografia datada de 1909).

lhos e netos Simonsen, Suplicy, Azevedo e Cochrane. Uma árvore de Natal, pejada de presentes, constituía o grande atrativo daquela noite memorável. Mas quem pregou a grande surpresa foi o Dr. Cochrane: no momento oportuno, com as barbas brancas que o tempo lhe dera, vestido de Ano Velho e apoiado numa bengala, rompeu pela sala repleta e passou a distribuir os mimos e brinquedos a todos os que ali estavam — feliz como nunca e de felicidade enchendo o lar que tanto amava.

Era assim o Dr. Ignacio Cochrane: alegre e folgazão.

Todavia, esta faceta de sua individualidade não prejudicava em nada o profundo respeito que a todos inspirava.

Era o chefe incontestado de um verdadeiro clã, o patriarca de um grupo de famílias. Impunha-se desde que aparecia, por sua presença inconfundível, seu porte de fidalgo, sua simpatia cativante, suas venerandas barbas e abundantes cabelos imaculadamente brancos. Impunha-se principalmente pela autoridade que dele emanava, imperiosa e dominante, embora esplendente de carinho e de afeto. Era o Pai, o Sogro, o Avô; mas, antes de tudo, o Amigo e o Conselheiro. Jamais alguém ousou desrespeitá-lo, no lar ou fora dele. Suas palavras eram ordens, que todos docemente acatavam. Seus conselhos eram seguidos sem titubeios. Encarnava a Sabedoria e ninguém dele se aproximava sem que, de imediato, se sentisse envolvido pela confiança, que se irradiava de sua marcante personalidade.

Um único exemplo é suficiente para comprovar o que afirmamos. Seu filho primogênito — Dr. Thomaz Wallace Cochrane, que foi Secretário da Presidência da República e Ministro do Tribunal de Contas, embora tenha vivido 49 anos, jamais ousou fumar em sua presença: seria um inconcebível desrespeito para com seu velho Pai.

Partidário do Marechal Hermes da Fonseca (ao contrário do Dr. Cochrane, que se pusera ao lado de Ruy Barbosa), jamais o confessou, receoso de magoá-lo ou, pelo menos, contrariá-lo. Foi o acaso que levou o Dr. Cochrane a tomar conhecimento da posição política de seu filho; viu-o numa fotografia, semi-escondido, ao lado do Marechal e de seus correligionários. Não teve dúvidas: movido por seus sentimentos de Pai compreensivo diante da delicadeza do silêncio guardado pelo filho e manifestando, uma vez mais, seu gênio brincalhão, recortou cuidadosamente a fotografia indiscreta e lha enviou, com as seguintes palavras: “Gato escondido com o rabo de fora”...

Era assim o Dr. Cochrane.

No entanto, a êsses predicados, outros ainda poderiam ser acrescentados e que somente os íntimos conheciam. Se bem que engenheiro por vocação, herdara do padrao ilustre o gosto pela Medicina. Era um homeopata, que dispunha de rica “botica” particular e que bem conhecia os livros especializados da época, não apenas o de autoria do Dr. Thomas Cochrane, mas, de preferência, os de mestres americanos e

Festa na Sociedade Portuguesa de Beneficencia - 25 de Set.



O Dr. Campos Salles, presidente da República, visitando as enfermas, acompanhado de seu Secretario de Estado, do Cons. Leopoldo e do Visconde de Sant'Anna, Presidente dessa instituição.

(Desenho de Angelo Agostini, em "Don Quixote", Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1899).

inglês(16). Por isso mesmo, receitava com segurança os remédios adequados para os de sua família, aos quais transmitiu uma quase cega confiança na Homeopatia.

Individualidade, realmente, polimorfa.

A produção poética

Pelo que já ficou escrito, percebe-se a facilidade com que o Dr. Cochrane costumava dar expansão aos seus mais íntimos sentimentos através da Poesia. Despretensiosamente. Escrevendo para si ou, quando muito, para os seus. Produzindo versos simples, espontâneos, nem sempre perfeitos, sem jamais pensar em divulgá-los.

Por isso mesmo, oferecendo-os ao conhecimento público e à crítica, às vêzes impiedosa, sentimo-nos, de certa forma, como alguém que ousasse profanar um santuário; ou, pelo menos, como um indiscreto que houvesse penetrado na intimidade da vida de quem já não vive, a remexer o relicário de sua alma.

Fazemo-lo, porém, unicamente pela necessidade de procurar mostrar tôdas as facêtas de sua personalidade. Com a mais absoluta imparcialidade, mas com o respeito que devemos à sua memória. Sem desejar exaltá-lo, mas, também, sem pretender diminuí-lo.

Sua mais importante produção poética foi escrita em tórno da década de 1870-80, entre os 35 e 45 anos de idade. Depois disso, limitou-se, já no fim da vida, a produzir versinhos singelos, destinados às reuniões da família; ou para comemorar algumas datas, muito caras ao seu coração.

Entre as poesias sérias, geralmente tristes, uma só é anterior àquela fase mais produtiva: intitula-se *A Mãe* e remonta a março de 1867.

Seguiram-se-lhe mais dez, algumas delas já por nós transcritas, total ou parcialmente:

(16) Entre êsses livros, podemos citar: MURE, Dr. — *A Pratica Elementar da Homoeopathia*, 6.^a edição revista pelo Dr. João Vicente Martins, Tip. de Pinheiro & Cia., Rio de Janeiro, 1866; JOHNSON, Dr. I. D. — *A Guide to Homoeopathic Practice*, ed. F. E. Boerick, Filadélfia, 1879; e LAURIE, Dr. J. — *Medicina Domestica Homoeopathica*, traduzida da 23.^a edição inglesa por José Ferreira de Pinho, ed. Laboratório Homeopático Pinho, Rio de Janeiro, 1880.

1. *Quero morrer!* — maio de 1871
2. *O amor de Mãe* — junho de 1871
3. *Vinte de Junho* — junho de 1871
4. *Minha Esperança* — agosto de 1873
5. *Caprichos de Amor* — agosto de 1873
6. *Ciumes* — agosto de 1873
7. *Flôres d'Alma* — agosto de 1873
8. *Ensinar a quem não sabe* (tradução) — 1876
9. *"Similia Similibus"* (paródia) — 1879
10. *"Mon dernier jour"* — novembro de 1882.

A década de 1890-1900 pertencem:

1. *O amor-perfeito* — 1890
2. *"Il sospira o un Fior d'Anima"* — 1893
3. *Minha Mãe!* — março de 1893
4. *Ao nosso Quadragésimo Aniversário matrimonial* — 1900.

Mas também existem as poesias burlescas ou jocosas, da mesma forma que as infantis, algumas delas destinadas a figurar em álbuns e, até, num leque:

1. *O "assustado"* — dezembro de 1870
2. *Trinta carneiros por um beijinho* — 1879
3. *Num Album* — 1881
4. *No leque de Alice* — 1883
5. *No Album de Alice* — 1883.

Dentre as pertencentes a êste segundo grupo, uma existe que merece ser aqui transcrita, não somente por simbolizar o gênero jocoso, mas por retratar os costumes de uma época: é *O "assustado"*, que traz um subtítulo esclarecedor: "Recitativo feito depois de uma "soirée" gorada — 31 de outubro de 70". Ei-lo:

O "assustado"

É já bem tarde! O jantar findou-se
Quando o *assustado* me resolvo a dar.
Depressa os bolos, pão-de-ló, pamonhas,
Cuscus torrado mando então comprar.

Por um lado sai a fazer convites
Mateus já pronto, de chapéu armado,
Enquanto em busca do Maneco-músico
Corre o Batista, Serafim chamado.

Mas... O céu escurece! Uma nuvem negra
Carrancuda e feia lá surge além;
Depois, um ronco, a princípio surdo,
Reproduz-se agudo, e a tormenta aí vem!

De fuzilar não cessa, listrando fogo
A centelha elétrica se desprende afinal!
"A chuva aí vem, a *soirée* gorou"
Diz o Soares, "mas eu cá vim".

Desaba então o temporal desfeito,
E tudo murcha, já ninguém mais fala,
Reina silêncio, interrompido às vezes.
Por suspiros tristes, que um logrado exala.

Corre à janla o Arsênio e diz:
"Mas lá vem um, ouço rodar um carro".
Qual um, qual carro! O um é sombra,
O carro passou atirando barro!

"Não, agora é gente", murmura o Carlos,
Pula o Nhonhô, para abrir a porta;
Entra o Maneco (sensação profunda!),
Senta ao piano e a cabeça entorta.

"O melhor é vispora, cá não vem ninguém",
Diz um ratão, e com certo império;
"Lá isso não", grita logo a dona,
"Antes dormir ou jogar a sério".

Afinal aí chegam convidados — três,
Polcas, quadrilhas e até chinesa,
Rompe-se o baile com o sorongo e valsa;
Mas sempre a mesma, infernal frieza.

O Arsênio canta e a chuva aumenta!
Recita o Bastos, e o povo dorme!
Só o Pereira dança o solo inglês,
Têso, direito, com um sapato enorme...

Santos, 31 de dezembro de 1870.

Como se vê, trata-se de poesia desprezenciosa, feita, sem nenhuma dúvida, como simples passatempo. Mas, a nosso ver, tem um sabor muito especial, por retratar os costumes da época, suas danças e seus jogos preferidos, particularmente êsse tipo de baile improvisado, que até hoje perdura, mas que já não mais se denomina de *assustado*...



A moda ao iniciar-se o século XX

Dona Celina Cochrane de Azevedo, neta do Dr. Ignacio Cochrane, casada com Dr. Lycurgo de Castro Santos, em fotografia tirada em 1907.

Uma fé inabalável

“Súdito de Sua Magestade Britânica”, professando a Religião Anglicana e protestando “nela morrer” — conforme as palavras constantes de seu testamento, o Dr. Thomas Cochrane demonstrou sua liberalidade de espírito ao respeitar a religião de sua espôsa, que — também em testamento — declarou professar a Religião Católica, Apostólica e Romana.

Fêz mais o pioneiro das vias férreas: acompanhava-a, com seus filhos, às missas dominicais e de preceito, não exigindo o mesmo ao participar, sozinho, das cerimônias do culto evangélico. Como se isso não bastasse, mandou construir no “Castelo” da Tijuca uma Capela interna, onde a família fazia suas orações.

Nada mais natural, portanto, que o Dr. Ignacio Cochrane fôsse fortemente influenciado pela crença de sua progenitora e viesse a tornar-se, como ela, um católico praticante. E o foi, de maneira arraigada e profunda, durante tôda sua longa existência.

Neste particular, os versos escritos em agôsto de 1873, sob o título de *Minha Esperança*, várias vezes já mencionados, constituem testemunho eloqüentíssimo. Foram inspirados num transe doloroso e dos mais tristes, quando, em curto lapso de tempo, a morte lhe arrebatou dois dos filhos, o padrasto e a própria Mãe, ao mesmo tempo que a doença atingiu tôda a família. Como êle mesmo disse, seu espírito não se abateu diante de tantas desgraças. Porque tinha uma Fé inabalável. Porque acreditava firmemente na misericórdia de Deus.

Quando morreu a filhinha de apenas 6 anos de idade — Georgina, conta êle:

“A espôsa triste, banhada
Em prantos de acerba dor,
Apertei nos braços meus
Dizendo: “Chorai, amor,
Com os olhos fitos nos Céus,
Que eu choro com amargor.
São altos juízos de Deus,
Bendito seja o Senhor!”

Quando chegou a vez do pequenino Eurico, com sômente dois anos de idade, relata êle:

“Nesse transe amargurado
Vi a meu lado meu Pai;
Minha Mãe lhe havia dito:
“Corre a ver o filho, vai”.
Estreitou-me triste, aflito,
Sufocou no seio um ai,
Dizendo: “Filho, coragem,
E em Deus sempre esperai!”

Sentiu perfeitamente que lhe fôra reservada dura provação. Por isso mesmo,

“Minha fé, minhas crenças
Bem firmes se conservaram
Ante as Divinas Sentenças,
Que tão fundo me magoaram!
Minha fé, minhas crenças
Nem assim me abandonaram.”

Quando “ainda sangravam, vivas, as chagas do coração”, viu morrer, em seus braços, o Pai adotivo. Mesmo assim, não descreu da Divina Proteção. Porque,

“Os ecos me repetiam
As palavras de meu Pai:
“Coragem, filho, coragem,
E em Deus sempre esperai!”

Decorridos apenas dois meses, “vendo quebrar-se-lhe o elo, que a prendia ao protetor”, faleceu Dona Helena Augusta, sua Mãe, “vítima de tanto amor”.

“Quanta desgraça, meu Deus!
Dai-me fôrças e valor
Para tragar com coragem
Este cálix de amargor!
Livrai-me desta voragem,
Dêste abismo de dor,
Que me procura arrastar
Ao desespero, Senhor!”

Confirma, corajosamente, sua fé profunda:

“Ainda assim não descri
Da Divina Proteção.
Tive fé, tive esperança;
Pois só dá consolação,
Nossa Santa Religião,
Que nos ensina a sofrer
Com fiel resignação.”

Oprimido pela dor a mais pungente, implorou, submisso, ao Deus Clemente, um lenitivo ao seu sofrer.

Não cessou, porém, seu padecer: caiu doente, juntamente com seus cinco filhos. “Neu assim fiquei descrente!” — afirma êle. A espôsa que, sòzinha, lhes servira de enfermeira e que “com tanta humildade, fé robusta e verdadeira, orava ao Deus da Bondade, todo o dia, a noite inteira”, acabou por cair, também, doente.

“Mas os ecos me repetiam
As palavras de meu Pai:
“Coragem, filho, coragem,
E em Deus sempre esperai!”

Encerra êsse verdadeiro poema de Fé e de Dor, demonstrando, uma vez mais, a razão de ser de sua fortaleza, de sua incrível resignação, que nos fazem pensar na figura de Jó, ao enfrentar os infortúnios que lhe foram reservados por Deus:



Quatro gerações

Da esquerda para a direita: Wallace Cochrane Simonsen, Lucila Moretzsohn Simonsen, Dona Robertina Cochrane Simonsen e Dr. Ignacio Cochrane. (Fotografia tirada na década de 1900-10),

“Ainda hoje sangram vivas
 As chagas do coração,
 Que as alimenta a sandade
 E esta não se acaba, não
 Mas lhe quebra a intensidade
 Nossa Santa Religião
 Que nos tempos de amargor,
 Só, nos dá consolação!

 Ela manda têmos Fé,
 Esperança e Caridade.
 Fé eu tenho, creio em Deus;
 De sua Imensa Bondade
 Espero um fim aos males meus,
 Sofrendo com humildade
 Os Decretos lá dos Céus
 Té que volva a flicidade.

 Pois na maior aflicção
 Nunca deixou-me a esperança,
 Qu’em doces sonhos me alenta,
 De que virá a bonança,
 Depois de dura tormenta.
 A religião, qu’em criança
 Aprendi, assim me ensina...
 Hei de ter sempre Esperança!”

Foi assim o Dr. Cochrane, nesse transe angustioso por que passou, nos anos de 1872 e 1873. Foi assim muito mais tarde, quando viu inutilizado e para sempre inválido seu filho Archibaldo, de quem se tornou o enfermeiro até à morte, em 1912. Foi assim quando, em maio de 1903, viu morrer sua companheira de mais de 40 anos de vida em comum — Dona Marucas. Foi assim em 1910 quando, já setuagenário, viu partir para sempre seu filho primogênito — Dr. Thomaz Wallace Cochrane, sua esperança e seu orgulho, com apenas 49 anos de idade. Foi assim até que a morte o colheu, quando teve oportunidade de dar o derradeiro exemplo de como um cristão deve morrer.

Todavia, a religiosidade do Dr. Cochrane não se manifestou apenas nos momentos supremos de sua vida. Tinha caráter permanente, diuturno. E a prova disso encontramos no costume que introduziu entre os seus e manteve até à morte — o da Oração em família. Antes de dormir, fazia questão de reunir a todos quantos estivessem em sua casa; e, junto ao Oratório, ajoelhado e contrito, rezava em voz alta, acompanhado pelos presentes, a seguinte prece:

“Oh, amôrosíssimo Jesus, que pelas Vossas incéfaveis virtudes, pelos exemplos de Vossa vida doméstica, santificastes a Família por Vós eleita na Terra:

Protegei a nossa, que, prostrada, diante de Vós implora a Vossa piedade e compaixão.

Recordai-Vos que ela é família Vossa, porque a Vós, de um modo especial, se dedicou e consagrou.

Olhai-a benigno e livrai-a dos perigos; assisti-a em suas necessidades; e concedei-lhe o dom de preservar constantemente na imitação de Vossa Sagrada Família, a fim de que, servindo-Vos na Terra, possa, depois, glorificar-Vos eternamente no Céu.

Maria, oh Mãe dulcíssima: nós recorremos à Vossa proteção, certos de que o Vosso Divino Filho ouvirá os nossos rogos.

E Vós, também, oh gloriosíssimo Patriarca São José: socorrei-nos com a Vossa proteção e colocai nas mãos de Maria as nossas súplicas, a fim de que Ela as apresente a Jesus Cristo, Senhor Nosso.”

A morte de um justo

No dia 20 de abril de 1912, o Dr. Cochrane amanheceu doente. E, desde então, não mais se levantou do leito, vítima de uma afecção pulmonar, que, a pouco e pouco, foi se agravando, apesar dos esforços do médico assistente e fiel amigo — o Dr. Bettencourt Rodrigues. Seu organismo, enfraquecido pela idade e pela doença, já não mais reagia aos medicamentos, principalmente porque quase não se alimentava. Mobilizou-se a família, cercando-o de carinhos; e dois de seus genros⁽¹⁷⁾ passaram a ser seus enfermeiros, solícitos e dedicados.

A tristeza pairava na casa em que residia, à Rua Barão de Iguape n.º 48, na cidade de São Paulo. E a aflição maior se tornou quando, após ingerir uma folhinha de cravina, caiu repentinamente enfêrmo um de seus netinhos — Élio Fábio⁽¹⁸⁾. Não tinha ainda um ano de idade e, em menos de 48 horas, viu-se atingido por misteriosa doença, que se manifestou por uma paralisia progressiva, iniciada em seus membros inferiores. Faleceu no dia 16 de maio, diante do estupor dos que o cercavam, e o velório se fêz discretamente, para que o Avô, gravemente doente, não percebesse a desgraça e não viesse a sofrer seu coração amantíssimo.

(17) Luiz Suplicy e Arnolfo Azevedo. O terceiro genro — Sydney Simonsen encontrava-se na Europa.

(18) Filho do casal Arnolfo Azevedo.



Dr. Ignacio Cochrane
(1837-1912)

O ilustre engenheiro e homem público fluminense, paulista de coração, aparece em sua última fotografia, tirada em São Paulo, 1909.

Entretanto, uma das irmãs do pequenino morto, na inocência de seus quatro anos, não soube guardar o triste segredo. Entrou no quarto do enfermo e disse-lhe, bruscamente:

— “Sabe, Vovó? Élio Fábio morreu!”

O Dr. Cochrane pediu a um dos presentes confirmação do fato; e, sabedor da verdade, alquebrado embora, mas com a autoridade que sempre o caracterizara, censurou severamente os que, por simples bondade, o haviam enganado. Depois, ordenou:

— “Chamem Dulcita.”

Chegando ao quarto esta sua filha — que acabava de ver o corpo de seu filhinho partir para sempre, a fim de ser sepultado na cidade de Lorena —, abraçou-a o Dr. Cochrane cheio da mais sincera comoção e ordenou, uma vez mais:

— “Ajoelhem-se todos.”

Depois, com a voz lenta e embargada pelo sofrimento, pôs-se a rezar:

“Lembrai-Vos, ó piedosíssima Virgem Maria, que nunca se ouviu dizer que algum daqueles que a Vós tem recorrido, implorado a Vossa assistência e invocado o Vosso socorro, tenha sido por Vós abandonado.

Animado de uma tal confiança, a Vós, Virgem entre tôdas singular, como a uma Mãe recorro e de Vós me valho. E, gemendo sob o pêso de meus pecados, me prostro aos Vossos pés.

Não desprezeis as minhas súplicas, oh Mãe do Filho de Deus humanado, mas dignai-Vos de as ouvir propícia e de alcançar o que Vos rogo.

Assim seja.”

Uma cena edificante.

A um parente e amigo, que o fôra visitar e perguntara pelo estado de sua saúde, respondeu tranqüilamente:

— “Estou aqui, à espera que Deus me chame à Sua presença.”

No dia 31 de maio de 1912, quando já havia recebido os últimos sacramentos, o estado de saúde do Dr. Cochrane agravou-se visivelmente e todos perceberam que o fim estava próximo. Entretanto, embora muito enfraquecido, seu espírito achava-se perfeitamente lúcido.

No amplo quarto em que se encontrava, ao aproximar-se o instante final reuniu-se a família e, em tórno de seu leito, puseram-se todos, de joelhos, a rezar. Coube a êle próprio orientar as orações, acompanhando-as com comovente devoção e humildade. Em dado instante, pediu a uma de suas filhas que rezasse a Oração dos Agonizantes. Mas isto superava a fôrça moral dos presentes e, por entre lágrimas, o “Pai Nosso” foi, por diversas vêzes, repetido. A um soluço mais alto de outra de suas filhas, voltou-se para os presentes e disse, tranqüilo:

— “Não chorem. Dêem graças a Deus!”

Foram estas suas últimas palavras.

Aos poucos, sua respiração tornou-se filiforme. Até que, às seis e meia da tarde, suavemente, fechou os olhos para sempre, cercado pelos filhos e filhas, genros e noras, e por um grupo de netos de tôdas as idades — Cochrane, Simonsen, Sulpicy e Azevedo, o seu clã, aquêles que tanto amara.

Em sua mesa de cabeceira havia um livro: a *Imitação de Cristo*. Tinha 76 anos incompletos. Morreu cristãmente, como devem morrer os homens justos e puros de coração,

Era assim o Dr. Ignacio Cochrane.

DR. IGNACIO COCHRANE

Tábua cronológica

- 1835 — Em primeiras núpcias, casa-se em Valença, atual Marquês de Valença, RJ, Dona *Helena Augusta Nogueira da Gama* com o Dr. *Robert Wallace MacFarlane*.
- 1836 — A 3 de outubro, na então vila de Valença, nasce o Dr. *Ignacio Wallace da Gama Cochrane*.
- 1840 — A 5 de junho, na cidade de Santos, nasce Dona *Maria Luiza* (Marucas) *Vieira Barbosa*, filha de José Antonio Vieira Barbosa e de Dona Maria Luiza Vieira Barbosa, sua prima.
- 1844 — A 9 de novembro, falece na cidade do Rio de Janeiro o Dr. *Robert Wallace MacFarlane*.
- 1845 — A 16 de maio, na Igreja de São João Batista de Icarai, em Niterói, RJ, casa-se Dona *Helena Augusta*, em segundas núpcias, com o Dr. *Thomas Cochrane*.
- 1853 — Matricula-se na *Escola Militar do Império*, sediada no Rio de Janeiro, como Soldado-aluno de um Batalhão de Artilharia, o Dr. Ignacio Cochrane.
- 1857 — Termina o Dr. Ignacio Cochrane o curso de Ciências Físicas e Matemáticas na *Escola Militar do Império*, recebendo o grau de *Bacharel em Matemáticas* (Engenheiro Militar), no posto de Alferes do Exército Imperial.
- 1858 — Após demitir-se do Exército, o Dr. Ignacio Cochrane, a convite do Dr. Guilherme Schuch de Capanema, passa a integrar a comissão encarregada de projetar uma estrada de ferro de *Niterói a Campos*.
- Passa o Dr. Ignacio Cochrane a trabalhar na *Estrada de Ferro Dom Pedro II*, como engenheiro civil.
- 1859 — O Dr. Ignacio Cochrane torna-se sócio efetivo da *Sociedade Auxiliar da Indústria Nacional*.
- 1860 — Em julho, assume o Dr. Ignacio Cochrane o cargo de Engenheiro Fiscal do Governo Imperial junto à *São Paulo Railway*, passando a residir na cidade de Santos.
- A 8 de novembro, nesta mesma cidade, contrai matrimônio com Dona *Maria Luiza* (Marucas) *Vieira Barbosa*.
- 1863 — O Dr. Ignacio Cochrane recebe o diploma de fundador e sócio efetivo do *Instituto Politécnico Brasileiro*, com sede no Rio de Janeiro.

- 1864 — Em virtude do falecimento de seu sogro, deixa o Dr. Ignacio Cochrane o cargo de Engenheiro Fiscal e passa a dirigir a firma *Vieira Barbosa & Cochrane*, casa comissária de café, estabelecida na praça de Santos.
- Toma-se proprietário da *Revista Commercial* e da *Tipografia Commercial*, na cidade de Santos.
 - É eleito Vcreeador à *Câmara Municipal de Santos*, sendo sucessivamente reeleito até 1877.
- 1868 — Por ato do Imperador, datado de 23 de setembro, torna-se o Dr. Ignacio Cochrane comendador da *Imperial Ordem da Rosa*, em virtude dos relevantes serviços prestados na Província de São Paulo, durante a Guerra do Paraguai.
- 1869 — De março até novembro, faz parte o Dr. Ignacio Cochrane da primeira Diretoria da *Companhia Paulista de Estradas de Ferro*.
- Por ato de 22 de janeiro, o Dr. Ignacio Cochrane é nomeado Tenente-Coronel Comandante do 3.^o *Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional*, cargo que exerce até 13 de novembro de 1878.
 - O Dr. Ignacio Cochrane é eleito *Presidente da Câmara Municipal de Santos*, permanecendo no cargo até 1877.
 - O Dr. Ignacio Cochrane, como comerciante de café, concorre à *Exposição de Altona* (Alemanha), sendo premiado com Medalha de Bronze.
- 1870-1871 — O Dr. Ignácio Cochrane é eleito Deputado à *Assembléa Legislativa* da Província de São Paulo, em sua 19.^a legislatura.
- 1873 — A 23 de janeiro, falece na cidade do Rio de Janeiro o Dr. *Thomas Cochrane*, aos 67 anos de idade.
- A 24 de março, falece “em São Domingos” *Dona Helena Augusta da Gama Cochrane*, aos 55 anos de idade.
- 1874-75 — O Dr. Ignacio Cochrane é novamente eleito Deputado à *Assembléa Legislativa* da Província de São Paulo, em sua 21.^a legislatura.
- 1876-77. — O Dr. Ignacio Cochrane é reeleito Deputado à *Assembléa Legislativa* da Província de São Paulo, em sua 22.^a legislatura.
- 1876-78 — O Dr. Ignacio Cochrane é designado como Engenheiro Fiscal do Governo Imperial na construção da *Alfândega de Santos*.
- 1878-79 — O Dr. Ignacio Cochrane é reeleito Deputado à *Assembléa Legislativa* da Província de São Paulo, em sua 23.^a legislatura.
- 1878 — A 24 de janeiro, assume o cargo de Inspetor Geral da *Companhia da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro*, com sede na cidade de São Paulo, onde passa a residir.
- 1880 — A sede da *Companhia da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro* é transferida da Côte para a cidade de São Paulo.
- 1881 — O Dr. Ignacio Cochrane é designado Representante da Diretoria da *Companhia da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro* na Capital do Império, onde passa a residir, permanecendo nesse cargo até 1886.

- 1882 — Participa o Dr. Ignacio Cochrane do *I Congresso de Estradas de Ferro*.
- 1883 — O Dr. Ignacio Cochrane recebe o diploma de Sócio Instalador do *Clube de Engenharia do Rio de Janeiro*.
- 1884 — A 1.º de dezembro, o Dr. Ignacio Cochrane é eleito Deputado à *Assembléia Geral do Império*, como representante da Província de São Paulo, na sua 20.ª legislatura (1885-89).
- 1885 — O Dr. Ignacio Cochrane é designado para fazer parte da comissão técnica encarregada de estudar o projeto da *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, tendo sido escolhido Relator.
- 1886 — O Dr. Ignacio Cochrane é eleito Sócio Honorário do *Ateneu Ubatubense*, com sede em Ubatuba, SP.
- 1887 — O Dr. Ignacio Cochrane assume o cargo de Inspetor Geral da *Companhia da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro*, na cidade de São Paulo, e, simultaneamente, o de Representante da Diretoria dessa empresa, no Rio de Janeiro, permanecendo em tais funções até 1890.
- 1890 — A 30 de agosto, é encampada pelo Governo da República a *Companhia da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro*, que passa a constituir o Ramal de São Paulo da *Estrada de Ferro Central do Brasil*.
- 1892-1912 — O Dr. Ignacio Cochrane exerce o cargo de Inspetor da *Contadoria Central das Estradas de Ferro* do Estado de São Paulo.
- 1894-96 — O Dr. Ignacio Cochrane exerce o cargo de Chefe da *Comissão de Melhoramentos e Saneamento* da Capital paulista.
- 1895 — O Dr. Ignacio Cochrane recebe o diploma de sócio fundador e efectivo do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.
- 1896-1909 — Exerce o Dr. Ignacio Cochrane o cargo de Diretor da *Superintendência das Obras Públicas* do Estado de São Paulo.
- 1903 — A 9 de maio, falece na cidade de São Paulo, aos 63 anos de idade, *Dona Maria Luiza Barbosa Cochrane* (Dona Marucas).
- 1903-12 — O Dr. Ignacio Cochrane exerce a Presidência da Diretoria do *Instituto Pasteur* de São Paulo, de que foi um dos fundadores.
- 1906-12 — O Dr. Ignacio Cochrane exerce a Presidência da *Associação de Beneficência Mútua dos Engenheiros*, de que fôra um dos fundadores.
- 1910 (?) — O Dr. Ignacio Cochrane é nomeado *Consultor Técnico da Secretaria da Agricultura* do Estado de São Paulo.
- 1912 — A 31 de maio, na cidade de São Paulo, aos 75 anos de idade, falece o Dr. *Ignacio Wallace da Gama Cochrane*.

IV

DOCUMENTÁRIO

PROSPECTO

da Imperial Companhia da Estrada de Ferro.

Capital oito mil contos, divididos em 16,000 mil acções, cada acção do valor de 500\$000 rs, que serão pagos a razão de 100\$ por anno, e estes subdivididos em pagamentos iguais de 25\$000 por trimestre, contados da data do primeiro pagamento.

Directores provisórios e thesoureiro

- 1.º) Joaquim José Pereira de Faro
- 2.º) José Antonio de Oliveira Silva
- 3.º) Antonio da Cunha Barbosa Guimarães
- 4.º) Miguel Eugenio Monteiro de Barros
- 5.º) Thomaz Cochrane

Thesoureiro

João Pedro da Veiga

Deposito

Banco commercial

Secretario

Carlos Pentland

Esta companhia, baseada sobre hum privilegio obtido de S.M.I. por Thomaz Cochrane, com o fim de construir huma estrada de ferro desde o município da côrte até tocar na provincia de S. Paulo, atravessando o município de Iguassú, passando a Serra em lugar azado, tocando na margem do Rio Parahyba, seguindo pelos municipios de Pirahy, Barra Mansa, Rezende e Campo Bello.

O objecto que a companhia tem em vista he transportar por machinas locomotivas, ou qualquer outro motor, posteriormente descoberto, não só todas as mercadorias e generos de Serra Acima, e vice-versa, como tambem passageiros, gado vaccum, porcos, etc., madeiras, lenha e varios outros productos que não podem descer pelo presente modo de transporte.

A grande vantagem resultante deste novo systema de itineração não deve ser indifferente aos fazendeiros e negociantes residentes no interior do paiz, visto augmentar-lhes o valor dos seus terrenos e facilitar-lhes as communições mercantis.

A companhia tem em vista construir armazens e depositos em diversos pontos intermedios das ditas estradas, communicando com todos os caminhos vicinaes, lateraes e travessos, nos lugares onde os fazendeiros escolherem para o commodo geral e conveniencia da companhia.

Os directores reclamão a attenção do publico sobre a posição geographica da estrada, que abrangerá todos os pontos de communições commerciaes de Minas Geraes, S. Paulo, Goyaz e Mato Grosso.

O direito exclusivo concedido á companhia pelo termo de 80 annos evitará toda e qualquer opposição por aquelle espaço. Por conseguinte, a companhia tem a esperar grandes vantagens, resultantes do immenso commercio do interior com a côrte.

Os accionistas devem recordar-se que os pagamentos ou entradas nunca poderão ser mais do que 100\$000 reis por anno por cada acção (dando assim cinco annos para o pagamento total), é que, quando uma parte da estrada esteja prompta, principiar-se-ha os trabalhos de conducção.

Os directores esperão que huma boa administração que exerça a economia que exigem estas emprezas, encontrará a approvação de todos os habitantes destas provincias.

Os agentes (para receber as assignaturas dos accionistas) nas differentes villas e municipios destas provincias serão annunciados em tempo competente.

Sexta-feira da semana que vem estará aberta a subscripção para a Imperial Companhia da Estrada de Ferro, e as listas serão depositadas na praça do Commercio e no escriptorio da Companhia.

Escriptorio da Imperial Companhia da Estrada de Ferro, rua do Ouvidor n. 66.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1840

Carlos Pentland, secretario.

(“Jornal do Commercio” de 27 de novembro de 1840 – pág. 2)

II

ESTRADA DE FERRO

O Dr. Thomaz Cochrane ao

Illmo. Sr. Dr. Justiniano José da Rocha

Era meu proposito conservar-me silencioso, não dizer uma só palavra a respeito do privilegio que Sua Magestade Imperial houve por bem conceder-me para o fim de organizar uma estrada de ferro entre a provincia do Rio de Janeiro e a de S. Paulo, e era esse o meu proposito porque deposito confiança illimitada no patriotismo e luzes dos Srs. deputados e senadores.

Entretanto, V. S. me demove dessa minha primeira intenção, porque em seu discurso na sessão de 22 do corrente serve-se de expressões que sobremaneira me offendem, pinta-me um aventureiro, atirados ás praias do Brazil, um especulador sem consciencia, um homem, emfim que só procura illudir o paiz que o recebeu de braços abertos.

V. S. está enganado, certamente, porque o enganão, e, se quizer dar-se ao trabalho de beber informações em fonte mais limpa, ficará sabendo que a pessoa a quem foi concedido esse privilegio, é filho de uma familia distincta da Grã-Bretanha, e não um aventureiro, como lhe fizerão crer.

Ficará sabendo mais que o filho de uma familia distincta da Inglaterra, depois de haver recebido a educação literaria que mais em harmonia estava com o seu genio, *não foi atirado ás praias do Brazil*, mas veio ao Brazil para viajar, percorreu as provincias de Pernambuco, Bahia, S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro, e no Brazil se conserva desde 1829, no Brazil é casado com uma brasileira, filha do fallecido coronel Ignacio José Nogueira da Gama, irmão do fallecido marquez de Baependy.

Estou certo que depois dessas informações, V. S. se ha de convencer que esse estrangeiro não é o aventureiro que V. S. suppõe, até mesmo porque não ha quem acredite que qualquer familia distincta do Brazil tenha coragem de receber em seu seio especuladores ou aventureiros.

E, sabendo V. S. que esse estrangeiro tem cinco filhos Brasileiros, talvez queira acreditar que é o amor pela *patria de seus filhos*, o que lhe tem dado animo para empregar todos os seus esforços, e fazer sacrificios mesmo pecuniarios, afim de realizar uma empresa que sem duvida alguma deve ser de immensa vantagem para o Brazil.

E, se V. S. quizer dar-se ao trabalho de ler segunda vez o memorial que esse estrangeiro tem a honra de enviar á camara dos Srs. deputados, o requerimento em que elle pede o privilegio, e os documentos que o acompanhão, certamente ha de julgar a empreza não só grandiosa e brillante, senão tambem exequivel e muito exequivel.

Se o contrario acontecer, e se a despeito do que acabo de expender, entender V. S. ainda deve oppor-se ao privilegio, no seu direito está. É muito digno deputado do Brazil, e não serei eu quem lhe conteste um semelhante direito; o que porém não posso admitir é que V. S. pelo facto de ser deputado, esteja autorizado a insultar-me; opponha-se V. S. muito embora ao projecto, empregue todo o seu reconhecido talento em combatel-o, mas não me insulte, não desacate a um estrangeiro que nem por isso ha de esfriar nos seus desejos de ser util á patria de seus filhos, nem por isso ha de deixar de continuar a empregar todos os seus esforços para ver realizado seu pensamento, e estabelecida no Brazil uma estrada de ferro, porque em summa esse estrangeiro confia muito no proverbio: "Labor improbus omnia vincit", e não ha de recuar.

("Jornal do Commercio" de 31 de agosto de 1850 — Publicações a pedido)

III

ESBOÇO HISTÓRICO

SOBRE
O PRIMITIVO PROJECTO
DA
ESTRADA DE FERRO
D. PEDRO II
PELO
DR. THOMAS COCHRANE

Rio de Janeiro
Typographia Thevenet & C.
Rua d' Ajuda, 16
1866

ESBOÇO HISTÓRICO SOBRE O PRIMITIVO PROJECTO DA ESTRADA DE FERRO D. PEDRO II

Alheio ás discussões da imprensa, vexo-me sobretudo de occupar o publico com a minha pessoa; não devo, porém, em qualquer circumstancia esquivar-me á defeza de actos meus, injustamente arguidos.

Nesta posição collocou-me o trabalho que a respeito das estradas de ferro do Brazil está publicando no Jornal do Commercio o Sr. conselheiro Ottoni. Avança S. Ex. proposições e factos que sou forçado a contestar na parte a mim referente.

Aqui transcrevo, para melhor intelligencia, esse trecho. Vem elle em seguida ao periodo onde se dacta o nascimento da estrada de ferro de D. Pedro II, como todas as estradas ferreas brazileiras, da lei de 26 de Junho de 1852.

"É certo que annos antes fôra concedido ao Sr. Dr. Thomaz Cochrane um privilegio para a construção de uma estrada de ferro, communicando a côrte com a provincia de S. Paulo. Esta concessão, que aliás não passou além da promulgação do respectivo decreto, foi no entanto um erro que embaraçou o verdadeiro estudo da questão, e talvez retardou o melhoramento.

"O Sr. Dr. Cochrane, que é um homem intelligente, entrevio no futuro a realisação da estrada de ferro, e quiz segurar para si a gloria da iniciativa e as vantagens da concessão.

"Não censuro de modo algum uma tal aspiração, nem posso senão louvar o illustrado ministro que referendou o decreto.

"Era o respeitavel Sr. Antonio Carlos de Andrada Machado, que, ministro em 1840, teve a nobre ambição de ligar o seu nome á primeira concessão da estrada de ferro no Brasil. Já antes se havia occupado do assumpto o governo da regencia Feijó, encarregando o fallecido Marquez de Barbacena de estudar as disposições da praça de Londres ácerca da organização de uma importante estrada de ferro para Minas e S. Paulo.

"Melhor fôra, porém, nada resolver antes dos estudos."

Depois de uma digressão sobre concessão de privilegios prosegue o trabalho:

"Voltando á estrada de ferro, e sem a minima intenção de offender o Sr. Dr. Thomaz Cochrane, está na consciencia publica que, com a concessão do privilegio que S.S. obteve, a idéia não ganhou terreno algum. O seu ponto de partida, repito, foi a lei de 26 de Junho de 1852."

Ha na exposição do Sr. conselheiro Ottoni uma grande lacuna de factos que me proponho a suprir com um fim duplo, de fornecer dados exactos que completem a historia das vias ferreas do Brazil, e tambem de afastar de mim uma censura immerecida.

Que se negue ao obscuro estrangeiro a porção minima de serviços prestados durante 30 annos ao seu paiz hospedeiro, não extranho! Mas que se transformem esses pequenos serviços em erros e estorvos á prosperidade do Brazil é muito duro. A paciencia mais provada não póde soffrer que não proteste contra semelhante injustiça.

Os factos com que vou jogar são de escrupulosa exactidão; poderia exhibir incontinentemente as provas, se não me fosse impossivel, de improviso, colligi-las dos documentos officiaes e testemunhas respeitaveis de pessoas maiores de toda a excepção.

Demais, a maxima parte da historia dos meus esforços, pela iniciativa e realização das vias ferreas no Brazil está no dominio publico. Se a memoria apagou-se no animo de alguns, em outros está ainda viva e presente, como está minha gratidão, pelos que me animarão.

II

Foi em 1838, por occasião de uma excursão que fiz ao interior do Rio de Janeiro, que pela primeira vez tive a idéa de emprehender a construcção de uma estrada de ferro no Brazil.

O systema de transportes, adoptado no paiz, systema que reunia os tres maiores defeitos da conducção, a carestia, a lentidão e risco, bastou para despertar esse pensamento, que a fertilidade do solo aco-roçoava.

Era meu companheiro de jornada o Sr. Barão de Schneckburg, habil engenheiro e meu amigo. Auxiliado por elle tratei logo de estudar a exequibilidade da idéa; examinando as condições topographicas, e attendendo á população e cultura dos municipios. Quanto á parte technica preocupava-nos especialmente a possibilidade do trajecto da serra.

Antes de mim, só houve a respeito de vias ferreas no Brazil uma velleidade do marquez de Barbacena, quando esteve em Londres. Não passou de uma aspiração vaga, como sem dúvida apparece por toda a parte; e é o annuncio de um invento proveitoso.

Restituído á côrte, nesse mesmo anno de 1838, apresentei ao corpo legislativo um requerimento pedindo a concessão do privilegio de uma estrada de ferro da côrte a S. Paulo e Minas: no dia 4 de Novembro de 1840 o Brazil deferio a minha pretensão. Era ministro o Sr. Antonio Carlos, a cuja memoria rendeu o Sr. conselheiro Ottoni a devida homenagem, não obstante attingi-lo com a mesma censura que me ferio.

Sem protecção especial, reduzido aos meus proprios recursos, foi necessario muita coragem de minha parte para encarar com a idéia grandiosa em cuja realização me empenhava. O Sr. conselheiro Ottoni, sondando em 1857 com seu olhar aquilino as entranhas da serra dos Orgãos, nenhuma duvida nutria; mas S. Ex. tinha em mão uma companhia organizada e forte e um governo prompto a auxilia-lo efficazmente.

Eu só tinha um privilegio no papel e uma confiança, mas profunda, no futuro deste paiz.

Desde Janeiro de 1841 percorri os principaes municipios do Rio e parte das provincias de S. Paulo e Minas. Despendi cinco mezes nesta excursão; atravessei um espaço de 700 leguas. A fadiga das jornadas na estação das chuvas, e por caminhos asperos, foi bem compensada pelo acolhimento animador de todos os fazendeiros.

Voltei á côrte com 3.000:000\$ assignados, somma importante naquella época. Talvez de um valor triplo ao que teria 15 annos depois; porque a subsistencia e o salario encarecêrão no paiz progressiva e rapidamente.

Entretanto, parecia-me indispensável levantar no Brazil maior somma que animasse o capital estrangeiro, e diregi-me novamente ao corpo legislativo pedindo a coadjuvação do Estado, como accionista, por dous mil contos. Releva notar que este subsidio era muito menor do que o posteriormente concedido de garantia de 7%.

O meu novo requerimento foi bem acolhido na assembléa, e teria obtido favoravel despacho, se não faltasse o tempo para ser votado no Senado. Sobreveio a revolução de S. Paulo e Minas, que naturalmente desviou as vistas do governo dos melhoramentos materiaes do paiz.

Na legislatura de 1843 tive a infelicidade de perder por um só voto a causa da prosperidade do Brazil, que eu pleiteava com todo o ardor ante seus representantes. Allegava-se a razão da economia, aconselhada pelo atrazo que naturalmente produziram nas finanças do Estado os acontecimentos de 1842.

Não esmoreci comtudo; tinha-me dedicado de corpo e alma a essa idéa, e ainda hoje, á parte qualquer interesse pecuniario e o mínimo resabo de inveja, me dóe, quando lembro que a gloria de a realizar me foi arrancada! É verdade que para attribui-la a quem mais a merecia.

Perdida a esperanza da organização de uma empresa brasileira, voltei-me para o capitalista universal, Londres, onde toda a industria séria acha animação. Escrevi, remettendo todos os elementos por mim

colligidos, e, graças aos esforços de meu irmão o Sr. George Cochran, alcancei organizar um directorio respeitavel pela riqueza e posição commercial.

Publicado o prospecto da projectada companhia, foi tal o enthusiasmo e affluencia de tomadores de acções, que solidos capitalistas mal puderão obter um numero restricto de acções, e já com agio. Em poucos dias se inscreveu um capital de tres milhões de libras esterlinas.

Note-se que não gozava então a companhia da minima garantia de juros; os favores do governo consistião apenas no exclusivo dentro de 5 leguas parallelas ao trilho durante 90 annos de privilegio.

Suceddeu isto no fim de 1844. O decreto de 4 de Novembro de 1840 consignava uma clausula relativa às obras que o concessionario devia encetar no prazo de quatro annos, sob pena de caducar o contrato, e pagar a multa de 4:000\$ para renova-o.

Os quatro annos haviam justamente expirado; estava, pois, o empresario incurso na pena. Em virtude disto, o ministro brasileiro em Londres suspendeu os trabalhos da organização da companhia, declarando caduco o privilegio. Tal era a fé e confiança no futuro da empresa que a directoria immediatamente se offereceu a depositar dez vezes o valor da multa, comtando que o ministro retirasse sua declaração e deixasse se instalar a companhia, aguardando a decisão do governo imperial.

O diplomata recusou, e embora eu respeite seus escrupulos, não é menos certo que seu acto, além de redundar em prejuizo do paiz, não foi acertado. Desde que o citado decreto de 1840, estabelecia como condição para a renovação do contrato o pagamento da multa de 4:000\$, parece que satisficita esta pelo empresario até em decuplo, subsistia o privilegio. Faltava apenas a formula da aceitação por parte do governo, formula que podia ser preenchida pelo seu agente.

Levado, porém, o rigor ao ponto de não querer o ministro assumir tão pequena responsabilidade; restava o expediente proposto de consentir na installação da companhia e aguardar a decisão final do governo; se este resolvesse contra, ficaria sem effeito a companhia. Era impossivel, porem, receiar a desapprovação de um acto que sem o menor onus para o Brazil o dotava de repente com uma estrada de ferro, no custo de 3 milhões de libras esterlinas!

III

Logo que chegou a esta côrte a má noticia do desfecho da questão em Inglaterra, requeri a rivalidação do privilegio. A vista das causas poderosas que me haviam inhibido de dar começo aos trabalhos no prazo legal, tinha eu direito de ser relevado da multa; mas a ausencia de Sua Magestade, que então visitava a provincia do Rio-Grande do Sul, retardaria o deferimento á minha petição. Para ganhar tempo paguei a multa e restabelecido o privilegio, apresentei-o de novo em Londres.

O grande mercado monetario havia de repente mudado de face a respeito de vias ferreas. Os governos da Russia, Prussia e França acabavão de offerecer garantias de 4% e outras vantagens a empresas

desta natureza. Os directores da empresa brasileira me annunciarão, pois, que não obteriam capitães daquella praça senão mediante a garantia de 5%.

Representei ao governo sobre os novos e imprevistos embarços que surgiao. O presidente do conselho, o visconde de Monte-Alegre, um dos mais prestantes cidadãos do Imperio, cuja memoria honrão quantos prezão o civismo e a virtude, sentindo a necessidade de dotar o paiz com uma via ferrea, reconheceu que em concorrência com paizes mais adiantados, devia o Brazil, para chamar o capital estrangeiro, offerecer-lhe maiores vantagens.

O decreto de 2 de Janeiro de 1849, concedeu-lhe novo privilegio com a garantia do juro de 5% e a isenção de direitos de importação para as machinas, etc.

Dependerão, porem, estas novas concessões da approvação da assemblea geral. Infelizmente dissolvida a legislatura anterior, a nova não pôde trabalhar nesse anno. Sobreveio em 1850 a febre amarella que perturbou tambem a marcha dos negocios publicos.

Roubando á minha clinica horas que não me sobravão, envidei de esforços. Ninguem desconhece quanto é preciso ás vezes em bem de uma idéia solicitar os individuos. Votou-se em 1850 uma urgencia, mas já tão no resto de sessão que não aproveitou.

O anno de 1851 marca uma época no Brasil; elle abriu a era dos melhoramentos materiaes, em substituição das lutas politicas. Na falla do throno S. M. o Imperador enunciava essa aspiração do paiz.

A idéia da estrada de ferro, que até então lutava contra desdems e prejuizos, parecia afinal enraizada no paiz e começava a desenvolver-se com vigor. Na côrte era assumpto de discussão, no interior era uma preocupação incessante e uma esperança de salvação.

É por esse tempo que se manifesta a acção dos principaes proprietarios de Vassouras aos quaes, o Sr. conselheiro Ottoni attribue a verdadeira iniciativa da estrada de ferro de D. Pedro II. Respeito todo o merecimento; concedo que a impulsão dada á idéa pelos esforços dos mais ricos agricultores de um municipio importante accelerasse a solução da grande questão da via ferrea.

Não é possível comtudo admitir que a influencia e prestigio de qualquer cidadão, por mais elevado que esteja, inicie o que já estava não sòmente iniciado, mas em via de execução.

A verdade é outra. A influencia politica de Vassouras pesou na vontade legislativa para desviar a via ferrea projectada de sua primitiva direcção, e approximal-a daquelle importante municipio. Talvez actuasse tambem para traspassar a missão de realizar obras de tanto vulto do obscuro estrangeiro a cidadãos brasileiros respeitaveis por sua posição e riqueza.

Tinha o illustre deputado, o Sr. Barreto Pedroso, pedido urgencia para a questão da estrada de ferro; e nesse mesmo dia votava-se em primeira discussão a approvação do decreto de 2 de janeiro de 1849 a quasi unanimidade de votos. Chegão então á côrte os distinctos cavalheiros que vinhão trabalhar em favor da idéa; muda de repente o

animo da camara e surge a idéa de uma medida geral a respeito da estrada de ferro.

Houve quem entrevisse nessa mudança uma intenção de illidir o privilegio que me fôra concedido. A fé e respeito que me inspirava o governo brasileiro não deixou que semelhante suspeita entrasse em meu espirito. Entretanto os acontecimentos posteriores trouxerão-me uma decepção.

Enquanto se elaborava nas camaras a lei de 26 de Junho de 1852, parti para Londres, (Outubro de 1851) e com o auxilio da casa de Freeland Kerr Collings & C. obtive a criação de uma directoria presidida por Thomas Hope e composta de cavalheiros eminentes pela fortuna e character; de tudo isto o governo estava informado por S. Ex. o Sr. Macedo. Depois de arduo trabalho, interrompido pela revolução politica em França, organizou-se uma companhia sobre bases solidas.

Esperava-me, porém, no Rio de Janeiro a decepção. Promulgada a lei de 26 de Junho de 1852, levantou-se duvida sobre meu direito; o conselho de estado pleno, com excepção de dous unicos membros, reconheceu que meu privilegio estava em inteiro vigor, e a mim se devia outhorgar de preferencia o favor da lei. Resolveu Sua Magestade a consulta de accorde com a minoria, mandando-me concorrer com outros.

Ainda hoje considero este acto como um esbulho do meu direito. A empreza foi, não obstante, posta em concurrencia.

IV

Não me desanimou a nova injustiça que soffri com a resolução do governo mandando pôr em concurso a empreza da estrada de ferro. Apresentei-me como concorrente, e em condições por tal modo vantajosas que tornou-se impossivel adjudicar a outro a estrada.

Entretanto, uma repentina desconfiança se manifestava a meu respeito; e posso affirmar-o que sem o minimo fundamento. A companhia por mim organizada tinha á sua frente o Sr. Thomas Hope, firma tão respeitavel que o ministro brasileiro em Londres assegurou ser bastante para garantir e realizar por si a construcção da estrada.

O Sr. marquez de Paraná, como presidente do conselho de ministros, na sessão de 26 de Maio de 1853, declarou mui positivamente que da parte do governo houvera erro em não accitar a proposta, aliás mui vantajosa, offerrecida por mim.

Cito com intima satisfação estas palavras, que abonão meu procedimento. A autoridade della pesa mais que as injustiças de que fui victima naquella occasião, e ainda agora sou.

O governo, coacto entre a necessidade de adjudicar-me a empreza e o desejo de não contrariar outras vistas, procurou uma evasiva annullando sua anterior resolução, e declarando em vigor meu privilegio, mas sem os favores da nova lei de 26 de Junho de 1852. Era forçar-me a abrir mão de meus direitos; pois tornava-se impossivel, em virtude das causas referidas, o levantamento de capitaes estrangeiros sem garantia de juros e outras vantagens.

Reclamei contra essa decisão, e o ministerio entendeu cortar a difficuldade demittindo de si a tarefa de resolver a questão e incumbindo-a ao plenipotenciario brasileiro. Surprehendeu-me esta occorrença nas vespéras da sahida do paquete, nelle parti sem demora para Inglaterra a pleitear minha causa.

Insisto em particularidades que talvez pareçam superfluas e personalissimas. Ao diante servirão ellas de argumento ás considerações que pretendo deduzir sobre a estrada de ferro, como eu a planejei, e a estrada de ferro como foi executada.

Demais, careço tambem de defender-me contra uma insinuação que tentou outr'ora macular meu character, e que parece ter sido actualmente assanhada por maligno espirito. Não ha muito o Sr. ministro da agricultura, rompendo com a gravidade de sua posição, disse-me cruamente: "que não era a primeira vez que eu tinha importunado o governo."

Quem proferia estas palavras contra um estrangeiro domiciliado ha 36 annos no paiz, e a elle preso por laços de familia, é o mesmo ministro que tanto estrepido tem feito a respeito de imigração! Será acaso o Sr. conselheiro Paula Souza entusiasta unicamente dos estrangeiros que estão ainda por vir? Ou guardará suas predilecções para os Americanos cuja fórma de governo tanto aprecia que a prophctizou ao Brasil em breve tempo?

Seni duvida referio-se o ministro da agricultura naquellas palavras á tenacidade com que defendi doze annos o direito que me concedera a nação brasileira pelo orgão de seus representantes. Ainda quando nessa lida affanosa, eu cuidasse unicamente do meu interesse e não do beneficio do paiz, estava bem longe de acreditar que em um Estado livre, fosse pelo governo taxado de importunação a defeza da propriedade individual.

É necessario, pois, que eu aproveite o ensejo de provar que não fui jámais um especulador, chegado de arribação a este paiz para fartar-me em sua abundancia. Adquiri pouco e á custa de um trabalho arduo; esse pouco mesmo está outra vez restituído em obras ao solo que é a patria de meus filhos.

Nunca me passou pela mente ser forçado a balancear com o Brazil minha conta corrente de serviços prestados e recompensa auferida. Impellem-me a isso as palavras referidas do Sr. conselheiro Paula Souza, assim como a digressão do Sr. conselheiro Ottoni sobre a facil concessão de privilegios. Confesso que, é bem contrariado que desempenharcí semelhante encargo; sobretudo porque depois de apurada a questão, o saldo será avultado em meu favor.

V

O plenipotenciario brasileiro em Londres, investido do poder de organizar a empresa, reconheceu em vigor o meu privilegio; mas, ou as intenções secretas do governo, ou seu recio de lhe desagradar, o inhi-birão de deferir-me a preferencia, a que eu tinha incontestavel direito.

Tratou-se, pois, de estabelecer uma segunda companhia; mas a boa fé e lealdade da praça de Londres se oppoz a semelhante procedimento.

Existia já uma companhia por mim organizada; á sua frente se achavão firmas respeitaveis no *Stock Exchange*. Reconheceu logo o ministro a impossibilidade de contratar uma empresa sem attender-me.

Nestas circumstancias pratiquei um acto que me valeu grande censura e animosidade: um acto legitimo e honesto, como pôde ser o exercicio do sagrado direito da propriedade, garantido pela constituição brasileira.

Refiro-me á desapropriação do meu privilegio, a que me prestei de boa vontade para facilitar a organização da empresa. Que esse privilegio era bem meu, não ha que contestal-o sériamente; eu podia, pois, dispôr delle como de qualquer outra parte de meus haveres, sem que dahi me provisse o minimo desar.

Entendião talvez meus censores que eu devia generosamente ceder de meu direito em beneficio da prosperidade do Brasil. Fal-o-hia se me permitissem meus recursos: nem fôra este o primeiro e ultimo sacrificio meu que reverteu em favor do paiz. Mas attenda-se ao desarranjo que me acarretaram doze annos de luta, as viagens á Inglaterra e a ausencia de minha clinica.

Porventura aquelles que exigirão de mim tal abnegação concorrêrão com seus capitaes ou serviços gratuitamente para a realização da estrada de ferro D. Pedro II?

Não de certo; entenderão muito judiciosamente que se o homem se deve á patria e a seus semelhantes, deve-se tambem á familia e á sua individualidade. Da mesma fórma pensarão tantos emprezarios, cujos privilegios o governo tem desapropriado encampando as companhias.

Em vez, pois, de censura, meu acto devia ser julgado sob um ponto de vista mais justo, até mesmo em relação ao bem publico. Eu facilitei a organização da companhia, que por circumstancias alheias á minha vontade, estava dependente de minha cessão. Em vez de protelar a solução no interesse de obter maiores lucros, abreviei-a; ainda mais, concorri com meus esforços particulares para mover em favor da idéa homens de posição elevada em Inglaterra.

A esse tempo ainda a guerra do Oriente, que rebentou logo depois, não parecia inminente; a companhia se teria organizado com favores da lei de 1852. Mas o ministro achou-se em embarços, provenientes de outras causas.

Foi uma dessas o Sr. visconde de Barbacena, que de improviso se apresentou em Londres com pretensões a organizar tambem uma Companhia para empreender a construção da estrada. Deixo de apreciar este acto offensivo de meu direito: assim como o desenlace de semelhante pretensão.

Observarei apenas que as plantas mais tarde vendidas por esse senhor ao contractador Price, forão a causa da pessima direção da estrada, e de todos os prejuizos consequentes que sobrecarregarão o paiz.

Entretanto correu o tempo; e quando se chegou a uma solução final, tinham desaparecido as probabilidades da paz. Achava-se, pois, a empresa adiada para depois da guerra.

Foi nessa occasião que a provincia do Rio de Janeiro, ansiosa pela realisação da estrada, que tanto incremento devia trazer á sua industria, votou os 2% additionaes. Em consequencia da guerra do Oriente, os contratadores não puderão aceitar a condição de a encetarem immediatamente; desistirão elles (com a excepção de Mr. Lang) do ajuste.

O ministro brasileiro celebrou então o contrato com o Sr. Price por conta do governo brasileiro, o qual resolvêra organizar a companhia dentro do paiz.

Expostos os factos como elles passarão, manifesta-se o nenhum fundamento das asseverações do Sr. conselheiro Ottoni.

É claro que a estrada D. Pedro II não data da lei de 26 de Junho de 1852, pois antes dessa lei já o projeto dessa via ferrea existia em andamento, e pudera estar em termos de execução, a não serem os estorvos oppostos pelo governo e seus agentes.

O meu privilegio, que o Sr. conselheiro Ottoni afirma não ter passado da promulgação da lei que o concedeu, chegou até a organização de uma respeitavel companhia ingleza com o capital de 3 milhões de libras esterlinas.

Está na consciencia de todos, acrescenta ainda o illustre ex-presidente da companhia de D. Pedro II, que a idéa da via ferrea não deu um passo com o privilegio que me foi concedido. Era necessario suppôr uma perversão da consciencia publica para acreditar em semelhante asserto.

As populações da côrte e provincia do Rio de Janeiro, que tantas demonstrações de apreço me derão como o promotor desse melhoramento, protestão! Ainda o Sr. conselheiro Ottoni não sonhava gravar o seu nome no grande tunel da serra, nem mesmo exercer os seus talentos neste objecto, que já eu supportava sacrificios e amargores por uma obra a que me dedicára de coração.

Quem soffreu a mofa dos rotineiros e o desdem dos espiritos descrentes? Quem arrostrou as primeiras e enormes difficuldades que levantára a iniciativa da idéa? Quem destruiu por seus esforços a prevenção?

Não foi a lei de 26 de Junho de 1852, nem a influencia politica de Vassouras, que só appareceu em 1851.

De tudo, porém, o que mais offendeu-me na publicação do Sr. conselheiro Ottoni, é a parte em que parece attribuir a minha dedicacão pela empreza da estrada de ferro a mero interesse pecuniario. Não só o diz expressamente, mas agrava esse acto com algumas considerações relativas á especulação de privilegios.

Enganou-se o illustre ex-presidente na sua insinuação. Meu privilegio não foi obtido pelo modo que refere; e o empenho com que trabalhei para realizar, attesta-o. Sem duvida que não prescindí na empreza do meu interesse privado, legitimo e honesto; se o fizesse, commetteria uma falta. Mas posso assegurar que não era elle o movel principal do meu zelo.

A minha clinica por esse tempo, e especialmente nos annos de 1848 até 1855, era tal que podia satisfazer as maiores ambições, se a qui-

zesse aproveitar convenientemente. Para deixar uma avultada renda annual e proseguir um pensamento que as vicissitudes administrativas tornarão tão precario, devia eu ser impellido por algum motivo mais nobre que o lucro material.

Muitos são considerados benemeritos, que nem prescindirão de seus interesses privados, nem renunciarão a uma profissão abastada. Entretanto, não lhes faltam honras e gratidão! Ninguém, atravez dos serviços prestados, procura descobrir um motivo interesseiro.

VII

Responderei agora ao ponto em que o meu privilegio foi pelo illustre ex-presidente da estrada de D. Pedro II taxado de erro e estorvo ao melhoramento material do paiz.

Quem tiver acompanhado a minha exposição terá já aquilatado devidamente dessa sem razão. Se em 1844 o agente do governo em Londres não tivesse, por insignificantes formalidades, destruido a minha obra da organização da companhia, *teria o Brasil a estrada de ferro dez annos antes, e gratuitamente.*

A estrada de D. Pedro II custou ao governo 10,628:843\$021 de garantias de juros; paralysoou capitaes brasileiros que teriam outro emprego, se a construcção fosse por conta de estrangeiros; montou em menos do que devia montar a outra cujo capital primitivo era de tres milhões esterlinos; finalmente, ficou em meio e impossibilitada de continuar, o que de certo não succederia com a primeira!

E era um erro a construcção daquella primeira estrada gratuita?

Si da segunda vez, em 1851, quando organizei a outra companhia, não se dêsse a protelação que terminou com o esbulho de meu direito á sombra da lei de 26 de Junho de 1852, teria o Brazil ainda uma estrada de ferro com a garantia de 5% em vez de 7%, que veio a pagar depois.

Era ainda um erro esse reconhecimento de meu privilegio?

O erro, creia o Sr. conselheiro Ottoni, não veio da prioridade de meu privilegio, mas da procrastinação e perplexidade, geralmente lastimadas pelos amigos do Brazil. São estes dous defeitos que mais prejudicão os interesses e a reputação do governo!

Censura tambem o Sr. conselheiro Ottoni a concessão do meu privilegio antes de estudos feitos.

Não tinha, é verdade, levantado um plano da estrada; mas percorrêra com um habil engenheiro o terreno, e as suas observações nos havião convencido da praticabilidade de atravessar a serra na garganta de Cacaria. Que mais era necessario para projetar a obra, que opportunamente seria delineada pelos profissionaes?

Onde não houve estudo foi no contracto Price e na organização da companhia de D. Pedro II, sem prévia designação do ponto onde devia ser a serra atravessada. Esse erro custou enorme somma ao paiz;

porém deu ao Sr. conselheiro Ottoni a gloria de ter seu nome gravado em um dos maiores tunneis do mundo.

Meu projecto assentava sobre o ponto principal; a passagem da serra. Era necessario vencer essa grande difficuldade para ligar ao littoral o valle do Parahyba, e mais tarde, os fertes municipios de S. Paulo e Minas. Onde quer que a cordilheira se prestasse a esse fim, essa era a direcção natural da estrada. Todas as outras considerações submetião-se aquella.

Eu havia achado a solução do problema na serra de Cacaria, a qual, ao simples exame visual, revela a facilidade de ser cortada pela via ferrea. Depois de conseguido o grande *desideratum* a estrada contornaria o valle do Parahyba e se aproximaria do mesmo ponto onde está a estação do Desengano.

Vassouras ambicionou ser directamente servida pela estrada. Sem estudo prévio, sem a certeza da praticabilidade da obra, lançou-se a primeira projecção da linha até Belém. Ao futuro deixou-se o proseguimento do traço.

Quando em 1857 o Sr. conselheiro Ottoni se abalçou a grande obra da perfuração e trajecto da serra, esse arrojo de algum modo lhe foi imposto pelo facto anterior. Não tirava elle uma linha da côrte, mas de Belém ao Parahyba. Talvez, entretanto, fosse mais proveitoso para o paiz voltar ao antigo plano, abandonando a 1.^a secção. A estrada de Mauá e Petropolis ao Porto Novo do Cunha faria o serviço da actual linha de D. Pedro II; enquanto que a grande via destinada a entrar em S. Paulo e Minas seguiria outro rumo e alimentaria novos centros produtores.

O Brasil não está por emquanto em condições de alardear obras monumentaes e de luxo; carece mais do util; do transporte barato para seus productos. A linha planejada por mim devia custar muito menos do que a actual, e estender-se mais longe. Além disso, não se matava uma segunda linha, que bem ou mal planejada, já prestava e continúa a prestar relevantes serviços.

Vassouras, que tanto concorreu para este resultado, teve uma decepção; a via ferrea que ella esperou ver ao seu immediato serviço, deixou-a, a uma legua de distancia ao abandono e em decadencia.

É tempo de concluir esta exposiçào, talvez longa de mais. Creio ter-me defendido das allusões que enxerguei no esboço historico do illustre ex-presidente da companhia da estrada de ferro de D. Pedro II.

Ao contrario de S. Ex., eu confesso seus relevantes serviços a favor desse importante melhoramento; e reconheço a gloria a que tem direito pelas obras monumentaes que fez executar, vencendo opposiçào e obstaculos.

Não é a primeira vez, porém, que as glorias dos grandes cidadãos custão bem caro á sua patria.
Rio, 2 de Abril de 1865

THOMAS COCHRANE

IV

TESTAMENTO

DO DR. THOMAS COCHRANE

Em nome de Deus, Amen, em quem eu firmemente creio, Amen.

Eu, Thomas Cochrane, Doutor em Medicina, morador à rua da Ajuda n.º 61, estando de perfeita saúde, em pleno gozo de minhas faculdades intellectuaes, faço meu testamento pela maneira seguinte:

Sou subdito de Sua Magestade Britanica, professo a Religião Anglicana e protesto nella morrer, pedindo a Deus salve a minha alma.

Sou o tercciro filho do honrado Basil Cochrane que morou em n.º 12 Postman Square, em Londres, e falleceu em Paris a 11 de agosto de 1826.

Sou casado com D. Helena Augusta da Gama, que, ao tempo de nosso casamento era viuva em primeiras nupcias de Robert Wallace Macfarlane, Medico, tendo desse consorcio dois filhos — Ignacio Wallace da Gama e Dona Maria Carolina da Gama, e ambos tomárão meu nome de familia (que é Cochrane), e de nosso matrimonio temos tido quatro filhas, a saber: Georgiana, casada com o Conselheiro José Martiniano de Alencar, Helena, Francisca e Eugenia, que vivem e as tres são ainda de menoridade, as quaes, assim como os que deste matrimonio vierem a nascer, serão necessárias herdeiras de duas terças partes de minha successão, pois da outra terça parte ao diante disporei.

Declaro que meu casamento com a dita minha mulher foi celebrado por contracto de absoluta separação de bens que possuímos, dos que viessemos a adquirir, e mesmo dos respectivos fructos na constancia do matrimonio, e por isso todos aqueles bens que minha mulher tiver ao tempo do fallecimento lhe pertencem solidariamente, assim como serão seus os que esses houverem produzido.

Nomeio meus testamenteiros em primeiro lugar minha mulher Dona Helena Augusta da Gama Cochrane, em sua falta o meu bom enteado Ignacio Wallace da Gama Cochrane no segundo lugar, e o meu bom genro Antonio José Duarte de Araujo Gondim no terceiro lugar, aos quaes rogo acceitem esta testamentaria quando lhes tocar e fação cumprir minhas disposições como nella se contem, e os abono em Juizo e fóra delle para todos os actos necessarios, independentemente de caução ou fiança de qualquer natureza.

Reconhecendo em minha mulher Dona Helena Augusta da Gama Cochrane o maior zelo e dedicação por nossas filhas e toda a capaci-

dade para administrar meus bens: por isso tenho a mais illimitada confiança nas suas altas virtudes, intelligencia e prudencia para dirigir a educação das nossas filhas, nomeio tutora dellas: e em sua falta será a tutoria offerecida para meu bom enteado Ignacio Wallace da Gama Cochrane e na falta deste para meu bom genro Antonio José Duarte de Araujo Gondim, a uma e outros abono para exercicio do cargo.

Minha Irmã Jane Cochrane (residente em Londres, n.º 22 Prince's Street Cavendish Square, dará noticia em casa de Mr. Smith) já é velha e bastante enferma, durante a sua influencia me ajudou, coitada! pelo amor que tinha a seus irmãos ficou desgraçada; é do meu dever e agrado ajudal-a. Por isso, imploro de minha querida mulher e dos meus ou minhas herdeiras tenham pena della, e remetam-lhe todos os mezes oitenta a cem mil reis enquanto ella viver. Essa quantia poderá ser tirada da botica.

Na partilha de minha successão, isto é, deixo duas partes a minhas filhas e uma dita à minha mulher, a quem instituo herdeira de minha terça.

E por esta forma tenho acabado meu testamento, que será cumprido e guardado como a expressão de minha ultima vontade.

Este testamento foi escripto por mim e assignado depois.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1866

THOMAS COCHRANE

TESTAMENTO

DE D. HELENA AUGUSTA DA GAMA COCHRANE

Em nome de Deos, Amen.

Fu, Helena Augusta da Gama Cochrane, achando-me de saude e no pleno e inteiro gozo de minhas faculdades intellectuais, faço o meo testamento pela fórma seguinte:

Professo a Religião Catholica e Apostolica Romana. Sou natural da Provincia de Minas, nasci na cidade de Ouro-Preto e sou filha legitima do Coronel Ignacio José Nogueira da Gama e de Dona Maria Carolina Velasco Nogueira da Gama, ambos já fallecidos. Fui casada em primeiras nupcias com Robert Wallace Macfarlane, conforme o costume geral do Imperio, isto é, por carta de metade: e deste matrimonio existem dois filhos, a saber: Ignacio Wallace da Gama Cochrane e Dona Maria Carolina da Gama Cochrane, ambos já maiores.

Declaro que sou casada em segundas nupcias com o Doutor Thomas Cochrane, não como é geral costume, mas por escriptura de contracto e ambos celebrados em mil oitocentos e quarenta e quatro ou mil oitocentos e quarenta e cinco, pelo Tabellião Cantalice, hoje Fialho; e deste consorcio existem actualmente quatro seguintes filhas: Georgiana Augusta da Gama Cochrane, Helena Carolina da Gama Cochrane, Francisca Eugenia da Gama Cochrane e Eugenia Evangelina da Gama Cochrane, todas menores.

Declaro que por fallecimento de meu primeiro fallecido marido, procedi a inventário e partilhei os respectivos bens e destes meos filhos já estão de posse competentemente, sendo tudo o mais que actualmente possuo meo exclusivo.

Nomeio meos testamenteiros, geraes administradores de meos bens e bemfeitores de minha alma, em primeiro logar ao dito meo marido o Dr. Thomas Cochrane; em segundo o meo filho Ignacio Wallace da Gama Cochrane, e terceiro o Doutor Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite, aos quaes um na falta do outro na ordem em que os nomeio peço queiram aceitar esse encargo fazendo cumprir fielmente.

Instituo por herdeiro da minha terça ao dito meo marido Dr. Thomas Cochrane, e no caso que este tenha fallecido antes de mim, então todos os bens que constituirem minha fortuna na epoca de meo fallecimento serão partilhados por todos os meos filhos e filhas que a esse tempo existirem.

Meo funeral e suffragios serão feitos á vontade do dito meo marido ou de meos filhos.

Desta fórma dou por concluido este meo testamento, rogando ainda a meos filhos que, caso por minha mórtc possam continuar a mezada com que até ao presente meo marido Dr. Cochrane tem protegido a sua irmã Jane Cochrane, residente na Inglaterra, e tia delles, a façã pois que com isso mostrarão mais uma vez que são virtuosos filhos.

No mesmo caso se acha a minha cunhada Dona Maria Carolina de Mello e Gama, viuva de meo irmão Ignacio José Nogueira da Gama, fallecido em Angola.

Termino desta forma o meo testamento, contem elle minha ultima e derradeira vontade que espero será cumprida.

Mandei o escrever por Rafael Fortunato Ribeiro, li e achei em tudo minha vontade conforme lh'o dictei e por isso o assigno de meo proprio punho nesta cidade do Rio de Janeiro em onze de abril de mil oitocentos e cincoenta e nove.

HELENA AUGUSTA DA GAMA COCHRANE

VI

CARTA CIRCULAR AOS ELEITORES

Rio de Janeiro, 3 de Outubro de 1884

Illmo Senhor

Correspondendo á confiança com que fui honrado pelo independente corpo eleitoral do 6.º districto da Provincia de S. Paulo, por occasião da ultima eleição geral, confiança que se traduzio em brilhante votação, por mim alcançada, da qual guardarei a mais grata e indelevel recordação; venho de novo solicitar o prestigioso apoio de V. S., em prol de minha aspiração a um lugar entre os Representantes da Nação, á cuja escolha se tem de proceder no dia 1.º de Dezembro proximo futuro.

Hoje, como na passada eleição, apresento-me obedecendo á exponentea indicação de amigos devotados, com expressa annuncia dos legitimos chefes do partido, em cujas fileiras alistei-me e tenho militado por espaço de 24 annos.

No decurso de tão longo periodo, lisongeio-me em acreditar que procurei sempre corresponder á confiança recebida, pautando o meo procedimento pelos deveres de lealdade e de abnegação, quer no desempenho do mandato que me foi conferido na Assembléa Provincial de S. Paulo, durante quatro legislaturas, quer no exercicio dos demais cargos de eleição, com os quaes tantas vèzes fui distinguido pelo voto popular.

Nas lutas, por ventura travadas, sempre fiel áquelles principios, jamais recusei aos proprios adversarios politicos o respeito e cortezia, a que tinham direito; e soube, invariavelmente, antepôr a quaesquer outros interesses os da patria em geral, e, com especialidade, os dessa heroica Provincia.

Não disponho dos favores e das graças officiaes; e, quando d'elles disposse, não seria eu quem ousaria affrontar os brios do independente eleitorado paulista, com promessas corruptoras, e menos com mesquinhas venditas que, ora preterem antigos e zelosos servidores, ora arrancam a chefes de familia o pão indispensavel á manutenção de seus filhos!

Não sei, tão pouco, manejar as armas da intriga, com que muitos, em falta de melhores, procuram fazer seos merecimentos.

Prometto, sim, prosseguindo na trilha até hoje percorrida, dedicar todos os meos esforços em beneficio do paiz; e, sem quebra dos interesses geraes, attender particularmente ás necessidades do districto, e

promover o aperfeiçoamento das vias de comunicação entre o littoral sul-paulista e o interior da Provincia. Limitar-me-hia a este solemne compromisso, si uma grave questão social, que, na actualidade, preoccupa a todos quantos se interessam pelos destinos da patria, não houvesse sido, imprudentemente, agitada pelo Governo.

Sobre tão momentoso assumpto, cumpre que cada um se pronuncie com a devida franqueza; e, dando tréguas ás lutas meramente partidarias, visando exclusivamente o bem publico, procure encaminhal-o de modo a evitarem-se os perigos que se nos antólham com temerosas proporções. Por maioria da razão, áquelles que, em tal emergencia, se apresentam solicitando o suffragio de seos compatriotas, corre o imperioso dever de definir-se em termos claros e explicitos, para que possa o eleitorado, por seo intermedio, exercer a influencia que lhe é de direito na solução de tão melindroso problema.

Ainda se não suspeitava da appareição do projecto, com relação ao elemento servil, que, repellido pelo Conselho d'Estado e pela Camara dos Senrs. Deputados, provocou uma dissolução; e eu, como membro de uma corporação respeitavel, havia já subscripto, em 2 de Junho do corrente anno, um artigo no qual se têm, a proposito da escravidão, as significativas palavras que se seguem: "Sobre esta chaga social, herdada dos nossos antepassados, o paiz inteiro tem uma só opinião: supprimil-a. Mas a realisação d'esta vontade, que entende directamente com a fortuna publica, ha de ser conduzida, não de chôfre, e sim com a prudencia necessaria, dictada pelas classes productoras, que tem interesses immediatamente radicados no Brazil".

E hoje, para fechar com chave de ouro, a enunciação do meo pensar sobre a grave questão, pedirei emprestadas ao eminente estadista, o Sr. Barão de Cotejipe, as memoraveis palavras, por elle ha dias proferidas, que consubstanciam tudo quanto se pode, na actualidade, desejar a respeito:

"Tudo se pode conseguir com a fiel execução da lei de 28 de Setembro, e criteriosas medidas complementares; e, n'este sentido, o partido conservador, ao qual se devem todas as glorias do que ha feito sobre a materia, deve, quer e pode proceder com a sua natural prudencia e circumspecção."

Isto posto, sou francamente infenso ao projecto do Governo, que, sobre provocar a desorganisação do trabalho agricola, fére de frente o direito de propriedade, legalmente reconhecido; onéra o povo de pesadissimos impostos, não para solver os compromissos do Estado; mas para mais aggravar-lhe a situação, aniquilando a lavoura, principal fonte da riqueza publica.

Si, manifestando-me por tal forma, tiver a fortuna de merecer o apoio de V. S. e da maioria dos dignos eleitores do 6.º districto, azeitarei agradecido o seu mandato para cumpril-o fiel e devotadamente.

De V. S.

Att.º Am.º e Obr. Cr.º

(a) *Ignacio Wallace da Gama Cochrane*

R. de Paula Mattos, 60

VII

MINHA ESPERANÇA

“Meus versos pela dor só inspirados,
Nem são versos, menti, são ais sentidos,
Às vêzes, sem querer, d'alma exalados.”

LAURINDO

Era então bem pequenino
Quando meu pai eu perdi;
Ainda em tão tenra idade
Bem me lembro o que sofri!...
As provanças da orfandade
Por pouco tempo senti,
Pois os prantos por sorrisos
Em breve trocar eu vi.

Em novos laços prendeu-se
Minha mãe, terna, querida;
Dêsse enlace tive um pai,
Que me deu santa guarida.
Do fundo d'alma me sai,
Até hoje agradecida,
A confissão que aí vai,
Em frases d'amor ungidas:

Se a vida, o ser lhe não devo,
Devo-lhe aquilo que sou,
Se algo sou neste mundo!...
Foi êle quem me adotou
Com paterno amor profundo,
Quem seu filho me chamou,
Sem distincção de seus filhos
Como tal sempre me amou.

Sob as asas protetoras
Dêsse pai nôvo que achei,
E de uma mãe carinhosa
Feliz cresci, me formei...
Uma espôsa virtuosa
Bem cedo logo encontrei,
E as delícias de ser pai
Em breve também gozei.

Tinha um pai, tinha uma mãe,
Tinha uma espôsa e filhinhos,
A quem cobria de afetos
Em troca de mil carinhos...
Eram meus gozos completos!
Como as aves têm seus ninhos,
Tinha eu também o meu
Guardado por sete anjinhos!

Prestes fatal moléstia
Se declara entre os meus;
Bateu as asas, voou
A Georgina para os céus,
Onde entre os anjos pousou
Sem sequer dizer-me adeus!
Quanto sofri, quanto soffro
Ind'hoje, só sabe Deus!...

A espôsa triste, banhada
Em prantos de acerba dor,
Apertei nos braços meus
Dizendo: "Chorai, amor,
Com os olhos fitos nos Céus,
Que eu choro com amargor.
São altos Juízos de Deus,
Bendito seja o Senhor!"

Ainda sangrava vivo
Cruciado o coração,
Ainda, ao péso da dor,
Me não voltara a razão,
E nôvo quadro de horror
Nessa triste habitação!...
Todos do mal afetados,
Menos a espôsa, essa não!

Altos Juízos de Deus!
Era a irmã de caridade,
Que a Divina Providência,
Por Infinita Bondade,
Ali deixara em essência!...
Em contínua atividade,
De um leito a outro leito
Vagava sem consciência!

E outro anjo querido
Foi voando para os Céus,
Eurico sempre lembrado,
Penúltimo dos filhos meus!

Quão senti-me atribulado
 Ind'hoje, só sabe Deus!
 Nos braços da espôsa, eu disse:
 "Altos Juízos de Deus!"

Nesse transe amargurado
 Vi a meu lado meu pai;
 Minha mãe lhe havia dito:
 "Corre a ver o filho, vai."
 Estreitou-me triste, aflito,
 Sufocou no seio um ai,
 Dizendo: "Filho, coragem,
 E em Deus sempre esperai!"

Minha fé, minhas crenças
 Bem firmes se conservaram
 Ante as Divinas Sentenças,
 Que tão fundo me magoaram!
 Minha fé, minhas crenças
 Nem assim me abandonaram;
 Mas... novos golpes, tremendos,
 A ferir-me não tardaram!...

Ainda sangravam vivas
 As chagas do coração,
 E nova chaga se abria,
 Crescendo minha aflição!...
 Morrer-me nos braços via
 Esse pai por adoção!
 Ainda assim não desceria
 Da Divina Proteção!

Os ecos me repetiam
 As palavras de meu pai:
 "Coragem, filho, coragem,
 E em Deus sempre esperai!"

A mãe querida em seguida
 Tombava em leito de dor!
 Vendo quebrar-se-lhe o elo,
 Que a prendia ao protetor,
 Essa espôsa, mãe modelo,
 Sentiu fugir-lhe o vigor,
 E pra sempre se finou
 Vítima de tanto amor!

Quanta desgraça, meu Deus!
 Dai-me fôrças e valor
 Para tragar com coragem
 Este cálix de amargor!

Livrai-me desta voragem,
Dêste abismo de dor,
Que me procura arrastar
Ao desespêto, Senhor!

Os ecos me repetiam
As palavras de meu pai:
"Coragem, filho, coragem,
E em Deus sempre esperai!"

Ainda assim não descri
Da Divina Proteção,
Tive fé, tive esperança;
Pois só dá consolação,
Em tão dura provança,
Nossa Santa Religião,
Que nos ensina a sofrer
Com fiel resignação.

Submisso, embora oprimido
Pela dor a mais pungente,
Lenitivo ao meu sofrer
Implorei ao Deus Clemente.
Não cessou meu padecer,
Continuou, e doente
Caí eu com cinco filhos!...
Nem assim fiquei descrente!

A espôsa que só, de pé,
Nos servira de enfermeira,
Que com tanta humildade,
Fé robusta, e verdadeira,
Orava ao Deus da Bondade
Todo o dia, a noite inteira,
Que do mal os seus livrasse,
Caiu também derradeira!

Mas os ecos me repetiam
As palavras de meu pai:
"Coragem, filho, coragem,
E em Deus sempre esperai!"

Ainda hoje sangram vivas
As chagas do coração,
Que as alimenta a saudade,
E esta não se acaba, não!
Mas lhe quebra a intensidade
Nossa Santa Religião
Que nos tempos de amargor,
Só, nos dá consolação!

Ela manda têmos Fé,
Esperança e Caridade.
Fé eu tenho, creio em Deus;
De sua Imensa Bondade
Espero um fim aos males meus,
Sofrendo com humildade
Os Decretos lá dos Céus
Té que volva a f'licidade.

Pois na maior aflição
Nunca deixou-me a esperança,
Qu'em doces sonhos me alenta,
De que virá a bonança
Depois de dura tormenta.
A religião, qu'em criança
Aprendi, assim me ensina...
Hei de ter sempre Esperança.

IGNACIO WALLACE DA GAMA COCHRANE

Rio, Agôsto 1873

VIII

EXTRATOS DE UMA AGENDA

PARA O ANO DE 1902, PERTENCENTE
AO DR. IGNACIO COCHRANE

- 1.^o *de janeiro*: Carro e gorgetas 12\$000. Assinatura do "Estado" — 28\$000. Passamos com a querida família de Besita; faltando-nos as dos outros queridos Thomaz, Robertina, Dulce e Oswaldo. Jantaram conosco Meirelles e Alberico. À noite vieram Dr. João Amaral, Primas Nínica, Maria Joaquina, Jenny e as filhas do Dr. Paula Souza. Durante o dia vieram cumprimentar-me os Drs. Lopes e Paula Souza.
- 2 *de janeiro*: Despezas meídas — \$400.
- 3 *de janeiro*: Pago por um par de borzeguins — 25\$000. Bond — \$800.
- 5 *de janeiro*: Barba de Archibaldo e espórtula — 1\$300. Assinatura do "Commercio de São Paulo" — 30\$000.
- 7 *de janeiro*: Pago aluguel da casa — 450\$000.
- 9 *de janeiro*: Raminho de flôr — 1\$500.
- 10 *de janeiro*: Celebraram suas bôdas de ouro os bons amigos Dr. Lopes e D. Maria. Fomos passar a noite com êles, que receberam muitos cumprimentos e justas homenagens de amigos em grande número. Houve uma bela "soirée"; dansou-se até pela madrugada.
- 11 *de janeiro*: Charutos — 17\$000. Retirei do Banco — 500\$000.
- 13 *de janeiro*: Cigarros — 9\$000.
- 14 *de janeiro*: Pago ao "Braço de Ouro" — queijo — 11\$000. Idem, idem, presunto p/c Arnolfo — 16\$000.
- 16 *de janeiro*: Magnésia calcinada — 4\$000. Medicamentos homeopáticos — 6\$000. Bond — \$400. Carro para Estação do Norte — 5\$000. Segui pelo noturno, com o Dr. Bacelar, para Jacaré, onde chegamos às 8,40 da noite, encontrando o Dr. Euclides (da Cunha), que ali nos veio esperar. Hospedamo-nos no hotel do Sr. Custodio Porto.
- 17 *de janeiro*: (Às 8 horas da manhã) Segui com os Drs. Bacelar, Euclides, Cel. Porto e Bento Tocaio para Santa Branca, em visita à ponte em construção sôbre o Paraíba. Examinei os serviços e lancei no livro minhas recomendações, ordens e impressões. Almoçamos em casa do Wollermann. Voltamos às 2½ horas e chegamos às 5 a Jacaré, tendo parado ½ hora em caminho por causa de um temporal. Visitei o Grupo Escolar de Jacaré e a ponte metálica.
- 18 *de janeiro*: Pago ao Hotel Porto — 41\$000. Tilburi — 3\$000. Voltei com o Bacelar, saindo de Jacaré às 7,20, chegando a São Paulo

- às 10 da manhã. O Dr. Euclides e Limpo de Abreu de lá seguiram para Taubaté e outros pontos do 2.º Distrito.
- 21 de janeiro: Retirei do Banco — 500\$000.
- 24 de janeiro: Cigarros 9\$000. Pago por 3 cópias da Preghiera — 10\$000.
- 27 de janeiro: Bond, cinematógrafo, sorvetes — 19\$000. Corte de cabelos — 2\$500. Recebi dividendos da Paulista (meus) — 1:288\$000. Depositei no Banco Comércio e Indústria — 2:200\$000.
- 29 de janeiro: Assinatura do "Correio Paulistano" — 28\$000.
- 3 de fevereiro: Medicamentos, engraxate -- 5\$500.
- 4 de fevereiro: Recchi C/ Thomazinho do "London & B. Bank" — 1:500\$000. Recebi honorários de Superintendente — 1:500\$000.
- 5 de fevereiro: Pago aluguel da casa 450\$000. Amolador — \$300.
- 7 de fevereiro: Fez anos Adclina Barboza.
- 8 de fevereiro: Fez anos o Dr. João Bernardo.
- 9 de fevereiro: Ao Roberto — 5\$000.
- 10 de fevereiro: Cigarros — 9\$000. Bond — \$800. Depositei no Banco, em minha conta — 1:500\$000.
- 11 de fevereiro: Chegaram de Ribeirão Pires o queridos Suplicy, Besita e filhinhos.
- 12 de fevereiro: Segui para São Manoel do Paraíso, onde cheguei às 6 horas. Voltaram para Ribeirão Pires os queridos Suplicy, Besita e filhinhos.
- 13 de fevereiro: Hotel — 7\$000. Despesas em viagem — 5\$000. Tilburi — 2\$000. Visitei o Grupo Escolar, que estava concluído. Lancei no livro competente a minha visita, com algumas recomendações, autorizando o recebimento provisório. Voltei para São Paulo, partindo às 7,20 e chegando às 8,20 da noite. Visitei também a Cadeia, reconhecendo a necessidade de rasgarem-se as janelas das prisões, e ligeira limpeza.
- 15 de fevereiro: Recebi dividendos da Mogiana — 684\$000.
- 16 de fevereiro (domingo): Fomos passar o dia em Ribeirão Pires com a querida Besita.
- 17 de fevereiro: Blusa de Besita — 10\$000.
- 18 de fevereiro: Fez anos o querido Roberto.
- 19 de fevereiro: Retirei do Banco — 1:200\$000.
- 21 de fevereiro: Retirei do Banco — 8:000\$000. Fez anos D. Adinha Paula Souza.
- 22 de fevereiro: Cigarros — 9\$400. Fez anos D. Ada Paula Souza.
- 25 de fevereiro: Fez anos o Cons.º Prado.
- 26 de fevereiro: Charutos — 17\$000. Avencas e orquídeas — 2\$500.
- 28 de fevereiro: Recebi honorários da Contadoria — 1:000\$000.
- 4 de março: Pago ao alfaiate Camicelli — 50\$000. Depositei no Banco Comércio e Indústria — 4:000\$000.
- 5 de março: Livro para Lucy — 5\$000. Corte de cabelos — 2\$500. Chegaram de Lorena os queridos Arnolfo, Dulcita, Maruquinhas e Qdy.

- 6 de março: Cigarros — 9\$000. Fez anos o bom amigo Dr. Bettencourt. Chegaram de Ribeirão Pires os queridos Suplicy, Besita e filhinhos.
- 7 de março: Presente para Ody — 30\$000.
- 8 de março: Presente para Luizinho — 32\$000. Pago aluguel da casa — 450\$000. Seguiram para Lorena os queridos Arnolfo, Dulcita e filhinhos.
- 15 de março: Pago ao jardineiro — 20\$000.
- 17 de março: Pago por 2 cortes de vestido — 108\$000.
- 21 de março: Pago por meia-dúzia de "sachets" perfumados — 4\$500.
- 23 de março: Chegou do Rio a presada família Magalhães. Fez anos o Dr. José Ferraz de Magalhães Castro. Faleceu às 7 horas da noite Mme. Thereza Suplicy. Seguiu para Santos o querido Wallace.
- 24 de março: Carro para o emêrro de Mme. Suplicy — 10\$000.
- 28 de março: Fez anos o meu querido Archibaldo. Vieram jantar com êle Prima Maria Joaquina, Yayá e Vivi.
- 31 de março: Recebi honorários da Contadoria Central — 1:000\$000.
- 4 de abril: Chegou de Ribeirão Pires a querida família Suplicy, que tomou casa à Rua dos Timbiras, 9.
- 5 de abril: Recebi honorários de Superintendente — 1:500\$000. Pago aluguel da casa — 450\$000.
- 12 de abril: Casou-se o querido Oswaldo com Maria do Carmo Gonçalves, filha do Sr. Bernardo Gonçalves da Costa. Foram padrinhos de Oswaldo — o Thomazinho e Luiz Suplicy. Que Deus abençõe os noivos e lhes dispense sua Divina Proteção.
- 13 de abril: Batisou-se a querida Thereza na matriz de Santa Efigênia, às 2 horas da tarde. Foram padrinhos — Thomaz e Alice, representada por Marietta. Assistiram ao ato a família Magalhães e D. Lulú Scutari.
- 18 de abril: Segui com Marietta para Lorena. Em Taubaté visitei o Grupo Escolar e a Cadeia, em companhia do Dr. Euclides, que veio ao meu encontro. Seguimos às 3½, pelo mixto, chegando às 4,20 em Pinda, onde veio o Arnolfo esperar-nos. Visitei o Grupo Escolar e seguimos para Lorena às 4,45. Chegamos à Fazenda às 7½, encontrando todos bons, graças a Deus.
- 20 de abril: À 2½ batisou-se em Lorena a querida Ody Lina, sendo padrinhos eu e a Baroneza de Santa Eulália, que, com D. Fiuta, foram jantar conosco na Fazenda.
- 21 de abril: Aos criados — 9\$000. Voltamos de Lorena pelo expresso, chegando com feliz viagem às 8,25 da noite.
- 26 de abril: 19.º aniversário de casamento da minha querida Robertina. Que Deus abençõe a santa união e lhe dispense sempre sua Divina Proteção.
- 30 de abril: 8.º aniversário do casamento da minha querida Besita. Que Deus abençõe sua união e lhe dispense sempre sua Divina Proteção.
- 2 de maio: Chegaram de Lorena os queridos Arnolfo, Dulcita e filhinhos.

- 3 *de maio*: Chegaram de Santos os queridos Robertina, Sydney, Mary, Oswaldo e Maria do Carmo. Fez anos a minha querida Dulce. Vieram jantar com ela os queridos Suplicy, Besita e filhos, a presada família Magalhães, o Dr. Pedro Aranha e Raul Meirelles. Durante o dia vieram visitá-la Belica, Liloca e Maria do Carmo; à noite, Dr. Pedro Vicente e senhora, Luiz e João Pedrosa.
- 6 *de maio*: Pago ao alfaiate terno de fraque p/ Oswaldo — 220\$000. Idem, idem terno de casaca p/c Suplicy — 420\$000.
- 17 *de maio*: Fez anos a prezada Mana Chiquinha. Marucas foi almoçar com ela, e ela com Magalhães, Theodorico, Yayá e Viví vieram jantar conosco.
- 19 *de maio*: Seguiram pelo noturno para Lorena os queridos filhos e netos, deixando-nos vivas saudades.
- 5 *de junho*: Fez anos minha querida Marucas. Durante o dia vieram cumprimentá-la: as filhas do Dr. Eulálio, Yayá Pinho, Dr. Lopes; vieram almoçar Dr. Torres Neves e senhora, e jantar: as presadas Chiquinha, Yayá, Viví, os queridos filhos e netos Simonsen, Robertina, Lucy, Roberto, Mary, Sydney, Suplicy, Besita, Oswaldo e Maria do Carmo, . . . Álvaro e família. À noite, a família do Dr. Paula Souza, Dr. Pedro Vicente, senhora e Maria Amália, Theodorico e Carminho, primas Angélica, Jenny, Juca, Barreto, Georgina, Otília. Passamos, graças a Deus, um dia feliz e alegre.
- 17 *de junho*: Um podómetro e uma bússola, por conta da Baroneza de Santa Eulália — 30\$000.
- 3 *de julho*: Tomou posse o Dr. Bernardino de Campos, Presidente eleito de São Paulo.
- 6 *de agosto*: Chegou de Lorena o Dr. Euclides.
- 8 *de agosto*: Fizeram anos a Baroneza de Santa Eulália e D. Virgínia.
- 9 *de agosto*: Faleceu às 10½ da noite Dudú, viuva do Dr. Francisco Salles de Oliveira.
- 5 *de setembro*: Seguimos pelo expresso para Lorena, onde chegamos às 12¼, e de lá para a Fazenda do presado Arnolfo, encontrando os queridos filhos e netos com perfeita saúde. Paramos em casa da Baroneza de Santa Eulália algum tempo e aí fizemos "lunch". Na Estação, esperavam-nos os presados Arnolfo, Antonico e D. Anninha Cunha.
- 8 *de setembro*: Seguimos pelo expresso às 12,20 para o Rio. Na Estação, esperavam-nos os queridos Thomaz, Alice, Magalhães, Yayá, Viví, Leopoldo, Alcindo. Em casa do Thomazinho vieram visitar-nos as queridas Georgiana, Chiquita, Clarice, Mario, Léo, Abel Guimarães e Chiquinha. Chegamos a salvamento, encontrando todos os nossos com saúde, graças a Deus.
- 11 *de setembro*: Luvas para Marucas — 5\$000.
- 12 *de setembro*: Pince-nez — 2\$000.
- 13 *de setembro*: 3 cadeiras no "Lyrico" — 75\$000. Colête — 18\$000. Fui com Marietta e Zaira ao Teatro Lírico ouvir a Douclée na "Traviata".
- 14 *de setembro*: Batisou-se o filho do Lacombe, Victor, sendo madrinha - Marietta, na Matriz da Glória.

- 16 *de setembro*: Chapéu para Robertina — 35\$000. Essência para Arnolfo — 9\$000.
- 17 *de setembro*: Presentes para Robertina e Dulce — 20\$000. Idem para Simonsen, Suplicy, Oswaldo, Wallace e Arnolfo — 30\$000. Idem para Lucy, Mary, Carlos e Aldo — 35\$800. Idem para Antonico — 17\$600. Idem para Maria Gondim — 16\$000. Idem para Celina e Maruquinhas — 14\$000. Idem para Vera — 13\$500. Bonés para Antonico, Paulo e Luizinho — 24\$000. Casaca e gravata — 152\$000.
- 19 *de setembro*: Uma manta — 25\$000. Um chapéu — 25\$000. Um colête — 45\$000. Um relógio para D. Fiuta — 14\$000. Cartola e caixa — 77\$000. Uma saia — 14\$000.
- 20 *de setembro*: Blusa para Robertina — 4\$800. Sapatos para Vera — 8\$500. Touca para Ody — 6\$000.
- 23 *de setembro*: Voltamos do Rio pelo expresso, cheios de saudades, e chegamos a Lorena a 1,55, encontrando na estação os caros Arnolfo e Antonico. Seguimos para a Fazenda a abraçarmos à querida Dulce e seus filhinhos.
- 24 *de setembro*: Segui no expresso para São Paulo.
- 27 *de setembro*: Voltei no expresso para Lorena.
- 3 *de outubro*: Passei o meu 66.º aniversário natalício na fazenda do prezado Arnolfo. Foram jantar lá a Baroneza de Santa Eulália, Fiuta, D. Angelina e Pedrinho, D. Zemira, Zulmirinha e Luiz Pedrosa. Dr. Euclides e filhinho, Jovino Bittencourt e Luiz da Cunha Figueiredo. Passei um dia alegre e feliz, sentindo apenas a ausência de outros queridos filhos e netos. Os queridos netinhos, filhinhos de Dulcita, surpreenderam-me com uma tocante manifestação, cantando em cântico e cada um seu verso, oferecendo e cobrindo-me de flôres. A emoção que experimentei só pode compreender quem tiver a ventura de receber igual manifestação de estremecidos anjinhos.
- 5 *de outubro*: Gratificação aos criados — 27\$000. Despesas em viagem — 2\$000. Carro — 6\$000. Regressamos hoje de Lorena, pelo expresso, trazendo vivíssimas saudades dos queridos filhos e netos que lá deixamos.
- 21 *de outubro*: Fizeram anos os queridos Lucy e Antonico.
- 22 *de outubro*: Fez anos o querido Aldo Mario.
- 27 *de outubro*: 1.º aniversário do falecimento de minha querida irmã Mary.
- 1.º *de novembro*: Fez anos minha querida Zaira, a quem Deus abençõe. Vieram jantar com ela: Theodorico, Carminho, Ottilia Magalhães e Vivi, Oswaldo e Maria do Carmo, Wallace e Charles, Constancinha e Georgina vieram cumprimentá-la. À noite vieram Dr. Pedro Vicente, Sinhá, Albertina, D. Adda e filhas, prima Maria Joaquina, Adelina.
- 6 *de novembro*: Pago por um corte de vestido — 36\$000.
- 8 *de novembro*: Completam-se hoje 42 anos de venturosa união conjugal e de inalterável paz e harmonia na família querida. Que Deus nos conceda por mais alguns anos o gozo de tão inestimável felicidade.
- 10 *de novembro*: Pago por uma capa de borracha — 100\$000.
- 11 *de novembro*: Telegrama para Lorena — 1\$400. Fez anos o prezado Arnolfo.

- 13 *de novembro*: Pago ao alfaiate por um paletó e colête de alpaca — 80\$000.
- 14 *de novembro*: Engraxate — \$400.
- 15 *de novembro*: Tomou posse o Dr. Rodrigues Alves, Presidente da República.
- 19 *de novembro*: Fui a Jacarcí ao encontro do Dr. Campos Salles, que com sua comitiva chegou às 11½ e teve imponente e brilhante recepção. Vieram os queridos Thomazinho e Arnolfo. À noite, recepção em Palácio, dada pelo Dr. Bernardino ao Dr. Campos Salles e aos amigos que o acompanharam do Rio.
- 21 *de novembro*: Faz hoje anos o meu querido Thomaz, dando-nos o imenso prazer de passar êste dia conosco. Vieram jantar com êle as prezadas Chiquinha e Yayá, Dr. Pedro Vicente; à noite, visitaram-no Lucico, Leôncio e Dr. João Amaral. Recebeu grande número de cartões e telegramas.
- 23 *de novembro*: Fez anos o prezado Suplicy.
- 27 *de novembro*: Faleceu às 10 horas da noite o Alcides Vieira de Carvalho.
- 1.º *de dezembro*: Leite — \$500.
- 3 *de dezembro*: Faleceu em Piracicaba, à 1 hora da madrugada, o Dr. Prudente de Moraes.
- 7 *de dezembro*: Fez anos o Dr. Joaquim Murinho.
- 9 *de dezembro*: Fez anos a querida Georgiana.
- 10 *de dezembro*: Presente para Roberto (prêmio) — 18\$000.
- 11 *de dezembro*: Segui para Guarujá, pelo trem das 3,20, onde cheguei às 7 da noite, encontrando lá a querida Besita, que fez anos, e todo seu rancho, bem como os da querida Robertina e de Oswaldo, com saúde e causando-lhes vivo prazer. Jantou também aí conosco o Vicente de Carvalho. Que Deus abençõe a querida filha e a tôda família.
- 13 *de dezembro*: Pago por um exemplar de "Os Sertões", oferecido ao Dr. Campos Salles em nome do Euclides — 10\$000.
- 16 *de dezembro*: Creolina — 3\$500. Pente fino — 1\$500.
- 17 *de dezembro*: Pago presente para Robertina — 60\$000.
- 20 *de dezembro*: Segui com Archibaldo para Santos, para jantarmos com a querida Robertina, que faz anos. Faleceu às 10 da noite, no Rio, o Senador Moraes Barros.
- 23 *de dezembro*: Pago um vidro de Água do Dr. Pierre — 6\$000. Por 3 balcões no Teatro Santana — 30\$000.
- 26 *de dezembro*: Pago 1 quilo de ácido bórico — 3\$000; 250 grs. de naftalina — 2\$000; 250 grs. de Pó da Pérsia — 1\$500. Marucas começou hoje a tomar Natrum Sulphuricum.
- 27 *de dezembro*: Uma caixa de bonbons — 10\$000. Uma gravata — 5\$000. 4 blusas — 60\$000.
- 28 *de dezembro*: Chegaram de Lorena os queridos filhos e netos.
- 31 *de dezembro*: Fez anos a minha querida Marietta. À noite, vieram as primas Annica, Jenny, J. Amaral, Lucico, família Paula Souza, Dr. Pedro Vicente, Theodorico. Alegres e com saúde, graças a Deus, assistimos a entrada do novo ano.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO FILHO, J. R. de — *A população paulistana*, cap. IV do vol. II da obra "A Cidade de São Paulo — Estudos de geografia urbana", organizada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (Seção Regional de São Paulo), sob a direção de Aroldo de Azevedo — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958.
- AZEVEDO, Aldo M. — *Lord Cochrane, primeiro Almirante brasileiro*, em "Revista de História", n.º 19, São Paulo, julho-setembro de 1954.
- AZEVEDO, Ariosto Cesar de, e FONSECA, Antonio Carlos da — *Camara dos Deputados do Estado de São Paulo — No antigo e no novo regime (1834-1918)*, Tip. Piratininga, São Paulo, s/ data.
- AZEVEDO, Aroldo de — *O alvorecer das vias-férreas*, em "Revista de Ciências Econômicas", ano II, n.º 5, São Paulo, setembro-outubro de 1940. — *Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália — (O ocaso do Segundo Império, através de documentos inéditos)*, em "Revista de História", n.º 10, São Paulo, 1952.
- AZEVEDO, Fernando de — *A Cultura Brasileira*, 2.ª edição, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1944.
- BAIN, Robert — *The Clans and Tartans of Scotland*, ed. Collins, Londres, 1948.
- BARRETO FILHO, Mello, e LIMA, Hermeto — *História da Polícia do Rio de Janeiro (Aspectos da cidade e da vida carioca, 1831-1870)*, Ed. "A Noite", Rio de Janeiro, 1942.
- BESOUCHET, Lúcia — *Maud y su época*, Ed. America Economica, Buenos Aires, 1940.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento — *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, 7 volumes, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1883-1902.
- BOUILLET, M.-N. — *Dictionnaire Universel d'Histoire et de Géographie*, 5.ª edição, Lib. Hachette, Paris, 1847.
- BRITO, José do Nascimento — *Bernardo Pereira de Vasconcellos e a verdadeira origem das estradas de ferro do Brasil*, em "Revista do Clube de Engenharia", vol. XXII, n.º 166, Rio de Janeiro, junho de 1950.
- BRUNO, Ernani Silva — *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, vol. II, Liv. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1953.
- CALMON, Pedro — *História da Civilização Brasileira*, 2.ª edição, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1935. — *História Social do Brasil*, 2.º tomo (Espírito da Sociedade Imperial), Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937. — *História do Brasil*, vol. 4.º (O Império, 1800-89), Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1947. — *História do Brasil*, vol. V (O Império e a ordem liberal), Liv. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1959.

- CALOGERAS, J. Pandiá — *Estudos Históricos e Políticos*, 2.^a edição, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- CAMARA DOS DEPUTADOS — *Livro do Centenario da Camara dos Deputados* (1826-1926), 2 volumes, Emp. Brasil Editora, Rio de Janeiro, 1926.
- CANSTATT, Oscar — *Brasil — a Terra e a Gente* (1871), tradução brasileira de Eduardo de Lima Castro, Irmãos Pongetti, Rio de Janeiro, 1954.
- COCHRANE, Ignacio Wallace da Gama — *Relatorio da Presidencia da Camara Municipal de Santos*, Santos, 1873. — *Discursos proferidos na Assembléa Provincial, por occasião de discutir-se o projecto de encampação das linhas ferreas Ituana e Sorocabana*, Tip. do "Diario", São Paulo, 1876. — *Companhia E. F. São Paulo e Rio de Janeiro — Liquidação em virtude do resgate da Estrada autorisado por Decreto n.º 701 de 30 de Agosto de 1890*, São Paulo, 1891. — *Relatorio apresentado ao Governo do Estado sobre a Vistoria a que se procedeu na Ponte de São José do Rio Pardo*, Tip. do "Diário Oficial", São Paulo, 1898. — *1.º Relatorio como Presidente da Directoria do Instituto Pasteur*, Tip. Espíndola, Siqueira & Cia., São Paulo, 1904. — *19.º Relatorio Annual do Inspector da Contadoria Central das Estradas de Ferro*, Duprat & Cia., São Paulo, 1911.
- COCHRANE, Dr. Thomas — *Esboço Historico da Estrada de Ferro Dom Pedro II*, Tip. Thevenet & Cia., Rio de Janeiro, 1866. — *Medicina Domestica Homocopathica ou Guia Pratica da Arte de Curar Homocopathicamente*, 2 volumes, 6.^a edição, Rio de Janeiro, 1868.
- COMPANHIA DA ESTRADA DE FERRO S. PAULO E RIO DE JANEIRO — *5.º Relatorio da Directoria*, Tip. de G. Leuzinger & Filhos, Rio de Janeiro, 1878. — *10.º Relatorio da Directoria*, Tip. Jorge Seckler & Cia., São Paulo, 1883. — *13.º Relatorio da Directoria*, Tip. Jorge Seckler & Cia., São Paulo, 1886.
- CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — *I Centenário das Ferrovias Brasileiras*, coletânea, ed. I. B. G. E., Rio de Janeiro, 1954.
- CRULS, Gastão — *Aparência do Rio de Janeiro* (Notícia histórica e descritiva da cidade), vol. II, Liv. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1949.
- DUNDONALD, Thomas, Tenth Earl of — *Narrative of Services in the Liberation of Chili, Peru, and Brazil from Spanish and Portuguese Domination*, 2.^a edição, 2 volumes, ed. James Ridgway, Londres, 1859. — *The Autobiography of a Seaman*, 2.^a edição, 2 volumes, ed. Richard Bentley, Londres, 1861.
- DUNLOP, C. J. — *Subsídios para a História do Rio de Janeiro*, Editora Rio Antigo Ltda., Rio de Janeiro, 1957.
- FARIA, Alberto de — *Mauá* (Ireneu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá, 1813-89), 4.^a edição, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1958.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues — *A Ferrovia do Diabo* (História de uma estrada de ferro na Amazônia), Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1959.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho — *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, São Paulo, 1954.

- GALHARDO, Dr. José Smygdio Rodrigues — *Historia da Homoeopathia, no Brasil* — Tese apresentada ao I Congresso Brasileiro de Homeopatia (Rio de Janeiro, 1926).
- GERBER, Lambert — *Historia de Inglaterra*, tradução espanhola de José Rovira y Ermengol, 2.^a edição, Editorial Labor, Barcelona, 1930.
- GINAT, M., e WEILER, A. — *Les Voyages, du coche a l'avion*, ed. Bourrelief, Paris, 1935.
- GRAHAM, Maria — *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*, tradução brasileira e notas de Américo Jacobina Lacombe, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1956.
- HOFFER, Dr. — *Nouvelle Biographie Générale*, tomo XI, ed. Firmin Didot Frères et Cie., Paris, 1856.
- INSTITUTO PASTEUR DE SÃO PAULO — *Estatutos*, Tip. de "O Estado de São Paulo", São Paulo, 1903.
- JACOBINA, Alberto Pizarro — *Dois pareceres de Benjamin*, em "Leitura", n.º 7, janeiro de 1958.
- JESUS, J. Palhano de — *Vias de comunicação*, cap. XXI do vol. I do "Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1922.
- KIDDER, Daniel P., e FLETCHER, James C. — *O Brasil e os Brasileiros*, tradução brasileira de Elias Dolianiti, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1941.
- LAEMMERT, E. & H. — *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, Rio de Janeiro, 1859, 1869 e 1871; e *Folhinha Laemmert*, 1845, 1851, 1856, 1860.
- LEARNEY, Sir Thomas Innes of — *The Tartans of the Clans and Families of Scotland*, 6.^a edição, W. & A. K. Johnston & G. W. Bacon Ltd., Edimburgo, 1958.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva — *Genealogia Paulistana*, Duprat & Cia., São Paulo, 1905.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes — *Nobiliarchia Paulistana*, 3.^a edição, Livraria Martins, São Paulo, 1953.
- LLOYD, Christopher — *Lord Cochrane, Seaman, Radical, Liberator — A life of Thomas, Lord Cochrane, 10th Earl of Dundonald*, Longmans, Green and Co., Londres, 1947.
- LOPES, Prado — *Transporte ferroviario e rodoviario, 1828-1926*, em "Livro do Centenario da Camara dos Deputados, 1826-1926", vol. II, Emp. Brasil Editora Ltda., Rio de Janeiro, 1926.
- MARINHO, Dr. Joaquim Saldanha — *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*, Tip. do Ipiranga, São Paulo, 1868.
- MAUÁ, Visconde de — *Autobiografia*, com prefácio e notas de Claudio Ganns, Ed. Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1942. — *O pensamento vivo de Mauá*, apresentado por Lídia Besouchet, Liv. Martins, São Paulo, 1944.
- MILLIET, Sergio — *Roteiro do Café e outros ensaios*, ed. Departamento de Cultura, São Paulo, 1939.

- MORAZÉ, Charles — *Les Bourgeois Conquérants* (XIX.º siècle), Lib. Armand Colin, Paris, 1957.
- MOYA, Salvador de — *Anuario Genealógico Brasileiro*, ano I, Emp. Gráfica “Revista dos Tribunaes”, São Paulo, 1939.
- MÜLLER, Daniel Pedro — *Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, Tip. Costa Silveira, São Paulo, 1838, reedição literal, São Paulo, 1923.
- MUSEU IMPERIAL — *Cidade de Petrópolis*, reedição de quatro obras raras, com notas de Lourenço Luiz Lacombe, Petrópolis, 1957.
- OTTONI, C. B. — *O futuro das estradas de ferro no Brasil*, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1859.
- PARKER, Katherine, e ANDERSON, Rev. John — *Pedigree of the Cochranes of Cochrane, Lord Cochrane of Dundonald, Earls of Dundonald, Lords Cochrane of Paisley and Ochiltree*, ed. Bemrose Dalziel Ltd., Londres, s/data.
- PINHEIRO, Fernandes — *Chemins de Fer*, cap. XIII da obra “Le Brésil em 1889”, organizada por F.-J. de Santa-Anna Nery, Lib. Charles Delagrave, Paris, 1889.
- PINHO, Wanderley — *Salões e damas do Segundo Império*, 2.ª edição, Liv. Martins, São Paulo, s/data.
- PINTO, Adolpho Augusto — *Historia da Viação Publica de São Paulo*, Tip. e Papelaria de Vanorden & Cia., São Paulo, 1903.
- PINTO JUNIOR, Dr. Joaquim Antonio — *Santos e S. Vicente de 1868 á 1876*, Tip. de Domingos Luiz dos Santos, Rio de Janeiro, 1877.
- PROENÇA, M. Cavalcanti — *José de Alencar na Literatura Brasileira e Cronologia da vida e da obra*, em “Obras completas de José de Alencar”, vol. I, Ed. José Aguilar Ltda., Rio de Janeiro, 1959.
- PUPO, Celso Maria de Melo — *Nogueiras de Baependi e o 1.º Bispo de São Paulo*, na obra “Quatrocentos anos de Vida Bandeirante”, volume especial da “Revista Genealógica Latina”, ano VI, São Paulo, 1954.
- REVISTA DO CLUB DE ENGENHARIA — *Ignacio Wallace da Gama Cochrane*, n.º 18, Rio de Janeiro, 1909.
- RIBEIRO, Dario — *O desabamento da ponte sobre o Rio Pardo* (Alegações finais), ed. J. B. Endrizzi, São Paulo, 1898.
- RIBEIRO, José Jacintho — *Chronologia Paulista ou Relação Historica dos factos mais importantes occorridos em São Paulo desde a chegada de Martin Affonso de Souza a São Vicente até 1898*, vol. I, São Paulo, 1899.
- RICKARD, J. A. — *An outline of the History of England*, 3.ª edição, ed. Barnes & Noble, Nova York, 1937.
- RIOS FILHO, Adolfo Morales de los — *O Rio de Janeiro Imperial*, Ed. “A Noite”, Rio de Janeiro, 1946.
- SANTOS, Francisco Marques dos — *A sociedade fluminense em 1852*, em “Estudos Brasileiros”, ano III, vol. 6.º, n.º 18, Rio de Janeiro, maio-junho de 1941.

- SANTOS, Noronha — *Metos de Transporte no Rio de Janeiro* (Historia e legislação), vol. I. Tip. do "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 1934.
- SANTOS FILHO, Lycurgo — *História da Medicina no Brasil* (Do século XVI ao século XIX), 2 volumes, Ed. Brasiliense Ltda., São Paulo, 1947.
- SCHNERB, Robert — *O Século XIX* (O apogeu da civilização européia), tradução brasileira de J. Guinsburg, em tomo VI, vol. 13 da "História Geral das Civilizações", de Maurice Crouzet, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1958.
- SEMPLE, William — *The Scottish Tartans* (With historical sketches of the Clans and Families of Scotland — The bedges and arms of the Chiefs of the Clans and Families), ed. W. & A. K. Johnston Ltd., Edimburgo, s/data.
- SILVA, Clodomiro Pereira da — *A Evolução do Transporte Mundial*, livro I, vol. I (Desenvolvimento dos transportes), Imprensa Oficial, São Paulo, 1940.
- SILVA, Innocencio Francisco da — *Diccionario Bibliographico Portuguez*, 7 volumes, Imprensa Nacional, Lisboa, 1858-62.
- SILVA SOBRINHO, Costa e — *Santos noutros tempos*, São Paulo, 1953; e *Romagem pela Terra dos Andradas*, Liv. Freitas Bastos, Rio de Janeiro-São Paulo, 1957.
- SISSON, S. A. — *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, tomo, I, 2.^a edição, Liv. Martins, São Paulo, 1948.
- STEPHEN, Sir Leslie, e LEE, Sir Sidney — *The Dictionary of National Biography*, vol. IV, Oxford University Press, Londres, 1937-38.
- TAUNAY, Affonso d'E. — *Grandes Vultos da Independencia Brasileira*, Comp. Melhoramentos, São Paulo, 1922.
- TAUNAY, Visconde de — *Estrangeiros illustres e prestimosos no Brasil (1800-1892) e outros escriptos*, Comp. Melhoramentos, São Paulo, 1932.
- TREVELYAN, George Macaulay — *Précis d'Histoire de l'Angleterre des origines à nos jours*, ed. Payot, Paris, 1955.
- USILL, Harley V. — *The Story of the British People in Pictures*, Ed. Odhams Press Ltd., Londres, s/data.
- VALLOTON, Henry — *Brésil, terre d'amour et de beauté*, Lib. Payot, Lausanne, 1945.
- VASCONCELLOS, Barão de, e VASCONCELLOS, Barão Smith de — *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*, Imp. La Concorde, Lausanne, 1918.
- VASCONCELLOS, Max. — *A Estrada de Ferro Central do Brasil*, 3.^a edição, ed. J. Pimenta de Mello & Cia., Rio de Janeiro, 1928.
- XAVIER, Dr. João Theodoro — *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial, no dia 5 de Fevereiro de 1873*, Tip. Americana, São Paulo, 1873.

ÍNDICES

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A —

- Aberdeen*, Lord — 38.
Abranches, Frederico — 172, 179, 180.
Abrantes, Marquês de — 144.
Abrantes, Marquesa de — 70.
Abreu, Antonio Paulino Limpo de, Visconde de Abaeté — 68.
Abreu, Daniel Monteiro de — 258.
Abreu, Eduardo Limpo de — 160, 258, 308.
Adams — 245
Affonseca, Alcino Cochrane de — XIII, 120, 310.
Affonseca, Carlos Luiz de — 258
Affonseca, Celina de Lima e Silva de — 120.
Affonseca, Francisca Eugénia da Gama Cochrane de — 93, 97, 102, 114, 117, 118, 119, 296, 298, 310.
Affonseca, Léo ou Leopoldo de — XIII, 117, 118, 119, 310.
Affonseca Júnior, Léo de — XIII, 119.
Affonseca, Luiz Vicente de — 117.
Affonseca (neto), Luiz Vicente de — 120.
Affonseca, Maria do Carmo Freitas de — 120.
Affonseca, Maria Dulce Haddock Lobo de — 120.
Affonseca de Alencar, Família — 117, 120, 121.
Agostini, Angelo — 52, 152, 178, 181, 185, 264.
Aguiar, João de — 258.
Albuquerque, Barão de — 189.
Alckmin, José Calazans de — 258.
Alencar, Adèle Michel de — 116.
Alencar, Anna Josephina de — 116.
Alencar, Augusto Cochrane de — XIII, 116.
Alencar, Georgiana Augusta da Gama Cochrane de — 90, 93, 94, 97, 101, 114, 115, 116, 118, 252, 296, 298, 310, 312.
Alencar, Helena Affonseca de — 116, 119.
Alencar, José Cochrane de — XIII, 116.
Alencar, José Martiniano de — 116.
Alencar, Conselheiro José Martiniano de — XIII, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 115, 118, 236, 240, 241.
Alencar, Léo Affonseca de — 310.
Alencar, Mario Cochrane de — XIII, 116, 119, 310.
Alencar Pinto Alves, Família — 116, 120, 121.
Aljezur, Visconde de — 189.
Allan, Família — 6.
Allanson, Família — 6.
Almeida, Americo Hyppolito Ewerton de — 76, 81.
Almeida, Branca de — 214.
Almeida, Caetano Furquim de — 48.
Almeida, Eugénia Evangelina Cochrane Ewerton de — 93, 97, 102, 114, 117, 118, 120, 296, 298, 310.
Almeida, João Mendes de — 172, 186.
Almeida, Joaquim Hyppolito de — 120.
Almeida, José Ignacio Ewerton de — XIII, 90, 93, 95, 117, 118, 120, 310.
Almeida, Oscar de — 258.
Almeida, Thomaz José Coelho de — 149.
Almeida, Thomé de Lara e — 214.
Almeida Júnior, José Ferraz de — 253.
Almeida Castanho, Família — 213.
Alvarenga, Família — 9.
Alvarenga, Thomazia Ribeiro de — 9.
Alves, Alvaro Pinto — 116.
Alves, Antonio de Castro — 87, 237.
Alves, Cecília Alencar Pinto — 116.
Alves, Francisco de Paula Rodrigues — 158, 172, 177, 312.
Alvim, Cesario — 258.
Alvim, Gustavo de Mello, — 223.
Alvim Cochrane, Família — 223, 229, 231.
Amaral, Angelo Thomaz do — 148.
Amaral, Família — 257.
Amaral, João — 307, 312.
Amarante, Pedro Cursino do — 219.
Amorim, Aurélio de — 228.
Andrcasis — 239.
Anderson, John — 107, 318.
Andrada Filho, Martin Francisco Ribeiro de — 172.
Andrade, Pedro Baptista de — 199.
Angelo, Miguel — 239.
Anjos, Alfredo Lopes dos — 258.
Anjos, Eurico Lopes dos — 258.
Arago, Dominique-François — 29.
Aranha, Luiz — 258.

Aranha, Olavo Egydio de Souza - 258.
 Aranha, Família Pedro - 258.
 Aranha, Pedro de Souza - 258, 310.
 Aranha, Queiroz - 258.
 Arantes, Altino - 258.
 Araujo, Gil Alves de - 258.
 Araujo, Antonio Stockler de - 258.
 Araujo, Cesario Eugenio Gomes de - 81.
 Araujo, Gabriela Narcisa Mendes de - 73.
 Araujo, Joaquim Pereira de - 81.
 Araujo Filho, J. R. de - 164, 315.
 Araujo Gondim, Barão de - Veja Gondim, Antonio José Duarte de Araujo.
 Araujo Gondim, Baronesa de - Veja Gondim, Maria Carolina Cochrane de Araujo.
 Araujo Gondim Cochrane, Família - XII, XIII.
 Argyll, Conde de - 105.
 Argyll, Duque de - 6.
 Arruda, Francisca A. Gama - 85.
 Arruda, Viúva Marcos - 258.
 Artigas, José - 194.
 Asseca, Visconde de - 83.
 Athayde, Gertrudes de Souza - 121.
 Augustus - 10, 66.
 Avellar, Hilario Rodrigues de - 85.
 Azevedo, Aldo Mario de - 112, 228, 251, 311, 315.
 Azevedo, Alice Lacerda de - 228.
 Azevedo, Angélica Moreira de - 254, 311.
 Azevedo, Antonio Rodrigues de, Barão de Santa Eulália - 172, 176, 227.
 Azevedo, Antonio Rodrigues de - 27, 228, 251, 255, 310, 311.
 Azevedo, Aracy Barcellos de - 227.
 Azevedo, Ariosto Cesar de - 172, 315.
 Azevedo, Arnolfo Rodrigues de - XIII, 221, 225, 237, 228, 249, 251, 253, 254, 255, 257, 273, 307, 308, 309, 310, 311, 312.
 Azevedo Filho, Arnolfo - 229.
 Azevedo, Aroldo Edgard de - 30, 176, 228, 229, 315.
 Azevedo, Corrêa - 82.
 Azevedo, Dulce Cochrane de - 216, 218, 221, 225, 227, 228, 244, 251, 253, 254, 255, 256, 274, 307, 308, 309, 310, 311.
 Azevedo, Elio Fabio Cochrane de - 219, 273, 274.
 Azevedo, Eulalia Cochrane de - 229.
 Azevedo, Fernando de - 137, 315.
 Azevedo, Francisco de Paula Vicente de - 258.
 Azevedo, Iacy Pêgo de Amorim - 228.
 Azevedo, João Antonio de - 81.
 Azevedo, Coronel José Vicente de - 254.

Azevedo, José Vicente de - 258.
 Azevedo, Manuel Antonio Duarte de - 177.
 Azevedo, Maria Gertrudes Duff - 229.
 Azevedo, Mario Gonçalves de - 258.
 Azevedo, Ody Lima de - 228, 251, 308, 309, 311.
 Azevedo, Osvaldo Benjamin de - 228.
 Azevedo, Pedro Vicente de - 172, 257, 258, 310, 312.
 Azevedo Sobrinho, Pedro Vicente de - 254, 258, 311.
 Azevedo, Regina de Lourdes - 228, 229.
 Azevedo, Sylvio Cochrane de - 229.
 Azevedo, Zaira Cochrane de - 216, 218, 219, 221, 225, 251, 255, 310, 311.
 Azevedo de Castro Santos, Família - 227, 229, 231.
 Azevedo de Freitas, Família - 228, 229, 231.
 Azevedo Moreira, Família - 228, 229, 231.
 Azurem Costa, Família - 258.

- B -

Bacellar, Vicente Huett - 160, 307.
 Baden, Grão-Duque de - 191.
 Baependi, Marquês de - Veja Gama, Manuel Jacinto Nogueira da.
 Baependi, Marquesa de - 87.
 Bain, Robert - 4, 5, 6, 7, 315.
 Balzac, Honoré de - 239.
 Bandi, Ivo - 197, 199.
 Barbacena, Marquês de - 25, 286.
 Barbacena, Visconde de - 48, 292.
 Barbosa, Adelina - 308.
 Barbosa, Alcides Martins - 258.
 Barbosa, Antonio José Vieira - 215.
 Barbosa, Antonio Vieira - 258.
 Barbosa, Arminda - 258.
 Barbosa, Augusto - 258.
 Barbosa, Bernardino Antonio Vieira - 215.
 Barbosa, Carolina - 258.
 Barbosa, Eugenio Vieira - 258.
 Barbosa, Francisco Alberto - 258.
 Barbosa, Heraldo - 258.
 Barbosa, José Antonio Vieira - 16, 145, 172, 215, 276.
 Barbosa Filho, José, Antonio Vieira - 215.
 Barbosa, José Vieira - 258.
 Barbosa, Lavinia - 258.
 Barbosa, Maria Luiza Vieira - 16, 215, 276.
 Barbosa, Miquelina - 258.
 Barbosa, Ruy - 186, 249, 263.
 Barbosa Cochrane, Família - 16, 208, 215, 221, 225, 229.
 Barbosa da Silva, Família - 237.

Barbosa de Magalhães Castro, Família - 257, 309, 310, 312.
Barcellos, Oscar - 227.
Barcellos de Azevedo, Família - 227, 229, 231.
Barreto, Antonio de Barros - 202.
Barreto, Anna de Mello - 223.
Barreto Filho, Mello - 80, 315.
Barros, Antonio Augusto Monteiro de - 85.
Barros, Lucrecia Pedroso de - 214.
Barros, Manoel de Moraes - 312.
Barros, Miguel Eugenio Monteiro de - 26, 281.
Barros, Paulo de Moraes - 258.
Barros, Prudente José de Moraes - 172, 177, 312.
Bartholomew, Família - 6.
Bastos, Frederico - 258.
Bastos, Henrique - 258.
Baudiau, Dr. - 190.
Bayard, Émile - 244.
Begbie, Arthur - 258.
Belles, Leonel da Gama - 11.
Bernardo, João - 308.
Besouchet, Lídia - 315.
Bicudo, Antonio - 9.
Bicudo, Família - 8.
Bicudo, Maria Leme - 9.
Bigel, Dr. - 76.
Bittencourt, Jovino de Azevedo - 254, 311.
Bittencourt, Maria Francisca Pinheiro - 120.
Blake, Augusto Victorino Alves Sacramento - 315.
Boas, Manuel Gomes Villas - 11.
Bocaina, Barão da - 258.
Bocayuca, Quintino - 182.
Bompant, Dr. - 73.
Bonaparte, Napolcão - 245.
Borba, Alberto de Menezes - 199.
Borges, Maria - 230.
Botelho, Alvaro Augusto de Andrade - 177.
Botelho, Aureliano - 160, 258.
Botelho, Jonas Novaes - 160.
Bouillet, M.-N. - 315.
Bourroul, P. - 199.
Braga, Alfredo - 258.
Braga, Almeida - 237.
Braga, Euclides - 254.
Braga, Leonor - 227.
Braga Júnior, Joaquim Antonio de Oliveira - 79.
Branco, B. A. de Castello - 85.
Branco, Justina de Castello - 85.
Branco, M. J. de Castello - 85.
Brito, José do Nascimento - 34, 39, 59, 315.
Britto, Francisco Bieudo de - 9.
Britto, Maria de - 9.
Bruno, Ernani Silva - 27, 315.
Bruzzi, Agostinho - 230.
Bruzzi, Neftalina - 230.
Bruzzi Cochrane, Família - 229, 230, 231.

Bueno, José Antonio Pimenta, Marquês de São Vicente - 144.
Bulhões, A. M. de Oliveira - 154.
Butterworth, Hezekiah - 244.
Byron, Lord - 245.

- C -

Cabral, Oswaldo - 77.
Caldas, Maria Thereza - 120.
Calmon, Pedro - 315.
Calógeras, João Baptista - 136, 189.
Calógeras, João Pandiá - 30, 316.
Calvet, Manoel Antonio de Magalhães - 81.
Camelo, Padre Bernardo José - 80.
Camicelli - 308..
Campos, Bernardino de - 157, 310, 312.
Campos, Carlos de - 258.
Canstatt, Oscar - 164, 316.
Canto, Visconde de - 55.
Capanema, Guilherme Schuch de, Barão de Capanema - 142, 144, 276.
Carassa, Filippa Rodrigues - 214.
Caravelas, Visconde de - 233.
Cardoso, Fernando Malta - 223, 258.
Cardoso Simonsen, Família - 223, 229, 231.
Carint, Antonio - 258.
Carlos I - 105.
Carneiro, Antonio Bicudo - 8.
Carnot, Sadi - 191.
Carreira, Liberato de Castro - 81.
Carvalho, Alcides Vieira de - 312.
Carvalho, Alvaro de - 258, 310.
Carvalho, Amalia da Costa - 258.
Carvalho, Arnaldo Vieira de - 199, 258.
Carvalho, José da Costa, Marquês de Monte Alegre - 39, 144.
Carvalho, Maximiano Marques de - 75, 80, 81.
Carvalho, Theodoro de - 157.
Carvalho, Vicente de - 252, 257, 258, 312.
Carvalho, Vieira de - 172.
Caseneuve - 190.
Castanho, Gertrudes Ferreira - 214.
Castanho, Maria - 213.
Castro, Clarice de Alencar Magalhães - 116, 310.
Castro, Clementino de - 258.
Castro, Francisca Aurelia Barbosa de Magalhães - 215, 310, 312.
Castro, Gomes de - 177.
Castro, José Ferraz de Magalhães - 309.
Castro, Josefina de - 230.
Castro, Luiz Moretzsohn de - 223.
Castro, Mario Barbosa de Magalhães - 116.
Castro, Moretzsohn de - 258.
Castro, Sebastião de Almolda e - 258.

- Castro, Theodorico de Magalhães — 258, 310, 311, 312.
 Castro Sobrinho, José Antonio de Magalhães — 145, 172, 215, 310, 311.
 Cavalcanti, Visconde de — 189.
 Caw, Família — 6.
 Caxias, Duque de — 196.
 Celeste, José — 259.
 Champness, T. Thornton — 13.
 Chandler, Marine M. — 85.
 Chandler, William — 143.
 Charcot Junior, Dr. — 190.
 Chateaubriand, François-Renée — 240.
 Chaves, Elias — 172.
 Chaves, Joaquim Lopes — 172.
 Chidloe, Carlos — 80, 81.
 Chopin, Frédéric — 252.
 Church, George — 155.
 Cícero — 239.
 Cintra, Alzira — 227.
 Cintra, Antonio Pinheiro de Ulhoa — 172.
 Cintra, Delfino de Ulhoa — 177.
 Clapp — 182.
 Cochran, Robert — 105.
 Cochran, William de — 105.
 Cochrane, Alexander — 103.
 Cochrane, Alexander Forrester Inglis — 107.
 Cochrane, Alice de Araujo Gondim — 17, 220, 223, 225, 309, 310.
 Cochrane, Almirante — Veja *Dundonald*, Thomas Cochrane, 10.º Conde de.
 Cochrane, Amelia de Castro Rebello — 223.
 Cochrane, Archibald — Veja *Dundonald*, Archibald, 9.º Conde de.
 Cochrane, Archibaldo — 216, 217, 219, 221, 225, 251, 255, 272, 307, 309, 312.
 Cochrane, Basil — XIV, 22, 103, 104, 108, 109, 122, 296.
 Cochrane, Charles — 107.
 Cochrane (II) Charles — 103.
 Cochrane, Douglas Mackinnon Baillie Hamilton — Veja *Dundonald*, Douglas Cochrane, 12.º Conde de.
 Cochrane, Eurico da Gama — 216, 217, 225, 269, 303.
 Cochrane, Eurico Gondim — 223.
 Cochrane, Família — 14, 17, 97, 106, 113, 114, 121.
 Cochrane, Fernando — 222, 223.
 Cochrane, Frida Pimsler — 230.
 Cochrane, George — 36, 103, 104, 123, 288.
 Cochrane, George Augustus Frederick — 107.
 Cochrane, Georgina da Gama — 163, 216, 217, 225, 269, 303.
 Cochrane, Helena Augusta Nogueira da Gama — 3, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31, 83, 84, 85, 87, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 101, 102, 109, 114, 118, 122, 123, 126, 217, 245, 246, 247, 270, 276, 277, 296, 298, 299.
 Cochrane, Ignacio Wallace da Gama — XI, XII, XIII, 12, 14, 15, 16, 17, 70, 89, 90, 93, 97, 102, 115, 121, 127-278, 296, 297, 298, 301, 306, 307, 316.
 Cochrane Filho, Ignacio — 215, 216, 217, 225.
 Cochrane (neto), Ignacio Wallace — 230.
 Cochrane, James — 106.
 Cochrane, Jena ou Joan — 103, 104, 297, 299.
 Cochrane, John — 105, 109.
 Cochrane, Lair Wallace — 230.
 Cochrane, Léo Wallace — 231.
 Cochrane, Lilina Bruzzi — 230.
 Cochrane, Luiz Philippe — 230.
 Cochrane, Maria — 103.
 Cochrane, Maria do Carmo Gonçalves — 225, 230, 251, 309, 310.
 Cochrane, Maria Luiza Barbosa — 16, 17, 165, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 221, 225, 232, 251, 255, 261, 270, 272, 276, 278, 310, 312.
 Cochrane, Marietta da Gama — 216, 218, 219, 221, 225, 244, 252, 255, 309, 310, 312.
 Cochrane, Niven Leoni — 231.
 Cochrane, Oswaldo — XII, 216, 225, 230, 251, 252, 307, 309, 310, 311, 312.
 Cochrane Filho, Oswaldo — 230.
 Cochrane, Regina de Faria Alvim — 223.
 Cochrane, Roberto da Gama — 216, 218, 225.
 Cochrane, Sylvia Dolabella — 230.
 Cochrane, Thomas, 8.º Conde de Dundonald — Veja *Dundonald*, Thomas Cochrane, 8.º Conde de.
 Cochrane, Thomas, Marquês do Maranhão — Veja *Dundonald*, Thomas Cochrane, 10.º Conde de.
 Cochrane, Dr. Thomas — XI, XII, XIV, 3, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 19-126, 136, 142, 208, 216, 217, 232, 263, 268, 269, 276, 281, 283, 285, 295, 296, 297, 298, 299, 316.
 Cochrane, Thomaz Wallace da Gama — XIII, 17, 215, 216, 220, 222, 225, 249, 251, 263, 264, 272, 307, 308, 309, 310, 312.
 Cochrane, William — 106, 109.
 Cochrane, Zaira Simonsen — 231.
 Cochrane de Affonseca, Família — XII, 118, 119, 120, 237.
 Cochrane de Alencar, Família — XIII, 116, 118, 120, 257.
 Cochrane de Araujo Gondim, Família — 16, 17.
 Cochrane de Azevedo, Família — XII, 16, 222, 225, 227, 228, 229, 253, 255, 257, 262, 275, 309, 310, 311.
 Cochrane Ewerton de Almeida, Família — XIII, 117, 118, 120, 257.
 Cochrane Gouvêa, Família — 223, 229, 231.

Cochrane of Dundonald, Família - 104, 107, 114, 137.
Cochrane Simonsen (I), Família - XII, 16, 222, 223, 224, 225, 229, 248, 257, 262, 275.
Cochrane Simonsen (II), Família - 229, 231.
Cochrane Suplicy, Família - XII, 16, 222, 224, 225, 226, 229, 250, 251, 257, 262, 275, 308, 309, 310.
Coelho, Constante A. - 160, 259.
Coelho, Francisco Ramiro de Assis - 33.
Collaço, Ruy - 253.
Constant, Benjamim - 182, 185, 186, 219.
Corbisier, Família - 258.
Cornwallis, Lord - 107.
Corrêa, Manuel José - 258.
Corrêa, Serzedello - 186.
Correia, Antonio Joaquim - 76.
Correia, Maria Josepha - 11.
Cortambert, R. - 244.
Cortez, Dantas - 259.
Costa, Bernardo Gonçalves da - 230, 251, 309.
Costa, J. Azurem - 259.
Costa, Silva - 189.
Costa Carvalho, Família - 258.
Cotegipe, Barão de - 174, 301.
Coutinho, Viuva Silva - 189.
Coveran, Família - 104.
Coveran, Waldemur ou Waldeve de - 104.
Cristiano IX, Rei da Dinamarca - 191.
Cruis, Gastão - 87, 316.
Cruz, Martim Francisco - 259.
Cubas, Brás - 162, 193.
Cunha, Anna da - 310.
Cunha, Bento Pereira da - 158.
Cunha, Euclides da - 160, 307, 308, 309, 310, 311, 312.
Cunha, Francisco Lopes da - 79.

- D -

Derby, Orville A. - 158.
Deslys, Ch. - 244.
Deus, João de - 236.
Diniz, Julio - 236, 237.
Dotabella, Ludgero - 230.
Doucléc - 256, 310.
Duarte, João - 259.
Duarte, Marcelino Pinto Ribeiro - 81.
Duff, Arthur Patrick - 229.
Duff Azevedo, Família - 229, 231.
Dumas, Alexandre - 239.
Dundonald, Archibald Cochrane, 9.º Conde de - 107, 109, 110, 217.
Dundonald, Douglas Cochrane, 12.º Conde de - 114.
Dundonald, Ian Douglas Leonar Cochrane, 14.º Conde de - 114.
Dundonald, Thomas Cochrane, 8.º Conde de - XIII, 106, 107, 108, 109, 112, 121, 122.

Dundonald, Thomas Cochrane, 10.º Conde de, Marquês do Maranhão - XI, XIII, 107, 109, 110, 111, 137, 217, 316.
Dundonald, William Cochrane 1.º Conde de - 105, 109.
Dundonald, William Cochrane, 7.º Conde de - 106.
Dunlop, C. J. - 63, 65, 68, 316.

- E -

Egydio, Paula - 180.
Eriksson, Nils Albert - 227.
Ervedal, Bernardino - 259.
Ervedal, Paulo - 250.
Espinheira, Candido - 158.
Estrada, Domingos de Azeredo Coutinho de Duque - 75, 81, 82.
Estrêla, Barão da - 189.
Eu, Conde d' - 149, 189, 196.
Eu, Condessa d' - 189.
Eupolis - 240.
Ewerton, Anna Clementina de Azevedo - 120.
Ewerton Martins, Família - 120, 121.

- F -

Fachada, José da Cunha - 259.
Faletti, Bernardo - 136.
Faria, Alberto de - 24, 25, 28, 29, 30, 51, 59, 61, 316.
Faria, Diogo de - 158.
Faria, J. A. de - 81, 82.
Faria, Manoel Antouio Marques de - 81.
Faria, Margarida de - 223.
Faro, Joaquim José Pereira de - 26, 281.
Feijó, Diogo Antonio - 24, 122.
Feijó, Magdalena Fernandes de Moraes - 214.
Feliciano Suplicy, Família - 224, 229, 231.
Fernandes, Ataliba - 116.
Fernandes, Elisa Cochrane de Alencar - 116.
Ferrari, Julio - 259.
Ferraz, Angelo Muniz da Silva - 144, 145.
Ferraz, João Pedreira do Coutto - 87.
Ferraz, Luiz Pedreira do Coutto, Visconde de Bom Retiro - 61, 87.
Ferreira, Amalia - 226.
Ferreira, Costa - 34.
Ferreira, Gaspar Cubas - 214.
Ferreira, João Gomes - 85.
Ferreira, Luiza Amalia - 85.
Ferreira, Maria Luiza - 85.

Ferreira, Manoel Rodrigues -- 155, 316.
Ferreira, Mathilde Julia -- 85.
Figueira, Andrade -- 177.
Figueiredo, José Dias Pinto de -- 79.
Figueiredo, Julio C. P. de -- 85.
Figueiredo, Julio Lopes de -- 259.
Figueiredo, Luiz da Cunha -- 254, 311.
Figueiredo, Maria M. de -- 85.
Fletcher, James C. -- 7, 90, 317.
Fogaça, Angela de Almeida -- 214.
Fogaça, Josepha de Almeida -- 214.
Fonseca, Antonio Carlos da -- 172, 315.
Fonseca, Deodoro da -- 180, 182, 184, 185, 186.
Fonseca, Godofredo -- 259.
Fonseca, Hermes da -- 263.
Fonseca, João Baptista da -- 47.
Fonseca, José Osório da -- 259.
Fonsagrives -- 207.
Fontecilla, Zenobia -- 227.
Fontes, Antonio José Gounçalves, Barão do Rio Doce -- '79.
Fontes, Eduardo -- 259.
Fontes, Ernesto G. -- 84.
Fraga, Camillo Bernardino -- 85.
Francisco José, Imperador da Áustria-Hungria -- 191.
Franco, Antonio de Lacerda -- 228.
Franco, Francisco de Assis Carvalho -- 213, 316.
Franco, José de Mello -- 259.
Freese, John Henry -- 135, 136.
Freire, Manuel de Almeida Mello -- 180.
Freire, Mario da Silva -- 259.
Freire, Victor da Silva -- 202, 259.
Freitas, Christovão Vieira de -- 135.
Freitas, Helena Carolina da Gama Cochrane de -- 93, 97, 102, 114, 117, 118, 296, 298.
Freitas, João de Deus -- 120.
Freitas, José Pereira de -- 117, 118.
Freitas, João Valladão de -- 160.
Freitas, Lindolpho Ferreira de -- 228.
Freitas, Lucila Azevedo de -- 227, 228, 255.
Freitas, Virgílio Ferreira de -- 228.
Freitas de Affonseca, Família -- 120, 121.
Furtado, Azurem -- 197, 199, 258.
Furtado, Raymundo -- 259.

- G -

Galbraith, Família -- 6.
Galhardo, José Emygdio Rodrigues -- 72, 74, 75, 80, 317.
Gama, Anna Joaquina de Almeida e -- 11.
Gama, Carlos Nogueira da -- 259.
Gama, Helena Josepha da -- 11.
Gama, Ignacia Quiteria da -- 11.
Gama, Ignacio José Nogueira da -- 11, 12, 43, 283, 298.

Gama Filho, Ignacio José Nogueira da -- 299.
Gama, Luiza Nogueira da -- 85.
Gama, Maria Carolina de Mello e -- 299.
Gama, Manuel Jacintho Nogueira da, Marquês de Baependi -- 11, 43, 283.
Gama, Manuel Jacintho Nogueira Velasco da -- 85.
Gama, Saldanha da -- 249.
Gama Cochrane, Família -- 16, 120.
Gumboa, Balthazar Rodrigues -- 85.
Ganns, Claudio -- 60, 65, 317.
Garrett, Almeida -- 135.
Gérard, Theresza -- 224.
Gerber, Lambert -- 317.
Germon, Emilio -- 76.
Gilchrist ou *Gillecroisd* -- 6.
Gilchrist, Anne -- 109.
Ginat, M. -- 30, 317.
Giollitti, Valentim -- 259.
Girardin, J. -- 244.
Gladstone, Lord -- 38.
Gloria Filho, Arthur -- 259.
Gomensoro, Ataliba -- 82.
Gomes, Francisco de Paula dos Santos -- 82.
Gonçalves, Francisco de Paula Lazaro -- 79.
Gonçalves Cochrane, Família -- XII, 16, 17, 222, 225, 229, 230, 262, 275.
Gondim, Antonio José Duarte de Araujo, Barão de Araujo Gondim -- XIII, 15, 16, 17, 90, 220, 223, 296, 297.
Gondim, Carlos Cochrane de Araujo -- 17.
Gondim, Maria Carolina da Gama Cochrane de Araujo, Baronesa de Araujo Gondim -- 12, 14, 15, 16, 17, 97, 102, 129, 223, 251, 296, 298, 311.
Gondim, Maria de Araujo -- 311.
Gondim Cochrane, Família -- 16, 17, 220, 222, 225, 229, 262, 275.
Gordo, Adolpho -- 259.
Gosling, Carolina -- 108.
Gosling, George -- 108.
Gotha, Duque de -- 191.
Goulart, José Alípio -- 31.
Gouré, Dr. -- 76.
Gowêa, Anfriso -- 259.
Gowêa, Jorge Teixeira de -- 223.
Gowêa, José Joaquim -- 79.
Gowêa, José Teixeira de -- 223.
Gowêa, Pedro Bandeira de -- 82.
Gowêa, Vera Cochrane -- 223, 311.
Graccho, Mario -- 259.
Graham, Maria -- 112, 317.
Grant, J. F. -- 4.
Greenwood, Henrique -- 83.
Griesk, Família -- 6.
Gruamach, Família -- 6.
Grumbach, Lazaro -- 259.
Guedes, Albertina -- 311.
Guedes, Família Alfredo -- 258.

Guilherme II, Imperador da Alemanha - 191.
Guimarães, Abel - 310.
Guimarães, Antonio da Cunha Barbosa - 26, 281.
Guimarães, Sebastião - 189.
Gussen, Laura - 223.

- H -

Habensham, Robert Alexander - 85.
Haddock Lobo de Affonseca, Família - 120, 121.
Hafers, Helena Suplicy - 226.
Hafers, Henrique - 226.
Hafers, João Magalhães - 226.
Hagueuot, 207.
Hamson, Henrique - 259.
Hahnemann, Frederico - 73.
Harbarch, Carmen Suplicy - 226, 227.
Harbach, Hertha Von Rainer Zu - 227.
Harbach, Victor Von Rainer Zu - 227.
Harbach, Wolfgang Ritter Von Rainer Zu - 227.
Harper, J. H. - 7.
Harper, Thomas H. - 7.
Hartt, Charles F. - 233.
Hasselmann, Maria Isabel Lacerda - 229.
Henry, Patrick - 245.
Herval, Marquês do - 196.
Hesse-Mecklemburgo, Grão-Duque de - 191.
Hippeau, M. C. - 237.
Hirschel, Dr. - 76.
Hoefel, Dr. - 317.
Holanda, Rainha da - 191.
Homem, Francisco de Salles Torres - 68.
Hope, Thomas - 44, 290.
Hottinger, Roberto - 199.
Huet Bacellar, Família - 258.
Hugo, Victor - 236, 240.
Humbceck, José van - 259.
Humberto I, Rei da Itália - 191.
Humboldt, Alexander von - 233.

- I -

Iguaçu, Condessa de - 79, 87.
Imbert, Dr. - 76.
Imrajá, Conde de - 79.
Itaborai, Visconde de - Veja *Torres*, Joaquim José Rodrigues.
Itaparica, Visconde de - 196.
Itapetininga, Barão de - 148.

- J -

Jacobina, Alberto Pizarro - 219, 317.
Jacobina Lacombe, Família - 219.
Jaguaribe, Domingos - 201.

Jahr, Dr. - 76.
Jaime III, Rei da Escócia - 105.
Jardim, Silva - 182, 186.
Jesus, J. Palhano de - 47, 317.
Jó - 240.
Johnson, I. D. - 265.
Johnstone, Andrew James Cochrane - 107.
Jondot, Mathilde - 228.
Jourdan, Gustave - 203.

- K -

Kidder, Daniel P. - 7, 317.
Kincardine, Alexander of - 106.
Kincardine, Mary Bruce of - 106, 109.
Kinneson, Família - 6.
Klingelhoefer, E. - 154.
Kukl, Eduardo - 160.

- L -

Lacerda de Azevedo, Família - 228, 229, 231.
Lacombe, Domingos - 310.
Lacombe, Isabel Jacobina - 219, 221, 244.
Lacombe, Lourenço Luiz - 136, 318.
Lacombe, Victor Jacobina - 310.
Ladário, Barão de - 180, 182.
Laemmert, E & H. - 317.
Lamartine, Alphonse de - 238.
Lampreia, Conselheiro - 264.
Lanc, Frédéric - 259.
Lang - 293.
Lara, Diogo de - 214.
Lara, Maria de - 214.
Lassance, General - 189.
Laurie, J., 265.
Leal, Mendes - 237.
Leão, Honorio Hermeto Carneiro, Marques do Paraná - 34, 39, 290.
Learnay, Thomas Innes of - 4, 5, 6, 317.
Lecesne, Luiz Guilherme - 83.
Lce, Sidney - 319.
Lefèvre, Augusto - 160, 259.
Lefèvre, Família - 258.
Leite, Antonio Rodrigues dos Santos França - 85.
Leite, Carlos Teixeira - 48.
Leite, Joaquim José Teixeira - 48.
Leite, Luiz Pereira - 259.
Leite, Luiz Teixeira - 160.
Leite, Nicolau Rodrigues dos Santos França - 85, 298.
Lejcune, Eduardo - 259.
Leme, Antonia do Prado - 9.
Leme, Antonio da Rocha - 9.
Leme, Luiz Gonzaga da Silva - 9, 10, 11, 214, 317.

Leme, Pedro Taques de Almeida Paes — 9, 213, 214, 317.
Lemos, Mathilde R. d'O. — 85.
Lemos, Maximiliano Antonio de — 76, 81, 82, 85.
Lennox, Família — 6.
Leoni, Arlindo — 231.
Leoni Cochran, Família — 229, 231.
Letheby — 207.
Lima, Alvaro de Castro — 227.
Lima, Carlino Moreira de Castro — 227.
Lima, Constança de Castro — 252.
Lima, Hermeto — 80, 315.
Lima, Leduina de Castro — 252.
Lima, Pedro de Araujo, Marquês de Olinda — 22, 53.
Lima, Ranulpho Pinheiro — 259.
Lima e Silca de Affonseca, Família — 120, 121.
Limcira, Barão da — 148.
Lisboa, José da Silva — 82.
Lisboa, José Marques, Marquês de Tamarandé — 37.
Lloyd, Christopher — 112, 317.
Lobão, Valentina — 231.
Lobo, Gama — 82.
Lobo, Roberto Jorge Haddock — 51, 79, 120.
Lopes, Antonio de Castro — 82.
Lopes, Camara — 259, 307, 310.
Lopes, Prado — 58, 317.
Lopez, Solano — 193, 196.
Lourenço, Nicolau Lucio — 160.
Luxemburgo, Grão-Duque do — 191.
Luz, Abilio — 259.
Luz, Christiano Ribeiro da — 259.

— M —

MacAindra, Família — 6.
MacAllan, Família — 6.
MacCaa, Família — 6.
MacCause, Família — 6.
MacCaw, Família — 6.
MacCondy, Família — 6.
Macedo, Sergio Teixeira de — 44, 49, 51, 68, 290.
MacEoin, Família — 6.
MacErracher, Família — 6.
MacFarlan, Família — 6.
MacFarlane, Daniel — 8.
MacFarlane, Elisa — 8.
MacFarlane, Família — 4, 5, 6, 14, 121.
MacFarlane, John Wallace — 7.
MacFarlane, Morgan F. — 7.
MacFarlane, Robert Wallace — 3, 7, 8, 10, 11, 12, 15, 16, 122, 123, 129, 139, 216, 276, 296, 298.
MacFarlane (I), William — 6.
MacFarlane (II), William — 6.
MacFarlane-Cochran, Família — 3, 14, 16, 114.
MacGarc, Família — 6.
MacGeoch, Família — 6.

MacGilchrist, Bartholomew ou Parlan — 6.
MacGilchrist, Duncan ou Dounchadh — 6.
MacGreusich, Família — 6.
Machado, Alvares — 33.
Machado Pedrosa, Família — 258.
Maciel, José — 259.
MacInstalker, Família — 6.
MacJones, Família — 6.
MacJomes, Família — 6.
MacKinlay, Família — 6.
MacKinnon, Louise — 114.
MacNair, Família — 6.
MacNayer, Família — 6.
MacNeur, Família — 6.
MacNider, Família — 6.
MacNiter, Família — 6.
MacNuyer, Família — 6.
MacParlane, Clã de — 6.
MacRob, Família — 6.
MacRobb, Família — 6.
MacWalter, Família — 6.
MacWilliam, Família — 6.
Magalhães, Elisa — 226.
Maia, Guerreiro — 259.
Maia, Jorge — 160.
Maia, Luiz de Queiroz Mattoso — 80.
Maldouen ou *Malduin*, 3.º Conde de Lennox — 6.
Malheiros, Luiz Maria — 259.
Malta, Francisco de Toledo — 158.
Mangin, Arthur — 244.
Maranhão, Marquês do — Veja *Dun-donald*, Thomas Cochran, 10.º Conde de.
Marcondes, Feliciano — 224.
Marcondes, Urbano — 259.
Maret — 207.
Marinho, Joaquim Saldanha — 147, 148, 317.
Marques, F. A. — 66, 67.
Martins, Anna Iguatemy — 259.
Martins, Antonio de Souza — 121.
Martins, Bento José — 75, 82.
Martins, Francisco Gonçalves — 49.
Martins, Gertrudes Miquelina — 215.
Martins, Iguatemy — 259.
Martins, João de Souza — 82.
Martins, João Vicente — 73, 76, 265.
Martins, Lino Ewerton — XIV.
Martins, Lucila Ewerton — 121.
Martins, Manoel de Sousa, Visconde de Parnaíba — 121.
Martins, Raul de Sousa — 121.
Martins, Souza — 34.
Martins Rodrigues, Família — 257.
Matarazzo, André — 226.
Matarazzo, Francisco — 199.
Matarazzo Supleicy, Família — 226, 229, 231.
Matos, Odilon Nogueira de — 27.
Matia, Dr. — 82.
Mauá, Visconde de — Veja *Souza*, Ircneo Evangelista de.
May, Erskine — 238.
Mayer, Jorge — 259.
Mayor, Benjamin Granja Sotto — 259.

Mayor, Família Sotto 259.
 Mcdeiros, José Henrique de - 75, 80, 82.
 Medina, Ricardo Alfredo - 160, 259.
 Meirelles, Família Raul 258.
 Meirelles, João Baptista Soares de - 82.
 Meirelles, Nicomedes Rodrigues Soares de - 82.
 Meirelles, Raul - 310.
 Meirelles, Saturnino Soares de - 82.
 Melita, Antonio - 259.
 Mello, Custodio José de - 186.
 Mello, Francisco Homem de - 259.
 Mello, Francisco Ignacio Marcondes Homem de, Barão Homem de Mello - 148.
 Mello, José Joaquim Cardoso de - 172.
 Mello, Manoel Felizardo de Sousa e - 68.
 Mello, Maria Carolina Seixas Ferrão de - 119.
 Mello, Maria Carolina Velasco de - 11, 12, 14, 298.
 Mendonça Filho, Dr. - 259.
 Metastásio - 239.
 Mex, Ferdinando - 189.
 Michel de Alencar, Família - 116, 120, 121.
 Michelet, Jules - 29.
 Miller, Família - 6.
 Milliet, Sergio - 28, 317.
 Miranda, Bueno de - 259.
 Miranda, Maria Adelaide - 17.
 Moitinho, Domingos - 148.
 Monach, Família - 6.
 Moniz, Rozendo - 186.
 Monte Alegre, Marquês de - Veja Carvalho, José da Costa.
 Monteiro, José Feliciano da Costa - 82.
 Montesquieu, Barão de - 239, 240.
 Moraes, Alexandre José de Mello - 76, 82.
 Moraes, Benedicto de - 259.
 Moraes, Domingos de - 158.
 Morazé, Charles - 35, 36, 318.
 Moreira, Duarte - 75.
 Moreira, J. M. da Costa - 259.
 Moreira, Maria da Conceição Azevedo - 228, 308, 311.
 Moreira, Roberval Roche - 228.
 Moreira, Sylvestre - 228.
 Moretzsohn, Irineu - 259.
 Moretzsohn Simonsen, Família - 223, 229, 231.
 Morieston, Elizabeth Kerr of - 107.
 Morrison, Florry - 227.
 Morzing, Carlos - 155.
 Motta Junior, Cesario - 172, 201.
 Motta, Octaviano - 259.
 Motta Maia, Condessa de - 189.
 Motta Maia, Condessa de 189.
 Moura, Francisco Alves de - 80, 82.
 Moya, Salvador de - 318.
 Müller, Daniel P. - 27, 28, 318.
 Mundell, Francisco - 259.

Munhoz, Família - 258.
 Muniz de Souza, Família - 258.
 Mure, Benoît (Bento) Jules - 72, 73, 74, 76, 265.
 Muritiba, Baronesa de - 189.
 Murray, Charles Robert 223, 224, 227, 242, 311.
 Murray, Harold Robert - 224.
 Murray, John Fergusson - 223, 224.
 Murray, Lucy Simonsen - 223, 224, 227, 242, 251, 308, 311.
 Murray, Mary Simonsen - 224, 310, 311.
 Murray Suplicy, Família - 227, 229, 231.
 Murinho, Joaquim - 312.

- N -

Nabuco, Joaquim - 204.
 Napier, Família - 6.
 Napoleão, Arthur - 252.
 Napoleão III - 45, 233.
 Nebias, Joaquim Octavio - 172.
 Nery, F.-J. de Santa-Anna - 24, 318.
 Neves, Galiano Emilio das - 135.
 Neves, Samuel das - 259.
 Neves, Torres - 259, 310.
 Niemeyer, Conrado Jacob de - 154.
 Nogueira, Família - 9, 10.
 Nogueira, Ignacio Gama - 259.
 Nogueira, José Luiz de Almeida - 172, 177.
 Nogueira, José Paulino - 259.
 Nogueira, Lucas - 258, 259.
 Nogueira, Nicolau Antonio - 11.
 Nogueira da Gama MacFarlane, Família - 12, 16.
 Nova, João José da - 200, 259.

- O -

Ó, Thomé Rodrigues Nogueira do - 9.
 Octaviano, Francisco - 237.
 Olinda, Marquês de - Veja Lima, Pedro de Araujo.
 Oliva, José - 259.
 Oliveira, Adelia Alencar de - 116.
 Oliveira, Armando Salles de - 259.
 Oliveira, Anna Joaquina de - 215.
 Oliveira, Francisco de Salles - 310.
 Oliveira, José Gonçalves de - 252.
 Oliveira, Mathilde de - 227.
 Oliveira, Pedro Ernesto de Albuquerque e - 76, 82.
 Oliveira, Samuel Augusto de - 116.
 Orange, William de - 105.
 Orfila - 207.
 Orbe, Manuel - 141.
 Ortigão, Ramalho - 245.
 Oscar II, Rei da Suécia e da Noruega - 191.
 Ottoni, Christiano Benedicto - 35, 39, 51, 53, 55, 56, 57, 125, 126, 286, 287, 289, 291, 293, 294, 295, 318.
 Ottoni, Theophilo Benedicto - 34, 48.

- P -

Pacheco, Augusto - 259.
Paixão, José Ferreira da - 136.
Pallisser - 35.
Paraitinga, Barão de - 172.
Paraná, Marquês do - Veja *Leão*,
 Honório Hermeto Carneiro.
Paranhos, Família - 258.
Paranhos, José Maria da Silva, Vis-
 conde do Rio Branco - 68.
Paranhos, Ulysses - 197, 199, 259.
Parker, Katherine - 107, 318.
Parlanc, Família - 6.
Parnaíba, Visconde de - Veja *Martins*,
 Manuel de Sousa.
Paula Souza, Família - 258.
Pederneiros, Isabel - 85.
Pedro Augusto, Príncipe Dom - 189.
Pedro II, Imperador Dom - 32, 35,
 40, 47, 67, 68, 122, 124, 141, 178,
 186, 187, 189, 190, 191, 193.
Pedrosa, Alvaro Machado - 259.
Pedrosa, João Machado - 259, 310.
Pedrosa, Luiz Machado - 254, 259,
 310, 311.
Pedrosa, Zemira Rodrigues - 254, 259,
 311.
Pedrosa, Zulmira Machado - 254, 259,
 311.
Pedroso, Barreto - 289.
Pedroso, Isabel - 214.
Pedroso de Barros, Família - 214.
Peel, Lord - 38.
Pêgo, Júlia - 228.
Pêgo de Amorim Azevedo, Família -
 228, 229, 231.
Peixoto, Floriano - 249.
Peixoto, Gavião - 148.
Pelotas, Visconde de - 196.
Penedo, Barão de - 189.
Penna, Herculano Ferreira - 33.
Pentland, Carlos - 26, 281, 282.
Pereira, Bento José Alves - 259.
Pereira, Bruno de Souza - 160.
Pereira, Huascar de Souza - 160.
Pereira, José D. da Costa - 233.
Pereira, Sebastião José - 149.
Pereira de Queiroz, Família - 258.
Pereira Filho, João de Almeida - 144.
Pereira, Jacobi Rodrigue - 35.
Perrillier, Família - 259.
Pestana, Mondim - 259.
Pimentel, Antonio de Almeida - 214.
Pimentel, Maria de Almeida - 214.
Pinsler, Jacob - 230.
Pinhal, Visconde do - 177.
Pinheiro, Antônio Augusto Fernandes
 - 24, 58, 154, 318.
Pinheiro Júnior, Manoel José Fernan-
 des - 151.
Pinho, Família - 258, 310.
Pinho, José Ferreira de - 265.
Pinho, Renato - 259.
Pinho, Wanderley de - 85, 318.
Pinkas, Julio - 155.
Pinto, Adolpho Augusto - 47, 318.
Pinto, Augusta de Oliveira - 120.

Pinto, Joaquim José da Silva - 75,
 80, 82.
Pinto Junior, Joaquim Antonio - 169,
 318.
Piracicaba, Barão de - 148.
Piratinga, Barão de - 172.
Pires, Família - 9.
Piza, Antonio de Toledo - 158.
Piza, Luiz - 259.
Platt, Irene - 223.
Poirier, Dr. - 190.
Pompeu, Alvaro - 259.
Pompeu, Francisco Taques - 213.
Pope, Alexander - 239.
Porchat, Reynaldo - 259.
Porciúncula, José Idalino A. - 160.
Porto, Custodio - 307.
Porto, Olympio - 259.
Prado, Antonio da Silva - 172, 177,
 204, 308.
Prado, Eduardo - 189.
Prado, Maria do Leme - 9.
Prado, Martinho - 148.
Prado Junior, Martinho - 172.
Prates, Conde de - 259.
Pratt, Guilherme B. - 259.
Pratt, Raphael - 259.
Prestes, Ângela Ferreira - 214.
Prestes, Caetano José - 214.
Prestes, João Baptista - 214.
Preta, Dr. Catta - 82.
Preston, G. H. - 90.
Price, Edward - 51, 55, 125, 292,
 293.
Priestly, Joseph - 107.
Proença, Anna de - 213.
Proença, Antonio de - 213.
Proença, J. H. - 82.
Proença, M. Cavalcanti - 116, 318.
Pulgar, Augustias Pérez del - 226.
Pulgar, Cristobal Roca de Togores y
 Pérez del - 226.
Pupo, Celso Maria de Mello - 10,
 318.

- Q -

Queiroz, Antonio Pereira de - 259.
Queiroz, Francisco de Souza - 259.
Queiroz, José Pereira de - 259.
Queiroz, Vicente - 259.
Quintanilha, Henrique José da Silva
 - 85.

- R -

Rademacker, Jorge - 155.
Ramos, Luiz José da Fonseca - 140.
Ramos, Luiz de Almeida - 11.
Raulin, Alfred C. - 7.
Rebello, José de Castro - 223.
Rebouças, André - 154.
Rego, Josepha Maria do - 214.
Rego, Manoel Martins dos Santos -
 214.

- Rêgo, Dr. Pereira do — 82.
 Reimar, Flavio — 236.
 Reis, Carlos — 201.
 Reis, Joaquim Celidonio Gomes dos — 172.
 Reis Junior, Meirelles — 260, 307.
 Renan, Ernest — 240.
 Reys, João Francisco dos
 Rezende, Leoncio de Azevedo — 260.
 Rezende, Maximiliano de Souza — 260.
 Rezende, Estevão de — 172.
 Ribas, Emilio — 158, 260.
 Ribeiro, Dario — 160, 318.
 Ribeiro, José Jacintho — 157, 193, 318.
 Ribeiro, Mina — 223, 224.
 Ribeiro, Rafael Fortunato — 299.
 Ribeiro, Thomaz — 237.
 Rickard, J. A. — 318.
 Rios Filho, Adolfo Morales de los — 31, 85, 136, 318.
 Ricra, Fructuoso — 194.
 Robb, Família — 6.
 Roberto II, Rei da Escócia — 105.
 Rocha, Alfredo — 189.
 Rocha, Cornelio da — 9.
 Rocha, Justiniano José da — 21, 41, 42, 43, 283.
 Rochard, Jules — 205.
 Roche, Alice Violeta — 228.
 Rodovalho, Antonio Proost — 151.
 Rodrigues, Antonio de Bettencourt — 197, 198, 199, 200, 252, 258, 260, 273, 309.
 Rodrigues, Antonio Candido — 158.
 Rodrigues, Antonio Dutra — 172, 260.
 Rodrigues, Bebê Bettencourt — 252.
 Rodrigues, Diogo — 11.
 Rodrigues, Francisco de Paula — 260.
 Rodrigues, Ignez — 213.
 Rodrigues, Isabel — 8.
 Rodrigues, Joaquim José — 202.
 Rodrigues, Leoncio Martins — 260, 312.
 Rodrigues, Lucio Martins — 260, 312.
 Rodrigues, Odila — 254, 309, 311.
 Rosas, Juan Manoel — 141, 194.
 Rothschild, Anselme — 35.
 Rubião, Guilherme — 260.
 Rubião Junior, José Alvares — 260.
 Russell, João Frederico — 148, 151.
- S —
- Sá, Evaristo Juliano de — 17.
 Sá, Francisco — 260.
 Sá, Manuel Marques de — 148, 151.
 Sá, Maria da Gloria — 17.
 Sá de Araujo Gondim, Família — 17.
 Saint Georges, Madame de — 79.
 Salles, Antonio de Padua — 260.
 Salles, Manuel Ferraz de Campos — 157, 177, 222, 264, 312.
 Sampaio, João — 260.
 Sampaio, Theodoro — 156, 158.
- Sande, Visconde de — 264.
 Santa Eulália, Barão de — Veja Azevedo, Antonio Rodrigues de, Barão de.
 Santa Eulália, Baronesa de — 227, 228, 254, 309, 310, 311.
 Santos, Antonio Hilarião Xavier dos — 202.
 Santos, Carolina Martins dos — 215.
 Santos, Celina Azevedo de Castro — 227, 228, 255, 268, 311.
 Santos, Francisco Marques dos — 85, 318.
 Santos, João Martins dos — 214.
 Santos (I), Lycurgo de Castro — 227.
 Santos (II), Lycurgo de Castro — 227, 268.
 Santos Filho, Lycurgo — 40, 72, 76, 77, 319.
 Santos, Manuel Teixeira dos — 96.
 Santos, Noronha — 57, 58, 61, 65, 69, 70, 319.
 Santos, Paula — 75.
 São Joaquim, Barão de — 189.
 São Vicente, Marquês de — Veja Bueno, José Antonio Pimenta.
 Saxe, Duque de — 189.
 Schmidt, Cornelio — 260.
 Schmidt, Carlos Borges — 31.
 Schmidt, Tedesco — 260.
 Schnéeburg, Barão de — 25, 122, 286.
 Schnerb, Robert — 319.
 Scott, Eupheme Skene — 105, 109.
 Scott, Walter — 245.
 Scott, William — 105.
 Scutari, Família — 260.
 Scutari, José — 260.
 Scutari, Lulu — 309.
 Scybold, Prof. — 189.
 Scabra, Alberto — 199.
 Seabra, Família Alberto — 258.
 Semple, William — 4, 6, 7, 319.
 Sette, Maria Emilia Rodrigues — 223.
 Sette, Primitivo de Castro Rodrigues — 223, 260.
 Sette Simonsen, Família — 224, 229, 231.
 Shalders, Carlos Gomes de Souza — 202, 260.
 Silva, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e — 25, 26, 286, 287.
 Silva, Antonio da Rocha Miranda e — 65.
 Silva, Antonio Ferreira da — 145.
 Silva, Clodomiro Pereira da — 143, 319.
 Silva, Gastão Rabello e — 260.
 Silva, Guilhermina Clothilde da Cunha e — 166.
 Silva, Innocencio Francisco da — 22, 57, 58, 77, 319.
 Silva, Isabel Barbosa da — 260.
 Silva, João Diogo Esteves da — 202.
 Silva, João Manuel de Lima e — 120.
 Silva, José Antonio de Oliveira — 26, 281.
 Silva, José Bonifácio de Andrada e — 237.

Silva, José Filinto da - 260.
 Silva, Martim Francisco Ribeiro de
 Andrada Machado e - 177.
 Silva, Prelidiano Justo da - 260.
 Silva, Rodrigo Augusto da - 172,
 177.
 Silva Sobrinho, Costa e - 145, 146,
 162, 171, 177, 178, 319.
 Silveira, Lavinia Cintra da - 227.
 Silveira, Lucas Nolasco da - 227.
 Silveira, Luiz - 158, 260.
 Silveira Netto, A. J. da - 260.
 Simone, Luiz - 260.
 Simonsen, Caroline - 223.
 Simonsen, Harry - 226, 260.
 Simonsen, Lucila Moretzohn - 271.
 Simonsen, Maria Emilia Moretzohn -
 97, 223, 224, 231.
 Simonsen, Maria Luiza Cochrane -
 230, 231.
 Simonsen, Mario Wallace - 231.
 Simonsen, Michael Ludwig - 223.
 Simonsen, Olivia - 226.
 Simonsen, Priscilla Sette - 223, 224.
 Simonsen, Rachel Cardoso - 223, 224.
 Simonsen, Robertina Cochrane - 215,
 216, 218, 223, 224, 225, 248, 251,
 252, 271, 307, 309, 310, 311, 312.
 Simonsen, Roberto Cochrane - XIII,
 223, 224, 251, 262, 308, 310, 312.
 Simonsen, Sydney Martin - XIII, 223,
 224, 225, 248, 273, 310, 311.
 Simonsen Júnior, Sydney - 223, 224,
 310.
 Simonsen, Thereza Suplicy - 226,
 251, 309.
 Simonsen, Thomas - 226.
 Simonsen, Wallace Cochrane - 223,
 224, 231, 271, 309, 311.
 Simonsen Cochrane, Família - 229,
 231.
 Simonsen Murray (I), Família - 223,
 229, 231.
 Simonsen Murray (II), Família - 224,
 229, 231.
 Siqueira, Alexandre Joaquim - 51.
 Siqueira, Maria da Gloria de - 223.
 Sisson, S. A. - 11, 88, 319.
 Skene, Jean - 105.
 Skene, John - 105.
 Smith de Vasconcelos, Barão de - 11,
 17, 319.
 Soares, João Teixeira - 155.
 Soares, Manuel Pinto - 85.
 Soares, Rocha - 260.
 Souza, Adda de Paula - 308.
 Souza, Antonio Francisco de Paula e
 - 53.
 Souza, Antonio Joaquim de - 139,
 140.
 Souza, Edgard Egydio de - 202.
 Souza, Everardo Vallim de - 260.
 Souza, Dom Francisco de - 213.
 Souza, Francisco de Paula - 260,
 291, 307, 310, 312.
 Souza, Francisco José de Mello e -
 65, 67.
 Souza, Henrique Castriciano de - 252.

Souza, Ireneo Evangelista de, Visconde
 de Mauá - 51, 52, 60, 61, 64,
 65, 69, 70, 124, 126, 144, 317.
 Souza, Paulino José Soares de, Vis-
 conde do Uruguai - 193, 194.
 Souza Filho, Clemente Falcão de -
 148, 149, 151.
 Souza Queiroz, Barão de - 148.
 Spcers, William - 155.
 Spiegel, Ernestina - 230.
 Staël, Madame de - 239.
 Stalker, Família - 6.
 Stephen, Leslie - 319.
 Stephenson, George - 22, 23.
 Sterne - 239.
 Strickland, Margareth - 106, 109.
 Strickland, William - 106.
 Suplicy, Filomena Matarazzo - 226.
 Suplicy, Gracie Murray - 227.
 Suplicy, Helena Cochrane - 216, 217,
 218, 224, 225, 226, 250, 251, 252,
 255, 307, 308, 309, 310, 312.
 Suplicy, João - 260.
 Suplicy José - 260.
 Suplicy, Kerstin Caroline Eriksson -
 227.
 Suplicy, Luiz - XIII, 224, 225, 226,
 250, 251, 273, 308, 309, 310, 311,
 312.
 Suplicy Junior, Luiz - 224, 226, 309,
 311.
 Suplicy, Luiz Francisco - 224.
 Suplicy, Mario - 260.
 Suplicy, Paulo Cochrane - 226, 311.
 Suplicy, Roberto Cochrane - 226, 227.
 Suplicy, Sylvio Cochrane - 226, 227.
 Suplicy, Thereza - 309.
 Suplicy, Zanith Feliciano - 224.
 Suplicy Hafers, Família - 226, 229,
 231.
 Suplicy Harbach, Família - 227, 229,
 231.
 Suplicy Simonsen, Família - 227, 229,
 231.
 Sutton, Lucy - 104, 108, 109, 122.

- T -

Taques, Lourenço Castanho - 213.
 Taques, Pedro - 213.
 Taques Pompeu, Família - 213.
 Tardieu - 207.
 Taunay, Affonso d'E. - 112, 319.
 Taunay, Visconde de - 58, 186, 319.
 Tautphoeus, Barão de - 136.
 Taylor, Alexandre - 65.
 Teixeira, Eduardo Roza - 85.
 Teixeira, Jeronymo José - 51.
 Tereza Cristina, Imperatriz Dona -
 32, 68.
 Teve, Família Domingos - 214.
 Thiers, Adolphe - 29, 35, 240.
 Thomason, Família - 6.
 Tocaio, Bento - 307.
 Tocqueville, Alexis de - 237.
 Togoies, Alfonso Roca de - 226.

Togores, Maria Suplicy de - 226.
Torrance, Archibald Stuart of - 107.
Torrance, Jean Stuart of - 107, 109.
Torrão, Bazilio Quaresma - 33.
Torres, Alberto - 182.
Torres, Joaquim José Rodrigues, Visconde de Itaboraí - 48, 116, 194.
Torres Neves, Família - 258.
Tosta, Manuel Vieira - 68.
Tramand, Dr. - 190.
Três Barras, Barão de - 146.
Três Rios, Barão de - 172.
Trevélyan, George Macaulay - 319.
Trevithick, Richard - 22.
Trindade, Luiz Arlindo da - 177.
Trindade, Virginia - 228.
Trovão, Lopes - 182.

- U -

Uhland, Joaham Ludwig - 237.
Usill, Harley V. - 319.

- V -

Valladão, Mathias - 199, 200, 260.
Valle, Ataliba do - 260.
Valle, João Alfredo Baptista do - 260.
Valle, José de Freitas - 260.
Valle, José Maria do - 199, 258, 260.
Valle Filho, José Maria do - 260.
Valle, Raul do - 260.
Valle, Victor do - 260.
Valloton, Henry - 84, 319.
Vasconcelos, Barão de - 11, 17, 319.
Vasconcellos, Bernardo Pereira de - 39, 77.
Vasconcellos, Max. - 143, 319.
Vasconcellos, Vasco Smith de - 260.
Vasques, José Barbosa - 260.
Veiga, Gabriel da - 260.
Veiga, João Pedro da - 26, 281.
Vergueiro, Cesar Lacerda de - 260.
Vianna, João Mauricio de Sampaio - 260.

Vianna, Julieta Falcão de Sampaio - 260.

Vicente de Carvalho, Família - 257.
Vidigal, Aphrodisio - 260.
Vidigal, Amaro Domingues - 214.
Vidigal, Braz Domingues - 214.
Vidigal, Cassio - 260.
Vidigal, Família - 258, 260.
Vidigal, Castão, - 260.
Vidigal, Lourenço Castanho - 214.
Vieira Barbosa, Família - 215, 257.
Vieira de Carvalho, Família - 257, 258.
Villares, Guilherme de Andrade - 199.
Vinhaes, Tenente - 182.
Viotti, Francisco Nogueira - 160, 260.
Victoria, Rainha da Inglaterra - 38.
Vuono Netto, Clemente - 199.

- W -

Waet - 245.
Wandenkolk, Eduardo - 186.
Washington, George - 245.
Watt, James - 107.
Weaver, Família - 6.
Weiler, A. - 30, 317.
Weir, Família - 6.
Wellington, Duque de - 38.
Whitacker, Firmino - 260.
Wolterman - 307.
Wright, Guilherme - 260.
Wumbach, José Van - 160.

- X -

Xavier, Aldo - 260.
Xavier, Armando Barbosa - 260.
Xavier, Constantino - 260.
Xavier, João Theodoro - 148, 149, 319.
Xavier, Maria Luiza Barbosa - 260.

- Z -

Zacrison, Zahar - 260.

ÍNDICE DAS GRAVURAS

I. *Introdução*

1. Brasão dos MacFarlane	5
2. Dona Helena Augusta Nogueira da Gama	10
3. Baronesa de Araujo Gondim	15

II. *Dr. Thomas Cochrane*

4. George Stephenson	23
5. Um vagão de luxo - 1843	30
6. Dom Pedro II e Dona Tereza Cristina em 1843	32
7. Carruagem usada no casamento de Dom Pedro II	35
8. A Rainha Vitória e seus ministros	38
9. Elegantes de 1843	41
10. Dom Pedro II em 1852	47
11. Visconde de Mauá	52
12. Inauguração da E. F. Dom Pedro II	55
13. Ação da Comp. de Carris de Ferro da Tijuca	63
14. Dr. Thomas Cochrane	66
15. Dr. Bento Mure	74
16. O livro do Dr. Thomas Cochrane	78
17. Dr. Thomas Cochrane e sua espôsa	84
18. Parque Cochrane	86
19. José de Alencar em 1861	88
20. Dr. Thomas Cochrane e sua espôsa (1872)	92
21. Uma reunião social há um século	94
22. A Família Cochrane	97
23. Brasão dos Cochrane	106
24. Lord Cochrane, Marquês do Maranhão	111

25. A Serra da Tijuca e o Morro do Cochrane, no Rio de Janeiro	113
26. A espôsa de José de Alencar	115
27. Duas filhas do Dr. Thomas Cochrane	117
28. Dona Francisca Cochran de Affonseca	119

III. Dr. Ignacio Cochrane

29. Dr. Ignacio Cochrane em 1901	132
30. Diploma de Bacharel em Matemáticas pela Escola Militar	139
31. Em viagem de inspecção	143
32. Medalha de bronze na Exposição de Altona, Alemanha (1869)	146
33. Prospecto da Comp. de Estrada de Ferro de São Paulo ao Rio de Janeiro (1872)	150
34. E. F. C. B. — “Estrada de Ferro Caveira de Burro”	152
35. Sócio instalador do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro (1883)	154
36. Dr. Ignacio Cochran e colegas da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo (1899)	156
37. “Otium cum dignitate”	159
38. Dr. Ignacio Cochrane, presidente da Câmara Municipal de Santos	163
39. O casal Ignacio Cochrane	165
40. Autógrafo do Dr. Ignacio Cochrane	175
41. Dom Pedro II em 1889	178
42. Alma enlutada	179
43. Homenagem à República	181
44. “Última hora — Viva a República!”	183
45. Deodoro da Fonseca	185
46. Morreu o Imperador!	187-88
47. Pedro II em seu leito de morte	190
48. Dr. Bettencourt Rodrigues	198
49. Sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895)	201
50. Sócio honorário do Ateneu Ubatubense	202
51. Dona Marucas	210
52. O Dr. Ignacio Cochrane, espôsa e filho (1873)	216
53. As cinco irmãs Cochrane	218

54. Dr. Thomaz Wallace Cochrane e sua esposa	220
55. Almirante Fernando Cochrane	222
56. Os Cochrane Simonsen	224
57. Os Cochrane Suplicy	226
58. Os Cochrane de Azevedo	228
59. Os Gonçalves Cochrane	230
60. Desenho do Dr. Ignacio Cochrane	235
61. Símbolo da <i>belle époque</i>	242
62. Dona Robertina Cochrane Simonsen	248
63. Dona Helena Cochrane Suplicy	250
64. Dona Dulce Cochrane de Azevedo	253
65. Veraneio em Lambari (1891)	255
66. A felicidade de um Avô	257
67. Dr. Roberto Cochrane Simonsen	262
68. Festa na Sociedade Portuguesa de Beneficência (1899)	264
69. A moda ao iniciar-se o século XX	268
70. Quatro gerações	271
71. Dr. Ignacio Cochrane	274

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	IX
Explicação	XI

I. INTRODUÇÃO

1. <i>Os MacFarlane-Cochrane</i>	3
Dois escoceses no Brasil	3
Os MacFarlane	4
Dr. Robert Wallace MacFarlane	7
Dona Helena Augusta, da estirpe dos Bicudo	8
Os Nogueira, de Minas Gerais	9
Os Nogueira da Gama MacFarlane	12
Novas núpcias	13
Os MacFarlane-Cochrane	14

II. DR. THOMAS COCHRANE

2. <i>Pioneiro das estradas de ferro</i>	21
O Brasil ganha um médico escocês	21
“Stephenson’s times”	22
A Concessão Cochrane	24
Homem de visão e lutador	27
Fantasias de uma época	29
“Laissez faire, laissez passer”	33
Em busca de capitais ingleses	36
Compasso de espera	39
Ferido em seu amor próprio	41
A garantia de juros	43
Motivos de consolação	46

Derradeira tentativa	46
Vitória de um ideal	51
\ Incompreendido em seu tempo	52
Um nome que ficou na História	58
3. O criador das "maxambombas"	60
Recompensa financeira	60
Uma linha de carris de ferro	61
Organiza-se a empresa	62
Experimenta-se a linha	65
A inauguração oficial	67
As "maxambombas"	68
4. O médico homeopata	71
Vivia de sua profissão	71
Animador de instituições médico-beneficentes	72
Autor de um livro famoso	75
A epidemia de cólera-morbo	77
O clínico	80
5. A vida em família	83
O "Castelo" da Tijuca	83
Morre o lidador	89
Vítima de um grande amor	91
Excerptos de um inventário	93
Os herdeiros e os bens	93
Alguns preços da época	95
Os bens inventariados	98
Os escravos	100
A partilha	101
6. Quem era, afinal, o Dr. Thomas Cochrane?	103
Thomas Cochrane e seus irmãos	103
Os Cochrane of Dundonald	104
O Honorable Basil Cochrane	108
Os dois Thomas Cochrane ligados ao Brasil!	110
Monumento imperecível	112
Os descendentes	114
<i>Dr. Thomas Cochrane — Tábua cronológica</i>	122

III. DR. IGNACIO COCHRANE

7. <i>Síntese de uma vida</i>	129
Em terras fluminenses	129
Entre Rio de Janeiro e São Paulo	129
Julgamento de uma vida	130
8. <i>As bases culturais</i>	135
Os estudos de Humanidades	135
Na Escola Militar	137
9. <i>O engenheiro ferroviário</i>	141
A mística ferroviária	141
Início da carreira	142
“Intermezzo”	145
Na Companhia da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro	147
Honrosas incumbências	154
Na Contadoria Central de Estradas de Ferro	155
A serviço do Estado de São Paulo	157
10. <i>O político conservador</i>	161
As atividades políticas	161
Na Câmara Municipal de Santos	162
Santos na década de 1870'	163
Na Assembléia Legislativa de São Paulo	171
Na Assembléia Geral do Império	173
O Dr. Cochrane e a proclamação da República	178
“Expição”	184
A morte do Imperador	186
11. <i>A serviço do bem público</i>	193
A Guerra do Paraguai	193
Fundador do Instituto Pasteur	197
Atividades noutros setores	200
Paladino do saneamento	202

12. <i>A família Barbosa Cochrane</i>	208
Dona Marueas	208
Da estirpe dos Taques Pompeu	213
Os Vieira Barbosa	215
Os Barbosa Cochrane	215
As cinco famílias	221
13. <i>Na intimidade do lar</i>	232
Cócrane ou Cocrâne?	232
Os interesses culturais	233
A Filosofia da Vida	237
O amante da cultura	241
O culto às Mães	245
O culto à Família	249
A vida em família	252
Alegria sem perda da autoridade	261
A produção poética	265
Uma fé inabalável	268
A morte de um justo	273
<i>Dr. Ignacio Cochrane — Tábua cronológica</i>	276

DOCUMENTÁRIO

I. <i>Prospecto da Imperial Companhia da Estrada de Ferro</i>	281
II. <i>Estrada de Ferro (O Dr. Thomaz Cochrane ao Illmo. Sr. Dr. Justiniano José da Rocha)</i>	283
III. <i>Esboço Historico sobre o primitivo projecto da Estrada de Ferro D. Pedro II pelo Dr. Thomas Cochrane (1866)</i>	285
IV. <i>Testamento do Dr. Thomas Cochrane</i>	296
V. <i>Testamento de D. Helena Augusta da Gama Cochrane</i>	298
VI. <i>Carta-circular aos eleitores (Dr. Ignacio Cochrane)</i>	300
VII. <i>Minha Esperança (Dr. Ignacio Cochrane)</i>	302
VIII. <i>Extratos de uma agenda (Dr. Ignacio Cochrane, 1902)</i>	307